CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# "NÓS *TAMBÉM* SOMOS BELAS"
# A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CORPO E DA BELEZA EM MULHERES NEGRAS

Joyce Gonçalves da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais.

Orientador:

Ricardo Augusto dos Santos, D. Sc.

Coorientador:

Fábio Sampaio de Almeida, D. Sc.

Rio de Janeiro
Dezembro / 2015

"NÓS *TAMBÉM* SOMOS BELAS"
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CORPO E DA BELEZA EM MULHERES NEGRAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-raciais.

Joyce Gonçalves da Silva

Aprovada por:

_____
Presidente, Ricardo Augusto dos Santos, D.Sc. (Orientador)

_____
Prof. Fábio Sampaio de Almeida, D.Sc. (Coorientador)

_____
Prof. Nilson Alves de Moraes, D.Sc. (UNIRIO/MAST)

_____
Profª. Elisângela de Jesus Santos, D.Sc. (CEFET/RJ)

Rio de Janeiro
Dezembro / 2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Joyce Gonçalves da
"Nós *também* somos belas" : a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras / Joyce Gonçalves da Silva.—2015.
x, 146f. + anexo : il. (algumas color.) ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2015.
Bibliografia : f. 139-146
Orientador : Ricardo Augusto dos Santos
Coorientador : Fábio Sampaio de Almeida

1. Eugenia. 2. Negras. 3. Corpo humano – Aspectos sociais. 4. Beleza física (Estética). I. Santos, Ricardo Augusto dos (Orient.). II. Almeida, Fábio Sampaio de (Coorient.). III. Título.

CDD 363.92

## Dedicatória

Para a minha querida e guerreira mãe, Iraci, e à minha amada irmã, Kelly,
mulheres que dão sentido à minha existência.
Às mulheres negras que, como eu, conhecem o significado de:
"viver para sobreviver".

## Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à minha irmã, Kelly, pois foi graças ao seu apoio que iniciei a jornada neste mestrado e à minha mãe, Iraci, por ensinar-me que a persistência pode levar a vitória, que os sonhos são para serem alcançados e não apenas imaginados.

Agradeço a Gláucio Corrêa, um amigo com o qual compartilhei momentos importantes de minha vida e que por mais de uma década esteve ao meu lado apoiando meus projetos, pois sem seu suporte tudo teria sido um pouco mais difícil.

Ao meu pai Cesar Gonçalves pelo incentivo e amizade.

Às minhas companheiras de trabalho, pelo incentivo, pela força e pela compreensão. O apoio de vocês fez toda a diferença neste percurso. Gratidão.

Em especial aos meus alunos que muito apoiaram e incentivaram a minha pesquisa: Everton Santana, Kemily Santana, Thamires Mariano, Mayara Nunes, Gabriel Nascimento, João Victor, Wenderson, Lilyane, entre outros. Tudo começou observando vocês.

Aos meus amigos do PPRER, Rosilene Silva, Paulo Cardoso, Luiza Mandela, André de Sant'Anna, Aleksandra Stambowisky, Carine Cadilho, Michela Anne e Lindinha. Conhecer vocês foi um grande presente ofertado pela vida. Os momentos que passamos juntos serviram de suporte para a finalização deste trabalho.

Para o meu amigo, Renan Ribeiro, pelas aventuras, broncas e conselhos, e principalmente pela sua gentileza e amizade. Sonho que se sonha junto vira realidade.

À minha amiga mais forte e corajosa, Patrícia Rodrigues, com a qual aprendi o que é ser mulher preta nesse mundo. Suas palavras, seus abraços e sua franqueza transformaram a minha visão e ampliaram as minhas percepções. Tudo mudou depois que você entrou na minha vida.

Para a minha amada gêmea, irmã de coração, Luara Santos. A sua presença tem modificado a maneira como encaro a vida. Não tenho dúvidas de nossa conexão ancestral. Minha amiga e companheira com a qual trilhei e trilharei muitos caminhos na luta. Ubuntu!

Ao meu orientador Ricardo Santos pelo acolhimento e afetividade. O nosso encontro deu um novo sentido ao meu trabalho. Obrigada.

Agradeço, com amor e carinho, o meu companheiro Henrique Restier, que acompanhou, acrescentou e a cada dia me faz entender um mundo "sociologicamente" diferente. Um presente que estava guardado há dois anos e que recebi neste momento tão importante. A você que me ensina a cada novo dia a importância da negritude ser vivida em coletividade, mesmo quando não sabemos.

Por fim, aos meus ancestrais que direcionaram meu caminho até este tema, até este ponto, até este lugar, onde pude perceber a complexidade do que é tornar-se Mulher Negra.

## Epígrafe

"Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter ouvidos, os olhos e o coração abertos."

(Becos da Memória - Conceição Evaristo)

# RESUMO

"NÓS *TAMBÉM* SOMOS BELAS"
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CORPO E DA BELEZA EM MULHERES NEGRAS

Joyce Gonçalves da Silva

Orientador:
Prof. Ricardo Augusto dos Santos, D. Sc.
Coorientador:
Prof. Fábio Sampaio de Almeida, D. Sc.

Resumo da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em relações étnico-raciais.

Esta dissertação discute a construção social do corpo e da beleza negra em mulheres negras na primeira metade do século XX. Partindo da maneira como foram constituídos os discursos sobre os corpos de mulheres negras, chegamos ao possível estabelecimento de uma corporeidade negra integrada à cultura brasileira. Perpassando o período histórico em que a eugenia e a educação física são parte de um projeto político-ideológico de nação, analisamos as diferentes visões atribuídas ao gênero feminino em relação à sua função e ocupação social, assim como as suas assertivas sobre a beleza. Adentramos juntamente com os movimentos sociais negros entre 1930 e 1940 no seu constante empenho na estruturação de uma autoestima positiva para a comunidade negra que, como a sociedade, viu nas qualidades de suas mulheres o possível exemplo de cidadão no Brasil modernizado. A comunidade negra reelabora suas concepções sobre a estética feminina, direcionando as mulheres negras o símbolo de uma cidadania.

**Palavras-chave:**

Eugenia; Mulheres negras; Corporeidade.

Rio de Janeiro
Dezembro / 2015

## ABSTRACT

"WE *ALSO* ARE BEAUTIFUL"
THE SOCIAL CONSTRUCTION OF BODY AND BEAUTY IN BLACK WOMEN.

Joyce Gonçalves da Silva

Advisor:
Prof. Ricardo Augusto dos Santos, D. Sc.

Prof. Fábio Sampaio de Almeida, D. Sc.

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, as partial fulfillments of the requirements for the degree of racial ethnic relations master.

This dissertation discusses the social construction of body and black beauty in black women in the first half of the twentieth century. From the way the discourse on the bodies of black women were recognized, we got to the possible establishment of an integrated black corporeality to Brazilian culture. Running along the historical period in which eugenics and physical education are part of a political-ideological project of nation, we analyze the different views attributed to the female gender in relation to its social function and occupation, as well as their statements about beauty. We entered along with the black social movements between 1930 and 1940 in its constant efforts in structuring a positive self-esteem for the black community, and society, saw the qualities of their wives possible example of citizen modernized in Brazil. The black community reworks his views on feminine an esthetic targeting black women the symbol of citizenship.

**Keywords**:

Eugenia; Black women; Embodiment.

Rio de Janeiro
December / 2015

# SUMÁRIO

**Introdução** **1**

**I O corpo na cultura e a cultura no corpo** **15**

I.1 – O corpo e a corporeidade 18

I.2 – O poder e o corpo 21

I.3 – O corpo como discurso 23

I.4 – A cultura brasileira e seus corpos 26

I.5 – Corpo negro: construção da corporeidade negra 29

**II A Eugenia no Brasil: beleza também é fundamental** **35**

II.1 – A Eugenia no Brasil 49

II.2 – Curando as fealdades: Renato Kehl e a terapêutica da beleza 58

II.3 – O Estado Novo e o Homem Brasileiro 67

II.4 – Educação Física, disciplina e beleza dos corpos 72

II.5 – A divulgação da atividade física como promotora da beleza 77

**III Corpos em busca do belo** **87**

III.1 – Corpos femininos, discursos masculinos 98

III.2 – Ocupação social das mulheres 105

III.3 – Mulheres Negras: entre a beleza negra e a boa aparência 109

III.4 – A beleza negra para a comunidade negra 115

**Considerações Finais** **136**

**Referências Bibliográficas** **139**

**Apêndice – Lista das fontes e acervos consultados** **146**

## Lista de Figuras


| | | |
|---|---|---|
| FIG. II.1 | Ilustração de Vênus Hotentote - desenho duplo 1824 | 37 |
| FIG. II.2 | Vênus de Milo, s/d. | 37 |
| FIG. II.3 | Demonstração dos exercícios de Ginástica Sueca | 74 |
| FIG. II.4 | Revista Educação Physica, n.08, 1939 | 82 |
| FIG. II.5 | Revista Educação Physica, n.01 (1932) e n. 84 (1945) | 84 |
| FIG. II.6 | Revista Educação Physica, n.55, 1941 | 84 |
| FIG. II.7 | Revista Educação Physica, n.41, 1940 | 85 |
| FIG. III.1 | Getúlio Vargas em visita ao ISERJ | 102 |
| FIG. III.2 | Propaganda Leite de Colônia | 103 |
| FIG. III.3 | Rosas Negras | 119 |
| FIG. III.4 | Jornal A Voz da Raça | 120 |
| FIG. III.5 | Apelo às Mulheres Negras | 122 |
| FIG. III.6 | Chapinha, pente quente, Marcel grande e Marcel pequeno | 123 |
| FIG. III.7 | Salão do Sol e Salão Brasil | 123 |
| FIG. III.8 | Instituto Dulce | 124 |
| FIG III.9 | Salão Frente-Negrino | 124 |
| FIG. III.10 | Propaganda Cabelisador | 124 |
| FIG. III.11 | Jornal Progresso, 30/01/1930, p.04 | 126 |
| FIG. III.12 | Jornal Progresso, ano II, n.21, fev.1930, p. 03 | 129 |
| FIG. III.13 | Continuação da entrevista; Jornal Progresso | 130 |
| FIG. III.14 | Homenagem à Mãe Preta | 132 |
| FIG. III.15 | Maria Aparecida Marques - Rainha das Mulatas 1948 | 134 |
| FIG. III.16 | Maria Tereza- Boneca de Pixe, 1948 | 134 |

# Introdução

A motivação para este trabalho surgiu de minha trajetória como profissional docente em escolas públicas e particulares em diferentes municípios no Estado do Rio de Janeiro. Como professora de educação física a disponibilidade com a qual crianças e adolescentes se mostravam à atividade física, possibilitou meu acesso a diferentes corpos e as diversas percepções que os alunos tinham dele. A maneira como os discentes lidavam com o seu corpo e com as manifestações de sua corporeidade serviram de incentivo para a presente pesquisa.

O que se mostrava, durante muitas de minhas aulas, era a expressividade e as movimentações referentes às manifestações culturais afrodescendentes surgindo na espontaneidade de ações, nos jogos e nas conversas. Momentos em que o funk, a capoeira, o maculelê, o samba, apareciam no decorrer dos jogos, como comemoração ou extravasamento. O que intrigava era o fato dessas expressões não estarem relacionadas à sua matriz afro-brasileira e sim, aparentemente, destituída de sua história, se tornava, naquele contexto, espelho de uma expressividade juvenil. Esta percepção surgiu quando, em uma roda de conversa, no fim de uma aula prática em que foram realizados jogos de voleibol e coincidentemente a cada ponto conquistado a comemoração era realizada por meio de uma "dancinha" semelhante aos movimentos do estilo funk, tive a necessidade de contextualizar as diversas expressões da cultura corporal de movimento[1]. Aproveitando o momento reflexivo, perguntei às alunas que mais se expressaram corporalmente se reconheciam o que estavam “dançando”, se conheciam a razão pela qual a movimentação dos quadris era tão característica no funk e que a dança poderia ter originado esta versão contemporânea. As respostas evasivas, como "–Ah, sei lá, professora!", deixaram a sensação de não conhecimento por parte destas jovens, pois se tratavam de adolescentes de 12 a 15 anos, da história contida por trás de cada "passo" encenado. Digo isso porque as alunas para as quais fiz esta pergunta eram negras.

Durante a pesquisa para dar prosseguimento em minhas aulas e inserir a temática étnico-racial, buscando a efetivação da lei 10639/03[2] no currículo de educação física, deparei-me com as discussões sobre a estética de mulheres negras. Como mulher negra, bailarina e professora estive voltada somente às questões relacionadas às manifestações culturais, ainda não havia refletido sobre a estética feminina negra, nem a importância desta no ambiente

[1] Segundo o Coletivo de Autores (SOARES et al,1992, p.62), que tratam da Cultura Corporal, a expressão corporal é como uma linguagem: "O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, ideias, conceitos produzidos pela consciência social e que chamaremos de significações objetivas. Em face delas, ele desenvolve um sentido pessoal que exprime sua subjetividade e relaciona as significações objetivas com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e das motivações". Estes autores se referem a uma abordagem teórico-metodológica da educação física, denominada crítico-superadora, na qual há uma reflexão sobre os acervos de representação do mundo construídos pelos seres humanos no decorrer da história, exteriorizados pela expressão corporal. Essa abordagem permite uma reflexão por meio das expressões corporais das manifestações culturais surgidas no país, localizando a origem étnica destas e oportunizando uma reflexão crítica da realidade social dos educandos.

[2] Lei federal que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

escolar. Este insight trouxe à tona questionamentos sobre as condutas de minhas alunas negras em relação à maneira como lidavam com os cuidados para o seu corpo e seu embelezamento. As vestimentas que utilizavam, customizando o uniforme, o que se relacionava diretamente com a maneira como se comportavam no ambiente escolar e o embelezamento, observando como adornavam os cabelos, maquiagens e demais artifícios que utilizavam para expressar sua beleza.

Percebi, então, um possível incômodo gerado por seus cabelos crespos, que, em maioria, eram tratados com procedimentos químicos. A ida aos banheiros para "abaixar os cabelos" foi o ponto mais relevante em minha observação. Os cabelos eram o símbolo da pertença delas à negritude, mesmo que não claramente, para elas era preciso cuidar desta marca, mantendo os cachos anelados e baixos. Na época em questão, nada de *black power* ou cabelos crespos, apenas cabelos quimicamente tratados. De maneira alguma considerei um problema ou uma negação tal postura, mas pus-me a refletir sobre a consequência destes atos no reconhecimento destas meninas no momento da construção de sua identidade étnica, visto que as expressões culturais vivenciadas e praticadas por elas já não eram reconhecidas como de ascendência afro-brasileira.

Por meio dos estudos da educação física, compreendemos que as vivências culturais podem ser internalizadas e corporizadas[3], de tal maneira, a serem representadas e expressas em momentos de liberdade de movimento, muitas vezes, sem que estejamos conscientes destes gestos. Iniciando na infância, como o aprendizado das normas sociais e do idioma, as vivências culturais podem tornar-se um arcabouço na construção da identidade, quando embasam os comportamentos auxiliando na elaboração de uma visão de mundo:

> *"Os indivíduos seguem muitas vezes modelos culturais de conduta que não conhecem e que não podem descrever. Frequentemente desconhecem os contornos, os limites e as significações dos comportamentos que adotam e que estão implícitos nesses comportamentos mesmos. Estes modelos exteriores à consciência dos indivíduos, estão, é claro, fora de suas preocupações explícitas: não pensam sobre eles e os têm como garantidos e estabelecidos, assumindo que são universais" (RODRIGUES, 2006, p. 42).*

Desta maneira, pelo fato de absorvermos as características de nossa cultura inconscientemente, podemos ter a influência das vivências culturais na constituição de nossa identidade. Neste ponto de vista, as práticas discursivas de um grupo social, ainda na infância, seriam preponderantes no entendimento e desenvolvimento de comportamentos sociais, pois poderiam intervir na formação de percepções sobre as coisas e o mundo. Seriam baseadas na compreensão que este grupo possui de suas vivências culturais. Os contrastes e oposições que se estabeleceriam na relação com o outro, auxiliariam na construção da alteridade fundamental para constituição da identidade dos sujeitos.

---

[3] Corporização: Ação de corporificar; atribuir corpo a (o que não o tem). In: Michaelis On Line. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=corporificar>. Acesso em:

Chegamos a esta noção apoiados na definição de SPINK e GIMENES (1994, p. 153), na qual as práticas discursivas "são as diferentes maneiras em que as pessoas, através do discurso[4], ativamente produzem realidades psicológicas e sociais", assim, cada grupo social, vivenciando o discurso produzido em sociedade elaboraria realidades sociais. Estas realidades permeadas pelas vivências culturais deste grupo gerariam novos discursos, onde os sentidos atribuídos no discurso da sociedade poderiam ser reinterpretados, gerando uma polissemia que reagiria à imposição de um único sentido. A polissemia estaria presente na relação com a alteridade, quando o outro seria utilizado como elemento de diferenciação e assentamento de preferências, sabendo que "quando o contexto é por sua vez marcado por relações assimétricas as regras discursivas podem tornar-se coercitivas" (SPINK; GIMENES, 1994, p. 154).

Isso, nos leva a inferir que os discursos sobre a beleza e os corpos em nossa sociedade foram construídos dentro de relações assimétricas entre as classes sociais ocasionando uma imposição (coercitiva) de modelos representativos de uma só classe, restando à outra transformar seus significados. O que se assistia nas atitudes de minhas alunas negras, então, possivelmente seria a ressignificação do que era considerado belo adaptando os cabelos crespos ao padrão normatizado como ideal de beleza. Deste modo, ao oportunizarmos uma reflexão crítica da realidade social por meio das expressões corporais dos alunos, poderíamos possibilitar o conhecimento e uma melhor compreensão sobre os mecanismos discriminatórios e de assimilação que se impuseram na constituição da cultura brasileira.

A partir da realidade vivenciada empiricamente no cotidiano com jovens negras da periferia, pela observação de seus modos de ser e agir, com o seu corpo e a beleza deste, despertamos para o entendimento de como se daria a construção social do corpo e da beleza para as mulheres negras. Elaboramos, assim, uma questão que elucidasse o corpo, a beleza, a educação física e as mulheres negras, partindo da premissa de como teriam sido construídos os discursos sobre a beleza feminina no Brasil, os instrumentos para sua divulgação, observando a posição social de seus enunciadores e seus intentos, trazendo as possíveis interpretações dos receptores e a resistência empregada a essas práticas.

No entanto, percebemos que toda essa gama de proposições discursivas passaria por uma concepção de corpo e de corporeidade, entendendo este, então, como um discurso que expressaria as intenções dos enunciadores e também a resistência nos corpos receptores, em razão do conhecimento e as percepções serem processos sócio-cognitivos que dependem tanto da história dos indivíduos como do contexto sócio-cultural das formações discursivas (SPINK; GIMENES, 1994, p. 152), gerando conflitos e dissidências. Assim, pressupomos que a

[4] O discurso nesta pesquisa refere-se "ao uso institucionalizado da linguagem e dos sistemas de sinais de tipo linguísticos. Esta institucionalização ocorre tanto no nível macro dos sistemas políticos e disciplinares como nos níveis mais restritos dos grupos sociais, entendendo que cada estrutura de poder tem seu discurso" (SPINK, 2013, p. 24). Concebido em nosso texto como linguagens sociais, que em BAKTHIN (SPINK, 2013, p.24) seriam "os discursos peculiares a um estrato específico na sociedade". Assim trabalharemos como os discursos políticos provenientes da classe dominante e também o discurso provindo das classes populares representados pela população negra.

corporeidade estética seria vista como a interlocução entre as práticas discursivas intencionadas e o arcabouço cultural dos sujeitos, concebendo um sentido e significado particular para a beleza no corpo feminino negro brasileiro.

Por esta razão, a questão corporal é a primeira a ser discutida em nosso trabalho. Na constituição da corporeidade dentro de nossa cultura, não poderíamos deixar de contemplar a população negra, especificamente, as mulheres negras e seus corpos, observados como discurso de resistência, visto que foi através da contraposição de suas características físicas em relação à população branca que se construíram os julgamentos estéticos brasileiros. A sua corporeidade, então, atuou como presença na sociedade.

Acompanhando o pensamento de SANTIN (2003), a corporeidade seria como o nosso componente de presença. Somos e estamos no mundo através de nossa relação com os elementos do ambiente, de nossas atitudes e comportamentos no meio social, de nossa intencionalidade de movimento, logo, através de nossa corporeidade. Constituída sócio-historicamente, ela expressa os elementos que compõem a história pessoal dos indivíduos, revelam a sua visão de mundo juntamente com a sua ocupação social neste. As representações do mundo e da sociedade através do corpo abrangeriam os gestos, os comportamentos e a apresentação estética. Como abordamos corpos femininos negros, percebemos como a apresentação estética é, neste caso, um símbolo que embasa a diferenciação. Os caracteres físicos que se tornaram signos componentes do corpo negro, conforme GOMES (2008, p.26), são os cabelos e a cor da pele. Um e outro foram utilizados como referenciais negativos na construção social da beleza brasileira.

A corporeidade pesquisada foi em sua manifestação estética. Entendemos a corporeidade por meio da definição de Maurice MERLEAU-PONTY (apud SANTIN, 2003, p. 35) na qual a presença do homem no mundo, é movimento, é gesto, não somente como corpo material, mas também "enquanto fenômeno corporal, isto é, enquanto expressividade, palavras e linguagem". Assim sendo:

> *"O homem é essa realidade que se manifesta e que se expõe diariamente às óticas abrangentes nos campos perceptivos, pela infinidade de suas possibilidades expressivas instauradas pela dinâmica da corporeidade. O homem é uma autoconstrução corporal" (SANTIN, 2003, p. 67).*

Esta autoconstrução corporal do homem levaria, conforme Pierre BOURDIEU (apud LIMA, 2013, p. 03), a elaboração do corpo socializado no qual "as disposições incorporadas e transformadas em posturas corporais nos levariam a compreender de que forma o homem se socializa". Este corpo social seria interpretado a partir de seu *habitus*[5] que "enquanto prática geradora originaria formas diferenciadas de expressar-se corporalmente, dentro de modulações configuradas por um grupo socialmente identificado" (LIMA, 2013, p. 04). Nosso

[5] Entendemos o conceito de *habitus* como uma lei social incorporada, seguindo o pensamento de Pierre Bourdier, sendo "um conjunto de símbolos e representações comuns aos atores coletivos e que constituem, interferem e organizam a construção, difusão e institucionalização das ideias e das relações sociais desses mesmos agentes" (SANTOS, 2006, p. 315).

grupo social de estudo é representado pelas mulheres negras em um período histórico específico,selecionado em razão das modificações estruturais na sociedade brasileira que impunha regras de embelezamento na tentativa de estabelecer um padrão de beleza normativo para a população brasileira, de maneira a ignorar as diferenças e marginalizar as características fenotípicas dos indivíduos.

Entendemos que os conceitos e conhecimentos sobre o corpo humano foram sócio-historicamente constituídos e culturalmente vivenciados. Isto em razão das ciências que primeiro se puseram a estudar a anatomia e a fisiologia dos corpos inseridas no contexto histórico europeu do século XIX, no qual as teorias racialistas eram a base de compreensão das diferenças. Assim, a veiculação destes conhecimentos por meio de teorias científicas embasou o entendimento sobre os corpos e as diferenças entre os seres humanos no decorrer da história da humanidade, servindo, inclusive, como justificava para a exploração e a dominação dos povos não europeus (SCHUWARCZ, 1993). Tivemos, então, no contexto social da diferenciação humana por meio de raças superiores e inferiores, a fomentação de um discurso sobre a miscigenação, onde o mestiço seria um degenerado, o que acabava por justificar o atraso cultural das populações americanas, especialmente a brasileira.

Através do conhecimento sobre o seu corpo em sua cultura, os indivíduos acabariam por demarcar os corpos diferentes a esse sistema cultural, construindo sentidos que os identificasse. E estes foram os passos dos intelectuais que pensavam o Brasil enquanto nação. Entendendo conforme as teorias científicas à época os corpos de pele branca e ascendência europeia como raças superiores, logo, atribuíram aos sentidos veiculados aos corpos de negros e mestiços, a inferioridade, que acabou por orientar os comportamentos e discursos sobre estes. Assim, os estereótipos adquiriram significados que intensificaram os critérios de diferenciação entre os brasileiros.

Os estereótipos sendo a principal estratégia discursiva de dominação como uma forma fixa de representação que, ao negar o jogo da diferença, constitui um problema para a representação do sujeito (BHABHA, 1998 seriam parte dos discursos construídos sobre o dissemelhante que serviriam à identificação, caracterizando pejorativamente os sujeitos não ajustados ao meio social.

A construção dos estereótipos sobre a população negra se deu nesta dinâmica, com o julgamento preconceituoso sobre suas características físicas, intelectuais e morais servindo então como motivação para a criação de uma gama de significantes que foram utilizados como elemento diferenciador, inferiorizando e marginalizando os caracteres de ascendência africana, desempenhando tanto um papel como justificativa para a atuação dos colonizadores e como posteriormente para a valorização da estética branca como padrão universal de beleza.

A difusão e a possível apropriação dos estereótipos pelos indivíduos podem interferir na sua compreensão sobre o seu corpo, conduzindo a uma corporização de uma imagem

sugerida, que seria a distorção de sua realidade. Ou seja, a formação da imagem corporal[6] poderia ser afetada pelos discursos estereotipados atribuídos ao tipo de corpo, cor de pele, cabelo e todos os elementos que podem ser utilizados como construtores de uma corporeidade. Com isso, a estereotipia das características físicas da população negra seria relevante na construção de sentidos e significados de uma beleza negra, levando a um processo de aceitação/rejeição de seu corpo (GOMES, 2008).

Observando a beleza negra feminina como "capital corporal", pois, segundo LIMA (2013, p. 07), "as propriedades corporais podem funcionar como capital para a obtenção de lucros sociais", interpretamos este capital para mulheres negras como a possibilidade de ter sua beleza valorizada ainda que em seu grupo social, já que a sociedade valoriza hegemonicamente outra referência de beleza. À vista disso, o conjunto de visões e discursos sobre o corpo e a beleza de mulheres negras no momento em que o branqueamento era uma das estratégias para inserção social de negros na sociedade brasileira, isso passa a ser o objeto de análise de nossa discussão.

Este momento histórico, compreendido na primeira metade do século XX, foi campo de atuação da eugenia[7]. Nele, beleza e fealdade coadunavam como uma das possibilidades de constituição da identidade coletiva negra. Há aqui a busca pela compreensão sobre como o racismo e a discriminação racial, também ancorados nestes corpos, possam ter sido viabilizados como produtores de uma realidade onde a resistência aos padrões de beleza impostos poderiam se tornar características da corporeidade negra feminina brasileira.

O nosso recorte temporal, comportando o período de 1930 a 1945, compreende um cenário político no qual o país passava por um processo de nacionalização e que para tanto era necessário o "aprimoramento da raça"[8] por meio da eugenia e da educação. O racismo de Estado estava presente, pois este empreenderia no país uma modificação das características raciais e para tanto:

> *"investiu nas técnicas da vida e nas políticas de população, sob o pressuposto do vínculo entre características físicas e morais do ser humano como determinante do caráter étnico-nacional, numa taxonomia que media o grau de civilização e o rumo da modernização que se desejava" (FLORES, 2007, p. 15).*

A população negra nesta conjuntura se via deslocada dos padrões estéticos estipulados como representação nacional, enquanto a mestiçagem brasileira dificultava a atuação dos eugenistas e o estabelecimento de um perfil. O propósito dos eugenistas era colocar o país no caminho do progresso, minimizando os males que até então afligiam a população nacional. Uma união de forças entre eugenistas, sanitaristas, educadores e políticos pensava o Brasil do

---

[6] Imagem que o indivíduo projeta de si, constituída a partir dos olhares dos outros e dos discursos sobre ele.
[7] Para o seu principal defensor no Brasil, Renato Kehl, "A Eugenia era uma ciência e uma arte" (FLORES, 2007, p. 39). Tinha como "objetivo modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração" (SANTOS, 2008, p. 20).
[8] Elemento de uma Cultura de raça, o aprimoramento levava em consideração as teorias da degeneração racial. O Brasil só poderia tornar-se nação civilizada através da supressão dos caracteres genéticos da população negra por meio da higiene, educação e dos procedimentos eugênicos de seleção dos mais aptos. Sempre mantendo a estética branca como exemplo de saúde e civilidade.

futuro como nação integrada à modernidade e civilizada, porém, para tanto, era preciso zelar pelo estabelecimento da raça superior, expurgando as raças inferiores, branqueando socialmente a população, visando a garantia da robustez, beleza e saúde na formação de uma raça brasileira.

A intelectualidade desta época, composta por médicos, advogados, políticos, educadores, antropólogos, integrantes da classe dominante que refletiam e legislavam sobre o futuro do país, teve expressiva influência da eugenia. Imbuídos do nacionalismo latente após a Revolução de 1930, propagou-se uma política de integração nacional que emergiu da necessidade de tornar-se nação e para isso seria preciso o desenvolvimento de uma mão de obra saudável e disposta, a homogeneização das culturas e o sentimento de pertencimento, inaugurando a imagem de um povo e de uma cultura coesos.

A integração da população negra na sociedade de classes se tornava imprescindível. Como constituíam uma enorme massa populacional à procura de empregos e de suportes simbólicos para instituir sua cidadania, este era o corpo que potencialmente poderia ser modificado, transformado ou adaptado para que se tornasse mão de obra disponível. As políticas de integração com a abertura de postos de trabalho para brasileiros incentivou a autoconfiança, porém não minimizou o racismo.

A exaltação da mestiçagem brasileira, tornando-a símbolo de nacionalidade, investindo na apropriação de manifestações culturais afrodescendentes, como a música e a culinária, dava suporte à democracia racial. A democracia racial sugerindo a inexistência de preconceitos raciais e propondo a integração cultural, acabou por dissimular o racismo e promover a falsa visão de boa convivência entre raças e classes sociais. Como nos afirma DAMASCENO (2010, p. 104), o Rio de Janeiro, então capital da República, foi o grande palco onde se começava a encenar "o processo unificador e homogeneizador em curso". Isto por que:

> *"O Rio de Janeiro vai se construindo também como o espaço privilegiado onde circulam e se comunicam pobres 'de cor' e 'brancos' de elite (mais precisamente pelos bairros centrais, como a Lapa, que adquirem marcadas características boêmias). Eles constroem uma linguagem que foi traduzida por muitos intelectuais - em especial, por Gilberto Freyre - como o elogio da miscigenação e da ausência de preconceito e de discriminação 'racial'" (DAMASCENO, 2010, p. 106).*

Realidade essa que era diferente na cidade de São Paulo onde, segundo ALBERTO (2014,p.382), escritores paulistas negros, impregnados pelas recorrentes cenas de discriminação racial na entrada de bailes, proibições da entrada de negros na guarda civil paulista, dentre outros casos de preconceito, tentavam incentivar a população negra por meio de sua imprensa a "enegrecer", valorizando a sua origem africana, enaltecendo a imagem de ícones negros que batalharam pela libertação dos escravizados.

Esta era a realidade social brasileira na primeira metade do século XX, uma forte política embasada na ideologia nacionalista com suporte da eugenia que buscava a

modernização do país e a modificação do perfil corporal dos brasileiros à semelhança dos considerados belos e pertencentes às raças superiores, os europeus. As cidades de Rio de Janeiro e São Paulo diferenciavam-se em seus discursos sobre a mestiçagem e o futuro do país, elaborando distintos meios de manutenção, dissimulação ou denúncia de práticas racistas.

Em nosso trabalho, utilizaremos as fontes que retratavam o pensamento do governo e dos intelectuais envolvidos alocados no Rio de Janeiro, por ser esta a capital da república e cenário de experimentações que poderiam ser utilizadas em todo país. E ainda a imprensa negra em São Paulo, como instrumento de valorização das conquistas e de heróis negros que, de alguma forma, transformaram a realidade da população negra, além da resistência aos ditames que tentavam estabelecer a raça branca como superiora.

Nestes investimentos, perpassamos pela atuação do Estado Novo na tentativa de disciplinarização dos corpos dos trabalhadores. A maneira como o governo agiu buscando a normatização dos comportamentos sociais dos cidadãos nos serviu como base para análise da localização de mulheres negras e sua ocupação social, se esta influenciaria ou não em suas estratégias de embelezamento.

Elucidamos, além dos conceitos de corpo e corporeidade, os conceitos de raça, racismo, estereótipo e identidade social. Tal como as funções da educação e da cultura na tentativa de controle e disciplinarização dos corpos, a eugenia e a educação física integradas ao discurso de construção da nação e os conceitos de beleza e fealdade na época referida. Estes são conceitos que consideramos pertinentes na discussão sobre a construção social de um corpo brasileiro e foram abordados a fim de iluminar a ideia da constituição de uma possível corporeidade negra feminina.

Ao evidenciar todos esses conceitos, temos por objetivo analisar as estruturas políticas e educacionais que organizaram e contribuíram para a formação da visão de corpo referente à população negra no Brasil e observar criticamente as relações que estas estruturas estabeleceram com a imagem do corpo negro feminino brasileiro, enaltecendo a estética do racismo e a sua resistência.

A nossa perspectiva é que a pesquisa sirva de base para demais estudos na área das relações étnico-raciais. Estudos que tragam a visibilidade não só da corporeidade afro-brasileira, mas também a maneira como os corpos atuantes nessa cultura se comportam na sociedade, na sua resistência aos discursos racistas, ressignificando seus símbolos culturais; as questões referentes à corporeidade negra, longe da folclorização, caracterizadas como componentes do corpo social e dos discursos sobre a população negra brasileira.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a pesquisa bibliográfica com posterior análise de dados. Os dados coletados são os trechos de artigos veiculados nas fontes primárias onde

estavam evidenciados os discursos sobre: a raça brasileira, o homem brasileiro, a beleza feminina, o comportamento do negro e a beleza negra.

Entendemos a pesquisa bibliográfica como um "estudo direto das fontes científicas" (OLIVEIRA apud SÁ-SILVA et al, 2006, p. 05) e de acordo com esta definição realizamos uma investigação sobre a literatura pertinente ao tema de pesquisa. Foram catalogados artigos científicos, livros, teses e dissertações sobre os conceitos elucidados para a discussão de nosso tema.

Em primeiro momento realizamos a revisão de literatura com o intuito de averiguar a pertinência do tema a ser pesquisado na academia e sua possível relevância para futuros estudos. O passo posterior foi a coleta de dados bibliográficos, a fim de relacionar e selecionar as pesquisas que possuíssem temas e descrições em concordância com o tema proposto.

A partir da pesquisa bibliográfica, tivemos acesso a uma gama de autores e pesquisas que retratam em seus textos os conceitos e categorias elencados em nossa pesquisa. Ao verificar as referências na bibliografia contemplada, realizamos uma enumeração de autores de acordo com especificidade com que seus trabalhos estariam relacionados aos conceitos. Assim, designamos para a conceituação de corpo e corporeidade os autores: Denise Sant'anna Bernuzzi, Carmen Lúcia Soares, Michel Foucault, David Le Breton, José Carlos Rodrigues. Quando tratarmos da corporeidade negra evidenciamos os autores: Ivanilde Guedes de Mattos, Nilma Lino Gomes, Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil. Para o conceito de cultura foram elencados os autores: Clifford Geertz, Jocimar Daolio e Roque de Barros Laraia. Para elucidar os conceitos de raça e racismo utilizamos Antônio Sérgio Guimarães, Stuart Hall e Kabenguele Munanga. Ao tratar sobre os estereótipos e a representação da identidade utilizamos Stuart Hall, Nilma Lino Gomes e Homi Bhabha. Sobre a Eugenia, estética e beleza da população negra temos como pressupostos teóricos os trabalhos de Maria Bernadete Ramos Flores, Denise Bernuzzi Sant'anna, Giovana Xavier e Ricardo Augusto dos Santos. Sobre as mulheres negras buscamos referências em Amanda Braga, Maria Aparecida de Oliveira Lopes, Caetana Damasceno, Vânia Maria Bonfim e Bebel Nepumoceno. Para elucidar as questões sobre a Educação Física, Educação e projeto político do Estado Novo utilizamos as pesquisas de Jerry Dávila, Magali Alonso Lima e Carmen Lúcia Soares; e, por fim, para contemplar as questões referentes às associações e imprensa negra: Flávio Gomes, Petrônio Domingues, Paulina Alberto, Kim D. Butler e Elisa Larkin Nascimento.

Mesmo enumerados a partir dos conceitos utilizados na pesquisa, atentamos para o fato que os textos dos referidos autores perpassam pelos temas propostos, havendo uma convergência entre os conceitos. À vista disso, estes autores embasaram teoricamente as nossas discussões, articuladamente com as reflexões, informações e experiências adquiridas com a pesquisa.

Na delimitação de nosso objeto de estudo que "compreende aquilo que se deseja saber ou realizar sobre o sujeito" (MARCONI; LAKATOS, 2003. p. 45), realizamos um recorte temporal com o propósito de direcionar a pesquisa para o período histórico em que ocorreram algumas das significativas mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Com isso verificamos que o período histórico compreendido de 1930 a 1945, seria a conjuntura estudada devido à articulação entre projeto político ideológico de nação e a presença da população negra como um "problema" na sociedade à época. Assim, localizamos o nosso objeto, que é a construção social de um conceito de beleza para as mulheres negras, em um contexto sócio-histórico permitindo a reflexão sobre a sua interpretação pela comunidade negra.

Neste cenário político investigamos a utilização de periódicos com a finalidade de disseminar a ideologia política do Estado, adotando como instrumento de propagação a educação física. O periódico utilizado foi a Revista *Educação Physica* (1932-1945). Escolhido como fonte primária, o periódico conduziu a nossa análise para a compreensão da utilização do corpo à luz da década de 30. Para os esportes, para o lazer ou para o aprimoramento das classes dominantes, o corpo seria uma ferramenta de disseminação da ideologia que pretendia a formação do povo brasileiro. Neste periódico, averiguamos a presença do discurso sobre a beleza e o corpo feminino, assim como um recorrente apelo e posicionamento da educação física como elemento de eugenia no aprimoramento da nova raça brasileira, investindo na educação dos corpos para que se tornassem belos e fortes, prontos a servir a nação. Este discurso estava direcionado à classe dominante, enaltecendo a estética branca, composta não só por sua beleza física, mas também por seu caráter, moral e civismo, como possível futuro para o país.

A revista citada se encontra na biblioteca da Escola de Educação Física do Exército, localizada na Urca, Rio de Janeiro. Tivemos acesso a maioria das edições da referida revista e encontramos em seu conteúdo artigos que mencionavam o ensino de Educação Física para mulheres e seus objetivos, descrições sobre a educação integral dos indivíduos e um grande artigo sobre "a formação da nova raça brasileira". Os intelectuais envolvidos na elaboração dos artigos eram professores de educação física, muitos remanescentes da Escola do Exército. Foi encontrado também um artigo de Renato Kehl sobre a beleza feminina e outras traduções de autores americanos sobre a relevância da "cultura physica" para mulheres. As ginásticas e os esportes que possuíam aceitação e recomendados para mulheres eram retratados em longos artigos, sempre enfatizando os benefícios da boa forma física e dos comportamentos sociais. Neles, são divulgados desenhos e fotografias que visam orientar a prática de atividades físicas para o gênero feminino.

A revista encontra-se recheada de artigos ressaltando alegria e felicidade, banhos de sol e de mar com suas consequentes indicações e contraindicações, dicas para alimentação e reportagens sobre os esportes praticados no país. Alguns comentários sobre a entrada dos

negros no futebol, assim como artigos que noticiam as vitórias dos atletas negros do boxe americano. Cada edição das revistas tem por volta de 100 páginas, o que demonstra a possível relevância das informações veiculadas em suas páginas.

As edições utilizadas foram aquelas que contemplaram nossa pesquisa com artigos que se referissem: às mulheres e sua beleza, ao homem brasileiro e à população negra. Dos números que nos foram disponibilizados, selecionamos por ordem temporal, de maneira que contemplássemos o início dos anos 30, o início dos anos 40 e o fim da década. Os números que foram utilizados por nossas fontes bibliográficas, também aparecem no texto de forma a complementar as análises e oferecendo, por vezes, percepções com as quais discutimos.

Alusões à população negra foram pouco encontradas, porém sobre a raça brasileira e o homem brasileiro são muito recorrentes. Vê-se nesse sentido a importância do conteúdo da referida ciência, que à época era considerada arte, na imposição dos preceitos políticos higiênicos e eugênicos nos corpos dos cidadãos brasileiros. A constituição de uma nação com um povo belo era objetivo corrente na política, enfatizando e divulgando a estética branca como produto final do que esperavam do Homem Brasileiro:

> *"ao visualizarem o futuro do Brasil, as diferenças em seus enfoques davam lugar a um consenso sobre os males da nação e seus remédios. Oliveira Vianna, Roquette Pinto e Rocha Vaz, assim como a comunidade científica, científico-social e médica, como um todo, confiavam no futuro branco do país e no papel da educação e da saúde pública em sua criação. Embora continuasse a haver polêmica sobre a natureza da negritude, da degeneração e da possibilidade de aperfeiçoamento racial, havia consenso sobre o significado e o valor da brancura - consenso que se expressava nas virtudes masculinas de virilidade, força e coragem, na europeidade e na concordância de que essa era a raça do futuro do Brasil" (DÁVILA, 2006, p. 50).*

E ninguém melhor que Renato Kehl, o grande defensor da eugenia no Brasil, para elucidar as concepções eugênicas sobre a beleza e a brancura. Dos seus trabalhos publicados, utilizamos a segunda parte de seu livro: *A cura da Fealdade*, publicado em 1923, no qual estabelece os possíveis meios para se evitar a fealdade, relacionando cuidados desde ao íntimo de casais à prática de ginástica sueca por pais e filhos. Esta parte do livro compreende os seguintes capítulos: XVI - Etiologia e Prophylaxia da Fealdade; XVII - Regras Geraes para a Prophylaxia da Fealdade; XVIII - Fautores Degenerativos; XIX - Da permissão para o casamento; XX - Hygiene Conjugal; XXI - Cuidados a ter com a alimentação das creanças; XXII - Meios para se assegurar a saude e a belleza das creanças; XXIII - Saude, Belleza, Robustez e a Educação Physica; XXIV - Perfeição moral, Intellectual e a Educação.

Sobre o público feminino, o autor tem uma publicação direcionada ao gênero, que foi o livro *Formulário de Belleza: receitas escolhidas*, publicado em 1927. Esta publicação traz para o público a concepção eugênica sobre beleza feminina e as diferentes maneiras para que essa possa ser mantida. O autor oferece inúmeras fórmulas terapêuticas que contribuiriam para o embelezamento feminino longe dos cosméticos que, para ele, somente tornavam as mulheres artificiais como "falsas divindades da belleza".

Para elucidar o pensamento das mulheres sobre os conceitos eugênicos e as visões que possuíam sobre sua função social, buscando também o protagonismo feminino na autoria de periódicos, tivemos acesso à *Revista Feminina*, disponível na Biblioteca Virtual da Unesp. Por meio desta revista, pudemos verificar a atuação das mulheres na produção de discursos em prol de sua emancipação, porém direcionados aqueles componentes da classe dominante, representadas por mulheres de classe alta e média.

As fontes primárias utilizadas para contemplar o pensamento da comunidade negra sobre o sistema político-ideológico vigente foram os jornais que compuseram a Imprensa Negra paulista. Por intermédio do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tivemos acesso aos periódicos que contemplaram a visão e as discussões da comunidade negra principalmente sobre a melhoria de sua aparência como meio de dissimulação das atitudes discriminatórias e possível inserção na sociedade. A seleção dos jornais foi realizada de acordo com o período de publicação, dessa maneira, foram apreciados os jornais: *A Chibata*; *A Voz da Raça*; *Clarim d'Alvorada*; *Getulino*; *O Patrocínio*; *Progresso*; *Quilombo*; *Tribuna Negra*; e a *Revista Momento Feminino*. Nesta última encontramos as publicações referentes aos concursos de beleza negra realizados no Rio de Janeiro. Utilizamos o referencial de 1930 como parâmetro inicial, mas não como único, pois alguns destes jornais têm suas publicações ainda na década de 1920 e trouxeram visões pertinentes que enriqueceram a pesquisa.

O uso destes documentos se justifica pelo fato de, segundo SÁ-SILVA (2009, p. 02), a sua utilização permitir o acréscimo da dimensão tempo à compreensão social, ampliando o entendimento do objeto cuja compreensão necessita de contextualização histórica e cultural. A partir da seleção de tais fontes primárias, foi necessária a análise documental das fontes, onde "propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos" (SÁ-SILVA, 2009).

A análise dos dados foi realizada por meio de método dialético que, de acordo com LIMA e MIOTO (2007, p. 40), implica sempre em uma revisão e reflexão crítica e totalizante, porque submete à análise toda a interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Desta maneira, a inter-relação e interpretação dos conteúdos foram realizadas em vista aos pareceres histórico-sociais da época em acordo com seus pensadores e intelectuais, utilizando assim o método histórico:

> *"O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para urna melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações" (MARCONI; LAKATO, 2003, p.106).*

Como técnica de análise dos dados empregamos a análise de conteúdo, compreendendo que a análise das práticas discursivas introduz a noção de efeito de sentido entre os interlocutores e os contextos fazem parte de uma história, já que, também nessas instâncias de enunciação, os enunciadores se sujeitam a sua formação discursiva (POSSENTI, 2004).

Segundo SÁ-SILVA (2009, p.08), o pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômica, cultural e política que propiciou a produção de determinado documento. Baseados neste, verificamos a necessidade da presença de documentos à época a fim de esclarecer a maneira com a qual os intelectuais produziram os periódicos e tentaram difundir seus ideais, principalmente nos campos em que suas atuações obteriam um resultado mais rápido e se propagariam devido à rotatividade entre as pessoas, neste caso a imprensa. Segundo MOZZATO e GRZYBOVSKI (2011, p. 734), como a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, há a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado. Neste sentido, ao destacarmos os trechos de nossas fontes primárias, estas estavam em congruência com o tema do capítulo, contribuindo para a compreensão dos sentidos empregados nos conceitos construídos pelos intelectuais em sua época.

A pesquisa metodologicamente foi dividida em capítulos a fim de permitir a discussão e reflexão crítica sobre os conceitos de maneira a sequenciar uma construção de pensamento sobre o tema. Desta maneira, elaboramos um estudo que permitiu a discussão sobre a construção da estética e corporeidade da mulher negra, como campo de resistência e luta contra o racismo.

Em nosso primeiro capítulo realizamos um debate sobre o corpo e a corporeidade inserida na cultura brasileira. Amparados pelos conceitos de corporeidade, empreendemos uma leitura sobre o tema trazendo à discussão o corpo enquanto discurso. Utilizando a prática discursiva como ação corporal, nos empenhamos em compreender a construção de discursos sobre os corpos da população negra, principalmente referente às mulheres negras. Os mecanismos utilizados na resistência contra o racismo e as consequências da assimilação de elementos da cultura afro-brasileira na cultura nacional, na expressão corporal da população negra e no processo de constituição da corporeidade.

No segundo capítulo é abordado o sistema político-ideológico desenvolvido pelo Estado durante o período de 1930 a 1945 e sua possível influência na construção de discursos sobre a beleza feminina na tentativa do estabelecimento de um modelo para tal. As atuações da eugenia e da educação física nas proposições de atividades e fórmulas que pudessem garantir a beleza e a reprodutividade de mulheres brancas brasileiras, consideradas as representantes do futuro eugênico brasileiro. Apuramos a invisibilidade de corpos negros em propagandas e

artigos veiculados pela imprensa especializada, o que negligenciava e direcionava os seus discursos à classe dominante, representada pelo corpo político e intelectual da época.

Já o terceiro capítulo destinamos à discussão sobre a beleza para comunidade negra em meio aos discursos construídos sobre os corpos femininos negros. Retratamos a realidade social de mulheres negras no período de 1930 a 1945, em sua ocupação social e a produção de discursos sobre sua beleza. Trazemos ao texto a Imprensa Negra paulista, principal representante da comunidade negra à época, elucidando suas visões sobre preconceito, discriminação e principalmente comportamento social do negro. Neste ínterim temos os concursos de beleza negra e as opiniões de algumas de suas vencedoras, utilizadas como referencial sobre o que se construiu no decorrer destas décadas sobre a mulher negra, assim como estabelecemos a relação entre a beleza divulgada como padrão social e a mesma no seio da comunidade negra.

Em nossas considerações finais estabelecemos um elo entre o que pode ser definido como corporeidade negra feminina e a constituição da visão sobre o corpo do brasileiro, abarcando o mito da democracia racial e o nacionalismo de 1930 a 1945, discutindo assim a formação de uma estética integrada à constituição da identidade coletiva da população negra.

## Capítulo I - O Corpo na Cultura e a Cultura no Corpo



**Samba de rua em Pirapora/SP - 1930 (SCHUMAHER, VITAL BRASIL, 2007, p.396)**

*"No Atlântico Negro, as definições de cultura sempre estiveram afastadas do singular. Diante da riqueza de agentes, contextos e processos sociais, falar em cultura significa pluralizar seus significados e enfoques. As manifestações artísticas brasileiras são provas cabais dessa diversidade inerente aos modos de fazer a cultura, ou melhor, as culturas afrodescendentes. Em diferentes cenários dessa recriação, a mulher provedora, orientadora de destinos e guardiã da ancestralidade, através da transmissão que se dá em casa, na família, nas escolas e nos terreiros" (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p. 381).*

A cultura, por "se constituir como um sistema de representações, indispensáveis à constituição do sentido do mundo, das coisas e das relações sociais" (RODRIGUES, 2006, p. 26), tem na corporeidade uma das formas de exposição e consequente materialização.

Os sentidos produzidos pela cultura são apropriados e internalizados socialmente pelos corpos, sendo expressos por meio da corporeidade e retratados no comportamento dos indivíduos. A forma como a concepção de mundo e as conceituações sobre as coisas que o compõem são internalizadas, fazem com que os sentidos oferecidos socialmente pela cultura tornem-se visíveis no corpo. Este corpo que é construído sócio-historicamente desde as concepções sobre suas partes, órgãos e funções até os seus comportamentos e atitudes, tem a sua composição a partir da atribuição de significados sociais para o que se entende sobre ele. Afinal, "se considerarmos todas as modelações que sofre, constataremos que o corpo é pouco mais que uma massa de modelagem à qual a sociedade imprime formas segundo suas próprias disposições: formas nas quais a sociedade projeta a fisionomia do seu próprio espírito" (RODRIGUES, 2006, p. 62). Da mesma forma, a expressividade corporal constituída a partir do convívio social juntamente com o apreender e o recriar dos significados atribuídos aos gestos e comportamentos, passam a ser expostos por meio da corporeidade, retratando a cultura na qual aquele corpo vive.

Dito isso, na medida em que, os símbolos e os signos[9] culturais, temporais e espaciais, em que vive o sujeito são externalizados pelo corpo, estes acabam por se configurar como sistemas de representação da realidade de cada sociedade. Os sistemas de representação seriam os sistemas de classificação elaborados a partir dos códigos da sociedade que acabariam por influenciar nas percepções dos sujeitos em seu convívio social (RODRIGUES, 2006, p. 20). Com isso, a construção social da realidade se daria, então, pela relação entre a cultura, a sua apropriação e a interpretação desta realizada pelo corpo humano.

Para discutir esta relação partimos do pressuposto que o corpo humano, como dimensão biológica, é aquele que materializa a presença dos sujeitos no mundo. É o lugar concreto onde são manifestados os desejos, tudo o que foi aprendido e observado ao longo de nossa história pessoal e social. Logo, considerando que até mesmo o entendimento sobre os aspectos biológicos e a concretude do corpo é estabelecido sócio-historicamente, a presença do corpo no tempo e no espaço estaria atrelada à sociedade na qual este corpo está inserido. Constituindo-se, deste modo, também como fruto de construção social, repleto de representações culturais e simbólicas desta sociedade, pois:

> *"Não há sociedade que não modifique de alguma forma o corpo de seus membros, cada uma, portanto, se especializando na produção de determinados tipos de corpos, os quais servirão como insígnias da identidade grupal, no qual o corpo biológico trabalhará como matéria sociológica" (PAIM e STREY, 2004, p. 04).*

Logo, entender o corpo como matéria sociológica é ter em mente a contribuição da cultura, da educação e da política na formação da corporeidade do sujeito. Este corpo social ao

[9] Entendemos estes símbolos e signos, segundo RODRIGUES (2006, p.65), como "princípios normativos que não raramente definem a condição de humanidade para aquela cultura".

apreender os significantes sociais compõe, a partir disso, uma identidade, que se manifesta na diferenciação entre o Eu e o Outro, entre o Eu e as coisas do mundo.

Verificamos, então, a possibilidade de as transformações na percepção do que é o corpo, assim como a constituição da corporeidade e da identidade social dos indivíduos se constituírem de acordo com as modificações políticas e culturais nos discursos vigentes que se estabelecem no corpo através da educação e da cultura.

Neste capítulo, iniciaremos uma explanação sobre a construção social de um corpo. Um corpo construído com base em um discurso médico-científico que divergia da realidade social dos sujeitos. Um corpo que na tentativa de ser modelado como o representativo do povo brasileiro, se viu composto por diferentes vivências culturais. Retrataremos, assim, a maneira como o corpo social, que "é o corpo do indivíduo portador do *habitus*" (LIMA, 2013, p. 04), se constituiu por meio da cultura e da apreensão dos significados atribuídos, que acabaram por interferir na elaboração de possíveis discursos sobre ele, relacionandotodo este processo à condição de estabelecimento da cultura nacional brasileira.

A cultura brasileira é repleta de especificidades, uma delas, e que será parte de nossa explanação, é o pensamento social brasileiro que serviu como alicerce para a composição não só da cultura nacional, mas também para a formação de uma identidade nacional. Como veremos, esta particularidade influenciará diretamente nos discursos proferidos sobre o que seria e o que se esperava construir como o corpo do brasileiro. A imagem deste povo brasileiro e as atitudes corporais que haveriam de fazer parte de sua composição seriam trabalhadas de maneira detalhada através da veiculação de normas sociais a serem executadas pela população.

No embate entre as questões sociais e raciais, temos na constituição do corpo brasileiro, um conflito entre o ideário político-cultural da superioridade da raça branca e a degradação das imagens dos corpos de negros e mestiços. Isto posto, pretendemos analisar as formas como os discursos foram, possivelmente, apropriados pelos corpos dos sujeitos negros na sociedade brasileira. Abarcando, como dito, a cultura e o pensamento social brasileiro, para o debate sobre a sua influência na constituição de uma corporeidade negra.

### I.1 O corpo e a corporeidade

Os corpos como repositórios e emissores da cultura têm neles ancorados as memórias, sensações e vivências que exprimem a vida tendo em sua atuação no mundo social a expressão da sociedade onde convivem. O ser humano sendo o corpo na cultura, pois segundo a percepção de LE BRETON (2012, p.30), o "homem e o corpo são indissociáveis e nas representações coletivas os componentes do corpo fazem parte de um todo", compreendemos a complexidade da relação entre o corpo e a cultura. O que nos permite perceber o corpo como "fruto de uma construção social, repleto de representações culturais e

simbólicas de uma sociedade, que imprime através deste mecanismo o corpo social adequado às suas normas" (PAIM e STREY, 2004, p. 02). Portanto, entender o corpo como matéria sociológica é ter em mente a contribuição da cultura, da educação e da política na formação da corporeidade dos sujeitos.

O corpo, segundo LE BRETON (2012, p. 10), "é a marca do indivíduo, a fronteira, o limite que de alguma forma, o distingue dos outros". É o meio que coloca os sujeitos em possibilidade de interação social, individualizando-o, mas também, tornando-o social. Individualizando quando utilizado como fronteira entre o EU e os outros corpos, entre o EU e as coisas. Socializando quando se estabelece a relação com o Outro e com o mundo, onde absorve e ressignifica os estímulos do meio social, compartilhando com a sociedade, os símbolos e signos culturais que a regem.

Os comportamentos e atitudes executados advêm desta comunicação entre o corpo e a própria cultura, na qual os mecanismos de atuação desta acabam por utilizar o corpo como um instrumento de representação, o que ocorre, de acordo com NEIRA e NUNES (2007, p. 11), devido ao fato "da representação cultural ser concebida como um sistema de significação e ser por meio deste que conseguimos tornar o mundo material inteligível, operacional e constituidor de sentidos".

Esta representação da cultura através do corpo se dá por meio da corporeidade. A corporeidade se configura como o próprio agir no mundo, a complexidade do entendimento do ser/estar, a expressão do EU. Compreende a intencionalidade de movimento e o uso social do corpo. Busca, através de gestos, atitudes e da estética, o sentido para a integração deste na sociedade e este sentido é adquirido através dos sistemas de representação oferecidos pela cultura.

Os sistemas de representação nos oferecem subsídios para o sentido/significado do que nos é diferente e este advém não da correspondência e sim da diferenciação entre os significantes. Cabe ressaltar que: "a representação de um signo nunca é estável, determinada. Ela é constantemente inscrita por quem lê" (NEIRA e NUNES, 2007, p. 10). Logo, a percepção sobre o Outro e a visão sobre aquilo que o torna diferente, está atrelada aos aportes culturais em forma de sistemas classificatórios que atuam na marcação das diferenças e no estabelecimento destas como componentes-chave para a representação cultural, como pontua RODRIGUES (2006, p. 20): "os sistemas de representação estabelecem cortes e contrastes e instituem diferenças."

A diferença, segundo WOODWARD (2013, p.13), é "sustentada pela exclusão e estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades", com isso influenciada pela cultura, permite a construção de uma percepção sobre o que nos difere das coisas do mundo. Portanto, as características físicas e visíveis de todas as coisas do mundo são utilizadas como elemento diferenciador, as cores, os formatos, as texturas. Segundo HALL

(2013, p.04) "o que importa com relação às diferenças são os sistemas que utilizamos para dar sentido a elas, a forma como organizamos essas diferenças em sistemas de sentido, com os quais fazemos com que o mundo nos seja inteligível." Isso somente é possível quando, ainda segundo o autor, estas diferenças são organizadas dentro da linguagem, quando elas adquirem sentido.

> *"Se o gesto é uma forma de linguagem, portanto, ele é um signo. O signo apresenta dois lados indissociáveis e complementares: o significado – o conceito dado ao signo – e o significante – a imagem que fazemos dele. Essas premissas conduzem à ideia de que é o sistema linguístico que faz a mediação das representações humanas sobre o mundo material. É por meio da representação que os homens e mulheres decodificam, interpretam, e conseguem atribuir sentido e operar com as coisas do mundo" (NEIRA e NUNES, 2007, p. 09).*

A atribuição de sentido à linguagem, enquanto gesto, através dos sistemas de representação perpassam pelos significantes expressos pelo corpo na sua atuação em sociedade. A construção destes significados tem como aporte cultural os discursos proferidos sobre as posturas e atitudes corporais atribuídas aos indivíduos na sociedade, logo, a apreensão desses discursos desde a infância pode possibilitar a sua utilização como sistemas de diferenciação. Desta maneira, pontua HALL (2013, p. 04) "esses sistemas são discursivos porque o jogo entre a representação da diferença racial, a escrita do poder e a produção do conhecimento é crucial para a maneira em que foram gerados e funcionam".

Este processo de conscientização da diferença ocorre ainda na infância, quando a criança descobre o seu corpo, construindo seu esquema corporal auxiliado pela interação com os pais e o meio ambiente, e estrutura sua imagem corporal. Deste modo, a criança institui o que é semelhante e o que é diferente de seu corpo. A estruturação da imagem corporal só se completa mais tarde quando o contato desta criança com a sociedade aumenta e a cultura se instaura no cotidiano desta. A cultura seria o dinamizador da constituição da diferenciação na criança, vejamos:

> *"Quando crianças, habituamo-nos a absorver as características de nossa cultura tão inconsciente como aquela pela qual aprendemos o idioma que falamos. De fato, o comportamento social liga-se a uma pauta que está para a consciência do agente de maneira tão sutil e disfarçada como as regras da língua estão para o falante. Da mesma forma, os contrastes e oposições que se responsabilizam pela constituição de sentido das coisas e do mundo estão muitas vezes implícitos e dissimulados numa região de difícil acesso para a consciência dos indivíduos" (RODRIGUES, 2006, p. 42).*

Desta maneira, a cultura– - seus conceitos – seria internalizada pelos corpos dos indivíduos, normalizando as diferenças, havendo ainda assim uma conceituação sobre cada uma delas, por onde se baseia a discriminação: Eu/outro.

> *"A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades pessoais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de*

> *representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar" (WOODWARD, 2013, p. 18).*

A marcação da diferença ocorre, então, tanto no processo de classificação quanto nos processos simbólicos de representação, formando a partir daí um significado para o que é contemplado no mundo. A autora contempla a questão ressaltando como a cultura estabelece sua ação nos processos de diferenciação e constituição de sentido, dizendo que "cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados" (WOODWARD, 2013, p. 42).

O conjunto de significados construídos sobre a corporeidade na sociedade brasileira dá ao corpo social um sentido que se caracteriza pelo embate entre o discurso ideológico e a realidade social do brasileiro. Afinal, "todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído" (WOODWARD, 2013, p. 19).

Logo, se analisarmos as diferenciações a partir das características físicas das coisas que compõem o mundo, o corpo do Outro será avaliado também a partir disto. Ao considerarmos a nossa sociedade, onde pessoas são discriminadas e oprimidas em razão de sua cor de pele e posição social, observaremos que nela a cultura apresenta o corpo do Outro sendo caracterizado exclusivamente pela cor, características físicas e condição social. Segundo BHABHA (1998, p. 107), "o corpo está sempre simultaneamente inscrito tanto na economia do discurso, da dominação e do poder." O corpo, neste caso, é um instrumento de representação do poder e neste estaria compreendido toda a formação político-ideológica da população, afinal: "a estrutura social encontra-se simbolicamente impressa no corpo, e a atividade corporal nada mais faz senão torná-la expressa" (QUEIROZ, 2000, p. 32).

O corpo social na sociedade brasileira se torna um corpo a ser avistado a partir das concepções nas quais estão embasadas as normas sociais instituídas culturalmente. A realidade é construída socialmente. Segundo LE BRETON (2012, p. 26), "o corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam o seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna." Entendemos, com isso, que a interação social pode estabelecer a construção cultural das visões sobre o mundo.

## I.2. O poder e o corpo

As visões sobre o mundo estão interligadas com o pensamento político-ideológico da população e com a cultura. Como os corpos dos sujeitos em uma sociedade estão em conexão com as construções culturais que se formam a fim de enquadrá-los nas normas sociais,

percebemos na expressividade corporal a influência de elementos coercitivos de poder na sua moldagem.

A sociedade está todo o tempo, a partir de seus pressupostos políticos, impondo uma série de normas sociais, que variam de comportamentos, atitudes, posturas aos modos de ser, sentir e agir. Os corpos dos cidadãos são moldados por estas normas, seja por meio da coerção, seja pela educação. Desta maneira, a construção social dos corpos é uma formação amalgamada pelas opiniões, visões da sociedade sobre o indivíduo e deste sobre si.

A construção dos significantes que dão sentido à vivência corporal também é influenciada pelos aspectos citados, de forma que as classificações e a diferenciação são realizadas de acordo com as visões de mundo que cada membro da sociedade possui sobre o corpo, juntamente com aquela construída com o grupo social. Em nossa sociedade, os caracteres físicos possuem um peso de diferenciação com relação aos outros, portanto, corpos negros, deficientes, obesos e todos os outros corpos que estão em desacordo com o ideal projetado são discriminados e excluídos do padrão estético e comportamental estabelecidos e realocados na condição de fealdade e marginalidade. Com isso, sofrem uma imposição, por meio da mídia, para a adequação aos padrões sociais idealizados, pois, "o corpo não tem um valor em si mesmo, mas um valor dependente do lugar que ele ocupa" (RODRIGUES, 2003, p. 112).

Entendemos como mecanismos de dominação e disciplinarização do corpo, a política e a educação. Segundo LE BRETON (2012, p. 80), "o investimento político do corpo depende mais da forma de organização difusa que impõe sua marca sem que necessariamente seja elaborada e objeto de discurso". Assim, seria de forma lisonjeira que a investida no controle dos corpos seria viabilizada através da cultura, utilizando os veículos de informação para esta disseminação. A violência com a qual os discursos sobre o corpo podem conferir à corporeidade dos indivíduos, lhes encaixa em julgamentos ou os esquadrinha em concepções estereotipadas.

Os estereótipos funcionam justamente contrapondo signos a fim de manter a superioridade de uns em detrimento de outros. São construções simbólicas e discursivas produzidas sócio-historicamente e que interferem na concepção de mundo e na formação das identidades. Podemos assim, caracterizá-los tal como o próprio corpo, como instrumentos políticos para manutenção ou modificação de perfis em uma sociedade, atentando que cada cultura, cada sociedade, estabelece e impõe aos corpos e aos comportamentos de seus indivíduos, bem como à sua corporeidade, os padrões e símbolos que almejam como ideal para o convívio.

Recebemos em nossa cultura elementos altamente codificados que nos são normalizados e tornam-se parte do cotidiano e das percepções sobre o corpo social, estando recheados pelos discursos estereotipados veiculados no convívio social. Estes discursos,

então, são "uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido para que se tornem verdade" (BHABHA, 1998, p. 105).

O controle das atitudes corporais e consequentemente da corporeidade ocorreria com a disciplinarização dos comportamentos sociais dos sujeitos. Ao estabelecer as normas sociais para o convívio em sociedade, o Estado[10] dissemina um discurso sobre os comportamentos sociais desejáveis e os insere como padrão de comportamento nas escolas. Desde muito pequenas, as crianças teriam em seu cotidiano escolar as restrições de suas atitudes corporais como normas de civilidade. O mesmo ocorreria com a expressão corporal. Muitos atos espontâneos seriam no decorrer do amadurecimento humano, deixando de serem efetuados em público em razão de sua desaprovação social. Desta maneira, no convívio diário com estas imposições, os corpos seriam educados e moldados de maneira a refletirem as concepções e visões da sua comunidade. Os estereótipos, então, interfeririam e comporiam esta normalização das atitudes corporais. Os conceitos pejorativos sobre os corpos e comportamentos seriam diariamente apreendidos, discriminando por meio das características físicas, morais e éticas, aqueles que não estão enquadrados na norma social vigente.

A relação entre cultura e política, dominação e controle, a imposição de padrões ideais, estaria implícita na expressão corporal dos sujeitos e o que poderia influenciar estes corpos a refletirem aquilo que o discurso político-cultural determina. Deste modo, podemos elucidar as razões pelas quais, possivelmente, as características fenotípicas e culturais da população negra são utilizadas como elementos de diferenciação e suporte para a exclusão.

Se a cultura vigente que, de acordo com MUNANGA (2008, p. 85), foi "construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais", estabeleceu por fim uma cor de pele como esteticamente bela, cabelos lisos e energia física como sinônimo de saúde e asseio, atitudes corporais como meio de integração à comunidade, ao utilizar os negros africanos como uma referência a ser descartada, visualizamos o quão excluída pode ter sido a corporeidade negra na civilização que se construía nos países que passaram pela colonização.

O corpo do homem negro e da mulher negra ao passar pelo processo de colonização e escravização sofreu com a imposição de discursos que minimizariam e desqualificariam sua corporeidade preenchendo seus símbolos culturais de estereótipos, imprimindo, nestes corpos, os efeitos de sua resistência e por vezes da aceitação aos discursos[11].

---

[10] "Em 1930, opera-se no Brasil uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do país, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social. Uma tal orientação não podia mais se adequar às teorias raciológicas do fim do século XIX, tornadas obsoletas" (MUNANGA, 2008, p. 75). O recorte temporal da pesquisa (1930 a 1945) engloba este importante momento de transição e composição da identidade nacional brasileira.

[11] "A construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferença - raciais e sexuais. É uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural" (BHABHA,1998, p. 107). "A recusa da diferença transforma o sujeito colonial em um desajustado" (BHABHA,1998, p. 117).

De maneira alguma poderemos deixar de lado o fato que para cada imposição houve uma resistência, pois, segundo DELEUZE (1976, p. 21), "nenhuma força renuncia ao seu próprio poder. As forças inferiores exercem suas forças assegurando os mecanismos e as finalidades, preenchendo as condições de vida e as funções, as tarefas de conservação, de adaptação e de utilidade".

Não só as marcas físicas e concretas, mas os subterfúgios e o sincretismo são exemplos de formas de resistência que podem ter sido corporizados por homens negros e mulheres negras e que estariam presentes nas técnicas corporais e na expressão da corporeidade desses atores sociais. A relação dialética entre poder e resistência, assim como a capacidade de ressignificação, permitiu que os corpos e seus aportes culturais sobrevivessem às imposições do poder, dialogando e recriando novos aportes e símbolos que caracterizariam e marcariam a corporeidade negra no decorrer dos séculos, pois, segundo FANON (2008, p. 105):

> *"O negro em seu país, em pleno século XX, ignora o momento em que a sua inferioridade passa pelo crivo do outro... No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação".*

E é desta maneira que visualizamos o poder da brancura sobre o corpo negro, imputando aos sujeitos negros a recusa não só de sua cor, mas de seu corpo, tornando necessária uma reorganização de suas percepções sobre si e sobre o mundo. Compreender e aceitar o corpo negro pode exigir uma rejeição da brancura ou uma adequação deste corpo à estrutura estabelecida por ela. A perversidade do racismo, acompanhando COSTA (1983, p.06), suscita que o sujeito negro se estruture dentro de uma "perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar". Seria desta forma que a população negra, através de seu corpo, iniciaria uma construção de discurso onde seu corpo é o enunciador da sua relação de aceitação/rejeição na constituição do sentido em ser negro.

### I.3 O corpo como discurso

Entendemos o sentido "como uma construção social interativa por meio da qual as pessoas constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta" (SPINK, 2013, p. 22). Com isso, a produção de sentidos no cotidiano através dos corpos seria realizada por meio da corporeidade, na atuação corpórea e simbólica no tempo, no espaço e em sociedade, utilizando a linguagem - seus signos e significantes - como elemento pelo qual a interação social se estabeleceria, compondo os discursos que alicerçariam a sua compreensão de mundo, o sentido para as relações cotidianas.

Para mediar essa interação, temos inscritos nos corpos, muitos códigos de comunicação. A fala, os gestos, as características físicas são alguns deles, sendo da totalidade da expressão corporal o papel de emissor da comunicação. Basta atentarmos ao fato que

antes, durante e após uma fala temos posturas e atitudes corporais que afirmam ou negam o que é dito. A corporeidade se torna a linguagem do corpo, composta por códigos de comunicação repletos de significantes culturais.

Estes diferentes códigos são classificados por CAMPELO (apud NEIRA e NUNES, 2007, p. 07) como hipolinguísticos, linguísticos e hiperlinguísticos. Os autores exemplificam estes códigos e apresentam como:

> *"códigos hipolinguísticos das comunicações no corpo: as alterações fisiológicas, como códigos linguísticos: a comunicação generalizada e produzida no contexto social e como códigos hiperlinguísticos: as linguagens verbais e não verbais específicas de diversos grupos, suas expressões, suas danças, músicas e formas de organização com seus rituais, gestos, adereços são signos culturais expressos em seus corpos"*.

Consequentemente, acabamos por identificar as linguagens corporais como códigos hiperlinguísticos, onde os repertórios linguísticos[12] seriam as unidades ou os elementos que participam da expressividade deste corpo. Compreendemos como parte das linguagens corporais: os gestos, a atitude corporal, assim como as características marcantes que diferenciam este corpo de outros. Composta a corporeidade, esta se torna o código hiperlinguístico deste corpo e por ser uma estrutura simbólica, suas representações são significações para os grupos que compartilham tal linguagem sendo seus repertórios utilizados como signos de identidade social, compondo um discurso sobre o grupo.

A identidade social dos indivíduos seria a primeira relação da corporeidade com mundo. Estabelece-se na relação dialógica entre os grupos sociais e seus discursos. Entendemos então, a identidade como algo fluido, que se molda a partir dos dialogismos e da interação social com os diferentes discursos que se instituem em uma sociedade. A questão da identidade não é um perfil essencializante e sim uma condição de identificação, onde ao incorporar a linguagem do grupo social ao qual faz parte, seus discursos se tornam representatividade na corporeidade do sujeito. A corporização dos discursos dos grupos sociais realiza a ação de tornar visíveis as particularidades culturais, estando estas diretamente relacionadas com a identidade de tais grupos. Assim, como ressalta SOUZA (2009, p. 38), "a ideia de identidade se marca pela compreensão de que existe uma diferença que permite o balizamento daquilo que é distinto para se estabelecer o que é igual." Enaltecendo a importância dos processos de diferenciação no estabelecimento das identidades sociais.

Neste processo de estabelecimento de identidades, temos os discursos nas literaturas sobre os grupos sociais, principalmente os oprimidos. Estes discursos acabam por funcionar, de acordo com BERND (2011, p. 15), "como o elemento que vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentimento de identidade, essencial ao ato de autoafirmação das comunidades ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação".

---

[12] "Se trata de circulação de unidades de construção das práticas discursivas: os termos, as descrições, os lugares comuns e as figuras de linguagem que demarcam o rol de possibilidades da produção de sentidos" (SPINK, 2014, p. 229).

Desta maneira, atuante na corporeidade temos também os códigos linguísticos que promovem uma identificação coletiva dos corpos que compartilham a mesma identidade social, pois nestas literaturas, ainda segundo a autora, há uma ascensão de um "nós coletivo" em lugar do "eu individual" que permite uma visibilidade das falas dos discriminados em nome de um grupo, afinal "a construção identitária é indissociável da narrativa e consequentemente da literatura". (BERND, 2011, p. 19).

A compreensão da narrativa do grupo social pode influenciar nas atitudes corporais levando o indivíduo à possibilidade de expressar maior identificação com o grupo social ao qual pertence. Este processo pode ocorrer como consequência do conhecimento sobre sua memória coletiva, sobre as realidades sociais do grupo e com a significação dos discursos destes.

Este pode ser o quadro da população negra em contato com a literatura negra. Ao vislumbrar o universo das falas e narrativas proferidas por escritores negros, pode ser contemplado o conhecimento sobre o seu passado, que foi silenciado, sua cultura, que foi apropriada e ressignificada, e a realidade social dos negros enquanto grupo, causando uma modificação de comportamento em sua corporeidade trazendo à tona a valorização dos códigos hiperlinguísticos que venham a remeter à negritude[13] brasileira.

Desta forma, quando relacionamos o tema à corporeidade da população negra, visualizamos que os diálogos entre os discursos identitários dos grupos sociais que compuseram a sociedade brasileira ganharam amplitude na constituição desta. A interpretação da corporeidade negra esteve balizada pela maneira como foram veiculados os discursos sobre a identidade nacional, influenciando a forma como a população negra construiu sua autoimagem e, por fim, sua identidade coletiva. Isso porque, segundo BERND (2011, p. 20):

> *"Uma literatura que se atribui a missão de articular o projeto nacional, de fazer emergir os mitos fundadores de uma comunidade e de recuperar a memória coletiva, passa exercer somente a função sacralizante, unificadora, tendendo ao mesmo, ao monologismo, ou seja, à construção de uma identidade do tipo etnocêntrico, que circunscreve a realidade a um único quadro de referências."*

A constituição de uma identidade brasileira acabou por tornar nacional uma série de manifestações culturais da população negra, invisibilizando a ancestralidade africana, ressignificando estes signos, tornando-os parte da cultura hegemônica da época, que era a branca eurocêntrica iluminada pelas teorias racialistas do século XIX, como bem expõe SCHWARCZ (2012, p. 59), ocorre uma "desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados". O corpo da população negra então tem a sua corporeidade segmentada em uma mestiçagem nacional com um trânsito ameno na sociedade e uma

[13] "Em seu sentido lato, é utilizada para referir a tomada de consciência de uma situação de dominação e discriminação, e a consequente reação pela busca de uma identidade negra. Cesáire pode afirmar que 'enquanto houver negros haverá negritude, pois não consigo conceber nenhum negro que possa virar as costas a seus valores fundamentais" (BERND, 1988, p. 20).

composta pela ancestralidade africana não contemplada pela ideologia racial, impactada pelo racismo, sendo criminalizada e perseguida pelo Estado, como observamos no trecho a seguir:

> *"Foi nos anos 1930 que o mestiço transformou-se definitivamente em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé, na comida e no futebol. A valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não encontra contrapartida fácil na valorização das populações mestiças e negras, que continuam a ser, como veremos discriminadas nas esferas da justiça, do direito, do trabalho e até do lazer" (SCHWARCZ, 2012, p. 28).*

Desta forma, com relação à população negra e a sua corporeidade, podemos seguir observação de HALL (2013, p.06) enxergando o corpo como um texto, um texto pronto para ser lido e interpretado. Um texto que, segundo FANON (2008, p.104), tratando-se da população negra, já tem uma leitura pronta, que é aquela do observador branco: "pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco". Atentamos, então, para o fato do corpo, enquanto texto, ser construído a partir do que se assiste dele, do que se sabe sobre ele e também sobre o que é dito sobre ele. A construção do corpo, com vimos, organiza-se socialmente. As concepções que aprendemos e dispusemos como conhecimentos são adquiridas como consequência da mediação entre corpo e cultura, sendo esta responsável por moldar os sujeitos e seus corpos de acordo com discursos e normas sociais de cada sociedade, pois como nos alerta RODRIGUES (2006, p.123), "é a sociedade que manipula o corpo para expressar-se."

### I.4 A cultura brasileira e seus corpos

A construção social dos corpos na sociedade pode ser compreendida pela interlocução entre os sujeitos e a cultura. A cultura brasileira quando aproximada à definição de RODRIGUES (2006, p.26) onde cultura é tudo o que é particular a determinada sociedade e depende de suas regras, nos remete à reflexão sobre a influência de determinados processos sócio-históricos na constituição desta. Visto que a sua formação é determinada pela especificidade das sociedades e suas regras, elucidamos como principal motor na especificidade da constituição da cultura brasileira, o pensamento social brasileiro que em seu princípio foi baseado nas teorias racialistas do século XIX, abrindo posteriormente para a valorização da mestiçagem, o ideal do branqueamento e o mito da democracia racial já no século XX.

A cultura brasileira, então, foi produzida, interpretada e reinterpretada pelos sujeitos através dos contatos com símbolos construídos por meio das transformações sociais ocorridas na sociedade. Transformações podem ter sido corporizadas pelos sujeitos, visto que: "Não há praticamente sociedade que não fira de alguma forma o corpo de seus membros, havendo inclusive preferências que podem parecer estranhas à primeira vista" (RODRIGUES, 2006, p. 63). Os corpos dos cidadãos brasileiros, então, passariam por uma série de restrições e

coerções com o intuito de que se tornassem adequados aos comportamentos que colocariam o Brasil no caminho do progresso.

A modernização do país se daria a partir da redução dos problemas sociais, que, de acordo com o pensamento do início do século XX, estava, ainda, relacionado à miscigenação, juntamente com outra motivação: a falta de educação, saúde e higiene da população. As aglomerações urbanas aumentadas com o pós-abolição e com a Proclamação da República dificultavam a reurbanização dos grandes centros urbanos. O Rio de Janeiro era, como capital da República, a principal delas. Os cortiços e as favelas no centro da cidade aumentavam a sensação, por parte da elite[14] e da classe médica, de probabilidade da disseminação de doenças.

A modernização brasileira ocorreria então com a melhoria da raça brasileira[15], composta em sua maioria por trabalhadores, sertanejos, pobres, imigrantes e negros descendentes de ex-escravos, longe do ideal de Homem Brasileiro imaginado pelos intelectuais que pensavam o futuro do país, contrapondo-se ao caldeirão cultural de realidades e expressões. Com isso, seria necessário um mecanismo de adequação destes sujeitos às propostas de comportamentos sociais sugeridas como ideais para o progresso da nação.

Uma delas seria a constituição de uma cultura nacional. Esta cultura deveria promover a homogeneização do hibridismo cultural, uma integração da população brasileira incitando um sentimento de apropriação dos valores culturais, riquezas e mitos. Assim, voltaram à tona o mito das três raças, foram recriados ídolos e ícones nacionais, a dissimulação das diferenças sociais e o discurso de convivência harmoniosa entre as raças. Neste ponto, temos no país, por meio da arte, da literatura, da música, da culinária, uma valorização dos aportes culturais mestiços. Diversas obras de arte enalteceram a mestiçagem, conflitando assim com as escolas tradicionais que baseavam suas obras em métodos europeus. Desta maneira, o início do século XX no Brasil se caracterizou pela contestação das teorias racialistas do século XIX, pelo avanço da política de branqueamento e pela disseminação da mestiçagem como retrato da realidade brasileira com o objetivo de estabelecer uma unidade cultural nacional.

A miscigenação, que era considerada um grande empecilho, passava pelos debates a fim de legitimar a sua presença no país e contemplar aqueles mestiços que atingiram destaque na sociedade com seus trabalhos e pesquisas como: Machado de Assis, Juliano Moreira, Nina Rodrigues, entre outros intelectuais mestiços. De empecilho, ao ser contemplada pela democracia racial e as políticas de integração nacional, a mestiçagem tornou-se símbolo de

[14] Tratamos neste texto a elite, caracterizada como o grupo descrito por DÁVILA (2006, p.22) responsável pela ordenação e projeção dos pensamentos político-sociais: "uma elite branca médica, científico-social e intelectual emergente que transformou suas suposições sobre raça em políticas educacionais, que projetavam essas visões em formas que geralmente contribuíam para a desvantagem de brasileiros pobres e não brancos, negando-lhes acesso equitativo aos programas, instituições e às recompensas sociais que as políticas educacionais proporcionavam." Temos, neste panorama, a elite como um grupo branco mantenedor do poder político e econômico no período pesquisado.

[15] Nas primeiras décadas do século XX a questão da Raça ainda era relevante nas sociedades, o determinismo biológico e geográfico, juntamente com a inferiorização das raças não arianas, condenavam os países ex-colônias ao atraso. Por esta razão a melhoria da raça brasileira sugeria a inserção do Brasil à modernização.

nacionalidade e de uma possível ascensão social para os negros. As linhas de cor no Brasil, que desde a colônia privilegiavam os negros fenotipicamente mais claros, os chamados mulatos, neste momento passavam a ser vistas comomeios de dissimulação do racismo e da discriminação racial. Os aportes culturais da população negra passaram a compor a grande e variada cultura nacional. Elementos de identificação étnica foram considerados parte de todos, inclusive da elite branca, que se apropriou de alguns deles modificando perfis e acordes, criando um novo padrão.

A constituição da nação brasileira e da identidade de seu povo se estabeleceu pela apropriação dos aportes simbólicos e culturais de negros e índios, destituindo a origem étnica e os transformando em nacional. A valorização e exaltação da mestiçagem dificultou a luta contra o racismo, pois como todos eram mestiços, não havia como estabelecer quem era negro e quem não era. Esta ideologia internalizada permitiu que o racismo estivesse presente e atuante na sociedade, disfarçado na ascensão de alguns. Como bem expõe MUNANGA (2008, p. 95):

> *"No nosso entender, o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica. Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui vieram e foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional. Esta, inteligentemente, acabou por integrar as diversas resistências como símbolos da identidade nacional. Por outro lado, o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento".*

As transformações político-sociais que compuseram a formulação da cultura nacional foram absorvidas pelos corpos dos sujeitos, imprimindo na população o discurso, tornado senso comum, da igualdade de oportunidades, as linhas de cor e o racismo velado. Isto posto, temos nos corpos dos brasileiros toda uma composição de discursos e linguagens baseados na apropriação cultural, no preconceito e na discriminação racial que foram inscritos na sociedade e acabaram por compor um corpo social.

### I.5 Corpo negro - construção da corporeidade negra

Segundo HALL (2013, p. 324), "dentro de toda exclusão e opressão sofrida na colonização, restou às populações de descendência africana o seu corpo como forma de expressão e identificação na diáspora". O corpo da população negra se torna, então, um espaço de significação. Os sistemas de representação impostos pela cultura estariam internalizados na corporeidade. "As representações do corpo são representações da pessoa" (LE BRETON, 2012, p. 26). Desta maneira, compreendemos que a corporeidade destes negros e negras expressaria além de sua cultura, sua história pessoal, sua identidade e os

descendentes destes mesmos negros trariam consigo esta característica, de ter em seu corpo e em sua expressão os traços de sua identidade e de sua história pessoal.

A compreensão da importância da estrutura social na composição de corpos sociais nos remete novamente ao processo histórico-cultural vivenciado pela população negra. Leva-nos à reflexão sobre as consequências das adequações e reinterpretações às normas sociais e aos discursos aos quais foram submetidos em sua vida na diáspora.

A corporeidade ao expressar uma linguagem do corpo, revela as conceituações e a normalização estabelecidas pela cultura. Assim sendo, a corporeidade negra pode revelar as marcas concretas dos discursos vigentes sobre a população negra, "marcas estas que hoje podem ser reconhecidas pelo olhar da discriminação que as mantêm vivas, enquanto mecanismo de opressão e dominação" (MATTOS, 2010, p. 34). Conforme a autora, a representação corporal do sujeito negro é um atributo pelo qual ele é avaliado e, por esta razão, influenciado pelos estereótipos. Não esquecendo que, por este mesmo motivo, a expressão da corporeidade negra não poderia estar afastada de uma postura de resistência.

As características físicas em si não são capazes de caracterizar um grupo de pessoas ou determinadas culturas como diz HALL (2013, p. 01), mas com relação à população negra tornou-se sinônimo de ancestralidade e preconceito. Os discursos discriminatórios sobre o corpo negro foram criados justamente a partir de suas características físicas e por isso raciais, sendo ainda relacionados aos comportamentos e atitudes corporais. Crescem desta conjuntura as visões estereotipadas sobre a população negra.

A atribuição do significado de raça enquanto caracterização física dos indivíduos influencia a corporeidade e a estética das populações negras, porém reconhecemos que o significado de raça no Brasil é mais profundo, associa ainda atributos físicos e posição social. A raça é, como na percepção de HALL (2013, p. 01), "um significante flutuante, um componente discursivo". O seu significado está atrelado ao sentido histórico cultural que este meio de diferenciação tem em uma sociedade. Sujeitos negros foram desprovidos da cidadania por séculos, passaram pelas consequências sociais do pós-abolição e tiveram a raça associada à causa de todas as mazelas da sociedade.

As residências de negros e mestiços na década de 30 e 40 encontravam-se em morros e favelas ou nas regiões mais afastadas do centro da cidade carioca. As obras de urbanização do início do século e também da Era Vargas deslocaram um número expressivo da população pobre e operária para as áreas periféricas da cidade, reservando o centro e a zona sul para a classe média, em sua maioria branca. A população negra, segundo DÁVILA (2006, p. 141), quando não estava nos subúrbios ou em favelas perto do centro, residia nas casas de seus patrões na zona sul.

Tornando assim, a raça um parâmetro de avaliação do olhar branco sobre a população negra no Brasil. A raça para as populações negras seria a marca concreta de sua diferença,

que estaria explícita em seu corpo. HALL (2013, p. 01), em seu texto, esclarece que "como elemento discursivo, a raça é uma construção social, que só aparece nos corpos pela distinção da diferença". E ainda que "a sua racialidade pode significar coisas diferentes dependendo das circunstâncias igualmente diferentes", fornecendo pistas para a complexidade existente no racismo.

A raça associada às características físicas, a condição social e ao comportamento esperado, atribuiu ao corpo negro um significado/sentido na sociedade. Este sentido "cercado" por preconceitos tem no corpo negro brasileiro a incorporação dos estereótipos defendidos desde os tempos coloniais. Desde então foram imputados, ao corpo negro, a noção de intelectualidade inferior, propensão a trabalhos manuais extenuantes, insatisfação pelo trabalho formal, sexualidade exacerbada, pele não limpa, cabelos descuidados e fealdade. São estereótipos atribuídos à população negra que podem ter marcado profundamente a corporeidade destes.

A corporeidade negra brasileira tem a sua história contada a partir destas visões, o que reforça o racismo e a discriminação racial. As tradições afro-brasileiras relacionadas às expressões corporais e às artes e que foram assimiladas pela cultura vigente podem ter acarretado uma leve valorização, porém o corpo negro que foi posto às margens da sociedade continuou a carregar as marcas que já estavam associadas a sua imagem. Desta maneira, estes corpos tiveram em suas expressões, suas movimentações e atitudes, comportamentos desaprovados para o convívio em sociedade, sendo essa corporeidade associada à sua condição social. O racismo brasileiro possui esta característica e os corpos da população negra sofreram esta imposição, vejamos:

> *"Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno privado o jogo da discriminação. Em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para a sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica" (SCHWARCZ, 2012, p. 32).*

Deste modo, os corpos negros têm uma imagem ambígua. Ao mesmo tempo em que foram categorizados como marginalizados; feios e criminosos tiveram sua definição também a exaltação da beleza e firmeza de sua pele, o elogio às formas físicas (sensualidade) e à desenvoltura nas atividades rítmicas. Ambas as formas de análise apresentadas sobre os corpos negros estão preenchidos pelos estereótipos relacionados à raça[16] negra e foram instituídos ao longo dos anos, naturalizando-se na consciência da sociedade brasileira.

[16] Utilizo a definição de Nilma Lino Gomes (2008, p. 32), onde o termo raça é utilizado neste trabalho "com base na ressignificação e reinterpretação realizada pelos próprios negros ao longo do nosso processo histórico".

O racismo e a discriminação racial tão presentes nestes estereótipos estão de tal maneira enraizados no comportamento social também da população negra que sua ação e corporeidade refletiriam tanto a aceitação quanto a rejeição destes julgamentos. "As singularidades culturais são dadas também pelas posturas, pelas predisposições, pelos humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. Por isso o corpo é importante para pensar a cultura" (GOMES, 2008, p. 28). Com isso, as atitudes corporais dos sujeitos negros na sociedade brasileira revelam a maneira como a cultura brasileira os concebe.

Em nossa sociedade, cabelos e cor de pele são considerados emblemas étnicos (GOMES, 2008), o que ressalta a importância destes caracteres físicos para a corporeidade negra e para a construção de sua identidade. O racismo e a violência de sua ação ao destituir o negro e a negra de sua beleza podem instituir nestes um significado profundo no conflito entre aceitação e rejeição de seus emblemas étnicos. O seu corpo tornar-se-ia a zona de conflito entre a autoimagem, a imagem corporal e a imagem adquirida a partir do olhar do outro. Este conflito interferiria na condição de construção de sua identidade, dificultando que este sujeito negro estivesse localizado na sociedade, a partir de sua visão.

A construção da identidade negra brasileira seria embasada e alicerçada na maneira como a corporeidade negra defronta o racismo e a discriminação racial. Os aportes culturais nos quais a cultura nacional foi fomentada estabeleceram uma relação conflituosa entre os resquícios do mito da democracia racial e a valorização da ancestralidade africana. As dificuldades de integração dos sujeitos negros no campo da identificação coletiva tiveram na democracia racial e na instituição das linhas de cor a sua força motriz. A forma violenta e velada com que a discriminação racial e o racismo se impuseram na sociedade, tornou o branqueamento um processo praticamente inconsciente em que negros e negras, aprenderam desde muito pequenos os processos de rejeição de seus sinais diacríticos como afrodescendentes.

O processo de aceitação da identidade negra por meio da valorização da corporeidade negra e dos discursos afirmativos expressos pelos corpos juntamente com o reconhecimento da ancestralidade africana como aspecto positivo, objetivando a destituição das insígnias da escravidão são os grandes motivadores da promoção de estética corporal feminina negra.

Como vimos, concebida enquanto ação simbólica no mundo, a corporeidade, é repleta de códigos hiperlinguísticos. Identificamos como os seus repertórios linguísticos auxiliam na produção de sentidos e como os signos utilizados como aportes identitários se tornam indispensáveis para a representatividade entre os componentes da comunidade negra brasileira, pois, de acordo com BAKTHIN (2006, p. 44):

> *"o signo se cria entre indivíduos, no meio social; é, portanto indispensável que o objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social".*

A produção de sentidos sobre a população negra no Brasil tem em seus repertórios os significantes sobre o Ser Negro. Significantes específicos da condição sócio-histórica da população negra no país convergindo com concepções sobre a ancestralidade africana, a escravidão e o diálogo com a cultura europeia na diáspora. A interpretação sobre estes corpos tiveram nos estereótipos disseminados pelo discurso europeu a base de sua estruturação, restando aos sujeitos aos quais este discurso difamavam ressignificar seus signos, a fim de constituir uma linguagem contrahegemônica que representasse sua identidade.

O valor social dos aportes identitários para a mulher negra, como o corpo e o cabelo crespo, são tanto objetos de identificação e resgate da ancestralidade africana buscando o combate ao racismo como objetos de rejeição, passando por reinterpretações ancoradas no branqueamento e na pretensão de inserção social. Dito isto, é necessária a compreensão da significância destes objetos para a população em questão:

> *"Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material" (BAKTHIN, 2006, p. 44).*

Referindo-se a sociedade brasileira, observamos que nesta, alicerçada em um pensamento social onde as teorias racistas do século XIX, a eugenia e a democracia racial foram preponderantes em sua organização, o corpo e sua linguagem tornaram-se mecanismo de leitura da realidade social de seus indivíduos, cabendo às características físicas, posturas, atitudes e comportamentos sociais serem interpretados como retratos da realidade social dos sujeitos que a expressam. Deste modo, é neste ensejo que enxergamos as condições nas quais os aportes identitários das mulheres negras foram interpretados na sociedade brasileira.

Como bem expõe HALL (2013, p. 324), "dentro de toda exclusão e opressão sofrida na colonização, restou às populações de descendência africana o seu corpo como forma de expressão e significação na diáspora", tornando assim, os corpos negros, num espaço de significação onde memórias, tradições, valores, posição e situação social são evidenciados e interpretados a partir de seus gestos, atitudes corporais e características físicas. O corpo negro se torna um discurso pela liberdade e pela cidadania, assim como uma denúncia à exclusão social e ao abandono das autoridades políticas na integração da população negra na sociedade por todo o período em que não teve acesso à educação e à dignidade humana.

A sociedade brasileira esteve durante o período de 1930 a 1945, em seu projeto político e ideológico de Estado o enfoque aos corpos dos brasileiros. Durante este ínterim, o Estado promoveu inúmeras formas de disciplinarização dos corpos de seus operários e de sua classe dominante, enfim, de toda a massa populacional na sociedade. Um projeto onde a disciplina e a higiene seriam as soluções para os problemas de saúde que assolavam a população urbana

e rural, assim como a busca de um perfil identitário para o que se esperava do povo brasileiro, estabelecendo como ideal estético um Homem Brasileiro.

> *"Para a 'raça em formação', para os 'bons mestiços', desde medidas profiláticas, como higiene sexual das famílias, até as práticas corporais, como o canto orfeônico, a ginástica, a educação física, o escotismo, teriam resultados benéficos para a constituição do corpo saudável, belo, branco, harmonioso quanto às formas físicas e nobre quanto ao caráter espiritual" (FLORES, 2007, p.64).*

Estas imposições foram recebidas pelo povo através dos discursos proferidos por meio de programas de rádios, revistas, jornais e pelas instituições de ensino. Desta maneira, ao implementar uma cultura brasileira e um perfil de povo brasileiro, o Estado acabava por ancorar nos corpos brasileiros as suas posições ideológicas que seriam cabíveis para uma reorganização da população brasileira.

O corpo da população negra que já possuía todos os seus signos e significantes atribuídos à escravidão têm em seu percurso a reinterpretação do branqueamento como modelo de beleza. Os signos criados e reinterpretados pela população negra possuem um significado social compartilhado entre eles e compreendido a partir de olhares estereotipados pelos Outros. Até mesmo por que, segundo NEIRA e NUNES (2007, p. 06), "qualquer análise das formas simbólicas mediadas pelas relações humanas, dar-se-á em meio ao contexto no qual esses textos e seus significados são produzidos, transmitidos, traduzidos e assimilados", e ainda esta interpretação "dependerá de um interlocutor que possua o mesmo repertório cultural gestual". Desta maneira, os cabelos crespos e a cor de pele ao pertencerem a mesma realidade de ancestralidade e representação dos grupos negros brasileiros, tornaram-se signos de comunicação destes entre si e na sociedade.

Sobre a influência dos cabelos e cor de pele na identidade, GOMES (2008, p. 20) nos esclarece que "cabelo crespo e corpo podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra" e ainda que o "cabelo crespo na sociedade brasileira é uma linguagem e, como tal, comunica e informa sobre as relações raciais. Dessa forma, ele também pode ser pensado como um signo, uma vez que representa algo mais, algo distinto de si mesmo" (GOMES, 2008, p. 26).

De acordo com NEIRA e NUNES (2007, p. 09):

> *"pela representação, o signo se relaciona com outros, presentes nos intérpretes durante a comunicação. O que isto indica é que o signo faz parte do mundo exterior (cultura) e é internalizado pelo ser humano à medida que ele vai reconstruindo para si cada sistema simbólico, linguagem corporal, oral, etc."*

Sendo assim, os significados que são produzidos pela interação social possivelmente podem ser internalizados e tornados parte da identidade daquele que expressa tal signo. Daí a relevância dos signos, cabelo e corpo, para população negra. Os discursos proferidos pelo corpo negro, então, foram discursos construídos no diálogo entre a ideologia política do

branqueamento, da democracia racial e a resistência da população negra com a manutenção de seus caracteres físicos como aportes identitários. Isso ocorre pelo fato de:

> *"A força constitutiva das práticas discursivas está em poder prover posições de pessoa: uma posição incorpora repertórios interpretativos, assim como uma localização num jogo de relações inevitavelmente permeado por relações de poder. As práticas discursivas, portanto, implicam necessariamente o uso de repertórios e posicionamentos identitários" (SPINK, 2013, p. 37).*

A linguagem expressa pela corporeidade negra acaba por se institucionalizar, ao tornar-se parte da representação da identidade negra, tornando-se discurso. E é desta forma que a população negra instituiu seu posicionamento identitário, através do uso de seus repertórios na relação de aceitação/rejeição da estética negra. O enunciado deste discurso seria a denúncia do preconceito atribuído aos corpos e cabelos da população negra, tratando tanto da valorização das características físicas como pela reinterpretação destas, diretamente afetadas pelo convívio social, afinal:

> *"Os modelos e práticas de estilização da beleza desenvolvidos pelas culturas negras na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil podem ser vistos como modalidades de luta cultural que se dão através de compromissos críticos com a cultura branca dominante. Tais modalidades e estratégias constroem-se de maneira instável e contraditória, uma vez que a afirmação das diferenças dos grupos que se sentem excluídos frequentemente depende do inverso dessas, ou seja, da sua negação pelos setores dominantes" (GOMES, 2008, p. 155).*

Desta maneira, foram constituídas a corporeidade e a estética negra, em uma relação dialógica com a cultura dominante, combatendo o racismo e o preconceito e utilizando, por vezes, a aceitação dos padrões culturais como meio de integração social e a resistência a esses padrões como mecanismo de reafirmação identitária.

Para entender o contexto sócio-histórico no qual as expressões de beleza em mulheres negras precisaram assimilar ou refutar as tendências sociais estipuladas pelos intelectuais eugenistas, desenvolvemos um capítulo referente às condições políticas, sociais e ideológicas do país na primeira metade do século XX, abordando a eugenia e a educação física como grandes difusoras de um ideal de beleza.

## Capítulo II - A Eugenia no Brasil. Beleza também é fundamental



**Mulher negra na Revista Educação Physica.(REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA, n.08, 1939, p. 01)**

*"Depende apenas da vontade dos homens crear a elite humana, eliminar as fealdades, as imperfeições, os aleijões, os blastophtoricos. O homem, capaz de talhar no mármore a Vênus de Milo, é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade" (KEHL, 1923, p. 202).*

É através da corporeidade que o corpo se expressa como um discurso. É também por meio dele que os discursos ideológicos podem ser incorporados, tornando-se realidades a serem disseminadas em suas expressões. Um discurso que pode revelar tanto as imposições realizadas sobre ele quanto as resistências que impõe como resposta. As relações estabelecidas entre o corpo social e a beleza, onde as aparências físicas agregadas aos discursos sobre o belo firmaram-se como referência de normalidade e saúde, persiste no decorrer dos séculos modificando visões de mundo e imprimindo no corpo feminino o pensamento e o desejo masculino a respeito da feminilidade e de seus papéis sociais. Desta

maneira, os discursos de cientistas e políticos sobre a beleza e a forma como esta era e seria representada pelos corpos femininos foi construída, valorizando alguns traços e atributos físicos e simplesmente rechaçando outros. Transformou-se, então, o belo em algo único, formado apenas por um modelo que seria o referencial.

Este modelo foi elaborado a partir do julgamento de disciplinas europeias que amparavam tanto a arte quanto a ciência, que impregnadas de teorias racialistas reduziram corpos femininos negros e indígenas a objetos de pesquisa, de curiosidade e espetáculo, bizarros e feios, desde a cútis até a dimensão de suas formas. Neste contexto foi elaborada a composição do ideal estético por todo o século XIX, tendo, segundo BRAGA (2015), na imagem do corpo da mulher negra, representado pela Vênus Hotentote (Saartjie Baartman)[17] um caminho para a construção dos discursos sobre os corpos de negros e negras, vejamos:

> *"[...] paralelamente ao trânsito de negros para a Europa, trazidos para a diversão dos europeus era crescente o desenvolvimento do conhecimento científico pautado nas diferenças raciais e sexuais que atestavam a inferioridade não apenas dos africanos, mas também de indígenas e outros povos vítimas do imperialismo e da dominação colonial. Durante todo o século XIX, assistiu-se à exibição de africanos em feiras,' teatros, circos e exposições. Ao lado de animais, ao mesmo tempo em que se expunham para deleite dos europeus, foram observados e estudados como elementos capazes de confirmar teorias médicas eugenistas, que versavam acerca da superioridade da raça branca. Dentre os grupos de raça inferior, a mulher em particular, figurava como ainda mais inferior, uma vez que limitada sua capacidade racional em detrimento de seu instinto" (BRAGA, 2015, p. 41).*

E ainda:

> *"Nesse ambiente, a diferença racial atuou como mola propulsora capaz de gerar uma distância abismal entre europeus e africanos. Assim, lado a lado com os monstros humanos, as diferenças raciais foram a princípio objeto do espetáculo, [...]. Nesse palco a hotentote será a prova final do parentesco entre o animal, o monstro e o selvagem" (BRAGA, 2015, p. 40).*

Percebemos então que o corpo da mulher negra sul africana, escravizada e por razão seus traços físicos apresentarem particularidades de sua etnia (hotentote), esta foi utilizada, por meio da manipulação e estudo minucioso de sua composição corporal, como um dos exemplos para atestar a inferioridade e a hipersexualização de africanos. Observa-se com isso que as características físicas africanas, assim como suas atitudes corporais, foram categorizadas como oposto ao modelo estipulado ideal que era a imagem grega de Vênus. Desta maneira, o que não se assemelha ao belo, é considerado feio. Em uma nação que busca o progresso, tendo a escravidão negra perdurado por quase três séculos, o Brasil tem na miscigenação um fator de impedimento para a beleza de seu povo e avanço rumo à modernização, segundo os cientistas na época.

---

[17] Saartjie Baartman, nascida em 1789, na África do Sul, segundo BRAGA (2015, p.39), pertencia ao povo Khoisan, considerada a mais antiga etnia humana estabelecida da parte meridional da África. Foi adotada aos 10 anos por uma família de agricultores holandesesna condição de serva e por não saberem o nome de batismo foi chamada de Saartjie (pequena Sara), herdando o sobrenome da família adotiva Baartman. Sobre a história de Saartjie, ver DAMASCENO, Janaína. "O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote".

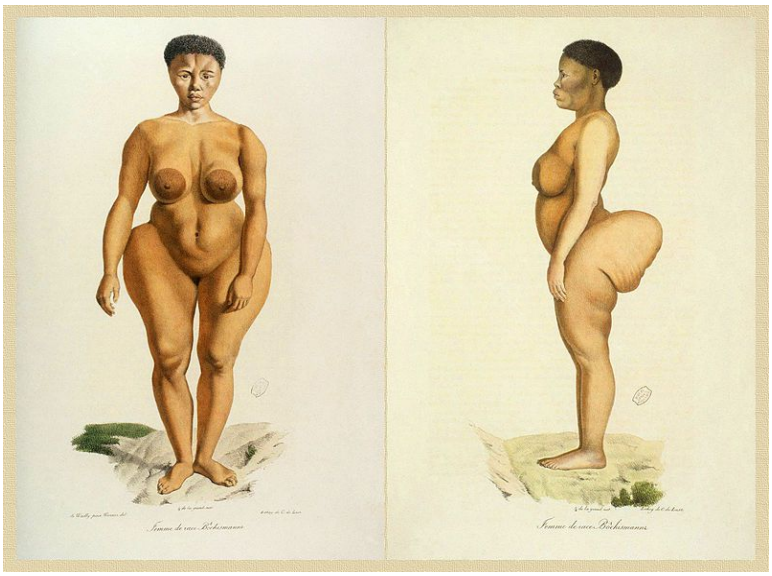


**Figura II.1: Ilustração de Vênus Hotentote - desenho duplo 1824.**

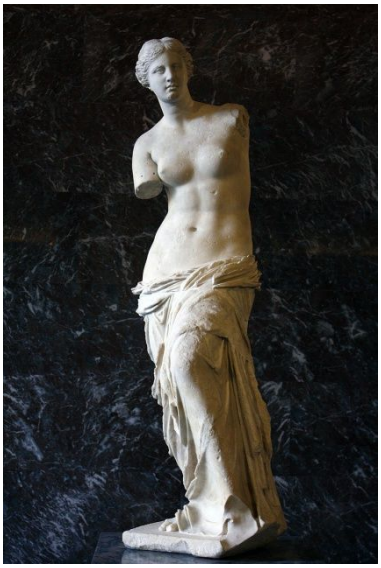


**Figura II.2: Vênus de Milo, s/d.**

A política e a estética[18], no início do século XX, estabeleciam uma relação de complementaridade. Havia um interesse estético nas políticas implementadas pelos governos nazifacistas e estadonovistas, o embelezamento das raças seria a redenção e o aprimoramento necessário para o progresso dessas nações (FLORES, 2007). Quanto mais

[18] De acordo com FLORES (2007, p.43), estética foi uma disciplina criada, no século XVIII, para "formular princípios universais de classificação e julgamento de beleza". O momento de sua criação está em paralelo com o desenvolvimento das teorias raciais, o que permite que essa disciplina esteja incorporada de um discurso sobre o corpo e a beleza que contemplem raça, classe e gênero, que eram centrais na estruturação da cultura burguesa europeia. A autora, ainda, faz um paralelo onde ressalta que "a arte, como aplicação de um conhecimento especializado, está para a estética, assim como a medicina antropológica, como um conhecimento científico, está para a fisiologia, a antropometria e a morfologia do humano".

belo o povo, maior o seu aprimoramento moral e espiritual e consequentemente mais moderna a civilização. Isso, de acordo com a autora, se dava pelo fato de que:

> *"a estética moderna se desenvolve pari passu com o desenvolvimento das teorias raciais. Os debates em torno da estética e das noções de feio e belo forneceram instrumentos discursivos para classificar, hierarquizar e dividir as culturas da Terra, no contexto da partilha do mundo entre as nações imperialistas" (FLORES, 2007, p. 41).*

Advindo de cidades europeias, consideradas na época o centro do conhecimento, o arcabouço científico tinha como referência a civilização moderna e organizada francesa ou inglesa. Assim, comportamento, conhecimento, arquitetura, arte, por fim, cultura, eram parâmetros de análise e comparação na compreensão dos povos de outros continentes. A partir da estética poderiam então definir os povos com capacidade civilizatória, por assemelharem-se aos europeus, e os selvagens e primitivos, onde foram categorizados os indígenas, os africanos e alguns povos do oriente, devido, além das diferenças físicas, às diferenças culturais:

> *"A partir do cruzamento de pressupostos, conceitos, preconceitos e teorias, resultou em formas de ver, descrever e avaliar o mundo circundante, cujos procedimentos mesclavam concepções estéticas, valores morais e características físicas, aquilatando as diversas populações do globo, colocando a Europa no topo da civilização e, em descompasso, as populações asiáticas, africanas, selvagens americanas e australianas" (FLORES, 2007, p. 44).*

Seguem, a partir dos pensamentos científicos dos séculos XVIII e XIX, as ciências que se desenvolveriam com a responsabilidade de explicar a diversidade humana, constituindo o mundo moderno com diferentes raças, estabelecendo os limites para a formação dos Estados-nação.

A constituição dos Estados-nação estava baseada em uma cultura de raça alicerçada pelas teorias racialistas[19] que delineavam os perfis dos povos no cenário mundial. A cultura de raça foi, então, a "tecnologia que empregou métodos de eugenia, lamarkiana ou galtoniana, a fim de melhorar e embelezar a raça, já que da beleza da raça dependia a marcha da evolução humana" (FLORES, 2007, p.15). Eugenia e beleza estiveram interligadas. A beleza de um povo passa a ser parte da busca dos países em fase de modernização, condição em que se encontrava o Brasil. Porém, a especificidade brasileira, por ser um país miscigenado, trazia alguns impasses para a conquista do progresso representado pela estética do povo. Como transformar um povo mestiço em belo, quando a beleza estava atrelada ao aprimoramento moral e espiritual e ainda era a característica para o progresso da nação?

A miscigenação era condenada pela maioria dos intelectuais brasileiros. O pensamento social no Brasil, entre o fim do século XIX e o início do século XX, mantinha um debate sobre

[19] Estas teorias, de acordo com MURARI (2007, p.106, 107), "vinculam todo o movimento da história ao comportamento da variável raça". Baseado no racismo científico, com o darwinismo social e o determinismo biológico, nos séculos XVIII e XIX, o racialismo inscreve na sociedade brasileira a base ideológica para suas teorias raciais.

as consequências da mestiçagem[20] para o processo de modernização que se encontrava o país e para a constituição de um povo brasileiro que representasse a nação moderna porvir. Na visão destes profissionais, a identidade étnica nacional era um ponto chave para a homogeneização e integração que pretendiam realizar a fim de deslocar a imagem brasileira do atraso para o progresso. A questão racial, assim, estava no cerne das discussões sobre o futuro do país. A crítica à miscigenação, com a transmissão de características hereditárias juntamente com as condições sócio-ambientais em que viviam os brasileiros, estava fundamentada pelo racismo científico, fazendo da herança africana um problema a ser resolvido, uma sequela a ser eliminada para que o país se modernizasse. Segundo STEPAN (2004, p. 335), "o país tinha uma população em grande parte católica, rural, racialmente mista e analfabeta", acrescentamos ainda os níveis de pobreza e miséria que tornavam este quadro uma dificuldade para o avanço do país, não só pelos problemas sanitários e de infraestrutura urbana, mas principalmente pelo quadro racial considerado negativo.

Entretanto, nas teorias raciais aqui desenvolvidas, baseadas nas ideologias racialistas europeias, a mestiçagem esteve atravessada por diferentes visões que almejavam entender a realidade brasileira não só a partir do conhecimento científico, mas também em acordo com o que era observado no país. De toda maneira, a visão que preponderava era aquela em que a miscigenação era causa do atraso brasileiro. Segundo SANTOS (2008, p. 90):

> *"A mestiçagem era uma das causas da inferioridade dos brasileiros e decretava a impossibilidade do Brasil em ascender ao mundo moderno que se anunciava. As informações disponíveis sobre essa época no Brasil apontam que, para os atores do campo intelectual e científico identificados com o determinismo biológico, a mestiçagem representava um empecilho à incorporação do Brasil à civilização".*

Procura-se, então, uma adaptação ao radical discurso científico estrangeiro. Os pensadores brasileiros procuraram, assim, adequar a realidade social à modernidade científica, oportunizando e visualizando meios para que o país pudesse se modernizar e alcançar status junto aos países "civilizados". Estes países ao se integrarem ao capitalismo como meio de produção, trabalharam com os interesses de frações de classe na constituição de suas políticas de Estado. Para a manutenção de um Estado produtivo, o capital exigia corpos saudáveis, pois, assim como na realidade brasileira, os países europeus nos séculos XVIII e XIX, tinham a sua massa operária em condições de miserabilidade com altos índices de mortalidade, o que impossibilitava o progresso deste modelo econômico. Desta maneira, conforme SOARES (2012, p.19), "se os 'corpos saudáveis' eram uma exigência do capital, os 'corpos doentes' não deveriam ser considerados produto das condições de vida geradas pelas relações de produção inerentes a esse modelo econômico". De acordo com a autora, era

[20] Utilizamos o termo mestiçagem, de acordo com a definição de MUNANGA (2008, p.21), para "designar a generalidade de todos os casos de cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes". Em nossa pesquisa tratamos dos cruzamentos inter-raciais entre brancos, negros e indígenas que caracterizaram a formação da população brasileira, assim como fomentaram o pensamento social brasileiro e suas atitudes racistas e discriminatórias.

requisitado pela classe no poder outra explicação para as causas, que não as sociais, para as debilidades físicas, mentais e morais da classe operária. Essa explicação fora do contexto social surgia a partir do pensamento positivista[21] preponderante na Revolução Industrial. Por meio deste:

> *"A burguesia, ameaçada com a possível perda de privilégios adquiridos com a exploração desenfreada da força de trabalho, reforça seu aparato ideológico e científico. Busca explicações 'científicas' e acentua os aspectos hereditários e genéticos nas justificativas que elabora sobre a miséria que se desenvolve justaposta ao progresso - a miséria que é parte constitutiva das leis do capital. Conter os avanços do movimento operário e desenvolver um conjunto de crenças, ideias e valores capaz de determinar 'cientificamente' o 'lugar de cada um' torna-se imperioso para a burguesia contrarrevolucionária no poder" (SOARES, 2012, p. 08).*

A fim de justificar as desigualdades sociais, a ciência, ascende como estratégia de definição de lugares, como cita a autora. Por meio da naturalização e individualização das causas dos males sociais, a ciência positivista tem no determinismo biológico as explicações para a hierarquização das frações de classes, estabelecendo para classe dominante um patamar superior. Desta maneira, "todas as desigualdades, todas as diferenças de classe tomam, assim, a aparência de diferenças hereditárias, genéticas, portanto, naturais, transmitidas de geração a geração, sem possibilidade histórica de serem alteradas" (SOARES, 2012, p. 12).

Embasados nesta premissa, surge a Eugenia de Francis Galton, com pesquisas sobre hereditariedade e genética, relacionando as hierarquias de classe com as diferentes raças humanas, que eram diferenciadas por meio da frenologia, antropologia criminal, dentre outras ciências à época. De acordo com SOARES (2012, p.14) "a eugenia ousou ser a ciência capaz de explicar biologicamente a humanidade, fornecendo uma ênfase exacerbada na raça e no nascimento. Postulava uma identidade do social e do biológico, propondo-se a uma intervenção científica na sociedade, explicando o primeiro pelo segundo".

Por meio do melhoramento da raça seria alcançado o progresso e a ordem, princípios do positivismo, que manteriam da mesma forma os privilégios e as funções de classe. A atribuição raça e classe toma outro corpo no cenário brasileiro. Com apenas três décadas de abolição da escravidão negra no Brasil e um alto investimento no branqueamento da população, as questões raciais estavam no cerne da aceitação da ciência eugênica no país, onde a busca pelo progresso e a inserção no mundo industrial encontrava um empecilho que na visão científica era mote para todo o atraso dos países ex-colônias e colônias, o mestiço e a presença dos caracteres de raças inferiores nestes. No Brasil, onde um número expressivo de negros se encontrava nas ruas, em busca de empregos e compondo a classe operária, deparamos com o entrelaçamento das frações de classe e a questão racial, sendo o discurso

[21] O pensamento positivista tem como um de seus princípios as ideia de natureza individualista, onde "indivíduo - aquele que conhece - aparece como que isolado da sociedade e alheio a sua ação, ou, em outras palavras, aparece como um ser independente da cultura". Sendo assim, tem-se a elaboração de teorias que "passarão a justificar as desigualdades sociais pelas desigualdades biológicas, e como tais, desigualdades naturais" (SOARES, 2012, p. 06).

racial preponderante independente da classe social na qual o indivíduo negro estivesse integrado. Assim, a disputa pelo emprego se tornava desleal, visto que a preferência permanecia pela aceitação do funcionário imigrante, branco e não ao brasileiro negro ou mulato.

O racismo e o preconceito racial estiveram coexistentes nas políticas implantadas pelos intelectuais eugenistas na busca pelo progresso brasileiro, já que sua ciência provinha de um ideal de melhoramento racial e a adaptação deste discurso no país tinha como objetivo um branqueamento da população, visto que o progresso é a semelhança em educação, saúde, beleza e civilidade aos padrões europeus. Observamos na nação miscigenada e negra a predominância de um discurso político em que a classe dominante brasileira, majoritariamente branca, composta por intelectuais, fazendeiros e políticos, como na Europa, tivesse o papel de provedor do bem estar das massas para assim controlá-las em seus vícios degradantes e associações que promovessem revoltas e motins. Neste pensamento se estruturava a política eugenista e sanitarista no Brasil, almejando o controle e domesticação do povo, a fim de se manter os privilégios alcançados pela classe dominante em séculos de exploração da força de trabalho daqueles que, naquele momento, se encontravam como a classe operária e nesta perspectiva, segundo STEPAN (2004, p. 335), era preciso "definir as realidades do país em termos próprios e encontrar soluções brasileiras para os problemas brasileiros".

A Eugenia, ciência que no início do século XX já era reconhecida no país, teve por volta de 1920 seu ápice de inserção nas classes intelectuais e "surge como resposta a prementes questões nacionais" (STEPAN, 2004, p. 336). Segundo a autora, as questões nacionais englobavam a situação social da população negra em estado de pobreza e o medo das "elites educadas da violência e do perigo que representavam negros e mulatos, retratados como preguiçosos, doentes, bêbados e em permanente estado de vagabundagem" (STEPAN, 2004, p. 337). O racismo estava presente na visão das classes dominantes no pós-abolição e com isso a Eugenia ganharia ainda mais terreno na resolução da questão da identidade racial brasileira. Desta maneira, "a eugenia - por definição, a ciência do aprimoramento racial - era um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar a ordem e progresso (lema da República) e perturbada pela composição racial do país" (STEPAN, 2004, p. 339).

Nesta conjuntura, juntamente com médicos, sanitaristas, políticos e educadores, os eugenistas buscavam a inserção do Brasil no mundo moderno e industrializado. Para isso seria necessário pensar a identidade nacional, dentro de suas especificidades, uma delas a mestiçagem, onde estávamos enquadrados enquanto feios e degenerados, outra era a condição sanitária, que influenciava na saúde da população, e ainda a educação, "afinal como imaginar uma nação brasileira moderna olhando para a miséria, as doenças e o analfabetismo?" (SANTOS, 2006, p. 313). A criação de uma raça nacional seria, portanto,

"imprimir no corpo do cidadão, não só sentimentos, uma língua comum e símbolos nacionais, mas também um tipo psicológico e um tipo físico" (FLORES, 2002, p. 291). Este tipo físico seria o belo, baseado na Antiguidade clássica, nos corpos gregos, onde harmonia corporal estava conjugada ao caráter moral e à pureza de espírito, que, por fim, afastaria a imagem brasileira da degeneração racial.

Para alguns intelectuais eugenistas, a beleza era algo natural e os males causados pelos vícios, alimentação, maus hábitos culturais e higiênicos poderiam causar a feiúra. "Identificar o indivíduo como feio era considerá-lo inapto para o trabalho, degenerado e incivilizado" (DIWAN, 2002, p. 424). Considerando os moldes para ser considerado belo e o posicionamento negativo das correntes intelectuais sobre os mestiços, qual a parcela da população a ser considerada inapta ao trabalho, preguiçosa, doente e incivilizada? Justamente a porção pobre da sociedade brasileira, a nova classe operária que crescia com a migração das zonas rurais e o processo de industrialização, se aglomerando nos centros urbanos.

Neste ponto, consideremos que os intelectuais, compostos por políticos, médicos, advogados, professores eram, em sua maioria homens brancos, conhecedores da moderna ciência mundial e pessimistas com relação às questões raciais, já que influenciados pelo racismo científico, acreditavam na inferioridade da raça negra e na degenerescência dos mestiços. Esta premissa colocava o negro e os mestiços como os portadores de vícios, doenças e os aclamados maus hábitos que prejudicavam a evolução do país. Sobre este fato, STEPAN (2004, p. 355) nos esclarece:

> *"A eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Referia-se à raça e ao aprimoramento racial e não à classe. Isso porque concentrava suas atenções às doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra e mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra raça invariavelmente, no singular, para referir-se ao 'povo brasileiro', na esfera privada ela significava a 'raça negra'".*

Isto posto observamos o cunho racista do pensamento e consequentemente das ações eugênicas no país. Ao racializar as doenças e os males para a formação do povo brasileiro, percebemos o quanto as consequências da desordem na saúde pública e na infraestrutura urbana foram atribuídas à comunidade negra. De toda maneira, mesmo sendo a miscigenação a causa da inferioridade brasileira, esta só ocorrida pela presença do sangue negro, da herança africana. Os intelectuais que agiam na busca de uma solução para a mestiçagem, que "degenerava a raça, o povo e Brasil" (SANTOS, 2008, p. 91), estavam cientes deste fato, visto que essa era a premissa do pensamento científico, a inferioridade das raças não brancas[22]. Logo, neste período, tratar dos males da miscigenação, seria dissipar a herança negra da

[22] Munanga (2008, p.49) destaca que existiam inúmeros intelectuais na busca de identidade étnica para Brasil e com diferentes pontos de vista, porém "todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste (século XX), eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço".

sociedade, e nisso estava incluído, além da aparência física, a cultura e inserir no âmago da população negra e mestiça, os costumes e conhecimentos considerados civilizatórios. Para tal fim seria necessário o branqueamento do povo brasileiro, gradualmente por meio de relações inter-raciais, da aculturação[23] e das ações eugênicas.

Os preconceitos e estereótipos relacionados às religiões afro-brasileiras, às condições de moradia, aos níveis educacionais e aos tipos de relação conjungal, juntamente com a marginalização do comportamento social dos negros e mestiços, que contradiziam e resistiam aos determinados pela classe dominante, composta pelos intelectuais no período, trariam em seu discurso uma "ideologia racista, sutilmente afastada de um racismo declarado" (STEPAN, 2004, p. 359).

Desse modo, mesmo sendo atribuída à população negra e à mestiçagem a razão para o não avanço da sociedade, estes homens, da corrente intelectual, dissimulavam esta premissa racial no campo da saúde e da educação, escalonando a educação, a reforma social e o saneamento como "resposta ao problema nacional", tangenciando a questão racial (STEPAN, 2004).

Além de ser hierarquizada como inferior, a população negra, em razão de seus fenótipos[24], possuía um grande distanciamento do que era considerado belo. A beleza em 1930 era atrelada, além da conformidade e harmonia das formas físicas, ao caráter moral e espiritual, assim como a uma série de características fenotípicas que traziam a semelhança ariana como ponto a ser alcançado. A mestiçagem gerada a partir da intensa miscigenação era preocupação, como diz STEPAN (2004, p. 337), das "elites educadas", que viam como "influência negativa a herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira" (MUNANGA, 2008, p. 48). E foi desta forma que acreditaram que a eugenia seria a ciência capaz de transformar as características negativas, fornecendo saúde e beleza à população. Segundo FLORES (2007, p. 62), para o médico Renato Kehl[25] "a fealdade não é um atributo natural da espécie humana; corresponde a um desequilíbrio provocado por diversas causas, como a doença e a degeneração. Pela ação da primeira se fica feio; pela ação da segunda se nasce feio". Para ele, a fealdade era evitável.

No Brasil, um país considerado degenerado e feio na visão internacional, a cultura de raça se estabelece como mecanismo necessário para a evolução da população brasileira. Esta evolução surgiria, portanto, do embelezamento do povo através de novos cruzamentos inter-

[23] Conceito utilizado para definir o caráter dinâmico da cultura quando ocorre a transformação desta tanto por mudanças nas estruturas internas como pela influência externa, caracterizando uma absorção e uma modificação na cultura anterior (LARAIA, 2013).

[24] Reunião das características particulares ao indivíduo que podem ser visíveis ou detectáveis. Em Dicionário online de Português. Disponível em: http://www.dicio.com.br/fenotipo/ . Acesso em: 29/07/2015. "O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações 'raciais'" (MOORE, 2007, p.22).

[25] Medico eugenista, um dos principais representantes do campo eugênico no país. "Desde as primeiras décadas do século XX até a data de sua morte (1974), ele esteve envolvido com o debate sobre a pertinência da eugenia como o remédio para os vários males da sociedade brasileira. Participou da fundação de associações, organizou congressos e criou periódicos que promoviam a divulgação das ideias sobre regeneração racial e social do país" (SANTOS, 2008, p. 11).

raciais, que permitiriam a anulação dos caracteres negros da população e também por meio da ação eugênica. O investimento nos cruzamentos inter-raciais foi iniciado com o ideal de branqueamento que, juntamente com a política de povoamento do interior do país, permitiu a imigração de europeus, que devastados pela Primeira Guerra, vieram ao país em busca de oportunidades de emprego e de nova vida.

O investimento a ser realizado por meio de ações eugênicas se instalaria no país durante o início do século XX com os médicos eugenistas considerando a sua ciência como capaz de transformar o feio em belo, determinando que para isso fosse necessário investimento em saúde e educação, além de outros procedimentos com relação à vida privada, como a regulação de casamentos e até mesmo a esterilização dos considerados incapazes, a fim de que a imagem desta população alterasse assemelhando-se a dos países considerados civilizados.

Esta política da beleza[26] integrava os discursos sobre nação, raça e corpo, e exigia de seus defensores uma unificação onde a criação da nação estaria em conformação com a aglutinação de etnias e línguas em torno de uma única cultura nacional. Com base nesse argumento, "a nação, o nacionalismo e a etnia têm, na origem, o controle do corpo para transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais baseadas nos critérios da unicidade da língua, do território, da história e da cultura" (FLORES, 2007, p. 72). Segundo a autora, a nação seria uma "forma política na dimensão do corpo, um fenômeno cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação".

A ciência não agiria sozinha, ela faria parte do projeto de governabilidade do Estado. Os eugenistas eram o corpo intelectual que erigiria o pensamento social brasileiro e buscaria a adequação da realidade social brasileira à modernidade científica. No período histórico de 1930 a 1945, a conhecida Era Vargas, o país encontrava-se em um momento de transição e constituição de uma identidade nacional, momento onde os recursos utilizados para a disseminação dos projetos políticos ideológicos, foram aqueles que poderiam abranger o maior contingente populacional sem causar conflitos. Como as décadas anteriores foram de intensas manifestações, resultando na Revolução de 1930, este cenário trazia ao governo uma preocupação em reestabelecer a ordem pública de maneira a evitar novos motins. Segundo PARADA (2009, p. 09):

> *"A constância de motins urbanos, das revoltas populares, das greves e dos levantes revolucionários fez parecer ao governo brasileiro que a paz pública seria algo difícil de se alcançar nestes anos. [...] a 'pacificação' da vida pública brasileira, após esta longa trajetória de instabilidade, era uma prioridade dentro da reestruturação da ordem pública pretendida pelo Estado Novo, e para a realização de tal objetivo seria indispensável a instalação de algum controle*

[26] De acordo com FLORES (2007, p.33), "a beleza corporal, associada à beleza da raça, como política da estética, constou nos programas estatais em todo o mundo ocidental". Apontando uma conexão entre política e estética caracterizando uma política da beleza, onde "a arte a serviço da raça devia reproduzir normotipos, conforme o padrão estético almejado para o tipo racial desejado".

> *sobre o domínio público e, consequentemente, um controle sobre os discursos cívicos e sobre a nação".*

Ditatorial, o Estado Novo teve seu início em 1937, apenas três anos após a promulgação da Constituição de 1934, e teve seu fim em 1945, com um golpe militar. O governo teve como característica o fechamento de partidos políticos, sindicatos, perseguição aos ditos "comunistas" e controle ostensivo do corpo da população com a implementação de um calendário cívico e da disciplina Educação Física. Havia a intenção de disciplinar os corpos das massas, imprimindo um tipo físico e comportamental nacional, agindo nas vivências, cultura e na memória coletiva, assim como na disponibilidade corporal da população colocando o trabalho, a saúde e a educação como metas a serem alcançadas para um próspero cidadão brasileiro. Desta forma, o "Estado Novo, através de técnicas de memória coletiva, constrói os valores que quer ver associados a si mesmo, o lugar de poder legítimo e soberano" (PARADA, 2009, p. 36).

Para estabelecer uma nova ordem e um sentimento de integração nacional, era necessária uma "preparação cultural das elites e formação eugênica das massas"[27] (LIMA, 1979, p. 28), a fim de que toda a sociedade e suas classes recebessem a influência do projeto político do governo modificando suas condutas, sua imagem corporal, conduzindo à formação do cidadão brasileiro. Com isso,

> *"A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico - em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração)" (STEPAN, 2004, p. 374).*

A Eugenia, então, considerada a cura para os males da sociedade brasileira, atuaria na saúde com a higienização da população, influenciando no comportamento social e na educação, estabelecendo um padrão corporal para seleção daqueles que seriam o futuro da nação brasileira. Atentamos para a abrangência com que as ações eugênicas atuaram no país. Sua presença era verificada em diversos campos, havendo inúmeros intelectuais envolvidos e um grande número de estudos e associações, não se limitando somente nas áreas: higienista, sanitarista e educacional.

O estabelecimento de normas para atitudes corporais, medidas e avaliações antropométricas, exaltação das atividades físicas enquanto sinônimo de saúde e adequação social, indicaram para a participação neste processo político-ideológico não só a classe médica, mas também de um corpo de profissionais que enfatizavam a educação, a disciplina e o controle corporal como meio para construção da cidadania, ou seja, a Educação Física.

A Educação Física se torna, então, um dos meios pelo qual os conceitos e os fundamentos da eugenia se popularizam. Embutidos em sua prática, estabelece-se como

---

[27] "As massas, constituídas pelas classes trabalhadoras e menores vadios dos morros e favelas, tornam-se assim privilegiadas desta sábia política biológica neste grave momento de introspecção brasileira" (LIMA, 1979, p. 27).

mecanismo de controle e disciplinarização da população. Assim, Educação Física e Eugenia compuseram e veicularam práticas corporais e comportamentais que objetivaram a modificação do perfil imagético da população, ressaltando a imagem da saúde, do vigor e da beleza.

Neste mesmo período foi verificado um investimento público na organização e disponibilização de atividades físicas monitoradas por profissionais de Educação Física em locais criados para o lazer dos trabalhadores, como parques, clubes e estádios. A atividade física agiria, então, como disciplinadora de corpos, em favor dos preceitos eugênicos buscando transformar corpos sedentários em corpos vigorosos e saudáveis, assim como manteria em permanente observação os indivíduos em momentos de ócio, que, para o governo, seriam momentos propícios à marginalização.

Houve uma tentativa, nas medidas assistencialistas executadas por Getúlio Vargas, de controle da existência do indivíduo. Ao implantar medidas de controle disciplinar nas escolas, nas áreas de lazer, no calendário ao criar as datas cívicas, nos discursos, nos meios de comunicação e na saúde, o Governo ampliava o seu campo de ação, impingindo na população o quadro que almejava para a representação da brasilidade. Essas medidas foram tomadas a fim de suprimir as festas e diminuir o tempo de descanso, havendo controle até mesmo sobre as finanças dos operários. Neste caso, "a Educação Física foi uma das instituições responsáveis pela transformação das horas de ócio desregradas, gastas em dancings e cabarets em tempo útil fabricado e recuperado no espaço esportivo" (LIMA, 1979, p. 56). Atentos sempre ao fato destas medidas serem direcionadas à massa proletária, aquela que era considerada mais propensa à marginalização e descontrole de suas finanças, a que necessitava ser afastada dos vícios e das doenças, a população pobre, caracterizada majoritariamente no período pela composição de negros e mestiços.

Compreendemos que a ação de forças coercitivas não ocorre sem uma resistência e, portanto as imposições das normas pelo Estado passavam tanto pela aceitação quanto pela desaprovação desta população. As revoltas populares contra as medidas sanitaristas, são um exemplo de força resistente ao controle, assim como com na reurbanização do centro da cidade e a retirada dos cortiços, tivemos uma mobilização daqueles desabrigados que fizeram a opção de não migrar para os subúrbios, com a sua permanência em casebres à beira da linha férrea e em morros próximos. Mesmo com toda a perseguição sofrida pelos terreiros de candomblé e capoeiristas, estes continuavam a se reunir em redutos que se tornavam espaços de resistências. Temos também a formação de associações e clubes para negros em São Paulo, o que demonstra o quanto a população negra e pobre resistia ao controle imposto pelo poder hegemônico. O movimento feminista é um grande exemplo desta contra-hegemonia. Mesmo com o pensamento hegemônico sobre ocupações sociais para mulheres, estas resistiram e lutaram pelos seus direitos ao espaço público e cidadania, trazendo significativas

modificações na dinâmica social das relações entre os gêneros. Atentos para o fato que "para as mulheres negras a luta feminista trouxe visibilidade ao seu quadro de mulher trabalhadora, de uma mulher que já conhecia o espaço público como espaço de atuação" (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2007).

Na cena do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX podemos imaginar que esta reação ao poder tenha se estruturado justamente nos corpos daqueles que, vivendo nos subúrbios e nos morros da cidade, mantinham suas vidas e relações comunitárias por meio de encontros, na transmissão de conhecimento por meio da tradição oral, nas conversas entre jovens e senhoras no aprendizado de afazeres domésticos, na solidariedade dos cortiços, onde mulheres ajudavam-se cuidando dos filhos nos horários de trabalho fora da residência, nas comunidades-terreiro, onde a religião afro-brasileira poderia trazer sentido à ancestralidade e, sim, em bares e botecos, que acabavam por alimentar o comércio local e formaram as rodas de samba onde pouco mais tarde, pessoas mais abastadas financeiramente estiveram presentes, dando-lhe um novo formato, uma nova imagem, permitindo sua aceitação na sociedade carioca (SIQUEIRA, 2012). Por este cenário, percebemos que a assimilação de normas e comportamentos impostos pela política como normatização do ideal de trabalhador brasileiro, tem-se configurado de maneira conflituosa, constituindo um corpo social único, que se estrutura a partir do que tem como hábito (considerado marginal pelos pensadores do sistema social) com que é imposto e que de alguma maneira pode trazer ascensão social ou financeira.

Este é o campo abordado neste capítulo, os procedimentos político-educacionais utilizados pela Eugenia na propagação de suas ideias para a construção de uma raça brasileira[28]; na constituição da imagem de um Homem Brasileiro[29] e com isso a elaboração de um discurso sobre a corporeidade do povo brasileiro. A educação e a educação física, alicerçadas pelas concepções eugênicas, na disseminação do projeto político-ideológico de 1930 a 1945. Com base neste panorama, estabelecemos uma relação entre a raça, tão importante no período como categoria definidora do progresso das nações, e a ciência, recrutando para isso as teorias raciais como suporte para o assentamento da eugenia como política de Estado.

Abordamos a beleza sob a luz eugênica na formação da imagem do povo brasileiro e os discursos que foram instituídos sobre a imagem da população brasileira, enaltecendo uma estética do racismo. Para a investigação sobre o padrão estético no campo eugênico, analisamos o livro de Renato Kehl, "A cura da fealdade" [30]. Neste livro o autor, médico, que foi

[28] No projeto nacionalista do Estado Novo, a imagem da raça brasileira seria aquela mais assemelhada à estética dos países civilizados (Europa e Estado Unidos), era desejado "um corpo saudável, belo, branco, harmonioso quanto às formas físicas e nobre, quanto ao caráter espiritual" (FLORES, 2007, p. 64).
[29] Imagem a ser esculpida, em granito, retratando o futuro cidadão brasileiro. Agraciado pelas atuações eugênicas, corresponderia ao aspecto almejado pelos intelectuais e pelo governo. A estátua seria erguida em frente ao Ministério da Educação e Saúde.
[30] KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade: Eugenia e Medicina Social*. 1 ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Co, 1923. "Na primeira parte do livro, o autor especifica as bases para avaliar a perfeição física, fisiológica e psíquica dos indivíduos de ambos os sexos.

um dos principais defensores da Eugenia no país, relata as causas e as possíveis maneiras de se evitar a fealdade, estabelece medidas preventivas para a saúde e beleza de crianças, medidas higiênicas para relação conjugal, além de prescrição de exercícios físicos para "saúde, belleza e robustez" .

São analisados, também, os artigos das Revistas Educação Physica, em razão desta manter em suas publicações, metodologias e procedimentos necessários para uma educação do corpo a fim de assegurar a eugenização da nação. Especificamente, sobre a Revista Educação Physica:

> *"Nessa revista, muitas são as matérias que encaminham prescrições sobre como criar um novo tipo para o brasileiro, aconselhando, propondo rotinas de exercícios, modelos de ginásticas corretivas, aparelhos para ganhos de força, alimentos, remédios e tônicos regeneradores, assim como tratamentos para alcançar as formas perfeitas. Do mesmo modo, muitas são as imagens que, veiculadas no periódico, buscam exemplificar um tipo ideal de corpo, criar um padrão de simetria corporal e o ideário de quais formas condiziam ou representavam um modelo de saúde e beleza moderna" (SCHNEIDER; NETO, 2006, p. 122).*

A análise destes periódicos tem como objetivo realizar uma leitura sobre os artigos que enfatizavam a formação do corpo do Homem Brasileiro, artigos que contemplaram as prescrições de atividades ou comportamentos para a classe trabalhadora e ainda aqueles que de alguma maneira citaram a população negra em seus textos. Sabemos sobre as referidas revistas que as suas intenções estavam em direcionar suas reflexões para a classe detentora de recursos financeiros e culturais, que, segundo o governo, estaria incumbida de orientar as massas no desejo de assim normalizar os comportamentos e provocar a melhoria da imagem da população em geral.

Propomos, assim, com a análise e interpretação destes documentos, vislumbrar a maneira como os intelectuais deste período observavam e descreviam os corpos de seus conterrâneos, listando a atividade física e a disciplina como possíveis soluções para que o Brasil se tornasse um país civilizado e belo tal qual a civilização europeia, observando o crescente movimento relacionado à imagem das mulheres e os cuidados estéticos para com elas. Relacionando e discutindo, desta maneira, a imposição do poder na tentativa de controle dos corpos e o componente racista presente nessas ações.

Observamos, doravante, que a responsabilidade pelas normas para o desenvolvimento e aprimoramento da população brasileira se encontrava, portanto, nas mãos e nas ações dos médicos, sanitaristas, intelectuais eugenistas. Atuação resultante de suas influências no meio político, incentivada pela crença na melhoria da realidade social brasileira (que era composta por negros e mestiços, logo, retratava a inferioridade e a impossibilidade de progresso nacional), por meio da intervenção nos meios educacionais e da saúde. Ao atingir diretamente o público que lhes causava incômodo e receio, estes atores acabaram por manter a

---

Na segunda, institui regras para a profilaxia da fealdade, estudando os fatores degenerativos e os meios de eliminá-los. Na terceira parte, faz as indicações terapêuticas para sanar as causas da fealdade física" (FLORES, 2002, p. 292).

hierarquização racial, já difundida em momentos anteriores na história do país, e de classes, com o capitalismo. A categorização da beleza, impondo um modelo racial a ser alcançado, na tentativa de modificação dos padrões corporais e comportamentais da população pobre, assim como a difusão de estereótipos e preconceitos, alicerçados pelo racismo, é uma das características da atuação da eugenia no Brasil que possui particularidades diferentes da mesma eugenia que se difundia no cenário mundial no mesmo período histórico.

### II.1 A Eugenia no Brasil

O início do século XX foi um período de significativas mudanças no cenário mundial e de modificações sociais e urbanas que causaram profundas alterações na dinâmica interna do país. A imigração europeia, o crescimento industrial, as revoltas e manifestações nas ruas, a mudança política e a modernidade científica, representada pelos estudos sobre genética e hereditariedade, tornaram este período um marco no processo histórico nacional. E um dos pontos importantes foi o emergir da Eugenia no país como possível solução para o atraso na realidade social brasileira em relação às cidades europeias que, além de outros motivos, era considerado como uma das consequências negativas da miscigenação.

Na incansável busca pela modernização do país, o corpo intelectual se pôs a pensar as possíveis razões para o afastamento do Brasil dos referenciais modernos de civilização com suas cidades urbanizadas, higienizadas e potencial industrial. Neste mesmo período ocorre a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo e as ações na capital federal em prol da vacinação contra a varíola, gerando a Revolta da Vacina[31]. Esta movimentação demonstra, segundo DIWAN (2007, p. 92), o empenho da corrente intelectual em minimizar os problemas urbanos. A medicalização da população brasileira é vista, então, como possível solução para os impasses relacionados ao bem viver e à recomposição da classe trabalhadora.

Era uma grande preocupação da classe dominante o grande número de transeuntes, negros, mestiços, imigrantes nas cidades à procura de empregos, esta era fomentada pelo medo decorrente da aglomeração populacional que ocorria nos grandes centros, formando cortiços e favelas. A intelectualidade médica e política viam estes locais como propícios às doenças e à marginalização.

> *"A favela era identificada com a negritude e concentrava em si todos os estereótipos raciais. O jornalista José Alípio Goulart definiu a palavra favela como 'área de desintegração social, desajuste e fragmentação'. Agache as chamou de 'bairros infectos que criavam sérios obstáculos à ordem social e à segurança pública'." (DÁVILA, 2005, p. 140)*

[31] De acordo com CHALHOUB (2006, p.97), na cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1904, "a divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornara obrigatória a vacinação antivariólica transforma a cidade em praça de guerra. Durante uma semana , em meio a agitações políticas e tentativa de golpe militar, milhares de pessoas saem às ruas e enfrentam as forças da polícia, do exército e até do corpo de bombeiros e da marinha".A Revolta ocorreu em repúdio à vacinação ostensiva da população, por parte da brigada sanitária na campanha desenvolvida por Oswaldo Cruz (cientista, médico sanitarista), porém a motivação passa pelo tratamento autoritário utilizado pelos agentes, que iam as residências acompanhados de policiais, pelo descontentamento com as reformas urbanas que pretendiam eliminar os cortiços do centro da capital federal e além da desconfiança dos setores populares às ações de saúde pública.

As residências de negros e mestiços na década de 30 e 40 se encontravam nos morros e favelas, nas margens da linha férrea ou nas regiões mais afastadas do centro da cidade carioca e, de acordo com este quadro social, assistimos a falta de estrutura social em que se encontrava a população negra, vivendo em cortiços, em condições insalubres. Mesmo havendo uma classe média negra formada por militares, a grande massa proletária negra estava afastada dos círculos sociais da cidade. Nos subúrbios, que são áreas mais afastadas do centro da cidade, ainda não havia infraestrutura para abrigar os habitantes e também os migrantes. Com isso, tínhamos na cidade, então capital, uma disparidade entre o que se tornava o centro da cidade e a zona sul, com seus residentes compondo uma condição de classe portadora de condições dignas de moradia e bens materiais, e os subúrbios, os morros e o interior da cidade, para onde migraram aqueles retirados de seus cortiços no centro juntamente com a população com menor poder aquisitivo.

Observamos, assim, um recorte classe-raça no Rio de Janeiro. Aqueles que possuíam riqueza ou estavam incluídos no círculo social da classe dominante localizavam sua residência e existência nos bairros nobres da cidade, constituídos pela zona Sul e o centro da cidade. Este grupo desfrutava de uma posição privilegiada, pois neste período histórico, estavam inclusos nesta categoria políticos, educadores, advogados, médicos, todo o corpo intelectual que pensava o futuro brasileiro, assim como os descendentes de famílias abastadas do tempo colonial e ainda imigrantes que aqui construíram suas riquezas. Ressaltamos a pertença à raça branca e ainda os mestiços e mulatos que alçaram bens culturais e materiais que os afastaram da negritude. Pontuamos que existiam negros componentes desta classe, porém estes eram exceção, visto que o grande contingente da população negra esteve, como dito, em abandono social após a abolição. Abandono este não caracterizado somente pela falta de assistência do governo e sim pelo preconceito e o racismo que impediam a mobilidade destes na sociedade de classes. Cabia à população negra reconstruir a sua imagem e dissimular os estereótipos, buscando para isso acesso à educação formal e adequação às normas sociais, para que pudessem deslocar-se da condição social em que viviam.

Em estado de pobreza, possuindo uma condição subalterna de moradia, estava o trabalhador, a massa trabalhadora que constituiria o povo brasileiro, composta por brancos sim, mas em sua maioria por negros e mestiços (PINTO, 1998, p. 92). Filhos, netos e bisnetos de escravizados trazendo consigo, em sua corporeidade, as marcas e a demanda social que caracterizou o pós-abolição. O abandono social e a dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, ou ainda a sua participação em funções subalternizadas que ofereciam menor retorno financeiro, situações ocasionadas pelo racismo que dificultava a entrada e a permanência destes nos postos de emprego, enquanto era possibilitado o crescimento de imigrantes europeus e seus descendentes, já que estes sim permaneciam nos postos de trabalho, gerando renda e subsídios financeiros para sua família. E ainda, o preconceito racial

estabelecia uma relação direta com o comportamento da população negra, já que estes arcavam com os estereótipos e como objeto de estudo das ciências no decorrer dos séculos, possuíam a modernidade científica a confirmar tais conceitos. Deste panorama, além de todos os movimentos de resistência ocorridos até e em prol da libertação dos escravizados, girava o temor das classes dominantes em relação aos negros e mestiços:

> *"A compreensão desse problema se dá pela admissão de que negros não se constituem apenas como parte de uma classe social, mas também modos de ser de uma população. O comportamento desses povos, o seu modo de ser - como uma cultura e uma população independente e própria - fazem com que o poder de dominação da etnia branca os exclua das forças produtivas do capital, marginalizando-os" (SIQUEIRA, 2012, p. 155).*

A marginalização da força de trabalho de negros e mestiços deduz-se que está na subalternização de suas atividades reservando a estes "serviços que exerciam à época da escravidão" (SIQUEIRA, 2012, p.156), como domésticas, limpeza geral de ruas, residências e departamentos, lavadeiras, cozinheiras, barbeiros, engraxates, vendedores ambulantes, pedreiros, dentre outras funções que exigem esforço físico e como dito, oferecem menor renda. Não afirmamos que não seriam ofertados outros cargos, porém, como o índice de analfabetismo neste grupo era ainda alto (SIQUEIRA, 2012), reduziam-se as condições de empregabilidade em cargos de melhor remuneração.

Em um conjunto de fatores onde se agregam cultura, comportamento, educação, higiene e moradia, médicos, políticos, educadores, advogados, localizam neste grupo as suas ações públicas de controle social, afinal, este era o corpo do trabalhador, este era o retrato da realidade social brasileira naquele momento, onde deveria ser investida a ciência moderna para que no futuro, estes estivessem esteticamente e em conduta assemelhados ao que almejavam como representativo de povo brasileiro.

Estes eram os sujeitos a serem atingidos pelas propostas dos intelectuais eugenistas. Baseados ainda nas teorias racialistas e nos estereótipos seus discursos estabeleciam a associação entre negros e atraso social, negros e criminalidade, negros e insalubridade, mestiços e degeneração. E, sem dúvida, este panorama seria um obstáculo para a modernização do país e na geração de um povo saudável, belo, civilizado, disposto a trabalhar pela pátria. O pessimismo racial conduzido pelas conceituações referentes à mestiçagem e a herança africana nos povos trazia inquietação aos intelectuais brasileiros que discutiam a identidade nacional e o futuro da nação brasileira, proporcionavam ansiedade sobre o perfil estético que representaria o Brasil e incitavam a busca por soluções efetivas de acordo com esta realidade:

> *"Para o pensamento social hegemônico, não tínhamos conhecido o desenvolvimento econômico de outras nações porque fatores como o clima e 'mistura' com raças inferiores haviam gerado uma população preguiçosa, indisciplinada e pouco inteligente. A inferioridade biológica seria, portanto, a causa da inadaptabilidade à sociedade moderna e industrial" (SANTOS, 2006, p. 315).*

A empreitada higiênica e sanitarista iniciada por Arthur Neiva (cientista e político) e Belisário Penna (médico sanitarista, sogro de Renato Kehl, defensor do saneamento rural e da educação higiênica) refutou as teses sobre a degenerescência racial do povo e incluiu na discussão as questões relacionadas à saúde da população (DIWAN, 2007, p. 95). Refutou, porém não excluiu. O racismo continuou em voga nas condutas destes intelectuais de maneira que insere na pauta a necessidade de medicalização do povo para que assim seja alcançada a criação de uma força produtiva, pois um povo doente não pode trabalhar, nem produzir riquezas. Muitas das enfermidades que assolavam a população urbana tinham como causa as aglomerações provocadas pela população pobre no centro da cidade, estes cientistas, segundo STEPAN (2004, p. 356), "concentravam suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra e mestiça", dando à política pública um tom racializado. Era necessário investir na saúde da população, na educação higiênica e na reforma sanitária das cidades. Aliado ao capitalismo e à industrialização, juntamente com o avanço das indústrias de remédios e cosméticos, a medicina brasileira caminha em busca de alternativas para a solução do mal que assolava o seu povo.

Conjuntamente com os médicos sanitaristas, aglutinando medidas eugênicas e modificações nas condições de saúde e de higiene das cidades, tendo como público alvo a população pobre e os locais onde residia, o pensamento social brasileiro se apoiava, nesta primeira metade de século, na perspectiva eugenista de construção da nação brasileira. O tema no qual se assentava toda a discussão sobre a melhoria do povo era a situação racial no país. De acordo com SANTOS (2006, p.317), na construção da nova ordem social idealizada pelos intelectuais "os modelos seriam os indivíduos educados e saudáveis; e a figura do homem pobre, doente e analfabeto constituiu-se em alvo privilegiado das estratégias disciplinares".

Neste contexto, a eugenia emerge como possibilidade de modificação da realidade social brasileira, por meio da ação profilática[32] no tratamento dos males causados pela mestiçagem (falta de beleza e degeneração das gerações) e controle sistemático dos considerados incapazes. A atuação da eugenia oferecia ao país a oportunidade de apagar os rastros da herança negra, de geração em geração, proporcionando um avanço na capacidade brasileira de alcançar o progresso, além disso, poderia modificar o tipo físico, psíquico e moral do povo atribuindo a este uma representação que fizesse jus ao futuro moderno e civilizado. Esta era a preocupação dos médicos, que a educação e a medicina fossem capazes de modificar a realidade social brasileira. Que o homem nacional fosse uma raça regenerada e

[32] Medidas profiláticas seriam aquelas responsáveis pela prevenção dos chamados males da época, como o alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose, mortalidade infantil, miséria e até mesmo a falta de beleza (fealdade). A ação preventiva ocorria por meio da divulgação e conscientização dos setores médicos e políticos sobre os problemas sanitários e de saúde da população com o intuito de disseminar as estratégias de prevenção por meio da educação e ação de agentes sanitários, amparados pelo discurso político ideológico de modernização da nação.

aprimorada por meio do conjunto de ações impostas aos corpos da população, seja educando, curando, controlando ou transformando:

> *"Como os eugenistas brasileiros não distinguiam natureza e cultura, imaginavam vários tipos de reformas sanitárias capazes de melhorar a adequação hereditária e por conseguinte, eugênicas. Para a inteligência médica brasileira, já predisposta a promover o saneamento como cura para todos os males do país, a eugenia tinha o atrativo de ser uma extensão do heróico trabalho de figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas pela redução do índice extraordinariamente alto de mortalidade infantil entre os pobres e das condições insalubres das massas. Mesmo a promoção de esportes e do condicionamento físico, que Fernando Azevedo adotou como causa particular da Sociedade Eugênica de São Paulo, pôde ser vista como eugênica porque aprimorava a raça. A eugenia tornara-se metáfora para a própria saúde" (STEPAN, 2004, p. 350).*

A eugenia como metáfora de saúde, traz à tona a relevância do poder médico neste período, "a ciência assumiria status de verdade, atribuindo-se um poder total de organização, obtendo um importante papel na criação do imaginário de um Brasil moderno e na produção de representações e identidades" (SANTOS, 2006, p. 316). A divulgação da eugenia na literatura com Monteiro Lobato e na grande imprensa com seus boletins e artigos em revistas médicas, demonstra a maneira como esta ciência cativou a parcela letrada da população, formando opiniões e visões sobre a sociedade baseadas em suas teorias, elevando assim a capacidade de disseminação e aceitação de suas normas.

A década de 1930 foi o momento em que os eugenistas brasileiros tentaram a sua inserção na política nacional em razão da promulgação da Constituição de 1934, trazendo para este documento as suas aspirações para sociedade em forma de leis[33], tanto que alguns de seus representantes tornaram-se diretores de setores importantes do governo Vargas, como "Belisário Penna[34] na direção do Departamento Nacional de Saúde Pública; Roquette Pinto[35] e Renato Kehl como integrantes de uma comissão no Ministério do Trabalho para consultoria sobre eugenia e problemas de imigração" (STEPAN, 2004, p. 373). Algumas dessas aspirações eram ligadas diretamente ao sanitarismo e outras já, mais negativas, previam os exames pré-nupciais, a fim de evitar a proliferação de doenças venéreas, alcoolismo, tuberculose e ainda a união entre casais que "não se encontram em condições de gerar filhos fortes e belos" (KEHL, 1923, p. 248), e a esterilização de incapazes. Estas propostas não foram à frente devido à aproximação da Igreja Católica ao Estado, impedindo ações consideradas

---

[33] Consta no Art.138 -"Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios nos termos das respectivas leis: b) estimular a educação eugênica; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais". BRASIL, Constituição Federal art.138 de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 24/09/2015.

[34] Belisário Penna (1868 - 1939), médico sanitarista, foi o criador da Liga Pró-saneamento em 1918. Foi designado por Oswaldo Cruz, juntamente com Arthur Neiva, para uma expedição no interior do país a fim de estudar as condições sanitárias, resultando na criação do relatório Neiva-Penna. Com isso, transformou-se num "incansável pregador do saneamento rural e da educação higiênica como única possibilidade de superação dos problemas sociais. É um dos autores do relatório Neiva- Penna, que constitui um documento chave para entendermos a formação do campo eugênico". (SANTOS, 2008, p45).

[35] Edgard Roquette-Pinto (1884 - 1954), médico e antropólogo, intelectual eugenista, refutava a negatividade da mestiçagem adotando a educação higiênica como solução para o problema nacional adquirido pela miscigenação, tratava o branqueamento da população como alternativa viável com dados censitários que comprovavam o desaparecimento da população negra em um século (SANTOS, 2008).

anticatólicas, ou seja, que ferissem a questão moral dos brasileiros. E ainda "a classe médica brasileira era profundamente conservadora em questões de reprodução e tendia a opor-se à esterilização eugênica, quaisquer que fossem os motivos" (STEPAN, 2004, p. 353).

Vale ressaltar que na categorização dos incapazes estavam não somente os portadores de doenças congênitas, possuidores de vícios e taras, criminosos, deficientes físicos e portadores de problemas mentais. Incluídos estavam, segundo o próprio KEHL (apud SANTOS, 2008, p. 213) "casais incapazes de fornecer, pelo próprio esforço, os meios necessários para garantir a subsistência e educação dos filhos". Entendemos nesta fala a inclusão da população pobre que caracterizada, no período, pela população negra e mestiça demonstra o tom racista e discriminatória da medida, oportunizando não claramente, a perpetuação da raça considerada superior, branca, visto que o impedimento do casamento de degenerados, de acordo com os conceitos à época, incluía o mulato e o mestiço. Um meio eficaz de finalizar o drama da mestiçagem brasileira, elevando em alguns anos o povo ao modelo branco europeizado.

Porém, de acordo com a linha científica neolamarkiana, que foi aquela utilizada pelos cientistas brasileiros, na qual as heranças genéticas poderiam ser transformadas a partir de modificações no indivíduo e no meio ambiente, as ações eugênicas participariam da restauração da população brasileira atuando em suas condições sociais. Isto cientificamente, porque ideologicamente, percebemos pelo discurso do maior defensor da eugenia que a questão racial permeava o pensamento eugenista, causando divergências entre os cientistas.

A realidade social na época, composta por uma massa de negros e mestiços, pobres, doentes, considerados feios e disgênicos, situava o país na impossibilidade de avanço, impedia o progresso e a constituição de uma nação há muito desejada em moldes europeus. A modificação desta realidade, então, dependeria da mudança de hábitos de seu povo, de uma transformação na sociedade que possibilitasse uma aproximação com a raça considerada superior. Logo, para que pudesse construir uma nação, o Brasil precisava de um povo belo, saudável e integrado em suas diversas culturas e para isso a questão racial deveria ser revista.

A raça era uma discussão corrente neste período, a formação dos Estados-nação internacionalmente dependia desta discussão, do aprimoramento da raça e a busca de semelhança à raça pura, e a raça brasileira, para os seus cientistas, estava em formação. Segundo STEPAN (2004, p. 356), "a eugenia brasileira foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país", tanto que era a ciência responsável pelo seu aprimoramento. Esta levaria o Brasil ao encontro das nações civilizadas compostas por um povo ordeiro, belo e em condições de progresso.

Com a constituição das nações modernas, a raça era tida como ponto fundamental na hierarquização das populações mundiais. O racismo científico baseado no determinismo biológico e no darwinismo social, onde a supremacia da raça branca era atestada por meio de

teorias e das novas ciências desenvolvidas, trazia às diferenças culturais e físicas dos indivíduos o peso de sua raça. Encarados como selvagens e primitivos, as populações africanas e indígenas da América Norte, assim como outros povos orientais, tinham a inferiorização de suas características culturais como justificativa para incapacidade de civilidade e por esta razão a sugerida necessidade de colonização e consequente escravização. Com a antropometria e a antropologia criminal, a população africana, principalmente, tem suas características físicas associadas a propensão à criminalidade, e isso traz a realidade mais uma justificativa para a opressão, visto que era necessário domesticar e controlar este ímpeto. A miscigenação entre negros e brancos, negros e indígenas, então, tem sua análise apoiada nestas premissas, incluindo, com a genética, a atribuição de características hereditárias.

A miscigenação era recriminada pelos pesquisadores do fim do século XIX, era realizada uma associação direta com os animais onde o híbrido, resultado do cruzamento, era infértil e improdutivo. Atribuída aos humanos, o cruzamento inter-racial, traria a degeneração, pois o mestiço herdaria o traço mais marcante das duas raças. Ora, se a raça negra possuía como seus traços característicos, além da cor da pele, a propensão à incivilidade e criminalidade, estas características passariam a ser o ponto mais forte na constituição do ser mestiço.

Em nosso país, local onde o caldeamento entre negros, brancos e indígenas foi característica da colonização e um dos meios pelo qual a dominação se estabeleceu, a quantidade de indivíduos com traços mestiços era numerosa. Justificada, segundo MUNANGA (2008, p.86) pelo "desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com a relação assimétrica entre escravos e senhores, levando os últimos ao monopólio das poucas mulheres existentes". E nessa dinâmica, ainda segundo o autor, que as mulheres negras escravizadas foram as que estiveram em maior vulnerabilidade à atuação do senhorio branco, levando no decorrer dos séculos a uma disseminação de filhos bastardos, mestiços e mulatos, que transitavam entre as camadas da sociedade mediante um racismo perverso onde a dissimulação dos caracteres negros na aparência física e na apreensão das normas sociais das elites senhoriais, entre elas a educação formal, serviria como estratégia de rejeição à herança africana e possível ascensão social. Nessa esfera era construída a sociedade brasileira, com uma elite senhorial detentora do poder, uma classe escravizada e um número de mestiços que, de acordo com o apoio de seus progenitores brancos, conseguiriam ou não uma condição social diferenciada.

Ponderamos assim o inegável impacto da mestiçagem na formação 'racial' e social do povo brasileiro e o quanto o afastamento da matriz branca oferecia aos intelectuais eugênicos um campo de atuação privilegiado. Se o necessário era a aproximação ao ideário branco, justificava-se o estímulo à imigração europeia e a tentativa de, por meio da própria

miscigenação, garantir às futuras gerações o seu branqueamento. Porém as estimativas colocavam esta transformação para 100 anos, e este prognóstico causava ainda mais ansiedade, pois, a modernização caminhava a passos largos naquela década. Então, como agir? Segundo SANTOS (2008, p. 98) "aconteceu a Reversibilidade da Degeneração Racial. Em lugar de negar a nação, passou-se a tentativa de salvá-la".

De acordo com este autor, a jornada pelo interior do país protagonizada por Arthur Neiva[36] e Belisário Penna, gerou um relatório revelador sobre a realidade da zona rural brasileira. A pobreza e a falta de condições higiênicas propiciavam as endemias que impediam o sertanejo de trabalhar, caracterizando assim, a sua indolência, trazendo uma nova interpretação para a problemática do atraso nacional e da mestiçagem, não somente da inferioridade racial sofria a população brasileira, na verdade, estavam doentes e assim:

> *"A existência do país pobre e doente era um obstáculo à construção da nação. Mas havia uma esperança. Um novo diagnóstico e novos remédios estavam no mercado das idéias: as viagens científicas haviam retratado o verdadeiro país. [...] O Brasil, sob a lente do microscópio e da máquina fotográfica, transformara-se num laboratório onde se podia alcançar a verdadeira identidade. A descoberta do país pela ciência apresentava uma saída para o Brasil, pois, além de diagnosticar os problemas, indicava o remédio necessário. O encontro da realidade nacional havia produzido uma saída. Era possível acabar com a indolência! "(SANTOS, 2008, p. 210)*

A estratégia utilizada foi a confluência entre os diferentes mecanismos de controle social em vigência com as ações sanitaristas, o investimento na educação higiênica e a eugenia. Curando o povo de suas mazelas, poderiam readquirir a força produtiva destes possíveis trabalhadores. Este pensamento mais otimista afastava o pessimismo das teorias raciais do século XIX, trazendo luz às aspirações da formação do povo trabalhador brasileiro.

Haveria, então, de ser promovido um branqueamento social da população. Educação, estética, comportamento, atitudes sociais seriam os campos a serem transformados a fim de que o povo brasileiro se enquadrasse aos parâmetros europeus de civilidade. Estas modificações deveriam possibilitar à classe dominante, manter sua posição privilegiada e ao mesmo tempo construir a nação moderna. A eugenia seria um excelente caminho. Por meio dela, poder-se-ia ter um povo belo, disciplinado, higienizado. Com a sua atuação, em poucas gerações o Brasil estaria ajustado aos modelos internacionais de progresso, seus mestiços estariam mais adequados ao padrão da raça branca, seja em sua estética, em seu comportamento ou em sua educação.

Inicia-se um investimento no corpo da população neste período. No período anterior, houve uma preocupação com a educação e o corpo das classes dominantes (SOARES, 2012), já a partir da Era Vargas, há uma maior preocupação com a disseminação dos conceitos de

[36] Arthur Neiva (1880 - 1943), médico e político, foi aluno de Oswaldo Cruz, participou da expedição ao interior do Brasil ao lado de Belisário Penna, traçando um inventário sobre as condições de saúde dos habitantes do país e era membro da Associação Paulista de Eugenistas. (SANTOS, 2006)

belo e de cuidados com o corpo para a massa, buscando tanto a formação de trabalhadores saudáveis, quanto a modificação da feiúra em que se encontravam. Desta maneira:

> *"a parte visível da etnia brasileira deveria ser construída e expressa na postura civilizada do corpo. Uma conduta moderada em relação à sexualidade, uma boa aparência estética do corpo, hábitos de higiene, aspirações de acesso social, educação, trabalho, dariam o índice classificador de homens e mulheres para uma taxionomia étnica brasileira. [...] Ou seja, o branqueamento dar-se-ia por um processo educacional do corpo que o habilitasse a pertencer à parte boa da nação" (FLORES, 2000, p. 91).*

Foi com este discurso que o médico, eugenista, Renato Kehl e os intelectuais de seu tempo, em meio às adaptações das correntes científicas que aqui chegavam, tentavam mobilizar o país em prol de sua ciência. Eram companheiros de Kehl na empreitada eugênica: Roquette-Pinto, Belisário Penna, Arthur Neiva, Octávio Domingues, Fernando Azevedo, dentre outros, que atuaram na política, educação, saúde, legislação, dando um corpo para a eugenia, possibilitando a sua utilização enquanto política de Estado.

Este grupo de intelectuais eram médicos, educadores, cientistas, políticos que congregavam diferentes funções na sociedade e com isso possuíam entrada em diferentes campos de estudos e atuação. Uma informação importante relatada por DIWAN (2007, p. 100), por ocasião do parentesco entre os membros da elite paulista e a presença destes na ata de inauguração da Sociedade Eugênica de São Paulo, que ao que relacionamos ao parentesco entre Belisário Penna e Renato Kehl, sogro e genro respectivamente, se refere ao fato de como a classe profissional e letrada da sociedade ainda era muito restrita, os casamentos entre os membros desta era comum, mantendo os assuntos, relações e até decisões referentes ao espaço público, por vezes, decididas no convívio privado destes. Assim, interpretamos que as aspirações da fração de classe em que se situavam os intelectuais citados, composta por membros letrados, com atuação profissional definida, participantes da classe detentora do poder, formando opiniões e visões de mundo, majoritariamente homens e brancos, versavam sobre o futuro do país a partir de uma perspectiva à época em que o machismo e o racismo eram como componentes de suas formulações ideológicas.

O fato de possuírem carreira acadêmica reconhecida sugere que obtiveram formação em universidades nacionais e internacionais e estas apresentavam literaturas europeias e norte-americanas como fonte primária. Ilustramos, assim, a possível sujeição de alguns destes profissionais a execução do que era norma para as ciências modernas (como a hierarquia das raças humanas e degenerescência dos mestiços) e as divergências suscitadas, visto que o questionamento dos conhecimentos estrangeiros se tratava da adequação do que se tinha como verdade à realidade social brasileira, que era singular. Isto posto, observamos na composição de políticas educacionais, de saúde pública e legislações formuladas por estes uma vertente eurocêntrica, já que esta era o arcabouço do conhecimento científico. Não que não houvesse influências de outras tendências ou que a opinião particular pudesse diferir do

cânone, o que pontuamos é a hegemonia do conhecimento ao qual estes tiveram acesso em sua formação.

E assim, realçar a localização destes pensadores eugenistas na sociedade é posicionar estes homens em sua influência política, econômica e social. Afinal, estes eram os que pensavam o país, legislavam, curavam, e ainda mantinham uma parte do poder financeiro. Deter o olhar sobre eles nesta perspectiva nos leva à reflexão sobre a atuação e a visão por eles disseminadas sobre a população pobre, sobre a população negra e principalmente sobre o que realmente acreditavam ser o melhor para sua pátria. Imagem e semelhança:

> *"O perfil pessimista de Kehl acaba por propor uma ação intervencionista que tornará urgente combater a mestiçagem, pois ela impede a purificação das classes e a geração de proles cada vez mais puras, superiores, aperfeiçoadas e brancas" (DIWAN, 2007, p. 133).*

De acordo, então com Renato Kehl, segundo a autora, a eugenia estaria não só em função do progresso do país, mas sim em favor da manutenção dos privilégios da classe dominante, extirpando aqueles que seriam a verdadeira causa do atraso socioeconômico e da feiura do país: os pobres, mestiços, descendentes de uma raça inferior, a raça negra. Caberia ao projeto eugênico de sociedade transformar a realidade social brasileira de modo a inserir o Brasil no mundo moderno, industrializado com uma força de trabalho produtiva e ainda curar a sua população dos males que impossibilitavam sua prontidão para o trabalho e a sua estética. Remédios, tônicos, cosméticos, atividades físicas foram meios pelos quais os médicos incentivavam o povo ao cuidado de si e ao embelezamento. Este último seria o capaz de eliminar a fealdade no decorrer das gerações, uma opção importante na caminhada eugênica de aprimoramento da raça.

Renato Kehl, em suas inúmeras publicações apresenta duas diretamente relacionadas aos problemas do ser feio, em como se adquirir e manter a beleza. A beleza neste período estava intimamente relacionada com as questões da saúde, tanto que o ser belo era aquele saudável físico, moral e espiritualmente, logo, para curar a fealdade era necessária uma ação que abrangesse o ser como um todo, não apenas fisicamente, o que tornava o campo do embelezamento um domínio daqueles que pretendiam o melhoramento do corpo social da população brasileira.

### II.2 Curando as fealdades: Renato Kehl e a terapêutica da belleza

A beleza tem em seu conceito a associação entre a saúde física, intelectual e moral no início do século XX. As percepções sobre o outro e o julgamento estético sobre a normalidade de suas formas e condutas favorecem, no discurso eugênico, o enquadramento dos corpos a um ideal a ser conquistado, aquele que represente o Brasil enquanto nação moderna.

A normalidade no discurso de Renato Kehl dispõe de características próprias, sendo a simetria entre os segmentos corporais, a tez e tonalidade da pele, as condutas higiênicas, a

ausência de fatores disgênicos, os comportamentos conforme as práticas discursivas impostas para cada gênero, o que revelaria a moral do indivíduo e a sua aristogenia, representada por uma "classe geneticamente superior" (DIWAN, 2007, p. 131). O indivíduo para ser "bello" deveria reunir em seu corpo tais características. Vejamos:

> *"A eugenia considera belleza normalidade; normalidade somatica, psyquica e moral. Dentro deste objectivo, adimittem os eugenistas, como bello todo o indivíduo dotado de saúde, vigor e robustez e que apresente uma compleição physica e psyquica normaes.[...] A fealdade, por sua vez, corresponde á anormalidade, á desproporção, á desharmonia. Não pode ser considerado bello o indivíduo tarado ou doente. A eugenia não admite a dissociação das qualidades somáticas e outras. Um imbecil praticamente perfeito não é considerado bello, sob o ponto de vista eugênico" (KEHL, apud DIWAN, 2002, p. 426).*

Indivíduos eugenicamente belos seriam aqueles que dispunham uma educação integral, que reunia os aspectos físicos, morais e intelectuais e ainda dotados de traços "psysionomicos" regulares. Os que não as possuíam eram considerados então como feios, poderiam alcançá-las por meio da eugenia, afinal:

> *"a fealdade não é um atributo natural da espécie humana; corresponde a um desequilíbrio provocado por diversas causas, taes como a doença e a degeneração. Pela acção da primeira se fica feio; pela acção da segunda se nasce feio" (KEHL, 1923, p. 193).*

As definições entre feio e belo ocupavam o discurso dos eugenistas na propagação de suas ideias. Como já descrito, a beleza atuava como orientação no aprimoramento das raças, um povo belo, assemelhar-se-ia à raça pura. Para tanto, a arte e a estética estiveram associadas no julgamento entre beleza e feiura. A estética em si foi uma disciplina "criada para formular os princípios universais de classificação e julgamento da beleza" (FLORES, 2007, p. 42) e isso ocorre no século XVIII em paralelo com a difusão das teorias raciais. Tecendo um discurso sobre os corpos, alicerçados pelas modernas ciências empenhadas na medição, aferição e consequente categorização dos seres humanos de acordo com a raça as quais pertenciam, a estética, oferece à beleza o embasamento para que seja criado o discurso sobre o belo.

> *"A ciência estética que emerge no século XVIII liberta-se da metafísica, porém estabelece uma continuidade com a tradição. O problema do belo era a busca da forma ideal, alcançada pela grandeza, proporção, medida, harmonia, noções tributárias da Antiguidade Clássica, retomadas no Renascimento. A noção de belo, enquanto cópia perfeita, o belo com esplendor do verdadeiro e do bem, que se expressa na imitação da beleza das formas universais e que se estabelece numa arte estática, enquanto representação do mundo exterior, insere-se nas vertentes pós-kantianas, do século XIX, época de ouro das formulações das teorias raciais" (FLORES, 2007, p. 45).*

Apoiado na afirmação da autora, frisamos o fato de estas concepções serem em sua base constituídas a partir das teorias racialistas, teorias estas que atrelavam o movimento histórico às variáveis que compunham as raças humanas (MURARI, 2007, p. 106). Dito isso, temos as observações sobre o feio e o belo sujeitadas ao parâmetro racial de desenvolvimento

cultural e intelectual[37], onde "o julgamento das culturas adquiriu uma apreciação estética" (FLORES, 2007, p. 42). A beleza se torna, então, retrato de uma cultura, de um corpo, de um comportamento fundamentado na cultura europeia.

O racismo se fez presente nesta categorização. Por ser um sistema de hierarquização das populações por meio da classificação de suas características físicas, intelectuais e culturais como superiores ou inferiores, obteve com o respaldo científico a legitimação que necessitava, tornando-se uma "doutrina universal e racional" (SANTOS, 2008, p. 99). Delimitando as fronteiras sobre a igualdade jurídica entre trabalhadores e burguesia e comprovando cientificamente a desigualdade entre os indivíduos, manteve os privilégios da classe dominante. Como detentores do conhecimento sobre o corpo e consequentemente instituindo o poder sobre ele, a classe dominante europeia, componente da raça branca, obteve em seus melhores espécimes as medidas, formas e condutas para suas referências de normalidade e civilidade. Promovidos à raça superior, justificavam a partir de sua ciência a dominação de outros povos que culturalmente diferenciavam-se deles julgando-os como primitivos ou selvagens. Com as diferenciações biológicas fundamentadas cientificamente, legitimando as desigualdades culturais e sociais por meio do aspecto biológico e a exaltação da cultura física da Antiguidade clássica, a população branca tem em sua estética o instaurar de um modelo incontestável de beleza.

O próprio BUFFON (apud FLORES, 2007, p. 42) nos oferece uma noção com a frase: "minha raça é bela (europeia) e as outras são mais ou menos feias". A atribuição da apreciação estética às diferenças físicas dos seres humanos levou à discriminação racial em relação aos povos não europeus. Enquanto a fealdade entre os europeus era ditada pelas deformidades físicas, doenças e outras causas externas, para as populações provenientes de outros continentes apenas este fato já os tornava feios e degenerados. O feio passa a representar a antítese da perfeição.

A relação entre beleza, civilização e raça se instituía a partir dos conhecimentos científicos gerados pela sociologia, antropologia, frenologia, entre outras ciências que neste período se dedicavam a comprovar a diferença humana por meio da marginalização das raças consideradas inferiores. Portanto, aquela civilizada, enquadrada nos cânones clássicos, que se mostrava superior tendo a capacidade de dominar e civilizar outros povos, era a raça ariana, representada pelas pessoas de tez branca e pertencentes à classe dominante, que por suas qualidades encontrava-se em grau de pureza. Logo, observa-se a razão pela qual os povos oprimidos, colonizados e escravizados serem observados como se estivessem em uma

[37] No século XVIII há uma quebra no paradigma do selvagem (maneira como eram descritos os povos americanos). Os pensadores deste período saem do modelo de Rousseau, em que a visão humanista era privilegiada com "os homens americanos transformando-se em objetos privilegiados para uma nova percepção que reduzia a humanidade a uma espécie, uma única evolução e uma possível perfectibilidade, na capacidade inerente de todos os homens a sempre se superarem". Partindo para uma nova perspectiva lançada pelo naturalista francês Buffon e pelo jurista De Pauw, onde o primeiro "delineava uma concepção étnica e cultural etnocêntrica, ressaltando a inferioridade do continente e o segundo pautando os povos americanos como degenerados, erigindo uma ideia de maldade inata ao selvagem" (SCHUWARCZ, 1993, p.44,46).

posição onde a beleza não os contemplava. Havia um argumento científico para esta afirmação na época, a inferioridade das raças não brancas.

No Brasil, onde o cruzamento inter-racial ocorreu de maneira a determinar um tipo racial no país, as consequências da miscigenação ocasionavam preocupações e questionamentos por parte dos intelectuais no pensamento social brasileiro. Impregnados pelas teorias racialistas que inferiorizavam e condenavam os mestiços e ainda convivendo com as informações difundidas sobre o país no exterior, onde a mestiçagem era principal característica e causa da feiura da população, como podemos avistar na fala de Louis Agassiz, adepto do racismo científico:

> *"Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam - venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental" (AGASSIZ apud SKIDMORE, 2012, p. 72).*

A mestiçagem brasileira era, desta forma, a responsável pelo atraso moral, civilizatório da população. Seus habitantes, enquanto mestiços, são portadores da fealdade e o que leva à incapacidade de progresso, visto que híbridos levam em si o apagamento das capacidades produtivas do povo branco. Outra passagem pessimista sobre a apreciação estética do povo brasileiro é do Conde francês Arthur de Goubineau, que permaneceu por quinze meses no Rio de Janeiro, no século XIX:

> *"Trata-se de uma população totalmente mulata[38], viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia. [...] nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores" (SKIDMORE, 2012, p. 70).*

Tem-se, então, a categorização dos mestiços brasileiros como feios e degenerados, pois ambos são adeptos do racismo científico. O pessimismo do determinismo racial destes dois viajantes estrangeiros não configura a base de conhecimentos dos intelectuais brasileiros, mas certamente, estes relatos ajudaram a construir uma imagem estereotipada sobre o país no momento em que se refletia sobre a identidade nacional e a construção da nação. Os conhecimentos de nossa intelectualidade no final do século XIX e início do século XX consistiam em leituras que pudessem contextualizar a realidade social brasileira em relação à modernidade científica.

Na intelectualidade brasileira havia aqueles que refutavam esta ideia principalmente quando o estabelecimento da reversibilidade da degeneração racial. De acordo com esta vertente do pensamento social, os mestiços seriam a fonte para o progresso. A influência dos

---

[38] De acordo com MUNANGA (2008, p.20), o mulato "designa o indivíduo nascido da relação sexual entre um branco e uma negra ou entre um negro e uma branca". O preconceito racial, segundo o autor, está associado à conotação pejorativa do termo mulato, visto que era caracterizado como um mestiço, logo atingido pelos discursos negativos que comprovavam sua inferioridade.

sanitaristas propondo a modificação da realidade social com a melhoria das condições de saúde e de infraestrutura urbana, acabando com as enpidemias e endemias que acometiam a população, foi uma das tendências que auxiliou nesta nova visão sobre o mestiço, visto que sua "indolência e preguiça" que impediam a sua produtividade, seria causada pelas doenças e não somente por sua herança racial. Outra influência foram as teses culturalistas americanas de Franz Boas na qual "a mestiçagem era amplamente positiva" (SANTOS, 2008, p. 137) e seria possível salvar a nação com o que já relatamos como branqueamento social. E esta seria a característica principal da eugenia brasileira, a conjunção de teorias neolamarckianas com as relacionadas à seleção racial, como retrata SANTOS (2008):

> *"As condições ambientais do país dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Práticas políticas e sociais identificadas com a eugenia exemplificavam essa filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e doenças venéreas. Assim, coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um tipo nacional pelas sucessivas miscigenações, com teses de que o futuro eugênico seria resultado também de um aperfeiçoamento no progresso social" (SANTOS, 2008, p. 103).*

O Brasil se apresentava como um país composto por mestiços, negros, brancos, amarelos (chineses e japoneses) e indígenas, tendo a miscigenação como o que levaria a crença de impossibilidade de integrar-se à civilização. Além desta realidade acrescenta-se o estado insalubre das condições de vida na cidade, doenças endêmicas e epidêmicas e a falta de saneamento. Este conjunto de peculiaridades incita os intelectuais brasileiros a pensar em soluções para o Brasil que fossem adaptadas das correntes ideológicas que circulavam o mundo, o pessimismo europeu não poderia se enquadrar à realidade, visto nosso quadro social.

Precisávamos construir um povo belo, saudável e disposto a edificar uma nação. Associando o embelezamento do povo com a melhoria na saúde que a nova ciência de Francis Galton[39] encontra caminhos para sua inserção na realidade brasileira. A ciência prometia por meio de suas ações, beleza ao povo e propagação dos benefícios eugênicos para as futuras gerações. Assim:

> *"Eugenia é a ciência da boa geração. Ela não visa, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes feias. Seus objetivos não se restringem à calipedia, isto é ter filhos bonitos. A beleza é um ideal eugênico. Mas a ciência de Galton não tem horizontes limitados; ao contrário, seus intuitos além de complexos são de uma maior elevação" (KEHL apud SANTOS, 2006, p. 313).*

Desta maneira, para atingir o ideal eugênico era necessário a cura da fealdade no Brasil. No livro publicado em 1923, A cura da fealdade. Eugenia e medicina social, Renato Kehl descreve as possíveis causas da fealdade e as atitudes necessárias para evitá-la. O autor "se destina a falar da beleza e da feiúra humana, aponta algumas doenças que podem acometer

[39] Francis Galton (1822- 1911), antropólogo francês, primo de Charles Darwin, criador do conceito de eugenia.

os leitores, ressaltando as interações medicinais para o seu tratamento" (SILVA; GOELLNER, 2008, p. 254).

Percebemos nesta publicação, algo elucidado por DIWAN (2002, p. 425), que ao identificar a fealdade como doença e logo curável, o "discurso médico eugenista pretendia interferir no corpo individual", conduzindo o leitor ao temor de ser feio e do feio. Construía-se um discurso sobre o que estivesse fora da normalidade eugênica seria doentio, portanto feio. Na realidade nacional, a cura da população, então, poderia ser realizada também através do embelezamento e da prevenção da fealdade. Mas o que causava feiura nos brasileiros?

Kehl descreve as causas em oito itens, ressaltando que estas poderiam estar combinadas e não somente isoladas. Estes itens relacionam a etiologia em aspectos biológicos e sociais, como as causas extrínsecas e intrínsecas, as quais provocadas por "agentes physicos (temperatura, luz, eletricidade), agentes chimicos (alimentação, intoxicação), agentes mechanicos (traumatismos, commoção), agentes vivos (parasitas, microbios)" e as "desordens funncionaes e constitucionaes" (KEHL, 1923, p. 194), respectivamente. Ainda: as causas hereditárias, congênitas e aquelas que afetariam o desenvolvimento infantil, a vida de jovens, assim como a maturidade e a velhice. Desta maneira, o autor elege uma série de possíveis origens para a fealdade, descrevendo a cada subtítulo como cada um destes agentes poderiam atingir o indivíduo.

Dentre estas, as que nos chamam a atenção são as relacionadas à hereditariedade e a transmissão congênita, pois segundo o próprio:

> *"todos os indivíduos, dominados pela força denominada hereditariedade, tendem a repetir-se nos seus descendentes e a transmitir-lhes suas particularidades normaes e morbidas. [...] Do mesmo modo por que se transmittem estas particularidades monstruosas tambem se transmittem particularidades de belleza e robustez" (KEHL, 1923, p. 198).*

Com este discurso, o eugenista sugere que a especificidade estética da população brasileira encontra-se também em sua origem racial e não só social. Ao serem categorizados como feios e degenerados, os povos mestiços são classificados de acordo com a herança genética que possuem, conforme a raça humana ascendente, então, quando Kehl descreve a transmissão genética de particularidades normais e monstruosidades, de beleza e robustez, já inferioriza mestiços e negros por conta de sua ascendência. Dado que os povos africanos eram, na visão deste, desprovidos de beleza e fora dos padrões de normalidade eugênicos. Não se tratando somente dos portadores de doenças físicas ou psíquicas, neste trecho há uma relação direta com a questão racial no momento em que, na hierarquização estética, a beleza possui padrão e este é o que fundamenta a visão de mundo desta corrente de pensamento.

Sobre as causas de ordem congênita, atentamos para o alcoolismo, a sífilis, a tuberculose e a miséria fisiológica. Razões escalonadas por gerarem proles cacogênias, isto é, "indivíduos inferiores, agravados pela disgenia (desvios e doenças hereditárias)" (DIWAN, 2007, p. 131). Seriam crianças raquíticas, fracas, anêmicas e com possíveis deformidades

físicas e psíquicas. O que podemos questionar com relação a estas doenças é em qual fração de classe estas eram mais incidentes. No caso da sífilis existe uma correlação com a educação sexual e a regulação da saúde íntima dos indivíduos, presumindo a prostituição como grande disseminadora dos "males venereos". Em que fração de classe se encontravam as prostitutas?

> *"De há muito encarado como problema social e moral característico da população pobre e negra, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como 'inimigo da raça' porque o vício provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à delinquência juvenil, à prostituição e às doenças mentais entre os pobres das zonas rurais e urbanas" (STEPAN, 2004, p. 350).*

Inferimos, a partir da autora, que a população pobre e negra seria aquela mais propícia à disseminação dos caracteres disgênicos, visto que se encontrava em posição de vulnerabilidade. Temos, então, um conjunto de fatores desfavoráveis à existência da população pobre e negra, onde podemos incluir também os mestiços. Estes, além de não produzirem proles fortes e belas, são acometidos pelas variadas causas de fealdade. Afinal:

> *"Pelo jogo das leis da hereditariedade, pode-se se corrigir uma imperfeição, pode-se mesmo embellezar uma descendencia; ella 'domina tudo'; determina o talhe, o vigor, a saúde; determina tambem a belleza. Um casal desgracioso e definhado não dará nascimento senão a vis crianças, enquanto um belo e jovem par, sobretudo os que tiverem ascendentes de uma mesma ordem, dará nascimento a crianças robustas e bellas". (KEHL, 1923, p. 203)*

Assim, condena-se a miscigenação mantendo aos homens e mulheres componentes da classe dominante a responsabilidade da constituição da geração que representaria o Brasil no futuro. O racismo[40] aclamado pelas propostas embelezadoras eugênicas insinua uma condição de superioridade da classe dominante brasileira e branca, como também marginaliza o segmento pobre da sociedade, enquadrando-os como portadores da fealdade. Segundo SANTOS (2008, p. 140), Kehl era contrário à miscigenação e acreditava sim que as raças superiores, mais fortes, prevaleceriam em relação às outras, e com isso ainda haveria esperança no processo de embranquecimento já ocorrido à revelia. Em sua opinião, era necessária uma atuação sistemática do Estado nos controles de casamentos e esterilização para que o ideal eugênico se concretizasse, educação e saneamento seriam os meios para atingir o objetivo eugênico e não a proposta em si. A questão que permanece é: como lidar com a população pobre que aí está se para estes as possibilidades de embelezamento são restritas?

Renato Kehl nos oferece algumas opções nesta perspectiva, dentre tantas, seria a esterilização destes que eram considerados degenerados, como citado anteriormente. Estando os pobres caracterizados como público alvo na descrição dos indivíduos a serem atingidos pela esterilização econômica, que seria aplicada ao grupo dos casais impossibilitados de fornecer condições favoráveis de alimentação, moradia e educação aos filhos. Notamos esta como uma

[40] De acordo com GUIMARÃES (2009, p.52), o pensamento racista brasileiro se construiu a partir de adaptações das abordagens racialistas europeias, provindas do racismo científico e também do determinismo geográfico, em que a supremacia da raça branca era comprovada por meio de doutrinas científicas que atestavam, a partir desta superioridade, a consequente inferioridade 'inata' dos negros, tanto em características físicas com em capacidade mental.

das opções propostas. A outra estaria apoiada na visão sanitarista, onde se modificando o meio poder-se-ia, transformar o indivíduo. Porém, esta não era a visão predominante de nosso protagonista, ele diz:

> *"Considero todas as raças suscetíveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor grau, guardando, porém, certa restrição, em relação à raça negra, que, parece-me, é de grau intelectual um tanto inferior a todas as outras. O fato de se contarem, entre indivíduos de raça negra, exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença, ou melhor, essa verdade. São exceções, e raríssimas, que não servem para invalidar a regra" (KEHL, apud SANTOS, 2008, p. 140).*

Sendo assim, Kehl insinua que haveria pouquíssima possibilidade de melhoria de nossa população se a raça negra mantivesse sua capacidade reprodutiva. Dispondo de um grau intelectual inferior, seria difícil também a sua transposição rumo ao branqueamento social, visto que a educação e o aprendizado de normas sociais estariam em desequilíbrio.

Sobre os agentes causadores da fealdade que ocorriam durante a infância, adolescência, vida adulta e velhice, Kehl relaciona práticas relacionadas ao aprendizado infantil de normas sociais e atitudes posturais, de maneira que, estando na fase em que são mais receptivas aos ensinamentos "facilmente adquirem maus hábitos, vicios, entregam-se ao onanismo, a pratica immoraes, quando não zeladas e aconselhadas cuidadosamente. [...] Na segunda infância, os homens e mulheres traçam, pois, a sua perfeição ou a sua fealdade" (KEHL, 1923, p. 200). Logo, a conduta moral dos indivíduos seria constituída pela atenção e educação integral, em termos eugênicos, oportunizadas pela família.

Os padrões de normalidade no ponto de vista eugênico eram aqueles, como já sublinhamos, que estivessem de acordo com a harmonia dos traços fisionômicos e das partes do corpo, pele alva e comportamento característico ao gênero ao qual pertencesse. De acordo com FLORES (2007, p. 63), "os estereótipos nacionais na Alemanha, Itália ou Estados Unidos era o padrão almejado". Logo, o modelo de beleza a ser reconhecido como base de avaliação da mulher brasileira seria o de exaltação da brancura que muito pouco se assemelhava à estética da mulher brasileira, que continha especificidades características da miscigenação ocorrida no país. Dentre as características pretendidas pelos eugenistas na conquista de uma feição para a mulher brasileira estavam:

> *"Na beleza do rosto, a dimensão do pescoço, a desenvoltura do busto, das ancas, o torneado dos membros [...] a beleza dos cabelos, o tamanho, forma e a cor dos olhos, cílios e sobrancelhas, o colorido, a forma e a dimensão dos lábios e dentes, do nariz, das orelhas [...]. Além da esbelteza geral, da graça e elegância da boa proporcionalidade da fisionomia corporal, a cor, a maciez, a igualdade e a boa distribuição da pigmentação da pele [...] eram índices, numa semiótica do corpo, para ditar o padrão que se almejava como estética da mulher brasileira" (FLORES, 2007, p. 66).*

O tipo de beleza então almejado para o Brasil era o do normotipo de mulheres brancas, tanto que, segundo SANT'ANNA (2014, p. 64), "a concepção de que a pele alva era a mais bela aparecia sem constrangimentos nos concursos de misses e em muitos anúncios

publicitários". Cabia às típicas brasileiras buscar auxílio por meio da higiene, educação e eugenia para que se tornassem belas. Segundo Renato Kehl, em sua publicação direcionada à beleza, o *Formulário da Belleza*, que ele apresenta como sendo uma publicação a pedido de "muitas representantes do sexo gentil", "sem outro intuito que o de ser util aos que o folhearem, na esperança de encontrar atavios para o proprio realce, ou recursos para dissimular lamentáveis descuidos da natureza" (KEHL, 1927, p. 01), o autor oferece inúmeras fórmulas terapêuticas que contribuiriam para o embelezamento feminino, longe dos cosméticos que, para ele, somente tornavam as mulheres artificiais como "falsas divindades da belleza".

Neste livro, o autor disponibiliza possibilidades de embelezamento, pois como a fealdade é algo que pode ser reparado por meio de ações eugênicas e depende do indivíduo, estaria incumbida às mulheres a manutenção e a constituição de sua beleza e formosura quando esta não fosse um atributo natural. Ressalta que a principal causa dos corpos femininos não belos era o sedentarismo, que levaria a "braços gordos e roliços, ventre e seios flácidos, coxas grossas e quadris exuberantes de tecido adiposo" (KEHL, 1927, p. 18). Desta maneira, as formas corporais em que se encontravam muitas brasileiras, não pela obesidade, e sim pela voluptuosidade de suas formas, devido às heranças de diferentes etnias, as tornavam o público a ser "tratado" pelas fórmulas de beleza. Segundo Kehl:

> *"A legitima preservadora da belleza, o mais poderoso elemento retardante da velhice, conservador da mocidade do corpo do espírito, consiste, porém, na vida sadia, sob os cuidados da hygiene; na pratica diuturna de gymnastica, com methodo e moderação,- factores esse seguros para collorir as faces, não pelo carmim que desmaia e mancha, mas pela multiplicação e resistencia dos globulos vermelhos do sangue" (KEHL, 1927, p. 03).*

Desta maneira, o autor relaciona a atividade física à conquista de saúde e do padrão corporal desejado. Isto pode ter incitado um investimento de culto ao corpo e retardamento da velhice, sugerindo a jovialidade como sinônimo de beleza, determinando para as mulheres a busca por mecanismos de aquisição e manutenção da estética normativa. Neste contexto a educação física foi inserida como um recurso, suas "atividades físicas sistemáticas são invocadas como elemento central no processo de embelezamento, dotando o corpo de belos atributos, uma técnica que compartilha das regras gerais da higiene" (SILVA; GOELLNER, 2008, p. 255), o que representaria a promoção da saúde para a população, visto que mulheres eram as encarregadas pela difusão no seio familiar das normas higiênicas e sociais.

Desta maneira, a educação higiênica e as orientações eugênicas poderiam sim evitar um "cogumelar de gentes feias" de modo a contribuir para a formação de um povo saudável e principalmente belo, já que "a belleza humana depende, na maioria das vezes, dos proprios individiduos bem como a fealdade. Esta, quasi sempre tem origem na transmissão hereditária ou nas influencias maleficas do meio" (KEHL, 1923, p. 201). Era preciso, então, investir na educação do povo e nas transformações do meio. Pela educação era possível se estruturar as novas condutas baseadas na higiene e na eugenia, sugerindo a profilaxia e cuidados com o

corpo como maneiras a ser tornar belo, saudável e produtivo. As transformações do meio poderiam seguir nesta mesma dinâmica, visto que, ao educar o povo, modificar-se-ia a sua postura e hábitos alterando o seu comportamento.

Era imprescindível a ampliação destas condutas que objetivavam a beleza do povo e o aprimoramento da raça para o maior número de pessoas. O Estado Novo forneceu a entrada necessária aos eugenistas para execução de seu projeto. Segundo STEPAN (2004, p. 374), a aproximação entre a eugenia e o regime de Estado se deu pela conformidade de objetivos. Afinal, por meio da ciência seria possível o desencadear da busca pela imagem do povo brasileiro e reorganizar a realidade social brasileira de maneira a alcançar o progresso desejado.

### II.3 O Estado Novo e o Homem Brasileiro

Um ideal de "Homem Brasileiro" começa a ser discutido pelos intelectuais a fim de estabelecer uma imagem representativa do povo brasileiro. Uma imagem que refletisse não somente a realidade do povo e sim um representante da nação moderna a ser construída. Neste termo, 'homem', inclui-se o gênero feminino, figura marcante e primordial na geração e educação da prole que personificaria o futuro brasileiro. A eugenia esteve inteiramente presente nesta construção imagética, seus conceitos sobre embelezamento e aprimoramento da raça, alicerçavam o conhecimento dos intelectuais envolvidos nesta empreitada. Promovia-se uma jornada rumo à nacionalidade, à uma identidade nacional, determinando incisivamente a sua marca nos corpos e mentes dos brasileiros. Era a frase “Ordem e Progresso” posta em ação.

O processo de corporificação do brasileiro tem seu marco no momento em que emerge a necessidade de estabelecimento de uma nação, de integração nacional onde se pressupunha a imagem de um povo. Os povos que constituíam o país precisavam ser homogeneizados em suas diversas culturas a fim de que houvesse a unidade nacional, as características defendidas e conhecidas sobre a população brasileira precisavam ser modificadas em função do momento mundial. A modernização era o objetivo final deste projeto. O Brasil precisava integrar-se às potências industriais e para isso faltava-lhe trabalhadores saudáveis e um Estado a mostrar-se forte na condução deste progresso.

As opiniões que relacionavam o atraso à mestiçagem repercutiam no mundo e desvalorizavam a imagem da próspera República. E por conta desta imagem negativa e da necessidade de progresso da nação brasileira, pois à época acreditava-se que o progresso da nação se daria pelo aprimoramento da raça e pelo embelezamento de seu povo, nossos intelectuais se incumbiram de discutir e fomentar como seria o povo brasileiro, a partir das controvérsias e dos conflitos ideológicos sobre a mestiçagem e a ancestralidade multicultural com os quais se formaram os aportes para a constituição da corporeidade nacional.

A eugenia ditava suas regras e o poder médico conquistava o espaço legislativo, obtendo o apoio, não sem conflitos, de juristas e políticos, estabelecendo como norma: preceitos higiênicos, eugênicos e as ações sanitaristas. Partia em direção ao povo as aspirações de progresso da nação por meio de transformações nos corpos de seus habitantes. A fração de classe composta por estes cientistas, educadores, médicos, advogados, antropólogos, políticos, enfim, pelos intelectuais que pensavam o Brasil, seguia como modelo a ser atingido, devido à semelhança aos padrões internacionais imagéticos de saúde e modernidade. Eram homens, majoritariamente brancos e bem sucedidos financeiramente, que cresceram dentro de um discurso onde a expansão capitalista e o controle do corpo "postulado pelo higienistas tinha como meta estabelecer um equilíbrio de forças entre a população branca e a população negra, desenvolvendo na primeira, através de uma apurada educação, elementos de identificação racial e social com a elite dirigente branca" (SOARES, 2012, p. 61). Este grupo, então, postulava em seus discursos seus símbolos e representações a fim de que estes se tornassem um propósito para o futuro da nação.

Porém, a realidade brasileira muito se distanciava deste modelo. Como já descrevemos, a massa trabalhadora era pobre e a sua estética pouco assemelhava ao que era dito como modelo. A solução para uma possível modificação da imagem desta parcela da população começa com as ações sanitaristas e a reforma urbana nos grandes centros. A educação higiênica, o estímulo às atividades físicas e a valorização da beleza como sinônimo de saúde, imprimem no corpo o poder médico moldando o indivíduo a partir do que é desejando como nação, pois, de acordo com FLORES (2002, p. 295), "a nação tem na origem o controle do corpo, a fim de transformar grupos heterogêneos em comunidades nacionais, com base nos critérios de unicidade da língua, território, da história e da cultura". A criação desta unicidade estava incompleta, era necessário ainda um investimento na cultura nacional e para isso o Estado precisaria assumir tal empreitada, uma vez que somente com a ação deste se poderia atingir grande parte da população. As transformações por meio de uma educação do corpo serviriam, então, como meio para atingir o objetivo, implantando nestes a conduta moral, a feição, a educação e uma cultura nacional, construindo a nação moderna.

Nesta formulação do que seria o ideal a porvir de corpo para o brasileiro, as discussões perpassaram os períodos políticos chegando até o Estado Novo que incorporava a nova conjuntura mundial. As guerras, o nacionalismo, o autoritarismo, o nazi-facismo, eram as ocorrências que colocavam no cenário mundial uma luta a partir da cultura da raça, onde o aprimoramento desta ocasionaria o progresso das nações. A política de constituição da identidade nacional era então uma cultura da raça[41], onde a estética e a beleza, assim como o comportamento social de seus integrantes eram preponderantes para o progresso do país.

[41] Segundo Flores (2007:15), Cultura de raça aqui designa uma tecnologia que empregou métodos de eugenia, lamarkiana ou galtoniana, a fim de melhorar e embelezar a raça, já que da beleza da raça dependia a marcha da evolução humana.

A constituição de uma identidade nacional se tornava, então, urgente de acordo com a conjuntura externa e interna e a unificação nacional só se daria com o sentimento de pertencimento de seus habitantes. A partir desta concepção se popularizam os discursos em favor de uma identidade nacional e a Era Vargas foi o momento de maior disseminação dessa ideologia na sociedade brasileira.

A Era Vargas inicia-se em 1930 com o golpe de Estado, denominado Revolução de 1930. Constituiu-se em um movimento contrário ao sistema político vigente na Primeira República, com participação de militares, visando a derrubada do presidente Washington Luís. Após conflitos políticos e a queda da oligarquia cafeeira, tem-se a instalação do governo provisório com Getúlio Vargas como chefe-político. O governo provisório teria duração até 1937, quando, alegando impedir a ameaça comunista, Getúlio Vargas declara estado de sítio, iniciando o regime do Estado Novo.

O Estado Novo foi um momento histórico de suma importância por se tratar de um período de construção de memórias coletivas que incidiriam diretamente no corpo da população. Com o objetivo claro de modernizar a nação e controlar o Estado evitando novas revoluções e motins, Vargas, "preocupado com a 'pacificação' e a 'civilidade', demarcou uma nova relação entre as esferas institucionais do poder e a vida privada da população, principalmente público urbano" (PARADA, 2009, p. 10). O regime teve em relação às políticas de dominação e controle das massas algo de importante. O estabelecimento de um calendário cívico, criação de ícones nacionais, o uso da propaganda e dos meios de comunicação (PARADA 2009, p. 10), foram estratégias de disseminação do poder de Vargas.

Por meio dos longos discursos proferidos e da vivência nos momentos de patriotismo nos desfiles cívicos, possivelmente, o Governo Vargas seguia com seu plano de divulgação ufanista da realidade brasileira, elaborando na memória e nos corpos dos brasileiros um sentimento de pertencimento. Pressupomos que o intuito dessas ações passava também pelo desejo de se elaborar uma nova memória coletiva, deixando os problemas ocorridos na Primeira República, assim como aquele do tempo imperial, distantes no imaginário social. Assim, a escravidão, as revoltas, as oligarquias, os ataques comunistas, neste imaginário, perderiam sua força, possibilitando o surgimento de uma "cultura cívica na qual se articulavam as ideias de ordem, solidariedade, disciplina e modernidade" (PARADA, 2009, p. 19). Desta maneira, segundo o autor, "cerimônias comemorativas e práticas corporais tiveram importância como atos comunicacionais e também na construção da memória coletiva e individual", oferecendo a Getúlio Vargas a aceitação e o respaldo que necessitava perante as massas, viabilizando a aplicação de suas políticas de Estado.

Neste período ocorreu uma série de modificações na estrutura trabalhista do país, pois com a forte imigração europeia, muitos brasileiros encontravam-se desempregados e muitos deles eram migrantes do campo para cidade, fugindo da crise cafeeira. O país caminhava para

a modernização com a inauguração de seus parques industriais. O Governo, assim, abre um precedente para que as indústrias empregassem uma porcentagem de trabalhadores brasileiros, desta maneira integrando à sociedade de classes, os brasileiros provenientes do campo ou que se encontravam sem empregos. Com esta medida, atendia-se a necessidade do mercado, aumentando a produtividade, gerando lucros e também conquistava a empatia da população por responder à expectativa de ascensão social por meio do trabalho. Esta política ideológica de valorização do trabalho, segundo CARVALHO (2010, p. 03), "como dimensão essencial de valorização do homem e do país, busca transformar o homem em cidadão trabalhador, responsável pela riqueza individual e também pela riqueza da nação". Essa ideologia faria parte da composição do Homem Brasileiro, para quem "o trabalho seria o meio por excelência de superação de problemas socioeconômicos do Brasil, além de uma forma de assegurar à população uma vida mais digna" (CARVALHO, 2010, p. 03), impulsionando o sentimento de pertencimento e dando sentido ao progresso nacional.

Observando as estratégias de ação do projeto político-ideológico do Estado Novo, percebemos o poder do Estado, de acordo com a perspectiva foucaultiana onde o poder "não apenas adestra corpos e normaliza comportamentos e atitudes, mas constitui individualidades, produz formas de vida e o dia-a-dia dos indivíduos" (CASTELO BRANCO, 2009, p. 36), atuando de maneira a disseminar uma identidade que se quer nacional em uma normatização das percepções sobre o país e do ser brasileiro. O biopoder, juntamente com duas outras tecnologias do poder, a disciplinarização e a normalização, confere ao regime a intencionalidade de controle social dos corpos e vida da população na tentativa de conduzir a construção de uma conduta que se perceba como característica nacional, incorporada e vivenciada no cotidiano. Sendo assim:

> *"O Homem Brasileiro, tal qual o Jeca de Monteiro Lobato, precisava ser saudável porque precisava trabalhar, e precisava trabalhar para se encaixar nas novas relações de domínio e exploração que se desenvolvem. Dessa forma, a doença será condenada assim como a boêmia e violão" (CARVALHO, 2010, p. 04).*

Ao condenar a "boêmia e o violão", o Estado tentava cercear as atitudes cotidianas da população em seus momentos de lazer e desocupação, na busca da modificação de posturas atreladas à malandragem e à vagabundagem. Desta maneira o governo acaba por perseguir aqueles que ainda não possuíam trabalho, impondo, não sem resistências, o pensamento de moralidade atribuído ao trabalho, assim como a melhoria das condições de vida por meio deste. A representação do brasileiro malandro e boêmio, muito difundida neste período, assim como a da indolência e preguiça, precisava ser transformada para que o país progredisse.

Ilustrando o que seria a representação do Homem Brasileiro, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, nos fornece uma ideia do que foi idealizado, ao solicitar uma escultura:

> *"O trabalho a ser realizado pelo escultor não será simplesmente uma obra de arte [...] Há nele um lado científico importante, que é o de fixar, já não digo o tipo brasileiro (que ainda não existe), mas, a figura ideal que nos seja ilícito imaginar como representativa do futuro homem brasileiro" (LISSOVSKY; MORAES apud FLORES, 2007, p. 32).*

Segundo FLORES (2007, p. 31), Gustavo Capanema solicita ao escultor Vitor Brecheret, após consulta à comissão de especialistas formada por Oliveira Vianna, Roquette Pinto, Rocha Vaz e Fróes da Fonseca, uma escultura onde seria esculpida a imagem do Homem Brasileiro a ser "erigida no pátio do Ministério da Educação e Saúde Pública". A primeira maquete esculpida por Celso Antônio foi rejeitada pelo ministro, visto que a imagem apresentada era de um "homem de feições sertanejas, barrigudo e pouco atlético". Esta imagem não se encaixava no ideal pretendido pelo ministro que era: "nada de rapaz bonito. Um tipo moreno, de boa qualidade, com semblante denunciando a inteligência, a elevação, a coragem, a capacidade de criar e realizar".

Estava assim constituído um ideal como ressalta a autora, a ser copiado e imitado e que supostamente obedecesse ao "cânone estético que corresponda ao ideal político e racial da nação". O cânone estético, como vimos anteriormente, é aquele sugerido pelos cientistas eugênicos como semelhantes em cultura física aos gregos na Antiguidade clássica, pois estes construíram no seu amor a beleza plástica, uma harmonia em suas formas que serviram aos eugenistas como modelo de normalidade. O corpo brasileiro necessitava se tornar um corpo eugênico, com "equilíbrio ou normalidade na fisionomia humana e nas disposições anatômicas dos órgãos e das partes constituintes do indivíduo" e assim era "pressuposto que existisse saúde, sexual e mental, e beleza plástica" (FLORES, 2007, p. 108).

Mesmo diante da orientação de intelectuais com diferentes percepções sobre o Brasil, como podemos perceber em razão dos nomes indicados na comissão de especialistas, segundo DÁVILA (2006, p.50): "Roquette Pinto era o principal proponente da tese anti-racista do antropólogo Franz Boas", em que as pessoas deveriam ser avaliadas por seu nível de cultura; já "Oliveira Vianna, reacionário conselheiro político do presidente Vargas, acreditava na plena superioridade biológica ariana, posição racista acompanhada por Rocha Vaz", visto que o futuro do homem brasileiro deveria ser branco. O autor esclarece que:

> *"Embora continuasse a haver polêmica sobre a natureza da negritude, da degeneração e da possibilidade de aperfeiçoamento racial, havia consenso sobre o significado e o valor da brancura - consenso que se expressava nas virtudes masculinas de virilidade, força e coragem, na 'europeidade' e na concordância de que essa era a raça do futuro do Brasil" (DÁVILA, 2006, p. 50).*

À vista disso, notamos o quanto o corpo do brasileiro necessitaria ser moldado e curado pelos nossos intelectuais eugenistas. Para tanto, era preciso uma ação em diferentes campos e abordando indivíduos em diferentes faixas etárias. Por esta razão visualizamos a relevância do livro de Renato Kehl, ao abordar a causa da fealdade e sua possível prevenção em distintos

momentos da vida, em regular as atitudes dos indivíduos que se pretendiam belos. Dentro desta perspectiva da modificação do povo em seu âmago, na possibilidade de torná-lo brasileiro, está nas mãos do Estado e de seus intelectuais a tarefa de executar tal empreitada, pois os eugenistas, segundo FLORES (2007, p. 59), assim como escultores, poderiam "tirar o supérfluo da carne, endireitar o que está torto e polir o que está escuro, até torná-la branca, estalônica, saudável". E esta preocupação em criar uma nação e uma etnia única, de acordo com STEPAN (2004, p. 378), foi o motivo para a união entre eugenistas e políticos na Era Vargas.

O Estado Novo, em seu curso rumo à modernização do país e do assentamento de sua identidade, recorre às tecnologias do poder como meio para a "mobilização da memória coletiva, constrói valores que quer ver associados a si mesmo, o lugar de poder legítimo e soberano" (PARADA, 2009, p. 36). Sendo um regime autoritário e nacionalista associado ao desenvolvimento econômico capitalista, impõe aos corpos de seus homens e mulheres, jovens e crianças, uma dinâmica onde a estética, a moral, a saúde e o trabalho aglutinam-se com o objetivo de modificar o perfil social e racial do brasileiro criando uma representação social do Homem Brasileiro. Enfim:

> *"O ato da representação, em si, que ser um ato de regulação. O corpo moldado, numa armadura metafórica, dentro dos limites da integração formal, oferece o sentido de raça, saudável, branca, ariana. Trata-se, pois, de conceber o corpo humano como matéria moldável, controlável, possível de ser programada para alcançar fins estéticos. Trata-se de eliminar, cortar, expurgar as anomalias, os excessos, o diferente, na busca da padronização racial" (FLORES, 2007, p. 59).*

Dentre as possibilidades existentes para 'moldar' os corpos, temos o saber médico, que no período selecionado na pesquisa, tinha a eugenia como sua principal representante, e uma disciplina há muito já desenvolvida e praticada na educação dos corpos da classe dominante: a educação física. A disciplina surge no contexto militar, auxilia o treinamento de soldados e evolui de acordo com a valorização dos exercícios físicos, empreendidos por meio das ginásticas, como sinônimo de saúde.

A associação entre saúde, exercícios físicos e beleza seria o pretexto oportuno para a disseminação da educação higiênica e cuidados com o corpo, assim como a maneira lúdica de exercer alguma forma de controle por meio da prática desportiva, e ainda a promoção da saúde da população através das atividades físicas no ambiente fabril, nas praças e nas áreas de lazer.

A beleza, os comportamentos e promoção da saúde seriam os objetivos lançados na divulgação da educação física como facilitadora do aprimoramento da raça, na construção do homem brasileiro. Os corpos de homens e mulheres, principalmente, estavam em foco no desenvolvimento de uma educação corporal, que fosse capaz de abranger questões físicas,

morais e psíquicas, tornando a educação física uma grande aliada da eugenia na construção do futuro do povo brasileiro.

### II.4 Educação física, disciplina e beleza dos corpos

A educação formal e do corpo, na visão dos pensadores brasileiros, promoveria no Brasil o desenvolvimento de uma única etnia. Segundo DÀVILA (2006), a ciência eugênica brasileira, em sua especificidade, via a raça como um processo em desenvolvimento, onde a educação seria elemento primordial no auxílio desta composição por meio da remoção de "condições culturais e higiênicas inferiores. Na prática isso significava o branqueamento comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas" (DÀVILA, 2006, p. 56). Logo, haveria uma tentativa de enquadramento da população negra e mestiça na cultura clássica europeia, constituindo um caldeamento que geraria a cultura brasileira. Ao tentar modificar e afastar os descendentes de sua prática ancestral, o governo idealiza uma corporeidade que tenha na brancura a sua característica principal, promovendo um branqueamento social. A difusão da educação do corpo como meio de aprimoramento da raça, valoriza a educação física como detentora de conhecimentos para a execução deste intento.

A educação física surge no Brasil, ainda no período imperial, nas instituições militares. No início do século XX tivemos a entrada da ginástica sueca, defendida por Rui Barbosa[42], "por ela se basear na ciência e se relacionar com a medicina e com os médicos, grandes magos do Brasil republicano" (SOARES, 2012, p. 49). Esta modalidade de ginástica foi defendida por Renato Kehl em sua profilaxia da fealdade, nela os exercícios criados por Pehr Henrick Ling "são impregnados de nacionalismo e destinado a regenerar o povo, formar, enfim, homens de bom aspecto que pudessem preservar a paz na Suécia" (SOARES, 2012, p. 47) seriam ideais para a educação corporal de crianças, formando corpos saudáveis e belos.

Com o objetivo de formar homens de bom aspecto e regenerar o povo, percebemos de antemão a identificação dos eugenistas brasileiros com a referida modalidade. KEHL (1923, p. 329) recomenda a ginástica sueca para as crianças na segunda infância por ser adaptável aos gêneros e a todas as idades, utilizando os movimentos respiratórios, havendo a possibilidade de sua prática sem aparelhos e ritmada, permitindo que fossem recreativos, sem movimentos fortes ou bruscos. Salienta que com a prática "o crescimento tomará impulso notável, o corpo apresentará attitudes correctas, os musculos desenharão com maior nitidez. Tudo, em summa, concorrerá para dar aspecto de belleza e robustez à criança" (KEHL, 1923, p. 338). Assim, a finalidade do programa de educação física empregando a ginástica sueca visava o embelezamento e saúde das crianças, para um futuro com uma "mocidade bella e vigorosa",

[42] Personalidade importante na historiografia nacional e também na história da educação física, sendo considerado o Paladino da Educação Física no Brasil, por Inezil Marinho, por seu feito no Parecer Rui Barbosa, onde destaca a importância da "Ginástica nos programas escolares como matéria de estudo em horas distintas das do recreio e depois das aulas" (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 47), isso em 1882.

com o propósito maior de garantir à juventude brasileira um futuro eugênico, visto que, segundo o autor, os exercícios pretendiam "robustecel-as, adextral-as, embellezal-as, consolidando nos pequeninos organismos a hygidez corporal", e isso ocorreria por meio do melhoramento das funções orgâncias, "multilicando-se os potenciaes physicos, intellectuais e moraes" (KEHL, 1923, p. 338).

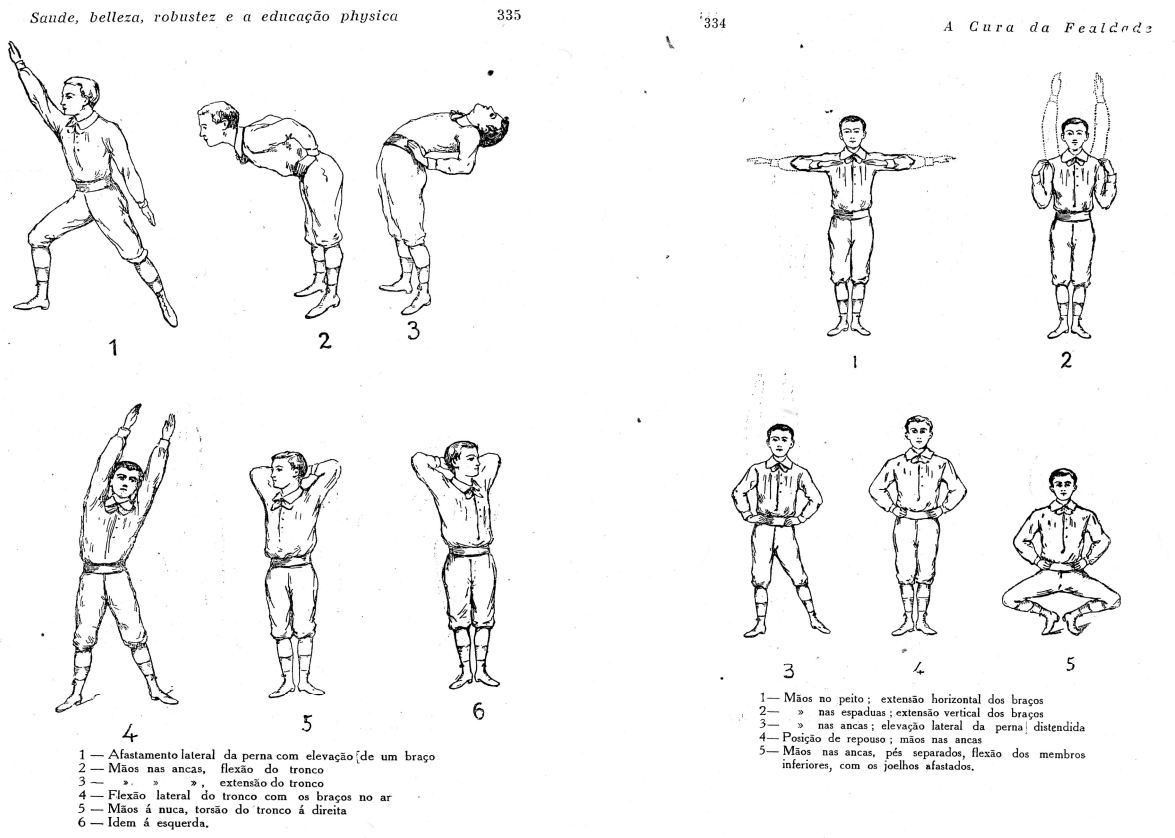



**Figura II.3: Demonstração dos exercícios de Ginástica Sueca**

Desta maneira, a educação corporal estaria a reproduzir e possivelmente a instituir nos corpos das crianças praticantes as atitudes, comportamentos, posturas que fossem representativas da visão eugênica de sociedade, na qual saúde, higiene e beleza eram princípios para a construção da raça, por meio do branqueamento comportamental. E é neste contexto que nos é relevante na escolha desta modalidade ginástica por parte dos eugenistas e políticos brasileiros, os objetivos de sua prática: embelezamento dos praticantes, regeneração do povo e, nacionalismo estavam de acordo com a política do período e coincidiam com a entrada da educação física no cenário da educação pública.

> *"Curar os defeitos, as moléstias e anormalidades passam a ser temas objetivados como finalidades para a escola, cabendo à 'Educação Física' o seu quinhão no projeto de eliminação dos atavismos, sejam estes consequentes das taras dos ancestrais, sejam aquelas adquiridas pelo meio" (SCHNEIDER; NETO, 2006, p. 120).*

Por meio da atuação na educação, a eugenia juntamente com a educação física, considerada um elemento da ciência eugênica, inseria seus preceitos e discursos nas escolas, instruindo as crianças e jovens no empenho para a construção da raça brasileira. A educação passa a fazer parte do discurso eugênico, sendo um dos pilares, segundo SANTOS (2008, p. 223), com a pretensão de tornar a escola o "centro irradiador da nação moderna". A instrução da população, neste momento seria o caminho para o progresso, não só por meio das crianças e jovens, mas também por meio dos trabalhadores e das mulheres.

Os trabalhadores brasileiros, como aqueles responsáveis pela produção de riquezas, necessitavam de saúde e disposição, assim como uma imagem que refletisse o seu pertencimento nacional, refutando a imagem da boêmia e da indolência. Nestas circunstâncias, a educação física surge como elemento regulador destes corpos e de seus descendentes. A atenção aos comportamentos da massa trabalhadora era sim um ponto importante na política de Estado, tanto que, segundo LIMA (1979, p. 25), "a educação física passa a se constituir em remédio para a não homogeneidade e fraqueza do tipo brasileiro. Disciplinando-o, treinando-o em espaços criados para este fim; disciplina necessária para formar um homem produtivo e dócil". A produtividade refletiria no trabalho e no capital, enquanto a docilidade na tentativa de impedir motins.

A empreitada do Estado Novo, neste sentido, abrangeu a construção de espaços de lazer, onde as horas livres seriam mais um tempo produtivo, com a presença de professores de educação física. O tempo livre e o ócio do trabalhador seria ainda controlado e utilizado para a prática de atividades físicas que incorporariam o símbolo da representação da saúde e bem-estar, na tentativa de "produzir um corpo operário - corpo produtivo com a estrutura política, econômica e social do período" (LIMA, 1979, p. 43). A autora ilustra o discurso dos pensadores da educação física sobre a classe trabalhadora com a seguinte passagem: "O obreiro, diz-se, não possui nem a cultura, nem a mentalidade, nem o gosto das classes ricas, só pode dele fazer mau uso" (DERMARBRE apud LIMA, 1979, p. 55). Todo o tempo livre do trabalhador deveria ser ocupado com atividades físicas evitando assim a marginalização e os gastos excessivos.

Ressaltamos que para cada articulação de imposição de poder possa existir um ato de resistência ao assujeitamento[43]. A maioria da classe trabalhadora e seus descendentes neste período eram negros, mestiços e pobres, à vista disso, podemos supor que a resistência deste grupo estivesse justamente nos encontros em bares e associações, nas rodas de samba e de capoeira, nos terreiros de candomblé, contrariando as ambições dos governantes.

> *"Ao surgir no ambiente urbano (carioca), como resultado de diferentes musicalidades, o samba possibilitou, primeiro ao setor de trabalhadores urbanos e depois ao conjunto da população da cidade uma forma de expressão coletiva para a qual podiam convergir as diferentes expressões corporais,*

[43] O termo é utilizado para ilustrar o ato de submeter-se ao poder imposto pela classe dominante, acatando aos discursos proferidos por estes.

> *musicais e lúdicas. Ele efetiva, portanto, como elemento de reunião das massas trabalhadoras, o encontro de diferentes experiências musicais no ambiente do terreiro e da gafieira, sendo gradualmente assimilado pelos meios de radiofusão" (SIQUEIRA, 2012, p. 160).*

Assim, atentamos que mesmo com todo o aparato físico e ideológico de controle dos corpos da massa, evitando a prática de atividades que a classe no poder considerava marginalizadas e que com isso pudessem causar atribulações nos ambientes fabris, a classe trabalhadora teria a sua agência[44] nos seus momentos de tempo livre, revelando sua resistência às normas impostas pelo governo. Tanto que houve posteriormente a incorporação de algumas destas atividades à identidade nacional, elevando o status das manifestações culturais negras e descaracterizando, em nome da homogeneidade da nação, suas origens étnicas, objetivando o aliciamento da massa para a ideologia nacionalista onde esta se veria representada.

Com relação às mulheres brasileiras, a educação física esteve em conjunto com os preceitos higienistas onde o papel da mulher era preponderante para o progresso da nação. Das mulheres dependiam a regeneração e a robustez da geração. Os cuidados com a higiene, as normas sociais e a educação familiar eram transmitidas pela figura da mãe. Para elas, as atividades físicas eram recomendadas desde que não influenciassem em seus predicados naturais como a feminilidade, submissão e fertilidade. A educação física feminina trazia em seu discurso a pretensão "da estabilidade dos parâmetros adequados a cada gênero, preservando os modelos sociais esperados para homens e mulheres" (PACHECO, 1998, p. 48).

Desta maneira, observamos que a disciplina educação física contribuía para disseminar os discursos político-ideológicos da eugenia e do Estado Novo, dando corpo ao que os autores SCHNEIDER e NETO (2006, p. 126) chamaram de jogo de espelhos, onde "a saúde equivale à condição de desenvolvimento para produzir a sociedade que se quer instaurar". Logo:

> *"Ter saúde significa ter uma vida virtuosa que, ao mesmo tempo, representa moralidade. Estética/beleza corporal indicia para normalidade, que se apresenta como parâmetro para se avaliar o caráter. Disciplina remete para a imagem da higiene, que induz a ideia de saúde" (SCHNEIDER; NETO, 2006, p. 126).*

Investindo na divulgação destes pressupostos, na possibilidade de desenvolver hábitos na população que contemplassem as práticas de atividades físicas em nome da saúde, do aprimoramento da raça e principalmente da beleza, um grupo de professores civis de educação física, publica no Rio de Janeiro, em 1932, o periódico intitulado *Revista Educação Physica* (GOELLNER, 1999, p.04). Visando a divulgação de práticas corporais e o incentivo à prática de atividades físicas por homens e mulheres, o periódico tem em suas páginas artigos não somente de intelectuais da área, mas também de eugenistas como Renato Kehl e outras

[44] Agência, segundo ASSANTE (apud NASCIMENTO, 2008, p. 175), é a capacidade de mobilizar recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. Seria o protagonismo de homens e mulheres oprimidos pelo regime do estado novo em manter suas manifestações culturais e hábitos compartilhados pelas comunidades e agentes sociais.

personalidades internacionais, todos defendendo os exercícios físicos como fonte de saúde, vigor e beleza.

### II.5 A divulgação da atividade física como promotora da beleza

> *"Na hora em que o problema da cultura é um problema de educação e formação das massas, a educação física, que se dirige direta e essencialmente às massas, constitui sem dúvidas o caminho mais curto, mais rápido e límpido para atingirmos essa finalidade"*
> *(Revista Educação Physica, 1942, n.05, p. 30)*

O trecho acima faz parte do discurso do Dr. Peregrino Junior, catedrático da Escola Nacional de Educação Física de Desportos, intitulado: O papel da educação física na formação do homem moderno. O discurso demonstra a preocupação da disciplina em agir na construção do homem moderno, atingindo principalmente as massas. Esta, como já relatamos, se tratava da população pobre e dos operários das indústrias, ou seja, a classe trabalhadora. O contexto em que o discurso foi publicado remete à preocupação do Estado Novo com a formação do homem brasileiro, e com a constituição de uma cultura nacional, pois "na hora em que o problema da cultura é um problema de educação e formação das massas", o enunciador provavelmente exprimia a diferenciação entre o que fazia parte da cultura das massas e o que se queria como cultura popular. Percebemos, então, o enfoque dado ao controle dos indivíduos ao enunciar que a educação física, que consistia na educação, disciplinarização do corpo como "caminho mais curto, mais rápido e límpido" para atingir o objetivo. Curto e rápido presume-se pelo fato de sua execução está diretamente relacionada ao corpo, moldando-o por meios educacionais e pedagógicos para enfim alcançar o tipo desejado e límpido pressupõe-se pela sua relação com a ciência eugênica, ao extirpar da cultura popular, aquelas que são consideradas inferiores.

O discurso do Dr. Peregrino é um, dentre muitos outros encontrados no periódico Educação Physica. A revista contou com publicações durante toda Era Vargas (1932 - 1945) trazia em seus artigos, além das propostas de atividades físicas, anúncios de cosméticos e roupas esportivas, o pensamento de intelectuais da área e também de políticos e eugenistas, demonstrando de certa maneira a convergência de ideologias e propósitos. GOELLNER (1999), nos alerta sobre o fato da revista ser apenas um dos meios de divulgação do aparato ideológico do Estado Novo, mas não o único, pois não possuía "teoricamente esta função". Concordamos, mas ressaltamos que as articulações entre os intelectuais envolvidos, o histórico da educação física no Brasil com sua abordagem higiênica e elitista, e sua associação à eugenia, nos oferece elementos para presumir que as matérias sobre "a importância das práticas corporais e esportes no processo de formação física e moral da juventude, da regeneração da raça, do cuidado para com a saúde e a beleza" como relata GOELLNER

(1999), podem sim ter sido um meio de divulgação e principalmente por ser o primeiro periódico da área, ser o meio pelo qual se orientavam profissionais educadores físicos e jovens esportistas, propunha uma visão orientada pela eugenia, edificando uma visão de mundo de acordo com os seus preceitos, construindo em seus leitores a noção de beleza, corpo e comportamento defendida pelo regime. Não podemos retirar a responsabilidade deste periódico na disseminação dos preceitos eugênicos nos clubes, nas áreas de lazer e na educação em geral, especialmente na educação das "massas". A construção de um corpo social, onde o biológico se torna natural atrelando qualidades físicas, morais e intelectuais, em que o homem é visto desprovido de sua construção social (LIMA, 1979, p. 15). Este foi um dos discursos defendidos pelo periódico e provavelmente disseminado nas áreas de atuação de seus leitores, podendo ocasionar visões racistas sobre os sujeitos que não se encaixavam nos padrões estabelecidos.

Hollanda Loyolla, redator e diretor do periódico, em um trecho de seu artigo apresenta a visão e o objetivo da educação física no período:

> *"A Educação Física é um poderoso elemento de eugenia e fornece os elementos susceptíveis de desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do indivíduo, por um lado provocando a força, a resistência, a destreza, a saúde, o equilíbrio das grandes funções orgânicas, a belleza das formas e a harmonia das proporções, por outro lado proporcionando a audácia, o sangue frio, a tenacidade, a acuidade de iniciativa, a solidariedade e o espírito de disciplina, em suma a têmpera de caráter, qualidades essas necessárias para o sucesso na vida, para o Êxito de qualquer empreendimento" (LOYOLLA apud LIMA, 1979, p.15).*

Assim, ponderamos a atuação da educação física como meio decisivo de atuação nos corpos da população, em particular da população pobre, em sua maioria negra e mestiça, articulada com a eugenia, difundindo e aplicando seus conceitos na construção de uma imagem, limpa e bela, para o povo brasileiro. Não que a disciplina atingisse somente esta parcela da população, porém existia um foco nesta como público alvo das políticas de estado, pois estes encontravam-se analfabetos, doentes, em contato com culturas inferiores, sem condições de nutrição e em moradias insalubres, seus hábitos ainda não condiziam com as normas sociais vigentes e sua aparência distanciava dos modelos a serem copiados. Por esta razão, enfocamos a influência da educação física na classe trabalhadora e pobre da população brasileira.

O tema da constituição do homem brasileiro perpassa inúmeros artigos da referida revista, sendo um tema recorrente e com isso representando uma preocupação por parte dos editores e de toda a articulação entre intelectuais, políticos e educadores. Nos textos, a educação física é enunciada como o melhor e único meio de alcançar o objetivo de transformação da população. Em um artigo traduzido de uma revista norte-americana, de autoria do Dr. I. Fisher, mencionado no artigo como autoridade no assunto, com o tema de “A Nova Educação Física”, é descrito que "a verdadeira finalidade moderna da educação física,

que não é mais crear simplesmente homens fortes, mas homens aptos à vida social, capazes de engrenar util, inteligente, fecundamente na coletividade" (Revista Educação Physica, n.32, 1939). Recomendado no início do texto para todos os mentores e esportistas, o artigo aborda a educação física na "era moderna". Pontua a importância dos exercícios físicos no desenvolvimento não somente físico, mas também intelectual, afetivo e moral. Ressalta a relação com higiene, ensinando "o homem a viver da melhor maneira possível", isto é, otimizando suas qualidades físicas aumentando a sua eficácia e no último parágrafo expõe o que seria o ideal a ser alcançado por esta nova educação física:

> *"A nova educação física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: detalhe mais delgado que cheio, graciosos de musculatura, flexível, de olhos claros, pele são, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos, dotado com o senso da honra e da justiça, comparticipando no companheirismo dos seus semelhantes" (Revista Educação Physica, n.32, 1939).*

Notamos que as descrições do "homem típico" porvir da nova educação física, muito diferia da realidade social brasileira. Nesse período, o país buscava eliminar as endemias e o analfabetismo, que faziam o seu povo doente e intelectualmente fraco, dificultando a apreensão de valores e a produtividade. Os adjetivos relacionados no trecho final do artigo aparecem como uma descrição das qualidades físicas, morais e afetivas a serem estimuladas por meio dos jogos e dos exercícios físicos. Pressupomos que as atitudes a serem constituídas no decorrer da prática das atividades físicas teriam como produto final um homem aos moldes americanos em suas características físicas e morais e este era o texto recomendado aos profissionais que trabalhavam com a educação física, assim como aos esportistas. A constituição de um corpo social por meio da prática de jogos que se tornasse puro, honrado e cooperativo. Isso em uma sociedade com um grave quadro de desigualdade sócio-racial e pobreza, onde as oportunidades e possibilidades estavam em poder da classe dominante, sendo para a classe trabalhadora dificultada a sua possibilidade de ascensão. Com a abertura das escolas públicas às crianças pobres e não brancas e a introdução das aulas de educação física, presumimos que o termo "dócil" esteja relacionado à contenção da energia revolucionária e crítica desta parcela da população desde a tenra idade, por meio da atividade física objetivando apenas a saúde para o aumento da força produtiva.

Para constituir o homem brasileiro ainda seria preciso, segundo o Dr. Peregrino Jr., melhorar suas condições:

> *"cuidando ao mesmo tempo de sua saúde, de sua estruturação moral e isto se poderá conseguir com uma sábia 'política biológica' como quer Pender, utilizando como elemento fundamental a educação física que nas suas múltiplas consequências - morfológicas, fisiológicas, espirituais e ética - permitir-nos-á aperfeiçoar os valores dirigentes e criadores das elites e as aptidões produtoras das massas utilizando essa grande arma moderna de estruturação humana, pelo esforço simultâneo nesses dois sentidos - o de preparação cultural das elites e o da formação eugênica das massas é que se poderá realizar afinal o milagre da formação integral do Homem Brasileiro -*

> *forte de corpo, claro de espírito, puro de coração" (Revista Educação Physica, n.5, 1942).*

O que demonstra a versatilidade com a qual a educação física atuaria na sociedade, aperfeiçoando os valores dirigentes e criadores das elites, o que permitiria a "elite" manter seus privilégios enquanto classe dominante, sendo exemplo para as massas. Aperfeiçoando as aptidões produtoras das massas, a disciplina trabalharia a fim de manter-lhes saudáveis e preservando sua força produtiva. Esta questão se torna clara no trecho "preparação cultural das elites e formação eugênica das massas", portanto, o público alvo das propostas eugenistas seriam os pobres e as elites teriam a preparação cultural para guiar a classe pobre e trabalhadora, mantendo dentre os seus, intelectuais e cientistas, os modelos estéticos e de civilidade.

É importante pontuar a localização dos editores e intelectuais que contribuíam com seu conhecimento na produção de artigos para a revista. A educação física inicia a sua jornada no Brasil pelo meio militar, logo, a maioria dos profissionais educadores físicos eram tenentes ou possuíam cargos no Exército brasileiro. Mesmo com a abertura da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, formando professores civis, aqueles que lecionavam, eram ainda os militares, propagando os métodos e vivências do meio militar. Os professores civis formados pela ENED constituíam-se, provavelmente de parte da classe dominante, visto que havia a dificuldade de acesso ao ensino para os menos favorecidos. Visualizamos por esta perspectiva que o periódico produzido por iniciativa de professores civis e financiado por uma editora particular (GOELLNER, 1999), tinha em seu comando e divulgando seus discursos, o mesmo panorama observado na formação dos intelectuais eugenistas: homens brancos, letrados, bem sucedidos financeiramente, certamente pertencentes "às elites" e que destinavam os seus discursos à sua fração de classe. Os temas dos artigos, assim como a maneira como são dispostos na revista, utilizando termos técnicos e específicos da área denotam a intenção em atender justamente a função descrita pelo Dr. Peregrino Jr., "a preparação cultural das elites", com um acervo de textos traduzidos, artigos escritos por médicos e educadores, para a formação daqueles que seriam responsáveis pela "formação eugênica das massas".

Sobre os modelos estéticos a serem utilizados como referencial, a *Revista Educação Physica* mantém relação direta com a perspectiva eugênica, oferecendo como modelo as estatuárias gregas. Diversas capas e também ilustrações de artigos, referentes à educação moral, educação integral, educação física, têm em sua página ilustrações com estátuas gregas. Segundo GOELLNER (1999, p. 50), "inúmeras são as imagens e palavras que as enaltecem como exemplos de extrema perfeição corporal". O referencial da Antiguidade clássica como ideal de beleza, estava implícito na revista, não só por meio das ilustrações, mas também pela maneira com que os corpos eram dispostos nas fotos, principalmente os corpos femininos. Reiteramos, juntamente com a autora, que toda escolha estética é também uma escolha

política e, portanto, a predileção por um perfil estético somente expressa o posicionamento político da revista em enaltecer uma parcela da população como foco de apreciação e julgamento estético, por fim, aquele que os governantes almejavam como futuro para o país. Segundo Goellner (1999):

> *"Ao desenhar identidades visuais e comportamentais, toma como referência a mulher adulta jovem, branca, heterossexual e de classe média, para as quais as atividades físicas e desportivas, além de estarem relacionadas com a construção de um estado satisfatório de saúde, representam exercícios de sociabilidade que as afirmam em espaços tidos como de domínio masculino [...], espaços urbanos que acolhem a prática da exercitação física" (GOELLNER, 1999, p. 24).*

Esta era a representação feminina presente nos artigos da Revista. Escrita, na maioria das sessões, por homens, expõe um corpo, uma imagem, um discurso sobre a mulher a qual se quer como ideal no imaginário masculino: "[a] presença do discurso feminino se dá por meio dos gestos fotografados. Construído de imagens e silêncios" (GOELLNER, 1999, p. 29). Mesmo as poucas mulheres que aparecem como autoras em artigos, segundo GOELLNER (2009), em sua maioria, reafirmam o discurso do imaginário masculino sobre as condutas femininas.

Com relação à questão racial, isto quer dizer, com relação à presença de indivíduos negros, homens ou mulheres, sendo representados neste periódico, notamos a ausência de imagens, inclusive em suas capas, segundo CAMARGO (2010, p. 107). Encontramos nas edições por nós pesquisadas, fotografias e reportagens sobre alguns atletas negros, no futebol e no boxe. As referências eram sobre os clubes de futebol brasileiros começando a inserção de homens negros no esporte e de alguns atletas boxeadores americanos. Concordamos com o autor sobre a maneira como eram descritas as atuações destes personagens enaltecendo o vigor físico, o treinamento e a aptidão para o esporte em questão. Em seu texto, avistamos um exemplo de como a população negra era retratada no periódico, na descrição de um trecho da entrevista do técnico norte-americano nas Olimpíadas de 1936 sobre o proeminente atleta negro Jess Owens, vencedor da prova de atletismo. Nela, o técnico esclarece que entende "essas vitórias obtidas pelos atletas negros, não são frutos do seu “organismo superior”, ou de suas qualidades racionais, mas sim é consequência de seu empenho no treinamento e de uma forte motivação para vencer os brancos" (CAMARGO, 2010, p. 107), devido à segregação racial vivenciada por eles nos Estados Unidos. Observamos, então, mesmo que na visão internacional, a inferioridade dos negros era aqui difundida também por meio de artigos traduzidos, o que, de alguma maneira, alocava os atletas negros em atividades específicas, podendo reduzir suas possibilidades e visibilidade em outros esportes. Sobre o gênero feminino, nos 88 números publicados, concordamos com CARVALHO (2010) e GOELLNER (1999), ao encontrarmos, apenas uma imagem, na qual a mulher negra aparece nua, de costas

para o fotógrafo e aparentemente banhando-se, ocupando uma página do periódico, acompanhada por um comentário de Fernando Azevedo.



**Figura II.4: Revista Educação Physica, n.08, 1939.**

> *"Aplicada convenientemente em gerações sucessivas, teremos logo, com a regeneração social pela educação física um povo que se encaminhe mais depressa para o nosso verdadeiro tipo etnológico, um grupo étnico talvez, extreme e definitivo, representante característico e genuíno de uma raça que possa ir florejando através da edade, em guapas flôres- rubra nos globulos sanguineos de seiva e morena na tez requeimada da pele, graças ao vigor físico e a este belo sol tropical, que atapeta de verde as encostas da montannhas e pontua de flôres os campos de nossa exuberante natureza" (Revista Educação Physica, n. 08, 1939, p.02).*

No contexto em que se desenvolviam os temas dos artigos do periódico, apoiados na eugenia e no nacionalismo, percebemos o quanto o corpo branco esteve valorizado em suas páginas e ao depararmos com a imagem de uma mulher negra, mesmo esta possuindo harmonia das partes corporais e até mesmo sendo fotografada em postura semelhante às da

estatuária grega, sua imagem tem a origem étnica negada, como se fosse, na verdade, produto de um bronzeamento como expõe o comentário de Fernando Azevedo em "morena na tez requeimada da pele". A foto traz consigo a possibilidade de regeneração da raça brasileira. Isso porque sua imagem acaba por refletir a realidade étnica do país, morena, mulata, mestiça e negra, onde uma parcela menor era a branca. O objetivo final de eugenistas e políticos era alcançar o branqueamento da população, logo, a imagem de uma mulher negra na revista, poderia demonstrar a ação da eugenia juntamente com a educação física que "aplicada convenientemente por gerações sucessivas" geraria "um povo que se encaminhe mais depressa para o nosso verdadeiro tipo etnológico", sugerindo uma negação ao tipo já existente que por eles era considerado indefinido.

Deparamos, então, com uma invisibilização dos corpos negros femininos no periódico, o único que foi apresentado esteve vinculado à ideia de regeneração e possivelmente representou o corpo a ser modificado pela ação das atividades físicas e da ciência eugênica. Sem identidade e nu, diferentemente de todas as outras imagens representadas por corpos brancos, o corpo negro aparece com sua expressividade negada, e em uma postura onde a água a escorrer faz referência ao banhar-se que poderia significar a retirada de impurezas deste corpo. Regenerar o corpo negro, então, poderia significar banhar o corpo pela eugenia e educação física para que este pudesse se tornar branco e belo, através do tempo, como atestado por estudos dos cientistas, transformando-se em belas flores, como dito no texto de Fernando Azevedo, tornando-se "representante genuíno de uma raça que possa ir florejando através da edade em guapas flôres". Representantes da raça brasileira, que na opinião destes intelectuais muito se distanciava da pele negra e da beleza singular que possuía, mesmo apresentando os critérios para a beleza plástica, o fato de ser um corpo não branco já o destituía de beleza.

A beleza para a classe intelectual representante da educação física muito se identificava com a defendida pelos eugenistas, como descrito por SILVA e GOELLNER (2008, p.253), os corpos belos que eram representados nos textos "dão forma aos imperativos de pele lisa e branca, das coxas bem torneadas, do abdômen e das ancas firmes, resultado de apropriada exercitação física". Desta forma, a beleza a ser cultivada pela mulher deveria, por sua responsabilidade, estar atrelada a esse padrão imagético, que encenava o desejo masculino e reafirmava as concepções sobre os lugares e comportamentos femininos. As mulheres deveriam ser belas, femininas e maternais.

A beleza feminina seria encontrada na conjugação de valores morais e estéticos que pudessem contribuir com a regeneração da raça e progresso da nação. Da mulher dependeria o seu lar, a educação de seus filhos, o apoio ao marido e ainda a exercitação na medida correta para que pudesse gerar filhos fortes, belos e saudáveis, dignos representantes da raça brasileira. A saúde e a manutenção da beleza feminina estariam subordinadas à maternidade e

assim todos os cuidados corporais teriam por objetivo arrumar um bom marido e ter uma prole de raça forte.

> *"No Brasil do início do século XX, ainda que as atividades físicas tenham possibilitado certa emancipação para algumas mulheres, essa não se entendeu para o conjunto das mulheres brasileiras dado que a política vigente, ao combinar, nacionalismo e branquidade, invisibilizou as negras e imputou as brancas a tarefa de civilizar, elevar e redimir o Brasil e não transformá-lo" (GOELLNER, 2008, p. 23).*

Apoiados pela afirmação da autora, visualizamos a segregação das mulheres negras nos periódicos e manuais de beleza, em um período onde somente a raça branca poderia oferecer futuro moderno ao Brasil e a pele alva era sinônimo de "saúde, status, riqueza e limpeza" (SANT'ANNA, 2014, p. 64), enfim beleza.




**Figura II.5: *Revista Educação Physica*, n. 01, 1932 (à esquerda); *Revista Educação Physica*, n. 84, 1945 (à direita).**



**Figura II.6:** ***Revista Educação Physica, n.55, 1941.***

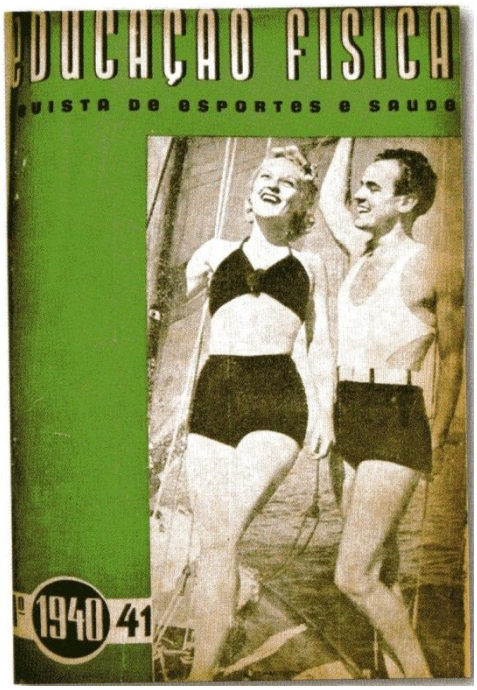



**Figura II.7:** ***Revista Educação Physica*****, n.41, 1940.**

Neste capítulo discorremos sobre a beleza e a atividade física como sinônimo de saúde, amparadas pela eugenia e pela educação física. A formação de um perfil imagético para o Homem Brasileiro trazia consigo a exaltação da brancura e com isso a valorização da educação e do embelezamento como meio para alcançar este objetivo. A ação coordenada entre médicos, educadores, políticos, advogados dentre outros participantes da vida política do Estado Novo, oportunizaram que o governo de Getúlio Vargas estabelecesse um conjunto de políticas e atos cívicos que pudessem compor a unidade nacional e com isso firmar uma identidade brasileira, aliada ao progresso e à raça. A população negra, de acordo com este

grupo de intelectuais articulados em diversos campos de atuação no governo, seria aquela a receber como público alvo as medidas governamentais para melhoramento da saúde, comportamento e estética do povo.

As mulheres negras estavam fora das revistas de moda e da revista que incentivava a beleza por meio das atividades físicas, sua estética não se enquadrava no padrão estabelecido como ideal. Cosméticos, roupas, práticas esportivas, a cada propaganda na revista estudada vê-se a ausência de negros representados. Então, onde estavam as negras? Como cuidavam de seu embelezamento? Seus corpos eram belos? São questionamentos que surgiram no decorrer deste capítulo.

Houve na Era Vargas, em São Paulo, uma grande articulação de negros, em torno da reafirmação de seus valores. Com recursos próprios, editavam e publicavam jornais voltados para os "homens de cor" como denominavam. Esses jornais tinham como objetivo divulgar as discriminações e os preconceitos sofridos por negros, elucidar a imagem de ícones negros na história brasileira, assim como dotar de significados positivos a presença da população negra na sociedade brasileira. Como parte de seu tempo, os jornais também exaltavam a beleza e comportamento social como característica positiva de ascensão e inserção na sociedade. A partir desta conjuntura, dissertamos como o corpo negro se viu como belo em resposta às opressões impostas pelo meio social branco, eugênico e racista, criando uma agência onde os sujeitos poderiam tecer uma visão de mundo a partir de perspectivas de negros em um mundo branco.

## Capítulo III - Corpos em Busca do Belo



Léa Garcia



Candidatas do Concurso Beleza Negra 1949.



Ruth de Souza

**Léa Garcia (1952), Ruth de Souza (1940) e as candidatas do Concurso de Beleza Negra (1949). (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p.424)**

*"A Beleza Negra se apresenta como uma ideologia racial, gestada no interior da comunidade negra, na tentativa de devolver ao negro brasileiro, que vive o aqui e o agora, o status de humanidade roubado desde os tempos da escravidão"*
*(Nilma Lino Gomes, 2008, p. 263)*

Corpos em busca do belo. Os corpos negros? Por que em busca, nem sempre foram belos? A beleza difundida pelos discursos políticos e pela publicidade enaltecia a estética de

mulheres adultas, jovens, brancas e de classe média. Os intelectuais eugenistas atuantes no governo, na educação, na saúde, na indústria farmacêutica e cosmética, em razão de suas percepções estarem apoiadas no racismo científico e no darwinismo social, classificavam os atributos da raça branca como belos. Neste contexto, onde estaria a beleza da população negra, o que seria a beleza negra?

Estes foram os questionamentos que surgiram no momento da pesquisa sobre as ações e influências da eugenia e da educação física na Era Vargas. O projeto político-ideológico que ansiava pela transformação dos caracteres físicos e morais dos brasileiros por meio do embelezamento eugênico, combinava práticas de higiene e educação física, na tentativa de proporcionar saúde e controle social, diferenciavam belos e feios, conjugando a beleza plástica e a condição social. "As massas", como eram denominados os trabalhadores e os desvalidos, precisariam do aprimoramento eugênico enquanto "as elites" seriam alvo de uma preparação cultural para que pudessem educar a massa. Utilizariam o Estado para alcançar este objetivo, em uma conveniência de propósitos que findaria na modernidade da nação, conjugavam ideais eugênicos e a necessidade do estabelecimento de uma identidade nacional, partindo de um esforço em construir um perfil estético para povo brasileiro que o afastasse da imagem de incivilidade e atraso social, suscitando a criação de uma mão de obra produtiva disposta a contribuir para o progresso. A constituição de símbolos nacionais e a tentativa de homogeneização das culturas constituindo uma imagem representativa do que seria nacional, eram também uma das intenções do governo, desenvolvendo estratégias de incorporação das diversas culturas aqui aportadas em torno de um mito sobre as três raças formadoras do Brasil, fundando uma única cultura brasileira.

O governo de Getúlio Vargas foi o que deu voz aos representantes da eugenia no Brasil, envolvendo diversos setores da sociedade na empreitada eugênica. A ciência auxiliaria o governo em suas intervenções ao atingir o público alvo - mulheres, trabalhadores, militares e jovens escolares - na disseminação dos ideais de uma comunidade política nacional[45]. Haveria um investimento na construção de símbolos onde as representações do nacional estariam impressas, objetivando atingir a memória social dos indivíduos. Esta ação poderia proporcionar, então, uma modificação na percepção sobre o país constituindo um sentimento de pertencimento, de unidade nacional. Diversos eventos cívicos foram criados, assim como heróis nacionais, todos com o intuito de corporizar uma cultura política brasileira que se distanciasse da vivida anteriormente e nesta cultura estariam estampadas a raça, o vigor físico, o patriotismo e a educação.

As propostas estariam relacionadas à educação corporal, moral e cívica dos cidadãos, como discursavam os intelectuais da educação física na época, compondo uma educação

[45] Segundo PARADA (2009, p.11), a invenção de uma comunidade política nacional pressupõe um tipo de ação simbólica, onde as representações sobre o social são operadas de forma ativa na construção do mundo objetivo, através da qual articulam-se discurso e prática, real e imaginário. Assim, por meio da divulgação e vivência da educação higiênica e do discurso eugênico na prática pedagógica poderiam incentivar a sua aplicação no cotidiano tornando-a símbolo do brasileiro que se queria formar.

integral que compreenderia a preparação física, formação moral e a cultura intelectual do indivíduo. Através do corpo poderiam ser viabilizadas as demandas pelo aperfeiçoamento do povo e um aprimoramento da raça. Os corpos necessitavam ser controlados, disciplinados e modelados a fim de que conseguissem expressar a civilidade na sociedade brasileira, modificando a imagem negativa do país que estava associada à degenerescência característica da presença de negros e mestiços na formação racial do povo, considerada impeditivo para o progresso. Através de investidas no controle da ordem social tentariam alcançar, por meio de transformações na relação dos indivíduos com seus corpos, a representação da modernidade de inspiração europeia.

A mestiçagem era fruto de debates e também fonte para pesquisas sobre estratégias para a positivação de sua presença na realidade brasileira. Dentro do corpo intelectual da eugenia existiam vertentes contra e a favor da mestiçagem, como pudemos verificar no capítulo II. Neste trabalho mantivemos nosso enfoque nos trabalhos de Renato Kehl e da *Revista Educação Physica*, os quais mantiveram relações firmes e contrárias à mestiçagem, buscando evitá-la ainda mais e com isso marginalizando mestiços e negros.

O conceito e os modelos de beleza sob a perspectiva eugenista eram os que atenderiam aos anseios pelo futuro da população brasileira que, mesmo miscigenada, poderia branquear-se resultando na tão esperada civilidade. A beleza física aliada aos comportamentos sociais, caráter e à moral representavam um ideal a ser conquistado pelos brasileiros das classes dominantes, espelhando um distintivo de raça e classe, que balizava a ideologia na época. A busca pelo branqueamento do povo brasileiro precisaria estar além do processo imigratório europeu, era necessário trazer às "massas" um branqueamento onde as origens étnicas pudessem ser suprimidas em nome da estética da civilidade. "Para os médicos eugenistas, toda beleza externa possuía um foco interno" (SANT'ANNA, 2014, p. 63), e desta maneira incentivaram e estimularam um empenho na conquista da beleza, tornando-a campo de atuação médica, transformando a realidade fora dos padrões estabelecidos como modelo em fealdades. O feio e sua feiura passam a ser encarados como doença que poderia ser curada por meio da ação de atitudes preventivas.

Provocada por enfermidades diversas, a fealdade era encarada de diferentes maneiras em homens e mulheres. Em mulheres, a sua principal causa seriam os problemas uterinos, levando ao entendimento que, sendo o sistema reprodutivo o diferenciador entre masculino e feminino, a feminilidade e a maternidade eram especificidades que influenciariam em sua beleza. Traços delineados pelo olhar e pelo discurso masculino sobre as mulheres estabeleciam características para as condutas femininas, possivelmente determinando as atitudes que entendiam como condizentes ao gênero feminino. Compreendemos, então, a relevância da saúde espiritual das mulheres tão defendida por médicos e cientistas que, conforme SANT'ANNA (2014, p.51-52), quando plena era capaz de transformar mulheres feias

em belas, pois "a beleza do espírito adoçaria as aparências feias". Para tanto, nutrir outras potencialidades burlaria a feiura, como ser boa mãe, zelosa, disciplinada, mantendo-se no caminho da honra e do trabalho:

> *"No Brasil, diversos médicos e escritores quando escreviam sobre o embelezamento, tendiam a valorizar as virtudes morais e espirituais femininas. Defendiam que delas provinha qualquer traço belo estampado no corpo. A beleza do espírito seria a fonte de todas as outras. A bela de espírito deveria ser honesta, cordata e trabalhadora" (SANT'ANNA, 2014, p.52-53).*

Deste modo, a composição de um corpo feminino belo esteve, na realidade brasileira, alicerçada pelo discurso masculino médico, onde um conjunto de práticas higiênicas e eugênicas, em acordo com a ideologia política, transformaria a mulher brasileira na personificação do que desejavam como futuro para o Brasil. Esta relação se estabeleceria na responsabilização destas mulheres pela beleza e robustez de suas crianças, sendo os seus corpos o foco para o desenvolvimento de uma raça brasileira. Assim, existia toda uma atenção ao embelezamento dos corpos femininos, tendo em vista a educação para a vida em sociedade, as condutas morais e a saúde.

As mulheres brasileiras foram responsabilizadas não só pela condução de suas famílias, nas orientações sobre higiene e comportamentos, mas também pela manutenção de sua beleza e de sua prole. Segundo SILVA e GOELLNER (2008, p. 254), Renato Kehl "elege em sua obra a beleza feminina como dever de toda mulher, responsabilizando-as por valorizar seus dotes físicos e disfarçar as imperfeições". Para a eugenia todos os atributos físicos femininos precisavam ser cuidados e possuíam um significado na obtenção do ideal de mulher eugênica.

A mulher eugênica brasileira deveria "cultivar em seu corpo a beleza honesta por meio de estímulos fisiológicos dos exercícios ginásticos - sua beleza deve ser natural e higiênica. Saúde, honestidade, robustez e formosura são predicados que se tornaram centrais" (SILVA; GOELLNER, 2008, p. 257). Só seriam reconhecidos estes dotes quando detalhes referentes, desde a pigmentação da pele, que deveria ser sem manchas e rosada, até formatos de pés e tornozelos, fossem equivalentes à perspectiva eugênica.

Na constituição de um perfil estético brasileiro, a classe intelectual, procurava estabelecer uma imagem representativa da nacionalidade que pudesse caracterizar o povo, investindo na tentativa de transformá-lo por meio de articulações entre a saúde, a política e a educação, visando uma estética branca como superior, bela e produto final de uma identidade nacional, pois segundo SIQUEIRA (2012, p. 214): "o conceito de identidade nacional no caso brasileiro só pode ser compreendido à luz da perspectiva ideológica, de um mito criado a partir da necessidade de se atingir objetivos específicos, impostos pelas necessidades do grupo dominante".

E as necessidades deste grupo estariam relacionadas com a busca pelo progresso por meio de uma nova ordem social, aliada ao aprimoramento da raça que conduziria aos

investimentos nas classes sociais em formação, compondo a sociedade brasileira de indivíduos saudáveis, belos e prontos a trabalhar em prol da nação. As ações do governo agiam, nesta conjuntura, colocando a beleza dos corpos como sinônimo de saúde e consequente avanço político-econômico.

Buscando o aprimoramento eugênico nas classes sociais em formação, tivemos então a tentativa de controle da ordem social com a investida nos corpos da população negra, até então, compondo a classe pobre e os trabalhadores recém-integrados ao mercado de trabalho. A visão de políticos e cientistas seguia julgando negativamente a presença dos negros e seus descendentes no cotidiano brasileiro. Sua estética, cultura, expressão, estavam categorizados como inferiores e responsáveis pela dificuldade do país em ascender à modernidade. Esses profissionais encaravam como preponderante a supressão destas culturas inferiores para que o projeto de país pudesse avançar. Mesmo com algumas vertentes do pensamento eugenista apostando na miscigenação como algo positivo, elevada à característica fundamental da constituição da nacionalidade, a estética da população negra em muito incomodava, era necessária a modificação deste perfil, uma maneira que essa parcela pudesse se assemelhar ao que buscavam como produto final de brasileiro.

Investimentos na educação e na saúde desta parcela da população foram os meios estratégicos para se buscar um possível domínio sobre o corpo destes. No campo da saúde a ação de sanitaristas e higienistas com as campanhas de vacinação e modificações estruturais no centro da cidade do Rio de Janeiro, são um dos exemplos onde a população pobre, que era majoritariamente negra, teve a atuação da política em seus corpos, visto que a derrubada de casas no início do século XX, além de modernizar o centro da cidade, tinha como intuito acabar com o tipo de moradia dos cortiços, consideradas como insalubres e possíveis vetores de endemias. Essas modificações acabaram por higienizar a cidade e com isso dispôs os corpos dos antigos visitantes à margem da sociedade que se formava, obrigados a procurar residências nos morros, formando as favelas ou partindo para os subúrbios da cidade onde a infraestrutura urbana era precária.

Já na educação, identificamos a modificação do perfil dos profissionais que ali atuavam, com a entrada da classe média feminina branca nas salas de aula, pois, de acordo com DÁVILA (2006), a imposição de uma nova imagem na educação projetaria a modificação das futuras gerações de brasileiros. Esta postura retirava da cena escolar, os "professores de cor", alguns deles mulheres, considerados pelos reformadores da educação no início do século XX como "professores que ainda dormiam em sua sesta colonial, pois representavam o atraso com o seu clientelismo, falta de treinamento profissional ou mesmo educação geral e o imerecido ar de elite que assumiam" (DÁVILA, 2006, p. 165). Percebe-se como a figura do professor era importante neste momento, a educação deveria refletir a representação que se esperava de futuro para o país, "o imerecido ar de elite", então, nos remete ao fato de que professores

negros, não seriam dignos do compartilhamento da representação da elite, pois ofereceria a eles acesso à uma distinção até então não disponível para negros e mestiços. Sob os olhos da eugenia, como seria possível construir um país, quando à frente da educação estariam professores feios e pobres que, de alguma maneira, mesmo em ocupações sociais importantes, representavam, por sua raça, o atraso da nação, e ainda, como estes seriam os responsáveis pela orientação não só dos pobres, mas também da própria elite? Como reformadores do sistema educacional, tínhamos intelectuais adeptos ao eugenismo, portanto, as modificações oferecidas pela Escola Nova estariam em favor de uma "prática de valores que definiriam o ensino como uma profissão branca, feminina e de classe média" (DÁVILA, 2006, p. 161).

E desta maneira, afastados deste campo de trabalho, primeiramente os homens negros, ocupantes desta função no período anterior, seguido pelas mulheres negras, também aspirantes à ocupação, que no momento estava direcionada para o gênero feminino, sofriam com o racismo na tentativa de ingressar no magistério. As seleções de estudantes para a formação de professores e as disciplinas lecionadas estariam interligadas aos métodos eugênicos de seleção e aprimoramento pessoal, o aperfeiçoamento da raça. O que só aumentava a relação racista e de representatividade que se instalava, pois, ao mesmo tempo em que era estabelecido um novo modelo de profissional na educação, as escolas públicas eram abertas para o público pobre e não branco. No Rio de Janeiro, segundo DÁVILA (2006, p. 145), muitas delas começavam a ser abertas em favelas, o que pressupõe a presença de alunas e alunos negros. Professoras da classe média branca carioca lecionariam para crianças negras e pobres, tentando incutir nestes os preceitos eugênicos de aprimoramento da raça, como afastamento da cultura africana, educação higiênica e ainda uma referência estética em modelos corporais não negros.

A estética construída no Brasil no início do século XX rechaçava a população negra e impregnava-os de estereótipos que acabariam por dificultar a sua mobilidade social. A partir das descrições de como deveria ser o perfil estético de homens e mulheres, percebemos esta exclusão. Como manter a boa distribuição da pigmentação da pele, andando e lavando roupas ao sol? Como manter a forma de pés, mãos e unhas caminhando com chinelinhas ou descalços?

A população negra e pobre ainda exercia funções urbanas nas quais se mantinha em contato com o solo e com o sol, além do fato de não possuírem renda para adquirir as vestimentas que caracterizavam famílias bem afortunadas, como calçados, chapéus e casacos. No período pós-abolição ainda encontrávamos a população negra em estado de pobreza, pois havia dificuldades em serem aceitos no mercado de trabalho em detrimento dos imigrantes europeus, pois estes estavam nas ocupações com melhor remuneração. Segundo Nepomuceno (2013):

> *"a adoção de mão de obra imigrante nos meios rurais e urbanos marginalizou os trabalhadores afro-brasileiros, preteridos pelos patrões nos mais diversos setores da economia. Alijada por conta do preconceito racial dos postos abertos na indústria, no comércio ou no serviço público, a população negra encontrou poucas alternativas fora dos trabalhos intermitentes e pequenas atividades de baixa remuneração" (NEPOMUCENO, 2013, p. 314).*

As razões elucidadas para a baixa empregabilidade dos negros no período seria a falta de qualificação, o despreparo. O que, segundo BENTO (2002, p. 46) foi contestado por vários estudiosos, para os quais o nível de preparo dos imigrantes era o mesmo do negro. Avistamos nesta conjuntura, já que os dois candidatos, negros e imigrantes, tinham o mesmo nível de preparo, o racismo evidenciado no impedimento do acesso dos primeiros. Essa situação pode ser explicada como "o medo do diferente que poderia monopolizar os postos de trabalho" (BENTO, 2002, p. 48), que assim como na educação, retiraria da população branca os privilégios provenientes de seus cargos de trabalho, o seu símbolo como elite. Símbolo este que se trata de uma expressão do branqueamento tão desejado e planejado pela força política e intelectual do período.

Mesmo o sistema capitalista não absorvendo todos os negros disponíveis para a força de trabalho, haveria, então, o racismo balizando as relações trabalhistas priorizando a escolha de imigrantes brancos, como podemos observar na afirmação a seguir:

> *"apesar da modernização capitalista influenciar a dinâmica racial trazendo outros elementos com que a sociedade teria que lidar, basicamente a ordem racial instaurada em uma sociedade pré-industrial é incorporada no interior da estrutura industrial, pois o padrão de posições sociorraciais é inserido nessa lógica, O atributo racial conjugado a outros vetores determinaria os perfis de ocupação que os diferentes grupos raciais iriam exercer dentro da nova ordem social, baseado na ideologia racial da sociedade mais abrangente"(SOUZA, 2014, p. 15).*

Diversos fatores influenciavam na determinação da ocupação de postos de trabalhos, mas a que consideramos relevante é justamente aquela que trata da manutenção do poder em posse de pessoas brancas. Consideremos que os empregadores no pós-abolição fossem os ex-senhores de escravizados, pertencentes à classe dominante, "que não por coincidência tinha ascendência europeia, e que não por coincidência na época era protagonista de uma intensa importação das teorias raciais da Europa" (BENTO, 2002, p. 31). Desse modo, "a raça beneficiada no antigo regime seria a mesma que comandaria essa passagem de ordens sociais e, portanto, beneficiada nessa nova ordem mantendo a dinâmica hierárquica e de privilégios" (SOUZA, 2014, p. 15). Enfim, mesmo a população negra, possuindo baixa qualificação para atender a demanda dos novos cargos e postos de trabalhos, haveria o racismo das classes dirigentes em manter, dentro de domínios ou em cargos privilegiados, os representantes de sua raça que pudessem contribuir para o progresso da nação. A invisibilização do negro enquanto força produtiva passou necessariamente pela discriminação racial e pela branquitude, que administrou seu poder e seu lugar de classe, estabelecendo mecanismos para criar obstáculos ao acesso e à ascensão do negro na sociedade de classes.

Atrelado a essa marginalização do negro como trabalhador, restando a ele os cargos subalternizados, que não seriam ocupados pelos imigrantes brancos, observamos o componente estético influenciando na determinação do lugar social deste. O perfil construído como modelo era espelhado, sim, na classe média branca burguesa onde mulheres e homens, como descreve SANT'ANNA (2014, p.22), utilizavam a vestimenta como mecanismo de identificação de sua classe social, pois "era possível conhecer os níveis de rusticidade ou refinamento por meio das mãos e dos pés: calejados, com dedos esparramados ou alongados, provavam o lugar social de cada indivíduo, revelavam sua força ou fragilidade". De acordo com a autora, a roupa diária revelava os ofícios e as profissões. Assim, a construção da beleza brasileira pode ter sido constituída tanto histórica como socialmente e ainda ter ocasionado uma racialização. Isso porque, a depreciação da estética de mestiços e negros associada à sua condição de subalternidade pode ter influenciado o julgamento estético, transformando-os em potencialmente portadores de fealdade. As marcas corporais, as expressões que poderiam caracterizar o corpo desta classe social seriam como referenciais para a feiura e a pobreza no olhar do outro, a classe dominante.

Caberia à negritude que, na definição de BERND (1988, p. 16), seria o "fato de se pertencer à raça negra, a própria raça como coletividade", adaptar-se ao embelezamento vigente na tentativa de incorporar-se à sociedade de classes. Juntamente com a educação formal e moral, o embranquecimento se daria também por meio das adaptações às qualidades estéticas brancas. Assim, vestimentas, acessórios, cosméticos seriam utilizados de maneira a distanciar o corpo negro de sua pertença racial e cultural, na tentativa de uma mobilidade social por meio da dissimulação de atributos físicos com referenciais africanos e da inserção no meio intelectual e social através da educação eurocêntrica e afastamento da cultura africana.

Mesmo assim, alicerçados pelo branqueamento que, segundo FLORES (2007, p. 67), "dar-se-ia num processo educacional do corpo. Ser branco já não significava o pertencimento genuíno ao grupo sanguíneo de origem europeia", os negros que obtiveram uma educação eurocentrada e conseguiram modificar sua condição social, não escapariam do racismo incutido na sociedade que os considerava, ainda sim, inferiores e incapazes de ascensão social. As exceções existiam e justamente por conta destes, os pensadores se puseram a questionar a inferioridade do mestiço. A presença deles no meio intelectual e político contribuindo com grandes feitos, refutava a incapacidade de ascensão pregada pelas teorias racialistas. À vista disso, o acesso ao processo educacional se apresentava como distintivo e qualificativo entre negros neste período.

De fato, as comunidades e associações negras que se desenvolveram no Rio de Janeiro, São Paulo e em vários Estados, viam na educação e na reprodução das normas de

sociabilidade[46] um meio de alterar a imagem negativa dos negros na sociedade. Para isso, tinham como líderes, homens negros letrados e capazes de discursar sobre a discriminação racial e os problemas subsequentes. Esta compreensão sobre a educação, além de ser uma estratégia de ascensão na sociedade branca racista[47], era também um mecanismo de resistência e de protagonismo da população negra, refutando as considerações preconceituosas sobre suas atividades intelectuais. Como vemos em DOMINGUES (2008), "o conceito de educação articulado não tinha uma conotação estritamente formal, e sim um sentido mais amplo: o aprimoramento moral (isto é, do caráter) e o aprendizado dos valores civilizatórios que amiúde transcendiam a instrução escolar". Segundo um dos jornais direcionados para a população negra, *O Clarim d'Alvorada*, em 1924, consta a seguinte concepção sobre a educação: "Educação corresponde a um conjuncto de princípios de ordem social, em que impéra a delicadeza, a gentileza e a civilidade. Educação é, pois, o conhecimento e a pratica dos usos da bôa sociedade" (DOMINGUES, 2008, p. 53).

Os homens e as mulheres negras que estavam à frente destes jornais, como intelectuais, eram indivíduos que também por meio da educação conseguiram ampliar sua visão de mundo e percepção do cotidiano voltando suas reflexões para compreensão dos temas que afligiam a população negra, orientando e oferecendo visibilidade aos casos de preconceito e discriminação racial, buscando um sentimento de pertencimento à negritude. Segundo Alberto (2014), o:

> *"subconjunto de brasileiros negros com voz ativa que chamo de 'intelectuais negros' - pensadores, escritores e líderes comunitários que afirmaram orgulhosamente sua herança cultural ou racial africana e aspiraram a representar outros brasileiros negros em discussões nacionais sobre raça e identidade nacional. Estavam atipicamente sintonizados com as discussões sobre raça na vida pública brasileira requeriam mudanças tanto na forma quanto no conteúdo de suas demandas de inclusão" (ALBERTO, 2014, p. 379).*

A sintonia dos intelectuais negros com as discussões sobre raça provinha do fato deste grupo ocupar na sociedade, mesmo diante das privações sociais e desempregos característicos, ocupação social dos negros na época, uma elite de cor, uma "classe média metafórica que se distinguia em princípio por suas aspirações e não pela renda" (BUTLER, 2011, p. 144). Como editores, escritores e redatores, estes homens possuíam condição de expressar através de seus artigos o repúdio ao racismo e orientar os seus leitores sobre

---

[46] Era enfatizada nos discursos dos jornais da Imprensa Negra a adaptação de seus leitores aos modos de andar, vestir e se portar em público. O afastamento dos comportamentos que remeteriam às imagens estereotipadas ligadas à escravidão, ao alcoolismo ou à falta de moralidade e de dignidade, deveriam ser evitados a fim de realocar os negros na sociedade positivando sua imagem (LOPES, 2002).

[47] A população negra no período pós-abolição sofria constante discriminação: "era impedido de entrar em estabelecimentos de lazer (cinemas, teatros, clubes, bailes em casas noturnas), de ingressar em instituições educacionais e/ou religiosas (escolas, orfanatos, congregações), de ser atendido por casas prestadoras de serviços (barbearias, hotéis, restaurantes, lojas comerciais, hospitais), de ser aceito por repartições públicas e corporações militares (como a Guarda Civil em São Paulo) e de participar de processos seletivos no quadro funcional de empresas industriais" (DOMINGUES, 2008, p. 60). Alguns destes casos amparados judicialmente. Sem contar, o alijamento do mercado de trabalho em favor dos imigrantes europeus e como ocorria no Rio de Janeiro e em Salvador, a perseguição aos capoeiristas, sambistas e participantes dos ritos afro-religiosos. Por todos estes fatores nomeamos a sociedade brasileira no período de 1930 a 1945, como uma sociedade que se pretendia branca e racista, que impedia a mobilidade social dos sujeitos afro-brasileiros por meio do racismo e cerceamento de seus direitos.

estratégias na superação dos impasses criados pela discriminação. Tiveram também a oportunidade de trazer à tona ícones negros do século anterior, a fim de reverenciar seus feitos e com isso reafirmar sua identidade afro-brasileira.

Estando envoltos na conjuntura política do início do século XX, com teorias racialistas, imigração europeia, diminuição dos postos de trabalho e a eugenia com a valorização estética, comportamental e intelectual branca, o fato destes atores sociais enfatizarem em seus discursos a resistência aos mecanismos de exclusão da grande imprensa e até da própria sociedade paulista na mobilidade dos negros, mostra a força e a interação destes na tentativa de união da população negra no fortalecimento de sua luta para melhor enfrentar as dificuldades.

A resistência aos mecanismos racistas de opressão mobilizou a organização da comunidade negra em associações e clubes. Começaram com as irmandades religiosas como um meio para professassem sua fé; logo vieram as associações e clubes recreativos para que estes sujeitos tivessem seus espaços de lazer preservados dos discursos racistas e da exclusão. Como avanço das associações recreativas vieram os jornais, gerando assim a Imprensa Negra que, em São Paulo, esteve mais evidente pelo fato de "o projeto nacional de embranquecer a não por meio da imigração mostrou-se mais eficaz e os efeitos excludentes sobre a população negra foram mais notórios", quando no Rio de Janeiro, partia a visão emergente de cultura nacional onde a negritude e a africanidade atuavam como elementos essenciais à identidade brasileira mista (ALBERTO, 2014, p. 382).

Para as associações negras, aderindo ao discurso hegemônico, o processo de educação formal seria um veículo de integração do negro na sociedade de classes, tanto que uma delas, a Frente Negra Brasileira[48], investiu na alfabetização das camadas populares implantando uma escola diurna e noturna em sua sede, amparada pela comissão feminina, Cruzada Feminina, que como cita DOMINGUES (2007, p. 362) dotou de melhor infraestrutura e procurou garantir o pleno êxito dos alunos e como estes, eram carentes, "adotou a política de oferecer gratuitamente material didático, uniformes e assistência odontológica". Oportunizando a comunidade negra paulista o acesso a serviços para os quais não tinha condição financeira e com isso fortalecendo os empreendedores negros que se alçavam na empreitada de atender a clientela. Juntamente com a escola, foram disponibilizados outros serviços, como odontológico, barbeiros, salões de beleza, costureiras e agência de empregos e moradia.

> *"Em geral, a ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar para a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade da qual era excluída. Para isso, a educação destacava-se*

[48] A Frente Negra Brasileira foi a maior organização negra brasileira. Fundada em outubro de 1931 e sendo fechada em 1937 pela ditadura de Getúlio Vargas, a organização teve impacto na vida social da população negra desde a sua fundação. Segundo GOMES (2005, p.48), a Frente surge "em um momento de crise econômica e transformações políticas. No debate sobre a inclusão de vários setores sociais, a população negra e suas lideranças percebem aquele momento como importante para politizar a questão racial." Sua relevância foi tanta que tornou-se partido político em 1936. Teve como seu porta-voz o jornal A Voz da Raça e "estimativas exageradasindicam 100 mil membros espalhados por todo o Brasil" (GOMES, 2005, p.49).

> *como o meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades" (NASCIMENTO, 2008, p. 97).*

Então, para que o negro no pós-abolição conseguisse algum tipo de inserção na sociedade era necessário, sim, que fosse educado formalmente e socialmente. A adequação às regras de sociabilidade trazia à população negra a esperança de dissimular o racismo e esquivar-se dos estereótipos. Desta maneira, via-se nos discursos dos jornais da Imprensa Negra uma voz corrente em ponderação com relação ao trajar e a forma como se comportavam os seus associados**.** Podemos inferir que esta conduta seria seguida apenas por aqueles que possuíam algum acesso aos jornais e aos discursos. O que seria daqueles que estavam distantes destas informações, por razão do analfabetismo ou da baixa autoestima? Estima-se que o número de adeptos da Frente Negra em São Paulo foi altíssimo, acreditemos que cada associado fosse um propagador dos discursos proferidos nas domingueiras e nas reuniões e assim essas falas de encorajamento e união estivessem soando em todos os ambientes em que os negros se encontravam.

O que observamos então na sociedade brasileira entre 1930 e 1945 foi uma pretensão em se estabelecer um perfil imagético e estético que muito se diferenciava das condições em que se encontrava a população negra. Como dito anteriormente, muitos destes se dispuseram a utilizar do mecanismo do branqueamento, visto que esse já não era apenas a ascendência europeia e sim como difundia as políticas de Estado, poderia ser alcançada por meio do branqueamento do corpo, do comportamento e da cultura. Arquitetava-se um símbolo de beleza onde quanto mais assemelhado ao padrão branco, tanto estético quanto cultural, maior a possibilidade de integração na sociedade. A ideologia da democracia racial ganhava força, sugerindo uma inexistência da discriminação racial e a proposta de integração cultural e racial por meio da convivência harmoniosa entre as diferentes culturas. Isso, de acordo com BENTO (2002, p. 44), fornecia "à elite branca argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais, servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial". Para muitos pensadores e eugenistas esta poderia ser a solução ideal e em alguns séculos o Brasil possuiria uma população eminentemente branca e seus mestiços seriam aqueles esteticamente carregados dos valores morais e éticos dos brancos, com a cultura eurocêntrica no pilar da construção intelectual do brasileiro e a cultura popular intercultural como espelho da realidade social.

A constituição social dos corpos negros estaria, então, impregnada do dissenso entre a herança africana evidente na corporeidade, ao expressar um discurso sobre a opressão sofrida, contínua resistência e o discurso político do branqueamento. Neste panorama, voltamos nosso olhar para as mulheres negras, inseridas no gênero responsabilizado pelo futuro da nação e excluídas das propostas para sua realização, visto que todas as sugestões

de embelezamento, cuidados com o corpo e incentivos à reprodução estavam voltados às mulheres brancas.

Neste capítulo, manteremos nosso olhar sobre a realidade social das mulheres negras, na busca do entendimento sobre a dinâmica estabelecida para a visibilidade de sua beleza, mesmo que no seio da comunidade negra. As articulações e divergências nos discursos proferidos pelos intelectuais negros na valorização da estética negra na sociedade, conversando com as propostas difundidas como modelo e a adequação destas mulheres a essa realidade. Analisamos por meio de trechos e artigos publicados por homens e mulheres na Imprensa Negra paulista, a possível compreensão sobre a estética brasileira, como os corpos negros, representados aqui por suas mulheres, estariam inseridos na sociedade brasileira. Os mecanismos utilizados para que a integração dessas mulheres no mercado de trabalho e no cotidiano da cidade de maneira a elevar a autoestima e evidenciar a luta contra o racismo e a discriminação racial.

### III.1 Corpos femininos, discursos masculinos

As mulheres no início do século XX têm sobre o seu corpo uma série de discursos construídos. A construção destes objetivava a disseminação de comportamentos na tentativa de manter a dominação masculina, constituindo no corpo feminino os papéis sociais necessários para este intento. A dominação masculina era algo vigente, a condução da sociedade realizada por homens, no caso brasileiro, por homens brancos, instruídos por meio da cultura europeia e norte-americana e detentores do poder financeiro, tendia a refletir o conjunto de ideologias inseridas neste perfil: o racismo e o machismo. Assim, quando localizamos estes homens percebemos o caminho no qual permeiam suas intenções no momento da elaboração de suas recomendações sobre conduta, sexualidade e beleza feminina. Em sua maioria, médicos e cientistas, responsáveis pela elaboração de um perfil que representasse o Brasil e suas mulheres, pensavam o país a partir deles e atribuíam às mulheres o papel de promover o desenvolvimento de crianças belas e robustas para o futuro, cuidadoras do lar brasileiro e disseminadoras dos saberes higiênicos e cívicos. Como no período tínhamos uma intensa participação da eugenia na vida social do país, estava em voga uma visão sobre o mundo e o futuro baseada na raça e no seu aprimoramento, objetivando a modernidade da nação.

A saúde e a beleza dos corpos femininos foi um assunto corrente na grande imprensa e estimuladora de publicações de cunho científico voltado para as mulheres. Renato Kehl, Hernani de Irajá[49] e Antônio Austregésilo[50] são exemplos de médicos que se encarregaram de

[49] Hernani de Irajá (1907 - 1969), médico sexólogo, artista, músico e crítico de arte. Fundou a Associação dos Artistas Brasileiros e o Movimento Artístico Brasileiro. Segundo FLORES (2007, p.103), "os livros de Hernani de Irajá podem ser classificados como tratados de sexologia, ilustrados com nus femininos, em óleo sobre telas ou fotografias, de sua autoria e de outros, e com gráficos de esquemas técnicos dos cânones universais da reprodução artística do corpo humano, tratam de afirmar e demonstrar que a

escrever suas obras sobre o corpo feminino e sua beleza. Na visão dos médicos brasileiros, no caso de Antônio Austregésilo, as mulheres deveriam ser como:

> *"um anjo da guarda da família. Ela devia saber costurar, bordar e cozinhar, mostrar-se cândida e obediente diante da autoridade masculina, alguém que certamente era ou seria mãe mimosa e fiel. Se esperava uma força inabalável, emoldurada por uma graça irresistível. Robustez do espírito e graça corporal" (SANT'ANNA, 2014, p.41).*

Baseados na teoria vigente discursavam sobre o papel social do gênero feminino, tinham como modelo de perfeição corporal a antiguidade clássica grega e tentavam influenciar as condutas morais conduzindo suas falas em torno do desejo e da moral católica masculina. Beleza e saúde tornam-se sinônimos e representados pela ausência de problemas uterinos e a capacidade de manter-se formosa, gentil e submissa aos pais, maridos e irmãos. A condução de sua vida e a preparação de seu corpo estaria subordinada ao convívio familiar objetivando o aprimoramento de sua função como mãe e esposa e, com isso, a educação e a emancipação seriam consideradas uma conduta desagregadora da composição familiar.

A eugenia, segundo FLORES (2007, p. 211), "como política social, propôs intervenções para a boa geração pela higiene sexual, que seria alcançada por uma profunda reforma moral e espiritual", investindo no controle dos corpos femininos, por meio do embelezamento e dos exercícios físicos, em busca da formação do futuro cidadão, atribuindo às mulheres a função de "coparticipantes na construção da nacionalidade". Acrescenta-se ao perfil feminino além da imagem da beleza, a sua função cívica. Para isso, a educação feminina recebe atenção, principalmente, para as meninas da classe dominante.

Com o anseio de formar "o povo brasileiro", os intelectuais investem no discurso da educação feminina para o aprendizado de medidas higiênicas, de puerilcultura e psicologia infantil para que fossem transmitidos aos educandos e aos filhos, canto orfeônico e educação física promovendo a aculturação europeia e a disciplina social. Estas disciplinas passariam a fazer parte dos cursos de formação de professores onde eram educadas as professoras encarregadas de instruir as futuras gerações da nação brasileira.

> *"Estudavam trabalhos manuais e cantos corais nacionalistas a fim de adquirir amor pelo trabalho e pela nação que se considerava faltar entre as elites. Desenvolveram-se os cursos de educação física, higiene e puerilcultura. Aprendiam normas higiênicas para poder ensiná-las" (DÁVILA, 2006, p. 175).*

Desta forma, o universo feminino estaria contido nas determinações que as conduzissem aos papéis de mãe e esposa. Isto ocorria também na grande imprensa. O universo feminino retratado nas revistas da época era fruto do entendimento masculino sobre a questão. Segundo GOELLNER (1999, p. 54), imagens veiculadas sobre mulheres "são permeadas pelo olhar masculino não apenas no que se refere a sua construção e idealização:

---

'normalidade' do corpo físico produz a 'normalidade' psicológica, verificada na ausência de anomalias somáticas. Em uma representação artística do corpo humano com a política médica eugenista."

[50] Antônio Austregésilo (1876 - 1960), médico psiquiatra e neurologista, autor do livro Perfil da mulher brasileira: esboço acerca do feminismo no Brasil. Rj: Francisco Alves, 1924. (SANT'ANNA, 2015, p.196).

o modo de serem representadas espelhava também o imaginário masculino", determinando como devem agir e conduzir suas vidas e principalmente como deveriam dispor de seus corpos. Como a maioria das mulheres que participavam da imprensa, com produção de artigos, acabava por reforçar os discursos sobre o gênero, acreditamos que existia uma limitada participação de mulheres na produção de artigos que questionassem a autoridade masculina ou a função social feminina.

Um exemplo que podemos ressaltar do protagonismo feminino na editoria de uma revista seria a *Revista Feminina* (1914-1930). Criada por Virgilina de Souza Salles, membro da elite tradicional de São Paulo. A revista tinha como público alvo as mulheres de classe média e alta, "abrindo novos espaços para essa voz se manifestar e reivindicar direitos comparáveis aos de seus maridos e irmãos, sobretudo quanto ao acesso à educação superior, aos cargos profissionais e ao voto" (MANCILHA, 2011, p. 03). Voltada e escrita por mulheres, teve como função alertar sobre as ocupações femininas e a necessidade de reivindicações sobre os direitos civis e políticos. Mas nem todas as revistas femininas tinham este tom de reivindicação e questionamento do papel feminino na sociedade.

Mesmo as revistas femininas atuando em prol dos direitos civis e políticos das mulheres de todas as classes sociais, os seus discursos ainda não questionavam as estruturas sociais vigentes, em razão das representantes serem mulheres das classes média e alta. Desta maneira, o direcionamento dos artigos aos cuidados do lar e à maternidade, ou o incentivo à emancipação para os espaços públicos demonstrariam a visão a partir do lugar social destas e a sua importância na conjuntura do país.

Eram estas mulheres as reconhecidas como regeneradoras da raça, o público alvo das campanhas eugênicas sobre sexualidade. "Os livros e jornais escritos e publicados por mulheres contribuíram para a divulgação da importância da mulher como mãe", como nos diz MOTT (2001, p. 209) e a razão para este enfoque na maternidade era justamente o fato de ser no núcleo familiar que as crianças teriam suas primeiras lições morais e cívicas. Era responsabilidade feminina, neste período, a disseminação dos valores cívicos para com a pátria. Com isto, a educação feminina era defendida, por estas mulheres, como progresso da nação, o desenvolvimento das capacidades intelectuais e das aptidões femininas auxiliaria tanto na educação da nova geração de brasileiros, como das crianças das camadas populares a partir do ensino prestado pelas professoras.

Na educação, as professoras eram aquelas responsáveis pela transmissão dos conhecimentos didáticos e cívicos como também pelo aperfeiçoamento da raça. Por meio do aprendizado de normas higiênicas, acreditavam os intelectuais e educadores da época, estes alunos tornar-se-iam multiplicadores da ideologia do Estado. Assim:

> *"Esse era um objetivo comum dos programas escolares: nutricionistas, higienistas, psicólogos e professores ligados ao sistema escolar sabiam que a raiz dos problemas da nação não estava nas crianças, e remediar esses males*

> *sociais significava utilizar as crianças para ensinar a sociedade". (DÁVILA, 2006, p. 77).*

Esta seria uma política eugênica em que a higiene mental cederia lugar à higiene da raça, como nos explica DÁVILA (2006, p. 75). Segundo o autor, Arthur Ramos[51] argumentava que os problemas comportamentais das crianças pobres e não brancas eram provenientes das condições sociais, culturais ou ambientais inadequadas. Para ele, a má influência cultural advindas das classes populares seria fator interveniente no comportamento social dos alunos nas escolas públicas, atrelando o mau comportamento e as dificuldades de integração ao universo escolar à pobreza, de certa forma, racializando a questão, visto que a maioria dos sujeitos em estado de pobreza eram negros e mestiços. Dessa forma, a primeira possibilidade de interferência na condição social dos pobres seria através da inserção de normas de higiene pessoal no cotidiano dos alunos, que ao apreenderem os procedimentos, disseminariam estes em suas casas, na comunidade e permitindo que os preceitos higiênicos, o canto orfeônico e a prática de atividades físicas, chegassem a grande massa trabalhadora, o que segundo estes intelectuais, poderiam modificar os perfis estéticos e imprimir nesta classe alguns códigos de civilidade.

Devemos ressaltar que quando Arthur Ramos se refere à influência cultural, não somente os hábitos cotidianos e de higiene estão incutidos em sua fala. Temos aí a presença do preconceito em relação às religiões de matriz africana, que este mesmo grupo de intelectuais e médicos considerava como curandeirismo e feitiçaria e também em relação aos contextos familiares e à moradia.

As famílias pobres viviam em cortiços ou em subúrbios onde a infraestrutura urbana, como saneamento e disposição das casas, era precária, propiciando a ocorrência de enfermidades, o que segundo os sanitaristas poderia ser evitada por meio do aprendizado de hábitos de higiene pessoal e distanciamento das culturas inferiores (negra e indígena). O quadro familiar da população pobre era diferente das famílias de alta classe, por vezes eram compostas por casais onde a mulher era trabalhadora, o que, na opinião destes profissionais, impedia o acompanhamento da criança e o asseio da casa, ou ainda existiam as famílias compostas apenas pela mãe solteira. Estes modelos eram vistos negativamente pela sociedade, visto que o papel das mulheres, mesmo com todos os progressos com relação ao espaço público, ainda era entendido como algo voltado aos afazeres domésticos e na valorização da maternidade. Todos estes fatores ligados à moradia e cultura familiar embasavam o entendimento sobre o mau comportamento de crianças pobres na escola. Com

[51] Arthur Ramos foi um antropólogo eugenista que, segundo DÁVILA (2006, p.73) "utilizou o sistema escolar do Rio de Janeiro para seus estudos sobre os aspectos culturais do aperfeiçoamento da raça, refletindo a elasticidade dos limites disciplinares no contexto da eugenia". Antes, este intelectual "estudara a cultura afro-brasileira na Bahia, identificando elementos de inferioridade cultural. Buscando promover a adaptação da cultura afro-brasileira à sociedade moderna, voltou suas atenções à psicologia infantil e à higiene mental preventiva". É por esta razão, por associar psicologia infantil ao aperfeiçoamento cultural afro-brasileiro que Arthur Ramos teve entrada na rede escolar da capital republicana.

isso, seria necessário tanto o aprendizado quanto a fixação de modelos a serem seguidos por estas crianças e a instituição destes veio pela estética.

No início do século XX, com a ideologia do branqueamento e os avanços feministas na conquista do espaço público pelas mulheres, a profissão do magistério se tornou um espaço de atuação feminino e branco. Segundo DÁVILA (2006) "no caso da profissionalização do ensino, a política envolvia valores combinados de raça, classe e gênero". Assim, o quadro do magistério que até então era ocupado por homens, alguns homens negros, viu-se transformado com a entrada de mulheres brancas de classe média. O futuro da nação seria espelhado no comportamento e na imagem destas profissionais, e não somente no conteúdo a ser ensinado.

Considerando que neste período histórico as reformas educacionais possibilitaram, mesmo que precariamente, a entrada de crianças negras nas escolas públicas, ponderamos o que seria para as futuras mulheres negras o fenótipo europeizado marcado como modelo imagético a ser seguido. Na imagem e no comportamento das professoras estaria corporizado um dos modelos de beleza e conduta que se desejava alcançar na época. Crianças negras, que conseguissem frequentar as escolas, teriam como sua construção identitária estética modelos que diferiam de sua realidade. A mulher que poderia servi-lhe de exemplo, como desejava a ideologia hegemônica, era branca e rica. Isso poderia transformar a percepção sobre o belo de meninos e meninas negras, sugerindo a valorização da estética branca, podendo incentivar uma busca para assemelhar-se a ela.



**Figura III.1: Getúlio Vargas em visita ao Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ). (DÀVILA, 2006, p. 190)**

Educação, imprensa, diversos mecanismos foram utilizados para que os corpos idealizados pudessem ser divulgados na sociedade. Para tanto, a publicidade de cosméticos foi um grande incentivador, juntamente com a moda incentivada pelo cinema americano. As propagandas procuravam modificar a visão das leitoras transformando-as em potenciais consumidoras, vendendo não só beleza, mas também estilos de vida. Como dito anteriormente, a disseminação da eugenia esteve nos setores em que atingiriam o maior número de pessoas, difundindo o discurso, tornando-se ideal a ser perseguido. À vista disso, sabonetes,

medicamentos, cremes para pele eram produtos anunciados mantendo a promessa de corpos limpos, belos e saudáveis:

> *"Em anúncios de pós e cremes para o rosto, os brancos associavam-se às condutas saudáveis e a um modelo único de beleza: 'Uma pela branca, delicada e fina dentro da qual se vê circular a vida, deve ser o ideal de toda mulher'. Peles encardidas, conforme anunciava a propaganda, precisavam ser regeneradas" (SANT'ANNA, 2014, p. 76).*

Os discursos destes anúncios, influenciados pela eugenia, tendiam à afirmação da estética de pele alva e cabelos lisos como representação da beleza feminina e a condenação dos tons de pele mais escuros, associando-os à sujeira e ao encardido. Sugeriam, ainda, que a brancura da pele relacionava-se ao status social do indivíduo. Segundo SANT'ANNA (2014, p.64) "a pele alva não se limitava à brancura, pois abarcava também, a ausência de manchas e cicatrizes. Moças alvinhas, conforme se dizia, simbolizavam saúde, status, riqueza e limpeza".




**Figura III.2: Propaganda Leite de Colônia, Revista Educação Physica, n.06, 1936.**

A imagem vinculada na propaganda do produto *Leite de Colônia* em 1936, é uma dentre inúmeras relacionadas à higiene pessoal como sabonetes, cremes para a pele e até medicamentos que ilustravam o perfil feminino, potencial consumidor do produto. Além disso, sugeriam implicitamente a imagem final daquelas que se dispusessem a utilizá-lo. Com o slogan: "Limpa e alveja a pele", percebemos o quão comum deveria ser a proposição de embranquecimento da pele, seja por meio da limpeza ou dos artigos de maquiagem, para um apuramento da beleza, tendendo a fixar na memória e no discurso feminino a associação entre limpeza, brancura e beleza. Desta forma, a eugenia e a política da beleza, a partir de olhares

masculinos, agiam como possíveis alicerces na constituição de uma identidade feminina, atuando na determinação de padrões de beleza, assim como nos comportamentos admissíveis para o gênero.

Segundo FLORES (2007, p. 211), havia na educação das meninas "nas décadas de 30 e 40 do século XX, um reforçado discurso sobre as mulheres na tentativa de reduzi-las à função do lar, educadoras e formadoras dos futuros cidadãos, como ainda geradoras dos filhos da Nação". Além de minimizar a atuação social destas na sociedade relegava suas ações ao espaço privado, mantendo assim seus corpos e atitudes sob vigilância. Logo, observamos a tentativa de um controle do corpo feminino exigindo destes uma conduta que estaria vinculada ao processo político de construção da Nação. Por esta razão o controle sobre o embelezamento seria tão intenso, afinal "o receio de ter em casa uma mãe, irmã ou filha cuja imagem lembrasse uma vadia dificultava a introdução dos produtos de embelezamento na rotina feminina" (SANT'ANNA, 2014, p. 42).

Até mesmo a interpretação do que seria uma "vadia" como qualidade depreciativa de mulheres que frequentavam, com maior liberdade o espaço público ou que possuíam o controle de seus corpos, não sendo totalmente submissas ao controle masculino, estava imbuída do discurso e do desejo masculino de manter suas mulheres sob controle e vigilância. A opressão da liberdade corporal feminina poderia proporcionar às meninas e mulheres a introjeção destes conceitos preconceituosos, disponibilizando os seus corpos somente para condutas que estivessem de acordo com a intenção dos homens em caracterizar física e moralmente o gênero, dificultando o avanço das conquistas feministas e ainda mantendo sua supremacia no mercado de trabalho formal como nas indústrias e comércios.

Assim para os cuidados de si, as mulheres necessitavam do aval masculino. As ações femininas, como a educação ou o embelezamento, seriam direcionadas ao seu convívio privado para maridos e filhos e suas ações em público seriam reguladas pelas normas sociais que exigiam recato e discrição. Isto posto, as mulheres não possuíam o domínio de seus corpos e atitudes, pois:

> *"a livre possibilidade de embelezá-lo, segundo os desejos pessoais, provocava reprovações contundentes. Para manter o corpo feminino sob o controle masculino (em particular, de pais, maridos, médicos e não de comerciantes, curandeiros ou senhores considerados malandros e fanfarrões), costumava-se associar uma parte do embelezamento diretamente ao pecado" (SANT'ANNA, 2014, p. 55).*

Percebe-se então, que o período instila um controle sobre corpos, principalmente o feminino. Segundo a autora era um momento em que "os corpos pertenciam a uma comunidade e eram dependentes da aprovação desta. Ter propriedade sobre o corpo era uma excentricidade de pessoas de uma elite mundana, caracterizada por malandros e prostitutas" (SANT'ANNA, 2014, p. 58). Com relação a esta afirmação da autora, observamos uma intrigante relação entre as classes sociais nas quais estes discursos foram elaborados. Como a

maioria dos periódicos femininos esteve voltada para a classe média e alta, supomos que a intenção em reafirmar a autoridade masculina sobre o corpo feminino seria também como um distintivo de classe. Afinal, mulheres pobres já ocupavam o espaço urbano, trabalhando nas ruas, em prostíbulos e cortiços, à margem e diferentes da realidade do ambiente doméstico e de submissão. Assim, a propriedade sobre o corpo pode ser encarada como "excentricidade de pessoas de uma elite mundana", onde, no excêntrico, mulheres pobres, negras e mestiças construíam sua corporeidade dentre as condutas que asseguravam a sua sobrevivência.

A diferenciação entre as mulheres da elite urbana e mulheres pobres era relevante. As primeiras já recebiam educação formal, possuíam meios para lutar por seus direitos civis e autoestima positiva por serem contempladas como modelo estético nacional. Eram tolidas pelos homens e por esta razão suas lutas visavam a conquista pelo espaço público seja com seus passeios, suas reuniões, periódicos, associações assistenciais ou federações. As mulheres pobres, negras ou mestiças se encontravam alijadas do mercado de trabalho formal enquanto as brancas trabalhavam nas fábricas, porém em condições diferenciadas dos homens, como a menor remuneração. O espaço público já era conhecido pelas mulheres pobres. Estas eram obrigadas a circular e sobreviver neste espaço, pois tiravam dele o seu sustento.

Tanto para os homens ricos como para os pobres existia um consenso sobre o papel social da mulher, no qual as suas características enquanto gênero estariam relacionadas à meiguice e a submissão à autoridade masculina. Este discurso dificultava o seu acesso ao ensino formal, o que as tornava carente de mínima qualificação profissional, assim como discriminava aquelas que por participarem do mercado informal, no caso das mulheres pobres, poderiam empreender atitudes corporais no seu cotidiano que as distanciava do ideal impresso nestes discursos masculinos. Assim, a vida das mulheres baseada em discursos formulados por homens, encontrava-se limitada em suas potencialidades e de alguma forma controlada.

### III.2 Ocupação social das mulheres

A tentativa de controle da corporeidade feminina por meio da difusão dos discursos sobre o gênero dificultava a emancipação financeira de algumas mulheres. Educadas para o serviço doméstico e o desempenho de sua função como mães e esposas, as mulheres da década de 1930 observavam os campos de trabalho na indústria como possibilidades de acesso ao espaço público onde, inseridas, poderiam ser viabilizados seus direitos civis e políticos. A luta pelos direitos das mulheres, principalmente ao voto, emergia acompanhada pelo desempenho positivo de diferentes associações e federações voltadas para o público feminino, porém, a maioria das movimentações realizadas partia de mulheres da classe dominante, da elite carioca e paulista, como pudemos observar no exemplo da *Revista Feminina*. Segundo RAGO (2013, p. 590), o discurso destas mulheres feministas "considerava,

sobretudo, as dificuldades que as mulheres de mais alta condição social enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho controlado por homens", o que atingia muito pouco as mulheres pobres, pois estas eram consideradas, devido às estruturas socioculturais nas quais viviam como "incapazes de produzir alguma forma de manifestação cultural" (RAGO, 2013, p. 591). O que demonstra uma possível reprodução de discursos preconceituosos na diferenciação entre classes, visto que existiam publicações de poesias e peças, grupos de estudos de operárias anarquistas que refutavam tal conceito, havendo uma crescente produção cultural entre as operárias, como nos afirma a autora.

Esta discriminação entre as classes sociais esteve presente também nas recomendações sobre conduta e beleza estabelecidas por médicos, pois tinham as moças de famílias abastadas como público principal destas recomendações. As mulheres e operárias pobres eram consideradas "profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens" (RAGO, 2013, p. 589), o que oferecia a estas mulheres uma menor oportunidade de acessar os benefícios pleiteados pelas mulheres de classe média e alta e ainda inferiorizava seus feitos, marginalizando sua imagem perante a sociedade.

Tal marginalização decorria do fato das mulheres pobres não poderem se dar ao luxo de se enquadrar aos ideais difundidos por homens, médicos higienistas e eugenistas. A eugenia empregava em seus ditos que as funções femininas seriam a maternidade e em prol da propagação dos hábitos higiênicos e da educação moral dos filhos, mantendo-as ainda em torno do ambiente privado. No caso das mulheres pobres, esses discursos não encaixavam com sua rotina.

Estas mulheres buscavam seus rendimentos em atividades desenvolvidas na rua, atuando como vendedoras, lavadeiras, floristas, doceiras, operárias e empregadas domésticas. Profissões que exigiam empenho, certo trabalho físico e disponibilidade de seus corpos nas vias públicas onde ocorreriam as vendas, contrariando até mesmo o que mulheres da "elite" tinham como padrão de comportamento. Como as jovens de famílias abastadas iniciavam carreira como professoras, médicas, advogadas, biólogas, pintoras, pianistas estavam alocadas em profissões, onde o acesso ao público era limitado e ainda o status da profissão permitia um comportamento adequado às normas sociais vigentes, como modos de agir, falar, caminhar, sentar. Estes seriam códigos que, de alguma maneira, poderiam designar a classe a qual pertenciam.

Já as mulheres pobres encontravam-se inseridas em um contexto social, onde os códigos sociais possivelmente eram outros, tanto que para RAGO (2013, p. 589) as profissões exercidas por elas "eram estigmatizadas e associadas à imagem de perdição moral, de degradação e de prostituição", devido a uma associação entre o trabalho braçal e o serviço

realizado pelos escravizados relacionando o tipo de serviço executado a uma "incapacidade pessoal de desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral". Desta maneira, o discurso elitista de homens e mulheres acabava por discriminar as mulheres pobres relegando a elas um lugar marginalizado, despossuído de capacidade produtiva e fora do padrão de moralidade, mesmo sendo essas, as mães dos futuros construtores da pátria, como diz a autora.

Estas mulheres caracterizavam-se por trabalharem muito dentro e fora do lar. Segundo SOIHET (2013), as relações conjugais entre os menos favorecidos possuíam a característica de terem as mulheres como reais mantenedoras da renda familiar, visto que os homens eram relatados como vagabundos e pouco afeitos a trabalhos. Ocupando cortiços e favelas, a população pobre tinha suas mulheres como agentes que lutavam pela possibilidade de sobrevivência, mantendo filhos e maridos, criando redes de solidariedades e mecanismos de resistência aos padrões impostos. Para SOIHET (2013):

> *"As mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil" (SOIHET, 2013, p. 367).*

E de certa forma se enquadrando em outros estereótipos nos quais estavam fadadas à subalternização e a inferiorização de sua estética. A imagem atribuída às mulheres pobres estaria vinculada ao desleixo e a estrutura sociocultural, visto que as descrições sobre sua existência estavam vinculadas também aos ambientes onde residiam, logo, havia uma percepção sobre a imagem pejorativa relacionada a mulheres pobres como maltrapilhas assemelhando-se aos aspectos descritos como os de negras e mestiças escravizadas, pois, como nos alerta NEPOMUCENO (2013, p. 384), o trajar decentemente estava para mulheres que "cobrissem seus corpos, contidos por espartilhos, com veludos, tafetás franceses ou quaisquer produtos importados" ou ainda, posteriormente, seguindo o modelo de beleza dos filmes americanos, como ressalta SANT'ANNA (2013, p. 108), "cabelos curtos e roupas leves assim como a prática de exercícios físicos, o encurtar das saias e utilizar maiô nas praias, espelhavam a beleza e a modernidade feminina". A dificuldade de obtenção de renda, o baixo poder de consumo em razão do sustento da casa e o possível quadro de analfabetismo, poderiam ser fatores que afastariam essas mulheres dos padrões estéticos e cuidados com o corpo divulgados pela publicidade e exercidos por mulheres da "elite".

Ainda sobre a baixa renda de mulheres pobres, nos apoiamos na afirmação de SIQUEIRA (2012, p. 155) em que ressalta a relação íntima "entre ocupações manuais (não qualificadas ou semiqualificadas) e à comparativa inferioridade política - jurídica de fato - em relação a respeito e privilégios" como característica da pobreza. No universo do trabalho identificamos por meio dos dados do censo de 1940, em COSTA PINTO (1998, p. 92) a

localização das mulheres no Rio de Janeiro de acordo com a relação tipo de atividade/raça onde, no setor industrial e no setor de serviços de atividades sociais[52], temos um relevante número de mulheres pretas e pardas[53] na execução da função, sendo superior ao número de brancas. Já no comércio e profissões liberais o número de mulheres brancas ocupando cargos é superior ao número de pretas e pardas.

Este dado refletiria então o que foi exposto por NEPUMOCENO (2013, p. 386), localizando a ocupação de mulheres negras nos "trabalhos ligados à cozinha, à venda de salgados e doces nas ruas, à lavagem de roupas, como empregadas domésticas ou ainda atividades artísticas ocupando palcos baratos de teatros de revista e cabarés". Ocupações que de certa maneira refletiam os ofícios exercidos pelas negras libertas no período escravista, relativizando assim a mobilidade social destas mulheres:

> *"Foi justamente das fileiras de escravas domésticas que saiu a maioria das escravas que conseguiram migrar para as cidades. Para elas o espaço público prometia mais, inclusive a possibilidade de comprar a sua alforria. As de melhor aparência (segundo critérios dos proprietários), as mais inquietas, espertas ou habilidosas conseguiam trabalhar como quitandeiras ou escravas de ganho na cidade [...] Foram essas mulheres persistentes, aliás, que tornaram as alforrias um fenômeno majoritariamente feminino e urbano no século XIX" (DIAS, 2013, p. 376).*

E a aparência continuava, mesmo depois do século XIX, ainda mais preponderante na determinação da ocupação social das mulheres negras. Sob a cortina da 'boa aparência', a discriminação racial se fez presente nas escolhas de candidatas no mercado de trabalho formal. Fundamentados pelo branqueamento e a inserção de imigrantes europeus havia a escolha preferencial de mulheres brancas ou mestiças claras para a ocupação de cargos e até mesmo em serviços domésticos como verificamos em DAMASCENO (2010), quando em sua pesquisa com anúncios de empregos da década de 1940, constatou que:

> *"O exame minucioso dos anúncios mostrou que durante a década de 40 os anunciantes empregadores mostravam uma grande preferência por mulheres brancas para os 'serviços domésticos', exigência que logo se transfere (principalmente depois de 1945) para as atividades de rotina de escritório e pequeno comércio, em que a 'cor' submerge sob a rubrica boa aparência. Como contraponto, as mulheres de cor continuavam a se oferecer para os SDOs e, em menor escala, para os empregos de escritórios e de comércio [...] Tratava-se de marcar distâncias sociais baseadas em critérios raciais explícitos, ao mesmo tempo em que se almejava o engajamento em um novo estilo de vida urbano" (DAMASCENO, 2010, p. 128-129).*

Desta maneira, vislumbramos a discriminação racial como obstáculo concreto à ascensão de mulheres negras. O eufemismo da 'boa aparência' dissimula a descrição racial, mas deixa subentendido a intenção da escolha por candidatas mais claras. Cabe às candidatas

---

[52] De acordo com COSTA PINTO (1998, p. 95), nesta categoria estão inseridas as atividades de "hospedagem e alimentação (hotéis, pensões, restaurantes etc.); higiene pessoal (cabeleireiros, barbeiros, manicuras etc.); conservação e reparação de objetos de uso pessoal (sapateiros, alfaiates, tintureiros, modistas etc.); transportes manuais e de propulsão humana (carregadores etc.); espetáculos, diversões e desportos; assistência médico-sanitária (enfermeiros, serventes etc.)".

[53] Neste momento fizemos uso da terminologia utilizada pelo autor em seu estudo. Em nosso trabalho utilizamos a nomenclatura "negro e mestiço" com o propósito de contemplar os conceitos utilizados pelos eugenistas em seus discursos. Cientes que, na atualidade, a nomenclatura utilizada pelo IBGE nos censos demográficos utiliza-se da terminologia "negro" a fim de designar o conjunto de pretos e pardos.

negras perceber que "as características fenotípicas são vitais na interpretação de regras culturais e com elas aprende-se a interpretar a 'boa aparência' e os modos possíveis de se haver com ela para conseguir manter um lugar no trabalho" (DAMASCENO, 2010, p. 106). O ponto em que essas mulheres precisariam lidar com a interpretação da 'boa aparência' seria aquele para o qual se direcionaria a modificação da sua estética e de sua cultura adequando-se ao perfil hegemônico. Estas moldagens são descritas pela autora como a relação utilizada por Gilberto Freyre ao descrever as adaptações "aos vários itens de vestuário feitas pelos mulatos em ascensão, principalmente em fins do século XIX - do chapéu ao calçado, passando por adornos, tecidos, modelos de roupas, feitios de corte de cabelos e barba" (DAMASCENO, 2010, p. 96). Descrevendo assim um branqueamento social, como relatamos em nosso segundo capítulo, atuando nas adaptações estéticas e na educação formal, sugerindo que através destes alçaria a ascensão social. Com todos os discursos sobre a corporeidade da mulher negra e sua beleza, como poderia esta mulher utilizar destas estratégias, quando seu cotidiano era marcado pela busca do sustento familiar e pelo trabalho extenuante?

### III.3 Mulheres negras. Entre a beleza negra e a boa aparência

> *"O corpo das mulheres negras é investido de voluptuosidade ora desejada como consumo, ora tradada como repulsiva; elas são vistas como trabalhadoras de serviços manuais, notadamente o doméstico, como na cozinha da 'casa grande'. Com isso, vemos operar sobre esse grupo de mulheres duas ordens de hierarquização e lógica discriminatória e, assim, configura-se uma condição de existência bastante específica, isto é, subalterna nas hierarquias raciais e de gênero. A combinação dessas categorias tanto produz variados tipos de opressões como configura mulheres que se posicionam diante dessas condições sociais das mais variadas formas: assimilando tais normas, anexando-as às suas condições de vida, rejeitando-as, resistindo ou mesmo subvertendo-as. Mas o que há de convir é quanto à perversidade desse esquema de hierarquização"*
> *(BONFIM, 2009, p. 248)*

O corpo de mulheres negras, suas características e feições foi parte dos referenciais para construção social dos conceitos de beleza. O julgamento iniciado pela cor da pele, seguindo pelos sinais diacríticos[54], chegando aos comportamentos e ao padrão de moralidade vigente, relegava ao corpo negro um lugar de inferioridade. O corpo de uma mulher negra, como o de Saartjie Baartman (Vênus Hotentote), foi um corpo estudado minuciosamente pelos cientistas europeus e os dados gerados por estes estudos contribuíram para a necessidade destes homens em atestar a inferioridade da raça negra por meio de artifícios científicos,

[54] Segundo GOMES (2008, p. 31), esses sinais inscritos no corpo "remetem uma ancestralidade negra e africana que se deseja ocultar e/ou negar. Além disso, são vistos como marcas de inferioridade. A presença desses sinais é rejeitada pelo ideal do branqueamento e tratada de maneira eufemística no mito da democracia racial".

contribuindo também para fixar a identidade masculina europeia como universal, afinal, dentro dos discursos construídos sobre negros, negras, mulatos e mulatas, não só a raça estava em jogo, mas sexualidade também. E assim, possivelmente foram direcionados aos corpos de mulheres negras os pressupostos estereotipados sobre as diferenças entre o seu corpo e o de mulheres brancas.

Segundo DAMASCENO (2008, p. 02), a partir do corpo de Saartjie Baartman foi descrito "pelo discurso médico científico o corpo feminino negro como anormal, desviante em relação ao corpo masculino europeu", o que propõe desde o século XIX um olhar negativo sobre as formas físicas de mulheres negras, atribuindo aos seus traços fisionômicos a aproximação aos animais e aos seus atributos físicos, como as nádegas protuberantes e os genitais hipertrofiados, como símbolos de uma hiperssexualidade. No Brasil, desde o tempo colonial, a descrição dos corpos de mulheres negras é constituída por termos onde são evidenciados seus atributos físicos como característica atrativa associada aos seus préstimos, geralmente com a malícia atrelada à sexualidade.

No Brasil escravocrata, segundo BRAGA (2015, p. 63), os anúncios sobre compra e venda de escravizadas eram abundantes e tinham seu foco na descrição dos corpos destas mulheres, afinal esta seria a única maneira de identificá-las. Destituídas dos elementos que as identificavam em sua etnia, como ornamentos e os próprios cabelos[55], as mulheres negras escravizadas carregavam em seu corpo, seja nas deformidades físicas, nas escarificações ou simplesmente na beleza destes, a sua identidade. Desta maneira, os discursos sobre os corpos femininos negros começaram a ser construídos com a preocupação excessiva da descrição física das escravizadas.

Assim como as tatuagens, as marcas tribais, as características físicas das etnias, como a hipertrofia das nádegas (esteatopigia), juntamente com as alterações físicas provocadas por doenças ou açoites, são caracterizadas nestes anúncios como deformações, qualificando negativamente estes corpos e construindo imagens estereotipadas. No momento da evolução da ginecologia, segundo RAGO (apud BRAGA, 2015, p. 44), quando "a imagem da mulher 'normal', reservada apenas à maternidade estaria desprovida de desejo sexual, a voluptuosidade nas negras constituía-se num grau de lascívia desconhecido no clima europeu". Esta concepção pairava, também, sobre as mulheres negras brasileiras, principalmente pelo fato destas, provenientes de uma estrutura matriarcal em África, onde eram responsáveis não só por sua vida, mas pela comunidade, o que, de acordo com a percepção de BONFIM (2009, p. 239), permitiria uma corporeidade mais livre e uma postura mais autônoma em relação às mulheres brancas. Ainda segundo a autora, "não havia esteio para uma mulher negra autônoma e central se assentar numa sociedade hierarquizada segundo critérios misóginos e

[55] Segundo BRAGA (2015, p.82) e também (GOMES, 2008, p.26), os cabelos para os povos africanos significavam uma marca de identidade e dignidade. Era considerado uma riqueza para estes. E por esta razão, uma das violências sofridas aos serem escravizados era a raspagem dos cabelos, semelhante à uma mutilação.

racistas" (BONFIM, 2009, p. 239), o que poderia proporcionar mais estranhamento sobre a conduta corporal destas mulheres.

Desta forma, começamos a perceber que a construção de uma concepção sobre a mulher negra brasileira, passa desde o estereótipo da fealdade, com a aproximação da percepção de que seus traços fisionômicos assemelham-se aos traços de animais, até a extrema preocupação masculina branca em possivelmente perder seu controle no patriarcado com a ascensão feminina negra. Mulheres negras escravizadas, em suas ocupações dentro do sistema, "reelaboraram algumas de suas práticas corporais, como as religiões de matriz africana, as danças, músicas, modos de vestir, falar, arranjos familiares matricêntricos, constituídas em brechas estabelecidas na estrutura social, na dinâmica dominação-resistência", o que polarizava o protagonismo feminino negro nas ações cotidianas dentro de sua classe. A maneira encontrada para frear estas mulheres, além da tentativa de seu assujeitamento ao sistema patriarcal foi a transposição pela ordem escravista de sua posição de protagonista para "o lugar de mulher coisificada, convertida em objeto de sexo e labor" (BONFIM, 2009, p. 238).

Assim, mulheres negras na sociedade brasileira, com sua ancestralidade e percepção de mundo sufocada, têm nas negociações e reelaborações as suas potenciais estratégias de sobrevivência. As articulações entre o discurso hegemônico senhorial branco sobre o corpo de suas escravizadas e a corporeidade destas mulheres sugere a formação de conceitos sobre os corpos de mulheres negras e mestiças que perpassariam os séculos, as estigmatizando conforme o contexto sócio-cultural brasileiro.

No período colonial, BRAGA (2015) nos oferece por meio dos anúncios de compra e venda de escravas o teor da descrição dos corpos. Segundo a autora, haveria uma predileção pelo detalhamento dos corpos mais do que pela descrição do trabalho, o que possivelmente retrataria a coisificação dos sujeitos. Havia uma seleção eugênica neste comércio, apoiados nas características que apontariam não só boa saúde, mais a beleza, transparecendo a possível complexidade dos serviços prestados por estas mulheres a seus senhores. Vejamos um anúncio do *Jornal do Commercio*, de 1833:

> *"Alguma mucama ou mumbanda de 'bonita figura', criada quase como folha e fugida talvez com o mulato de sua paixão, deixando o senhor branco sozinho, com saudades de sues cafunés, dos seus dengos e dos seus quitutes. Está nesse caso a negrinha Luísa, de beiços finos, olhos grandes, pés pequenos, espigadinha de corpo, peito em pé, que em 1833 fugiu da Rua das Violas, aqui em São Cristóvão" (FREYRE apud BRAGA, 2015, p. 63).*

Atentamos no anúncio para as expressões "beiços finos", "pés pequenos", "peito em pé", descrições de características corporais que, no século XIX, poderiam ser consideradas como descrições de beleza. Havendo já uma predeterminação de uma beleza pautada em mulheres brancas, uma negra com estas características, teria certa aproximação com os atributos de beleza à época. Com isso, percebemos, desde então, a valorização de uma beleza

negra que fizesse referência aos conceitos estéticos desenvolvidos por meio das ciências europeias, onde o corpo clássico grego, a harmonia muscular e alguns traços fisionômicos faziam menção à raça branca como bela. A descrição contida no anúncio pode elucidar a preferência pela seleção eugênica e estética na escolha de escravas como bem expôs BRAGA (2015, p. 64), havia a predileção por "negros bonitos de corpo, altos e com todos os dentes. Mulheres vindas de Guiné, Cabo e Serra Leoa, eram as consideradas as mais bonitas de corpo". Negras Minas e Fulas eram as "preferidas pelos brancos de Minas Gerais por possuírem pele mais clara, como mais próximas em cultura e 'domesticação' dos brancos" (BRAGA, 2015, p. 67). A autora ressalta que sobre as últimas havia descrições exaltadas sobre "seus predicados relacionados ao sexo".

Os corpos de mulheres negras estiveram possivelmente atrelados tanto aos atributos que pudessem assegurar uma prole com maiores características europeias, como no caso das negras minas e fulas, não só pela cor de pele, mas também pela considerada proximidade cultural e disponibilidade de assujeitamento, enquanto as Negras de Guiné, Serra Leoa e Cabo, classificadas como más escravas (BRAGA, 2015, p.64), como tinha um corpo muito bonito eram escolhidas para satisfazer os prazeres dos senhorios, sendo prioridade para o trabalho doméstico. "Fácil é de imaginar que também para os doces concubinatos ou simples amores de senhor com escrava em que se regalou o patriarcalismo colonial" (FREYRE apud BRAGA, 2015, p. 65). Temos, então, a valorização de um corpo negro feminino que agregasse uma forma física atraente e uma cor de pele mais clara. Não seria esta a principal característica da mulata brasileira? O símbolo nacional?

A profundidade com a qual o sistema escravista usufruiu da miscigenação nos alertou para o fato da seleção realizada na compra de escravizadas estar relacionada também ao que foi evidenciado por BRAGA (2015, p.60) como um "modo de trazer rentabilidade ao sistema" por meio da relação, considerada violenta por MUNANGA (2008, p.86), entre senhores e negras escravizadas na geração de uma possível mão de obra que atendesse na ocupação de lugares na sociedade onde um negro não poderia atuar, nem um branco. Surgia então o mulato e a mulata que se tornariam um elemento preponderante na política racial brasileira, sendo direcionado para eles diversos estudos e propiciadas as condições para que houvesse a diferenciação de sua ascendência negra.

A mulata, portanto, seria não só o fruto da relação de dominação e violência ocorrida no passado escravocrata como também uma construção discursiva sobre a miscigenação e a geração de uma mulher "com corpo naturalmente erotizado, obscenizado, desumanizado e animalizado, numa estereotipação continuamente repetida, processada por meio das práticas sociais orientadas pelo imaginário do segmento dominante" (BONFIM, 2009, p. 244). A classe dominante, representada anteriormente pelos senhores de escravos, tem a sua configuração no período republicano com a presença de políticos, médicos, advogados, educadores e toda a

classe intelectual que projetava e legislava o Brasil moderno. E foram estes pensadores que seguindo a tendência em branquear a população para alcançar a modernidade, incentivou a entrada de imigrantes europeus, vê-se que não somente para o atendimento na mão de obra nos postos de trabalho que surgiam ou para o povoamento dos territórios no interior do país.

O branqueamento estimulado pela política de imigração europeia, intensificada após a abolição da escravidão negra, teria como uma de suas intenções incentivar a miscigenação. No período republicano esta era uma discussão recorrente como pudemos observar em nosso segundo capítulo. Visto isso, a reversibilidade da degeneração do mestiço, promovendo-o à possível retrato do povo brasileiro, elaborou uma série de discursos sobre o seu corpo que dispuseram as suas características físicas como atributos de uma nacionalidade.

Desde os discursos na literatura, onde as mulatas eram retradas como figuras "além de cheirosa e gostosa, é bonita e graciosa, dengosa e sensual, em suma, desejável" (CORRÊA, 1996, p.39), segundo a autora já no romance *O cortiço*, de Aluízio Azevedo, de 1890, e na música popular brasileira, que teve seu ápice de criação no emergir da democracia racial como característica fundamental, possivelmente incorporou no imaginário social a mulata nesta perspectiva. Numa conjunção de fatores históricos, estereótipos e modos de viver, a mulher negra passa a ter seu corpo descrito de acordo com uma escala de cor, onde a mulata, caracterizada por mais clara e cabelos anelados se difere da mulher com a pele mais escura e cabelos crespos, formatando dois referenciais de beleza negra que atuaram e criaram obstáculos para a ascensão de mulheres negras.

Assim, a beleza de mulheres negras pode estar ancorada em um conjunto de expressões corporais e suportes simbólicos, aglutinados no comportamento social, bem como no formato dos fios de cabelo, na tonalidade da pele e nos traços fisionômicos, que as caracterizaram e as classificaram na hierarquização de uma sociedade racializada:

> *"A forma como a cor de pele e o cabelo são vistos no imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações raciais aqui desenvolvido. Nesse processo, o entendimento do significado e do sentidos do cabelo crespo pode nos ajudar a compreender e desvelar as nuances do nosso sistema de classificação racial" (GOMES, 2008, p. 26).*

Seria justamente a partir destas nuances que se firmariam os discursos sobre a boa aparência. Presente em anúncios de empregos no Rio de Janeiro no decorrer de 1930, segundo DAMASCENO (2010), este eufemismo foi amplamente utilizado para dificultar a presença de mulheres negras no mercado de trabalho. Quando evidenciado no anúncio deixava subentendido a preferência por mulheres de pele clara, levando a conotação de que a pele negra estava relacionada à má aparência, reafirmando a condição eugênica de beleza apenas em peles alvas e brandamente bronzeadas.

Este, em nosso trabalho, se configura em mais um aporte na construção de um discurso sobre a beleza de mulheres negras. Se para uma boa aparência era necessária uma pele clara, a mulher negra estaria fadada à feiura e com isso haveria um impedimento à sua

ascensão social. Nesta dinâmica, observamos a mobilidade que pode ter sido oferecida às mulheres mestiças, onde os tratamentos estéticos agregados ao tom mais claro da pele possam ter possibilitado uma maior passagem entre os grupos sociais. O que nos leva a inferir sobre a criação de um corpo feminino caracterizado como o corpo da mulata, por literatos, músicos, incorporados ao imaginário social, e exaltada como o "desejo do Masculino Branco" que possa ter influenciado em uma "rejeição da negra preta" (CORRÊA, 1996, p. 50), tanto no campo afetivo como no campo social, levando as mulheres 'negras pretas', como define a autora, a um alijamento social, confinando-as às ocupações em que o acesso ao público é restrito e o retorno financeiro é baixo, criando obstáculos para a sua ascensão social. Assim:

> *"A 'boa aparência', antes de ser um aperfeiçoamento da 'democracia racial', no sentido de uma camuflagem do racismo, talvez seja o modo de expressão mais convencional desse racismo. Cedo se percebe que as características fenotípicas são vitais na interpretação das regras culturais e, com elas, aprende-se a interpretar a 'boa aparência' e os modos possíveis de se haver com ela para conseguir e manter um lugar de trabalho" (DAMASCENO, 2010, p. 106).*

Os requisitos escolhidos como representantes de uma boa aparência, nos remetem ao período em que ele emerge e percebemos que estes estão relacionados aos preceitos eugênicos de beleza em que a moral e o caráter estavam distantes das imagens estereotipadas de mulheres e homens negros, como vimos no capítulo anterior. Desta maneira, DAMASCENO (2010, p. 131) coloca as representações coletivas mais enraizadas como "'cor' (branca) e 'aparência' (boa)" que surgem juntamente com características físicas e morais - 'bons dentes', 'asseio', 'respeito', 'boa saúde', 'boa conduta', 'de confiança', como distintivos no momento em que o anúncio se refere à boa aparência. Estas descrições retornam às construções discursivas sobre as mulheres negras no período escravocrata e também sobre a população negra por parte de intelectuais, onde a negritude esteve associada à criminalidade, o que afastaria a confiança; à indolência, o que contrapõe a boa conduta e o respeito; às doenças, entre outros. Desta forma, os empregos que solicitassem boa aparência, por conta das, como disse a autora, representações sociais coletivas enraizadas inequivocamente estariam reservadas às mulheres brancas.

Esta dificuldade criada pela conjuntura racista e os estereótipos convoca, de alguma maneira, a comunidade negra a denunciar e elaborar estratégias para driblar as práticas discriminatórias que perseguiam não só as mulheres negras, mas toda a população negra neste período, pois mesmo com a reverberação da mestiçagem e da democracia racial, os impedimentos continuavam.

Buscando o olhar da comunidade negra sobre este cenário, atentemos para as visões veiculadas pelos intelectuais negros paulistas, por meio de seus jornais, onde desenvolviam-se a construção de uma concepção de beleza negra que pudesse estar em paralelo com a beleza hegemônica, pois "a categoria de beleza negra era cívica, pois tinha um objetivo explícito que

lhe era caro: superar as marcas de um passado repleto de dores e subtrações sem, contudo, apagar as glórias, a força e a inventividade de escravas e descendentes" (XAVIER, 2013, p. 430). Abarcando o início do século XX até a chegada de sua metade, a Imprensa Negra paulista se torna um marco na luta antirracista, na tentativa de visibilizar e valorizar a população negra em suas vivências, comportamentos e adequações à sociedade racista, por meio de suas mulheres.

### III.4 A beleza negra para a comunidade negra

*"O mercado da beleza negra carregava em seu bojo uma proposta de revitalização da imagem, calcada no discurso socializado de melhora da aparência".*
*(XAVIER, 2013, p. 431)*

A comunidade negra no início do século XX foi representada na sociedade por meio de suas associações e entidades sociais, criadas com o fim de acolher e orientar a massa de homens e mulheres negras sobre os novos rumos da sociedade brasileira e a sua atuação nesta. Para este intento, tivemos uma participação expressiva de associações sociais e recreativas voltadas para o atendimento de seus associados negros. Segundo NASCIMENTO (2008, p. 97), a sociedade era hostil à presença de negros, a estigmatização[56] do corpo e dos atos servia como motivação para atitudes discriminatórias em diversos locais, principalmente, em bailes dançantes. Com isso, a autora ressalta que um dos objetivos das entidades sociais negras e sua imprensa seria a contestação da situação de ex-escravizados e da "inferioridade congênita que lhe[s] era impingida pela adoção de políticas públicas fundamentadas na eugenia, princípio inscrito na Constituição de 1934 com aval da ciência da época" (NASCIMENTO, 2008, p. 96), direcionando discursivamente e pela vivência em grupo, diferentes formas de agir, pensar e sentir que modificassem os lugares sociais dos associados e estimulassem a criação de uma identidade coletiva negra positiva.

Segundo LOPES (2002, p. 15), esses pensadores negros, mesmo participando de "diversos setores da sociedade, faziam parte da pequena burguesia, das profissões liberais (letrado, professor, jornalista, artista), do funcionalismo público (escriturários, motorista, servente), trabalhadores informais", nem sempre com recursos para o desenvolvimento de seus ideais, conseguiram formar em coletividade suas entidades sociais que viriam a representar o negro brasileiro, expondo nas páginas de seus jornais "o pensamento desse setor da população de cor, tentando incorporar ou reelaborar, total ou parcialmente, o modelo de educação, etiqueta, cultura, religião e moral tido como civilizado" (DOMINGUES, 2008, p.

[56] Segundo BONFIM (2009, p. 243), os estigmas sobre a cor de pele e as atitudes da população negra, "perverte-se mais por seu intenso 'efeito de descrédito', especialmente pelo fato de o próprio estigmatizado ser levado a crer nessa criação virtual de si". Desta maneira, entendemos a estigmatização como uma "operação de imposição de lugares sociais, tal qual a classificação que, em si, pressupõe a hierarquização" (BONFIM, 2009, p. 243). Dado isso, a ação das associações e Imprensa Negra ressaltando a importância da educação, do comportamento social e até mesmo da beleza, na incessante tentativa de modificação das percepções sobre o corpo negro, desvinculando-os da estigmatização, em razão de sua luta pela mobilidade dos lugares sociais, em prol da cidadania e denúncia contra o racismo.

51). Este setor da 'população de cor' é entendida como uma "elite de cor", seriam os homens e mulheres negras que sabendo ler e escrever, alocados em um posto de trabalho, o que fornecia renda para a concretização de seus intentos, conseguiram estar sintonizados com as discussões sobre nação, raça e progresso.

Este grupo, de acordo com LOPES (2002, p. 15), não tinha sua notoriedade classificada pelos aspectos financeiro ou instrucional, mas sim na capacidade de articulação e no "poder de fazer ecoar seus discursos, suas ideias e seus projetos". Esta afirmação nos permite reiterar a ocupação social destes homens em cargos onde o retorno financeiro poderia ser baixo e a possibilidade de dificuldade de instrução, da mesma maneira que percebemos a resiliência em formalizar um instrumento de luta antirracista diante das dificuldades vivenciadas.

As publicações de jornais dirigidos à comunidade negra têm, de acordo com DOMINGUES (2008, p. 30), no período republicano, a sua motivação principal para o seu intensificar, visto que em 1833 já existia um periódico voltado à luta contra o preconceito racial chamado *O Homem de Cor*, que tinha como responsável Francisco de Paula Brito[57], e em 1889 tem-se registro do "*Jornal A Pátria*, fundado pelo líder negro tipógrafo abolicionista Ignácio Araújo Lima" (DOMINGUES, 2008, p. 19). Como neste período a imagem da população negra retratada na grande imprensa era de maneira negativa e invisibilizava a sua luta pela sobrevivência digna na sociedade, a estratégia utilizada pela comunidade negra foi a mesma que já ocorria com os imigrantes europeus, criando vias alternativas para levar informação à sua comunidade. José Correia Leite, editor chefe do jornal *Clarim d'Alvorada*[58], do jornal *A Chibata*[59] e fundador do *Clube Social de Cultura Social*[60], expõe este quadro no depoimento:

> *"A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte" (LEITE apud DOMINGUES, 2008, p. 31).*

Desta maneira, houve um grande número de publicações de jornais voltados para a comunidade negra que, de acordo com os arquivos pesquisados e pelas fontes bibliográficas, foram em sua maioria, encontrados na cidade de São Paulo. Este fato se torna relevante em razão de não termos encontrado na capital federal, Rio de Janeiro, jornais desta magnitude que pudessem caracterizar uma imprensa negra carioca. Registros sobre artigos ou convocações à

[57] Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi um escritor, editor e jornalista brasileiro, mulato, fundou sua tipografia e livraria no Rio de Janeiro, educado por seu avô que trabalhava com Mestre Valentim, iniciou a carreira como tipógrafo na Imprensa Nacional. Lançou três jornais e alavancou a carreira literária de escritores fluminense como Teixeira e Souza e Machado de Assis (LOPES, 2004, p. 518).

[58] O jornal *Clarim d'Alvorada* teve sua primeira publicação em 1924 e a sua última em 1940, foi fundado por Jayme de Aguiar e José Correia Leite. Trazia em suas páginas o seu lema como "Legítimo órgão da mocidade negra de São Paulo - Pelo interesse dos homens pretos - Noticioso, literário e de combate" (DOMINGUES, 2008, p. 36).

[59] O jornal *A Chibata*, jornal satírico dirigido por José Correia Leite, teve sua fundação em 1932, traz como subtítulo, "Nós somos Judas da raça, que serão os Christos?" e em sua última página: "A Chibata é o chiste da verdade na mentira dos chistes que presenciamos contra o negro" (A CHIBATA, fev 1932, p. 04)

[60] O *Clube Social de Cultura Social* foi fundado por José Correia Leite, segundo (LOPES, 2002, p. 18), também em 1932, funcionando até 1937. O clube, segundo o próprio, não tinha orientação política e mantinha uma sede onde abrigava além de uma biblioteca, locais para entretenimento "dos moços" com "pingue-pongue e mesa de damas. No clube tinha atletismo, tinha bola ao cesto, tinha vôlei, só não tinha natação" (LEITE apud BARBOSA, 1998, p. 75).

população negra são encontrados, na Primeira República, quando homens negros utilizavam a grande imprensa para veicular informações aos 'homens de cor' (PINTO, 2014). O que nos apresentou uma lacuna e indagamos de que maneira os negros cariocas estabeleciam seus espaços de resistência na primeira metade do século XX. Pressupomos que esta movimentação ocorrera por meio das agremiações recreativas de samba e das comunidades de terreiros[61], tão difundidas no ambiente carioca pelas mulheres baianas[62] que aportaram na cidade no fim do século XIX. Para exemplificar nossa indagação sobre as agremiações de samba, indicamos a associação de classe: *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café*. Esta foi uma associação importantíssima na discussão racial entre negros libertos que atuavam como operários na zona portuária do Rio de Janeiro, porém, além desta função político-social, a *Resistência*, como sindicato negro (MOURA, 1995, p. 70), "mantinha um rancho carnavalesco, o Recreio das Flores, na Saúde. E foi de seus quadros que, no final dos anos 40, saíram os principais fundadores da *Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano*, sediada no subúrbio de Madureira" (LOPES, 1992, p. 07). Outro exemplo que poderia ilustrar nossa percepção é a presença da reconhecida Tia Ciata (Hilária Batista de Almeida), oferecendo sua casa como ponto de encontro de muitos trabalhadores negros, e também de políticos e intelectuais pertencentes à classe dominante, que participavam tanto das reuniões informais que criaram o samba carioca quanto das sessões religiosas de matriz africana (MOURA, 1995). Nestes espaços, possivelmente, tanto o lazer quanto os debates estariam permeados pelas percepções sobre a situação da população negra no pós-abolição, havendo no processo de identificação coletiva a oportunidade para a discussão, somente não sabemos se haveria espaço para intervenção como ocorria em São Paulo através dos jornais.

No contexto carioca, as relações aparentemente amistosas entre brancos e negros por meio da boemia, poderiam demonstrar uma tendência à interpretação de convivência harmoniosa entre as classes e grupos sociais, o que ofereceria sustentação à ideologia da democracia racial que ganhava espaço na capital e poderia ter motivado a assimilação da negritude e da africanidade como elementos da cultura nacional. Assim, "apesar de 'raça' constituir um dos marcadores das relações sociais, as categorias de classificação racial passaram a ser, entre outras, aquelas que garantiam uma construção de nação unificada: 'mulatas' e 'trabalhadores do Brasil'" (DAMASCENO, 2010, p.104).

---

[61] Segundo LOPES (2004, p. 200), as comunidades-terreiro é o espaço físico ocupado por um templo da religião afro-brasileira e pelas residências, permanentes ou eventuais, dos sacerdotes e fiéis. Onde durante séculos foram construídos espaços de inclusão, acolhimento e aconselhamento, "constituem-se como focos de resistência cultural negra, mas também funcionam como pólos de difusão de informações e trocas de saberes, que muitas vezes não são reconhecidos pela classe dominante" (SODRÈ apud SILVA, 2007, p. 172).

[62] Encontramos informações relevantes sobre a chegada e a incorporação destas migrantes ao universo carioca em: *O negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: Partido-Alto, Calango, Chula e outras cantorias*, de autoria de Nei Lopes (Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Neste livro o autor descreve a migração da população baiana para o Rio de Janeiro, representada em sua maioria por mulheres e que estabeleceram suas famílias no centro e na zona portuária, atuando na venda de quitutes e doces e trazendo a tradição africana religiosa para a cidade, influenciaram as festas de carnaval com a formação de seus ranchos e ofertando suas casas para o encontro de sambistas e capoeiras no momento em que as práticas sofriam perseguição.

Diferentemente na cidade de São Paulo, onde a presença de imigrantes europeus e os migrantes brasileiros das zonas rurais tornou o espaço social ainda mais competitivo transformando, conforme BUTLER (2011, p. 141), a cidade paulista no início do século XX, naquela "mais representativa do progresso estampado na bandeira da nova nação". Este processo de migração de negros recém-libertos para áreas urbanas, juntamente com os estigmas da escravidão, vulgarizados por meio de discursos pejorativos de reafirmação dos estereótipos atribuídos à população negra, acabou alardeando as práticas discriminatórias, o que foi "um importante fator na racialização dos paulistanos" (BUTLER, 2011, p. 142), nas quais: "Se preto também ia procurar uma casa para alugar, mesmo que ele tivesse condições de pagar ia encontrar dificuldade, porque branco não alugava pra preto"[63]. Esta condição foi a que provavelmente estimulou a sensibilidade comunitária, como diz a autora, na formação de aglomerações residenciais como meios de apoio mútuo, propiciando o desenvolvimento de associações beneficentes, grêmios recreativos e sociedades dançantes.

Os jornais da Imprensa Negra paulista, então, como mecanismos de transmissão de informação entre os associados, atuavam como agência da comunidade negra, no qual o protagonismo dos atores sociais negros foi valorizado e principalmente visibilizado. Segundo NASCIMENTO (2008, p.93), esta agência era "o fator básico na identidade coletiva dos afrodescendentes e desempenhava uma função dinâmica na identidade individual da cidadã negra e do cidadão negro". Desse modo, podemos perceber a relevância não só dos periódicos, mas também das associações as quais poderiam estar vinculados. Muitos destes jornais eram porta-vozes de uma associação, onde seria oportunizado aos associados exercer sua cidadania, a aprendizagem e o entretenimento, por meio dos quais seria construído o cidadão negro brasileiro.

Os discursos veiculados nos periódicos tinham uma voz masculina, pois o corpo editorial era formado quase que na totalidade por homens, porém, conforme nos revela DOMINGUES (2007, p. 348),

> *"algumas associações publicavam jornais e mantinham uma diretoria de damas como era o caso do O Kosmos e da Sociedade 15 de Novembro. Quatro delas foram formadas estritamente por mulheres, a Sociedade Brinco de Princezas, o Grêmio Recreativo Rainha Paulista, o Grêmio Recreativo 8 de Abril e o Grupo das que não ligam importância".*

Porém, a presença feminina em outras associações estava representada em cargos referentes à promoção de eventos, o acompanhamento educacional e cultural e ainda aconselhamentos com relação ao comportamento social de mulheres negras, como pudemos observar na *Frente Negra Brasileira* com os setores femininos: as Rosas Negras, lideradas por Benedita Costa, "responsáveis pela organização de saraus e festivais litero-dramáticos e dançantes que serviam para aumentar a coesão do grupo", e a Cruzada Feminina, sob a

[63] Este é o trecho de um depoimento de Henrique Cunha, militante negro, membro da equipe do jornal *Clarim d'Alvorada*, nascido em 1908 (LOPES, 2004, p. 222), entrevistado pela autora Kim D. Butler em BUTLER (2011, p. 143).

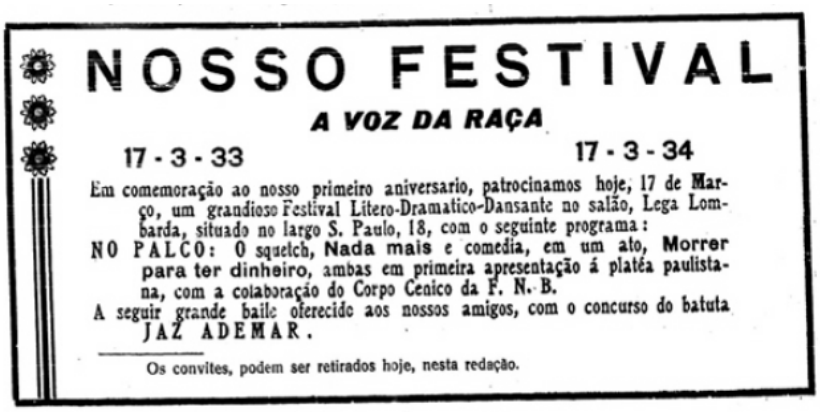
liderança de Paula Barbosa, Francisca Andrade, Celina Veiga e Aracy de Oliveira, "tinham como objetivo central fortalecer o campo educacional e cultural da Frente Negra Brasileira (FNB)" (DOMINGUES, 2007).




*O grupo das **Rosas Negras**, comissão feminina da Frente Negra que organizava as famosas festas. No meio, sem a faixa na cintura, está a presidente do grupo, Benedita Costa. Estão todas de branco, usam luvas e têm uma rosa preta no peito.*

**Figura III.3: Rosas Negras (BARBOSA, 1998, p.23)**

Com uma participação expressiva no movimento social negro, cabia às mulheres exercer funções dentro da associação que pudessem contribuir para o aumento do sentimento de coletividade por meio das atividades de entretenimento propostas pelos festivais. Em sua programação havia espaço para peças teatrais e discursos, nos quais as mulheres atuavam também como oradoras, atrações musicais e o entrosamento por meio da dança. Estavam envolvidas da mesma forma com o provimento instrucional de seus 'irmãos de cor', atuando como professoras nas escolas e orientando jovens moças sobre suas condutas. Observamos que suas ocupações dentro das entidades sociais pouco diferenciavam daquelas as quais eram impostas às mulheres do seu tempo. Vejamos o anúncio, publicado no jornal A Voz da Raça, de um Festival em comemoração ao primeiro ano de fundação da FNB.



NOSSO FESTIVAL

A VOZ DA RAÇA

17 - 3 - 33 17 - 3 - 34

Em comemoração ao nosso primeiro aniversario, patrocinamos hoje, 17 de Março, um grandioso Festival Litero-Dramatico-Dansante no salão, Lega Lombarda, situado no largo S. Paulo, 18, com o seguinte programa:

NO PALCO: O squetch, **Nada mais** e comedia, em um ato, **Morrer para ter dinheiro**, ambas em primeira apresentação á platéa paulistana, com a colaboração do Corpo Cenico da F. N. B.

A seguir grande baile oferecido aos nossos amigos, com o concurso do batuta JAZ ADEMAR.

Os convites, podem ser retirados hoje, nesta redação.

**Figura III.4: Jornal A Voz da Raça, 17/03/1934, p.01.**

Como práticas de seu tempo, os periódicos reafirmavam o que era norma social na época: questões higiênicas, tratamentos dos cabelos, asseio nas vestimentas, controle das atitudes em público e principalmente, a moral e o recato do gênero feminino em suas atitudes cotidianas, no seu papel social como mãe e esposa. Como podemos ver:

> *"Os jornais da imprensa negra condenavam o alcoolismo e faziam apelo à moralidade e à dignidade nas relações sociais. Tal postura reflete a necessidade de afirmar uma imagem limpa e positiva, de honrabilidade e polidez, contra a imagem estereotipada cultivada pelo racismo, do negro como selvagem. Além disso, havia uma dimensão pedagógica: procurava-se a instrução no intuito de promover maiores possibilidades de sucesso no mundo moderno, enfatizava-se o bom comportamento e a impecável apresentação dos associados das entidades, de acordo com as regras de sociabilidade vigentes" (NASCIMENTO, 2008, p. 99).*

Estas regras de sociabilidade eram aquelas que, regida pela classe dominante, por meio da conjunção de preceitos eugênicos e higiênicos, estabelecia comportamentos sociais que pudessem representá-los enquanto classe e grupo social. Estes iriam desde o comportamento em locais públicos e vestimentas a níveis de instrução. Portanto, para o negro que almejasse integrar-se à sociedade era necessário compreender e adequar-se a esses padrões. Não sem conflitos, essa premissa nasce do cotidiano destes onde:

> *"a sociedade paulistana continuava achincalhando os negros que ousavam desfrutar dos objetos espalhados pelo mercado da indumentária corporal, e, permanecia reforçando e criando atributos físicos negativos ao negro. Os achincalhamentos aos corpos negros aconteceram nos espaços públicos, sobretudo no centro da cidade, dentro dos locais de trabalho, nos institutos embelezadores da sociedade mais ampla, nas festas, enfim, no cotidiano, onde negros e brancos se relacionavam, ou melhor, se repeliam" (LOPES, 2002, p. 31).*

De tal modo que "os costumes, a religião, e 'as usanças' da comunidade negra paulistana também deveriam acompanhar a marcha da civilização" (LOPES, 2002, p. 34), logo, seria necessário estabelecer padrões de comportamento para que pudessem dissimular os possíveis motivos para a ridicularização de seus associados. Nesta perspectiva, observamos um insistente apelo pela 'boa apresentação'. Esta estaria relacionada não somente à aparência física, como os conceitos de beleza à época, mas também ao caráter, à moral, ao trabalho para os homens e ao recato para as mulheres. Estimulado era que os associados tivessem

empenho na instrução e no vestir-se e ainda os cuidados com os vícios, principalmente o alcoolismo, e moderação nas atividades de lazer, como os bailes dançantes, o que o diferenciaria da população de rua, afastando-os dos estereótipos.

> *"Hoje, infelizmente, ainda se vêem passar, pelos arredores, mesmo no coração da cidade, muitos patrícios que são escravos, não daquelles senhores carrascos, mas dos vícios que os tornam incapazes para tudo: principalmente ao trabalho, que é a base essencial da nossa vida material. Merecem compaixão, causam-nos dó! Quais os motivos que os obrigam a andar maltrapilhos, cobertos de chagas nos bancos públicos e sendo muitas vezes pensionistas de polícia? E porque se deixaram dominar pelos vícios. Pela embriaguês constantemente, vemos chefes de família abandonarem seus lares; jovens que poderiam gozar uma velhice feliz, hoje, porém como andam!... tornando-nos inúteis à Pátria.*
> *Moyses Cintra" (O CLARIM D'ALVORADA apud LOPES, 2002, p. 40).*

Haveria, então, uma grande preocupação com a aparência do novo cidadão negro, afastando-o da imagem do escravizado e também dos marcadores que foram impostos discursivamente, como a propensão ao alcoolismo e a preguiça. Estas atribuições faziam com que os jornais elaborassem convocações à população para que pudessem modificar a aparência. Ocorreria pelo investimento em escolas, salões de beleza, assistência médica e banco de empregos. Neste setor observamos o protagonismo da Frente Negra Brasileira.

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931, objetivando elevar a imagem dos negros brasileiros por meio de sua afirmação racial:

> *"criando uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade contendo foto e dados pessoais do filiado; uniforme para alguns departamentos; bandeira; hino), a fim de garantir visibilidade de suas ações, gerar uma identidade específica aos seus associados e, ao mesmo tempo, adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral" (DOMINGUES, 2008, p. 63).*

O reconhecimento foi tanto que fundaram filiais em vários estados e tornaram-se partido político em 1936. Além de seu jornal *A Voz da Raça*, pelo qual eram defendidos os ideais dos frentenegrinos, existiam departamentos como o:

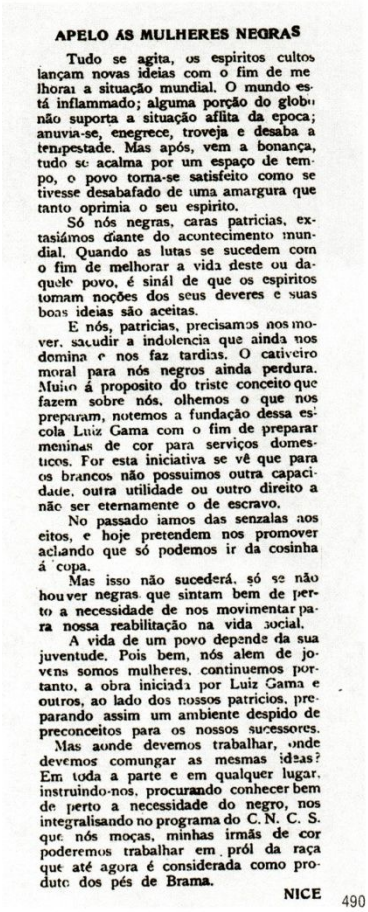
> *"instrucional (no qual foi criada uma escola de curso primário e alfabetização de adultos por meio de uma educação moral e cívica), o musical (mantinha o grupo musical Regional Frentenegrino), o esportivo (organizava torneios e jogos e mantinha a equipe de futebol, Frentenegrino Futebol Clube), o médico (oferecia serviços médicos e odontológicos), o de artes e ofícios (encarregados pela seção de marcenaria, pintura, corte e costura e serviços de pedreiros, eletricista), dramático (com o grupo teatral), o juridico-social (procurava defender os associados quando tinham seus direitos violados), o doutrinário (responsável pela formação doutrinária, oferecendo cursos, palestras e orientação cívica) e ainda o de colocações domésticas (visava garantir a inserção das mulheres frentenegrinas no mercado de trabalho doméstico)" (DOMINGUES, 2008, p. 64).*

O interessante seria a participação das mulheres não só na Sala Feminina, com as comissões das Rosas Negras e da Cruzada Feminina, havia também um empenho em incentivar mulheres negras a conquistar espaços de atuação. A FNB buscava sedimentar o espaço doméstico como espaço de ocupação social para as mulheres negras, com o

departamento de colocações domésticas, adquirindo o reconhecimento social, ao ponto das senhoras contratantes exigirem a carteira de filiada para contratação. Incentivando uma de suas militantes e fundadoras, Laudelina Campos de Melo[64], na criação da Associação das Empregadas Domésticas de Santos.

Em contrapartida no Jornal *Clarim d'Alvorada* em 1935, por meio da professora Eunice de Paula Cunha (Nice)[65], era denunciado o racismo e o assentamento deste papel social (trabalhadoras domésticas), enaltecendo a instrução e o enfrentamento por meio da reflexão sobre o papel social de jovens negras na sociedade:

> *"[...] E nós, patrícias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativeiro moral para nós negros ainda perdura. Notemos a fundação desta Escola Luís Gama com o fim de preparar meninas de cor para o trabalho doméstico. Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo. No passado íamos das senzalas aos eitos e hoje pretendem nos promover achando que não podemos ir da cosinha á copa. [...] Mas onde devemos trabalhar, onde devemos comungar as mesmas ideias? Em toda parte e em qualquer lugar, instruindo-nos, procurando conhecer bem de perto a necessidade do negro" (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p. 297).*



APELO ÁS MULHERES NEGRAS

Tudo se agita, os espiritos cultos lançam novas ideias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflammado; alguma porção do globo não suporta a situação aflita da epoca; anuvia-se, enegrece, troveja e desaba a tempestade. Mas após, vem a bonança, tudo se acalma por um espaço de tempo, o povo torna-se satisfeito como se tivesse desabafado de uma amargura que tanto oprimia o seu espirito.

Só nós negras, caras patricias, extasiámos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinál de que os espiritos tomam noções dos seus deveres e suas boas ideias são aceitas.

E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolencia que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativeiro moral para nós negros ainda perdura. Muito á proposito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam, notemos a fundação dessa escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domesticos. For esta iniciativa se vê que para os brancos não possuimos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.

No passado iamos das senzalas aos eitos, e hoje pretendem nos promover achando que só podemos ir da cosinha á copa.

Mas isso não sucederá, só se não houver negras que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social.

A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nós alem de jovens somos mulheres, continuemos portanto, a obra iniciada por Luiz Gama e outros, ao lado dos nossos patricios, preparando assim um ambiente despido de preconceitos para os nossos sucessores.

Mas aonde devemos trabalhar, onde devemos comungar as mesmas ideas? Em toda a parte e em qualquer lugar, instruindo-nos, procurando conhecer bem de perto a necessidade do negro, nos integralisando no programa do C. N. C. S. que nós moças, minhas irmãs de cor poderemos trabalhar em pról da raça que até agora é considerada como produto dos pés de Brama.

NICE

490

**Figura III.5: Apelo às Mulheres Negras. *Jornal Clarim d'Alvorada*, 1935. (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p. 297)**

---

[64] Ativista sindical e trabalhadora doméstica, foi uma das fundadoras da Frente Negra Brasileira, e criou a Associação das Empregadas Domésticas de Santos (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p. 278).

[65] "Professora e importante voz feminina no período. Sua liderança foi marcada, entre outros fatos, pela denúncia do papel social reservado às jovens negras: o de trabalhadoras domésticas" (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007, p. 296).

A crítica de Nice foi referente não só ao determinismo dos estereótipos sobre a ocupação social, impregnado na visão das classes mais altas, composta por mulheres brancas, refere-se também ao tão aclamado chamado à educação, que acreditavam poder transpor a imagem do escravizado e auxiliar em sua ascensão social. Neste momento, havia uma grande influência do branqueamento como corrente ideológica predominante, incentivando uma negação da ancestralidade africana. Esta ideologia parece ter influenciado as definições sobre a beleza negra na época, visto que muito do que era difundido como higiênico e belo foi assumido por estes porta-vozes como meio de possível modificação da autoestima da população negra.

Cabelo e pele foram atributos tratados pelos jornais e também foco de campanhas publicitárias. Para o embelezamento dos cabelos houve diversos anúncios sobre salões especializados, como o Salão Brasil, Instituto Dulce e ainda o Salão Frente-Negrino. Como dito anteriormente, era negada a presença de negros em alguns estabelecimentos, inclusive em salões de embelezamento, portanto, o empreendimento voltado para o público negro além do retorno financeiro, emancipava e tentava formar um critério de boa aparência dentro da comunidade negra. O corte à moda francesa e os cabelos lisos eram símbolos de modernidade e beleza à época, também na comunidade negra. Anúncios de “alisaderias” eram comuns bem como o de produtos revolucionários no tratamento de cabelos crespos.



**Figura III.6: Chapinha, pente quente, Marcel grande e Marcel pequeno (à esquerda); Cabelisador (à direita).**

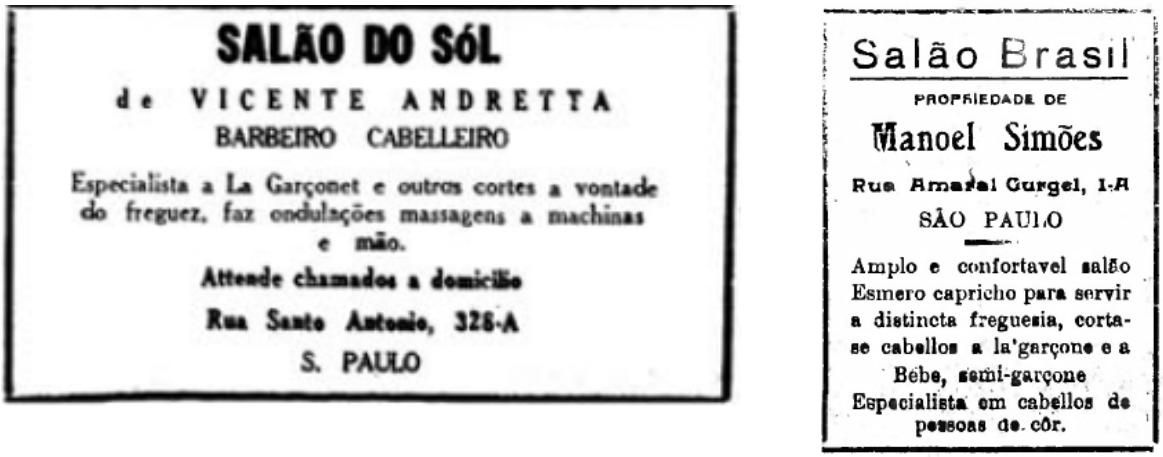



**Figura III.7: Salão do Sol, Jornal Clarim d'Alvorada, 03/02/1929, p.04 (à esquerda); Salão Brasil, Jornal Progresso, 31/01/1930, p.02 (à direita).**



CABELLOS LISOS A 3$000

Sem queimar, sem enfraquecer, sem fazer mudar de côr. Trabalho rapido e com perfeição.
Serviço completamente differente dos que diariamente se vê pela rua

Corte, Ondulações e aperfeiçoamento das sobrancelhas

INSTITUTO DULCE

Alameda Glette 71 — Esquina da Avenida S. José
(SO SE ATTENDE A SENHORAS)
Bondes, 13-15 17, Avenida Angelica, Lapa, 31-19-33

**Figura III.8: Instituto Dulce, Jornal Progresso,31/01/1930, p.06.**



SALÃO FRENTE-NEGRINO

BARBEIRO E CABELEIREIRO
DA
FRENTE NEGRA BRASILEIRA
Rua Liberdade, 196 — São Paulo

HOMENS

| | |
|---|---|
| Cabelo | 1$000 |
| Barba | $400 |
| Assignatura Mensal | 4$500 |

Com direito a 2 cabelos e 8 barbas ao mez, excepto aos Sabados e Domingos

SENHORAS

| | |
|---|---|
| Corte de cabelo | 1$500 |
| Só aparar atraz | $500 |

NÃO HA FIADO

Especialidade em cortes de cabelo de gente de cor
VENDEM-SE VALES PARA BARBA E CABELO

**Figura III.9: Salão Frente-Negrino, Jornal A Voz da Raça, 18/03/1933, p.03.**



Uma invenção maravilhosa!...

"O CABELISADOR"

ALISA O CABELLO O MAIS CRESPO SEM DOR

Uma cousa que até agora parecia impossivel e que constituia o sonho dourado de milhares e milhares de pessoas, já é hoje uma realidade irrefutavel.

Quem teria jamais imaginado que seria possivel alisar o cabello, por mais crespo que fosse, tornando-o comprido e sedoso ?

Graças á maravilhosa invenção do nosso "CABELISADOR", consegue-se, em conjuncto com duas "Pastas Magicas", alisar **todo e qualquer cabello, por mais crespo que seja.**

Com o uso deste maravilhoso instrumento, os cabellos não só ficam **infallivelmente** lisos, mas tambem mais compridos.

Quem não prefere ter uma cabelleira lisa, sedosa e bonita em vez de cabellos curtos e crespos ? Qual é a pessoa que não quer ser elegante e moderna ?

Pois o nosso "CABELISADOR" alisa o cabello o mais crespo **sem dôr.**

O nosso estojo contém tudo o necessario para esse fim, não havendo necessidade de cabelleireiro. **Fazer-se tudo em casa, discreta e economicamente, sem perigo e com a maxima dôr.**

O "CABELISADOR" e as "Pastas Magicas" podem ser usados com toda a confiança, pois absolutamente não prejudicam o cabello, sendo o seu emprego facilimo e sempre efficaz.

Fabricamos duas qualidades de "CABELISADOR", uma para cabello muito crespo, n.° 1, e outra para cabellos menos crespos, n.° 2.

Quando as Pastas Magicas N.° 1 ou 2, contidas no estojo se acabarem, encontra-se-ão sempre outras nas boas pharmacias e casas de perfumarias, etc., ou no nosso **Deposito Geral, 1 Praça da Sé N. 14, Sala 4, 2.° andar — Tel.: 2-1704 São Paulo.**

Ficamos ao inteiro dispôr de nossa distincta clientela para todas as explicações que forem necessarias, bem como nos promptificamos a fazer demonstrações, ás pessoas que assim o desejarem em nosso escriptorio, á Praça da Sé, 14, Sala 4, 2.° andar, São Paulo.

Podemos mandar o "CABELISADOR" para todas as partes do Brasil mediante pagamento adiantado.

LISTA DE PREÇOS

Estojo completo, contendo um "CABELISADOR", uma espiralina especial, uma lata de Pasta Magica N. 1 e uma lata de Pasta Magica N. 2 . . . . . 40$000
Um "CABELISADOR" avulso . . . . . 45$000
Uma espiralina especial para o "CABELISADOR" . . 10$000
Pasta Magica N. 1 ou N. 2, cada latinha . . . . . 3$700
Pelo Correio (registrado) mais . . . . . 2$000

Modo de usar o "CAELISADOR"

Pela primeira vez, começa-se lavando a cabeça com a Pasta Magica N. 2; em seguida separa-se o cabello em pequenas partes e esfrega-se o couro cabelludo com a Pasta Magica N. 1, até penetrar bem. Depois se queima-se o "CABELISADOR" na espiralina especial contida no nosso estojo para esse fim (cada-se cuidado em collocar a parte grossa do metal no lado opposto á chamma, e não no dente do instrumento. Experimente-se o gráo de calor numa folha de papel se esta amarellar está quente de mais, sendo neste caso preciso deixal-o esfriar um pouco. A seguir vae-se tomando uma por uma as mechas de cabello já esparrado e vae-se passando muito devagar o "CABELISADOR", fazendo força de cima para baixo, como quem penteia o cabello, encostando o instrumento bem contra a cabeça.

E' indispensavel usar sempre a Pasta Magica N. 1, antes de applicar o "CABELISADOR", o qual deve ser usado quente; logo que esfrie um pouco é preciso aquecel-o novamente sobre a espiralina.

A Pasta Magica N. 2 (para lavar a cabeça) não precisa ser usada mais do que duas vezes por mez.

Nas primeiras vezes é preferivel usar o "CABELISADOR" e a Pasta Magica N. 1 todas as noites, **amarrando-se um lenço bem apertado na cabeça até de manhã**, para manter o cabello no logar.

Depois de alisada toda a cabeça, torna-se a passar o "CABELISADOR" muito devagar sobre os cabellos, uma vez com a parte grossa, com fazer penetrar os dentes.

No fim de pouco tempo o cabello começa a encompridar, torna-se-ha lisos e sedoso.

**Figura III.10: Propaganda Cabelisador, Jornal Clarim d' Alvorada, n. 16, ano VI, 1933.**

Desta maneira, "os cuidados com o corpo era um trabalho a ser realizado no dia-a-dia principalmente depois de meados dos anos 30. A beleza negra, além de ser um dom dado por Deus, tornava-se o resultado de um trabalho constante" (LOPES, 2002, p. 61). Para o tratamento da pele, havia sim, um esforço publicitário nas propagandas de pós-de-arroz e maquiagens que valorizavam a pele branca. Aceitando a corrente ideológica, na qual a pele bronzeada em demasia era considerada encardida e suja, havia uma preocupação dos pensadores negros em solicitar, juntamente com os cuidados ligados à higiene pessoal e vestuário, o asseio com os dentes e com os odores, uma atenção especial à pele. Os cuidados com o corpo seriam preponderantes à consolidação da aparência.

Como bem expôs XAVIER (2013), o discurso sobre a aparência trazia a beleza que se pretendia cívica, atuando como meio de integração na sociedade e relativa melhoria na condição de vida, sendo construída na tentativa de transformar visões e percepções sobre a comunidade negra, elevando a imagem de mulheres negras e, com isso, valorizando a historicidade do povo "de cor", como eram retratados, investindo em um discurso de "melhora da aparência".

A aparência, também para a comunidade negra, estava relacionada a uma conjunção de características consideradas positivas que englobariam da beleza física aos comportamentos sociais, caráter e moral. Desta maneira, "os certames da beleza negra guardavam um intento peculiar: o 'reerguimento geral da classe dos homens de cor' através da revitalização da imagem feminina negra" (XAVIER, 2012, p. 172). Seria necessário uma ressignificação dos critérios de identificação da estética do belo.

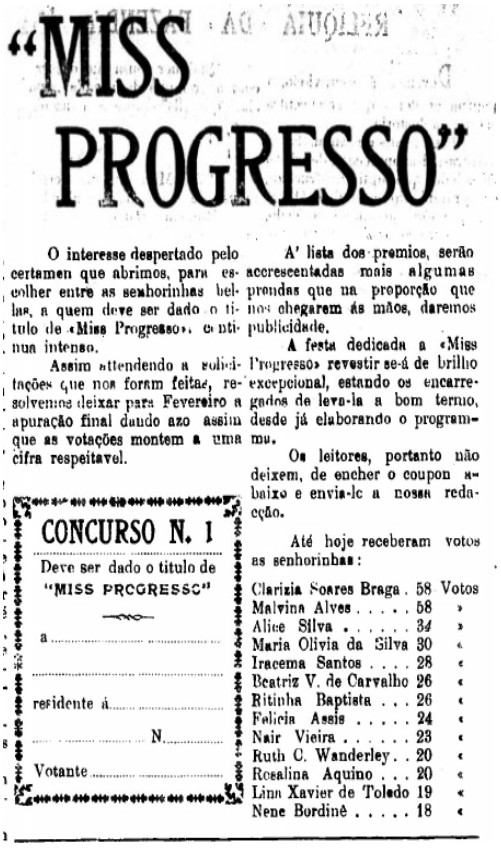
Consoante os parâmetros utilizados pelos eugenistas e políticos na época, a beleza da mulher estaria em sua forma física, desenvolvida por meio de exercícios físicos, pele uniforme, rosada e alva, havendo parâmetros referenciais para altura, peso corporal, medidas de busto e quadril e ainda o índice nasal (relação entre a altura e a largura do nariz), que, segundo FLORES (2007, p. 30), era um dos dados "mais importantes, porque dominava todos os outros em matéria de raça". Assim, a beleza feminina divulgada nos meios sociais seria aquela, frequentemente vista em anúncios publicitários, de mulheres jovens, brancas, modernas, um espelho da identidade feminina racializada e almejada para o futuro da nação brasileira.

A comunidade negra em contato com todos estes discursos, possivelmente, reelaboraria alguns de seus signos a fim de que pudessem incorporar em seus membros valores estéticos que, além de propiciar uma autoestima positiva, oportunizaria melhor entrada nos círculos sociais. Supomos que uma destas reelaborações se refere justamente ao corpo. O corpo negro que teve em períodos anteriores, uma descrição detalhada de seus atributos, tratado como objeto e esvaziado de seus símbolos com a transcrição de suas marcas simbólicas (tatuagens e escarificações), como deformidades, passa a ser ocultado nas interpretações da beleza negra, sendo ressaltadas qualidades ligadas à instrução e moral,

como exemplifica XAVIER (2012, p. 172), quando relata que não seria a beleza física o único quesito a representar a beleza negra nos jornais da classe, "era preciso também ser honrada, recatada e bem-educada como eram as moças brancas da alta classe, reverenciadas por competições de simpatia, virtuosismo e elegância promovidas pelo periodismo brasileiro".

À vista disso, a partir da imagem e da beleza de suas mulheres, os jornais voltados para a comunidade negra pretendiam construir personagens que por meio da instrução e do comportamento, pudessem representar a raça negra por meio de seus discursos e ações na sociedade. Personagens porque a imagem destas mulheres seriam os exemplos a serem perseguidos e que na verdade ainda não retratavam a realidade social do grupo e neste intuito foram realizados concursos de beleza masculinos e femininos em busca de representantes para a classe que se queria formar dentro da comunidade negra.

Um destes concursos foi promovido pelo jornal *Progresso*, que anuncia em janeiro de 1930 um encarte para a votação nas "senhorinhas bellas a quem deve ser dado o título de Miss Progresso", mostrando juntamente a colocação de cada uma delas pelo número de votos:



"MISS PROGRESSO"

O interesse despertado pelo certamen que abrimos, para escolher entre as senhorinhas bellas, a quem deve ser dado o titulo de «Miss Progresso», continua intenso.

Assim attendendo a solicitações que nos foram feitas, resolvemos deixar para Fevereiro a apuração final dando azo assim que as votações montem a uma cifra respeitavel.

A' lista dos premios, serão accrescentadas mais algumas prendas que na proporção que nos chegarem ás mãos, daremos publicidade.

A festa dedicada a «Miss Progresso» revestir-se-á de brilho excepcional, estando os encarregados de leva-la a bom termo, desde já elaborando o programma.

Os leitores, portanto não deixem, de encher o coupon abaixo e envia-lo a nossa redacção.

CONCURSO N. 1

Deve ser dado o titulo de "MISS PROGRESSO"

a .....

residente á .....

N .....

Votante .....

Até hoje receberam votos as senhorinhas:

| | | |
|---|---|---|
| Clarizia Soares Braga | 58 | Votos |
| Malvina Alves | 58 | » |
| Alice Silva | 34 | » |
| Maria Olivia da Silva | 30 | « |
| Iracema Santos | 28 | « |
| Beatriz V. de Carvalho | 26 | « |
| Ritinha Baptista | 26 | « |
| Felicia Assis | 24 | « |
| Nair Vieira | 23 | « |
| Ruth C. Wanderley | 20 | « |
| Rosalina Aquino | 20 | « |
| Linn Xavier de Toledo | 19 | « |
| Nene Bordinê | 18 | « |

**Figura III.11: Jornal Progresso,30/01/1930, p.04.**

O que averiguamos, conforme XAVIER (2012, p. 178), em relação à escolha das candidatas é que, aparentemente, esta se refere à idealização de mulheres "que ilustravam uma série de expectativas da 'classe dos homens de cor' em torno de idealizações femininas, tais como: as de mãe, estudante, miss, oradora, poetisa", que pôde ser confirmado com as imagens e os discursos na edição posterior com a entrevista com as vencedoras. Na edição de

fevereiro de 1930 foram anunciadas as vencedoras e as entrevistas foram realizadas com as candidatas classificadas em primeiro e segundo lugar. Não há imagens da primeira colocada, Malvina Alves, apenas sua fala foi transcrita. As imagens apresentadas são da segunda colocada, Beatriz X. de Carvalho e  da quarta colocada, Evangelina X. de Carvalho.

Em seus depoimentos as candidatas nos revelam valores que confirmam a relação entre beleza e instrução, moral e recato. Em um discurso, ao que parece comedido, a primeira colocada, Malvina Alves, expõe o que representa ser uma mulher negra escolhida Miss Progresso:

> *"— Não é com orgulho, — diz nos a senhorinha Malvina, — que recebo titulo de a Miss Progresso, mas com satisfação; porque sei cheio de responsabilidades.*
> *Toda a mulher gosta de sacrifícios. E a faixa symbolica é uma cruz.*
> *Sou grata aos srs, em marcar-me assim, para que vejam em mim, especialmente as minhas colleguinhas, não um typo de belleza, mas a imagem apagada, que encarna todas as virtudes da abnegada Raça Negra, a que pertenço prazeirosamente!*
> *E os lindos olhos de Miss Progresso, como dois cysnes pretinhos, nadavam em lágrimas.*
> *— Chora, porque?!*
> *— Não pela honra de que me investiram e nem por mim, — como disse o Divino Mestre - mas pela minha gente, e em particular pela mulher preta, que deve ser tratada com melhor carinho" (Jornal PROGRESSO, fev 1930, p. 05).*

No trecho em que a vencedora do concurso exclama a gratidão em ser marcada "não como um typo de belleza, mas a imagem apagada, que encarna todas as outras virtudes da abnegada Raça Negra", sugere a razão pela ausência de sua imagem, o que reafirma a condição colocada por BRAGA (2015, p. 97), em que nestes concursos se encontravam "o desejo uníssono de trazer à luz uma beleza não manchada pelas cicatrizes da escravidão", cicatrizes estas, não somente físicas e sim discursivas que retratavam a mulher negra como conectada a questão sexual somente, onde seu corpo era o objeto. Desta maneira, quando se retrata como a imagem apagada, a senhorinha Malvina Alves, pode ter se reconhecido como representante de uma nova imagem de mulher negra, apagada de dotes físicos e que carregaria as virtudes morais e intelectuais da raça negra, o que as lançaria aos predicados da beleza social.

No momento em que expõe o sentimento de coletividade em "não pela honra de que me investiram e nem por mim - mas pela minha gente, e em particular pela mulher preta", a jovem pode ter se posicionado sobre os discursos direcionados às mulheres negras e quanto a sua imagem poderia representá-las. Tanto que a descrição do jornal sobre a moça ressalta justamente os predicados citados: "Deixamos a Miss Progresso, moça culta, inteligente, sua conversa sadia prende sempre quem della se aproxime...", enaltecendo a instrução e a boa educação que, como nos afirma XAVIER (2012, p. 178), serviriam na "construção imagética de novas mulheres negras, personagens instruídas, capazes tanto de representar sua comunidade quanto de expressar seus anseios através do discurso".

A segunda colocada, Beatriz X. de Carvalho, também profere palavras que podem nos servir de objeto para a análise do que representavam tanto a presença destas meninas quanto a beleza para a comunidade negra. Em sua entrevista, ela também expõe seu posicionamento sobre os lugares a serem ocupados pelas mulheres negras de forma a atestar sua capacidade cognitiva.

> *"Convencida da veracidade de nossa asserção, a senhorinha Beatriz de Carvalho, fala-nos com enthusiasmo dos valorés da Raça que ufanamos de pertencer.*
> *Aurea Pires, a poetisa preta, que escrevia com alma as mysticas poesias que enriquece a literatura nacional, não foi esquecida.*
> *— Os senhores que caminham na vanguarda das grandes emprezas poderíam, ao acervo de seu activo acrecentar*
> *mais um grande movimento em favor da mulher preta. Ella precisa libertar-se mais uma vês.*
> *Ir para a regencia das escolas, para os escriptorios, para a caixa dos estabelecimentos commerciaes, para a bilheteria dos cinemas, para os Centros Telephonicos, enfim para os logares em que possa por á prova a sua indiscutida capacidade de intelligencia." (Jornal PROGRESSO, fev 1930, p. 06)*

Entendemos as palavras da jovem como um retrato da realidade social e da contestação dos estereótipos atribuídos à raça negra, supondo que esta seria a razão de seu posicionamento no momento em que relatou na entrevista as possíveis ocupações sociais a serem ocupadas por mulheres negras, reafirmando que a oportunidade de estar nestes lugares as direcionariam a "por a prova a sua indiscutida capacidade de intelligencia". Refutando os discursos sobre a inferioridade intelectual e ainda nos oferecendo uma pista sobre o fato de ainda não ocuparem estes cargos.

Como pudemos observar anteriormente, a ocupação social de mulheres negras se concentrava majoritariamente nos serviços domésticos, então, ao posicionar-se discursivamente contra, a jovem senhorinha nos deixa a impressão de alçar voos em relação à sua futura ocupação social. Mostrando, dentro da comunidade negra, diferentes visões sobre a ascensão social por parte das próprias mulheres.

Quando observamos a imagem das duas jovens percebemos que ambas estão em postura semelhante, com os cabelos penteados e aparentemente alisados e utilizando adornos parecidos, com vestidos que lembram os utilizados nos anos 20, caracterizados como leves e discretos, não aparentam ter cores fortes ou fazem referência aos tecidos africanos.

# Miss Progresso

## Precisamos cuidar das moças de côr. - flores que estiolam sob o peso do trivial nas estufas senhoriaes, diz-nos a senhorinha Malvina Alves

**A senhorinha Beatriz X. de Carvalho - requer á mulher preta, uma opportunidade para "por à prova a sua indiscutida capacidade de intelligencia"**



**Beatriz X. de Carvalho**

*que com apreciavel votação alcançou o titulo de vice "Miss Progresso"*

O resultado do nosso «Concurso de Belleza», talvês surpreenda nossos leitores, como nos surpreendeu tambem. Sabiamos da cabala dos grupos que se formaram; mas não contavamos com a sua actuação a ultima hora.

Quando procediamos, perante os interessados, a apuração final, chegou-nos uma avalanche de votos que inudou por completo a votação conhecida, ficando então, assim disposta:

| | |
|---|---|
| Malvina Alves . . . . | 204 |
| Beatriz X. de Carvalho . | 183 |
| Levica da Silva . . . . | 176 |
| Evangelina X. de Carvalho | 174 |
| Iracema Santos . . . . | 170 |
| Clarizia Soares Braga . | 140 |
| Nair Vieira . . . . . | 128 |
| Alice Silva . . . . . | 128 |
| Ruth C. Wanderley . . | 120 |
| Ritinha Baptista . . . | 118 |
| Nene Bordine . . . . | 104 |
| Rosalina Aquino . . . | 101 |

∴

Despois de assignada a acta do concurso, transportamo-nos, pura a residencia da senhorinha Malvina Alves, na Avenida Angelica, para lhe dar a grata nova.

— Não é com orgulho, — diz nos a senhorinha Malvina, — que recebo o titulo de *Miss Progresso*, mas com satisfação; porque sei cheio de responsabilidades.

Toda a mulher gosta de sacrificios. E a falsa symbolica é uma cruz.

Sou grata aos ses. em marcar-me assim, para que vejam em mim, especialmente as minhas colleguinhas, não um typo de belleza, mas a imagem apagada, que encarna todas as virtudes da abnegada Raça Negra, a que pertenço prazeirosamente!

E os lindos olhos de *Miss Progresso*, como dois cysnes pretinhos, nadavam em lagrimas.

— Chora, porque?!

— Não pela honra de que me investiram e nem por mim, — como disse o Divino Mestre — mas pela minha gente, e em particular pela mulher preta, que deve ser tratada com melhor carinho.

Ella merece.

Se veneramos hoje a *Mãe Preta*, pelas noites indormidas que passou com as maiores figuras do Brasil infante, é de muita justiça que cultivemos de suas legitimas filhas — flores que estiolam sob o peso do trivial nas estufas senhoriaes»...

Deixamos *Miss Progresso*, Moça culta, intelligente sua conversa sadia prende sempre quem della se approxime...

*

— D. Beatriz, o segundo logar — dissemos logo ao entrar — é...

— ... da Clarizia ou da Malvina, atalhou-nos sorridente.

— Não. E' seu.

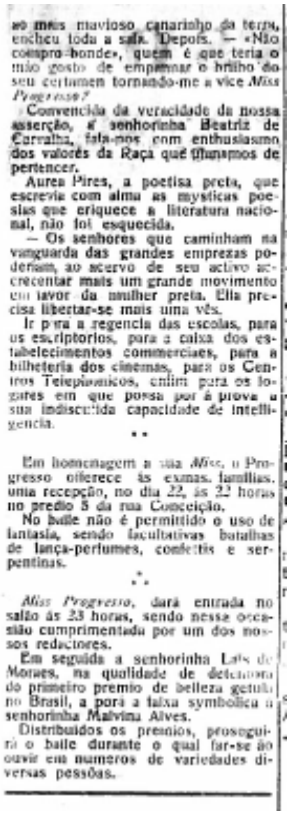
Um riso argentino que faria inveja



**Evangelina X. de Carvalho**

*que obteve o 4.o logar*

**Figura III.12: Jornal Progresso, ano II, n.21, fev.1930, p. 03.**



ao mais mavioso canarinho da terra, encheu toda a sala. Depois. — «Não compro bonde», quem é que teria o máo gosto de empanar o brilho do seu certamen tornando-me a vice *Miss Progresso*?

Convencida da veracidade da nossa asserção, a senhorinha Beatriz de Carvalho, fala-nos com enthusiasmo dos valores da Raça que ufanamo-nos de pertencer.

Aurea Pires, a poetisa preta, que escrevia com alma as mysticas poesias que eriquece a literatura nacional, não foi esquecida.

— Os senhores que caminham na vanguarda das grandes emprezas poderiam, ao acervo de seu activo accrecentar mais um grande movimento em favor da mulher preta. Ella precisa libertar-se mais uma vês.

Ir para a regencia das escolas, para os escriptorios, para a caixa dos estabelecimentos commerciaes, para a bilheteria dos cinemas, para os Centros Telephonicos, emfim para os logares em que possa por á prova a sua indiscutida capacidade de intelligencia.

* *

Em homenagem a sua *Miss*, o Progresso offerece ás exmas. familias, uma recepção, no dia 22, ás 22 horas no predio 5 da rua Conceição.

No baile não é permittido o uso de fantasia, sendo facultativas batalhas de lança-perfumes, confettis e serpentinas.

* *

*Miss Progresso*, dará entrada no salão ás 23 horas, sendo nessa occasião cumprimentada por um dos nossos redactores.

Em seguida a senhorinha Laís de Moraes, na qualidade de detentora do primeiro premio de belleza getulio no Brasil, a porá a faixa symbolica a senhorinha Malvina Alves.

Distribuidos os premios, proseguirá o baile durante o qual far-se ão ouvir em numeros de variedades diversas pessôas.

**Figura III.13: Continuação da entrevista; Jornal Progresso, ano II, n.21, fev.1930, p.04.**

Desse modo, ao observamos a postura em que o corpo se encontrava: sentado, sem posturas que pudessem mostrá-lo em demasia, não aparecendo pernas e tornozelos, poderia demonstrar uma preocupação em não torná-lo característica principal para observação, sendo valorizadas as falas das jovens e suas intenções. Este seria o padrão de comportamento a ser compartilhado no seio da comunidade negra, entre os associados das entidades sociais, era dentro desta perspectiva que os discursos incentivavam as jovens negras a novas posturas, a fim de dissipar o estereótipo da mulher fácil. Segundo DOMINGUES (2007, p. 364), a FNB, "veiculou valores éticos, morais, culturais e ensinamentos de como o negro devia se comportar socialmente, tanto na esfera pública quanto na privada", construindo então um padrão de comportamento que pudesse diferenciá-los dos outros 'irmãos de cor' e também dos brancos. E estes podem ser observados na imagem e no discurso das vencedoras do concurso Miss Progresso.

Próximo ao final da década de 1940 outra entidade social surge no cenário nacional, também promovendo concursos de beleza, enaltecendo a beleza e autonomia de mulheres negras. Seria o Teatro Experimental do Negro. Fundado em 1944 no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento[66], Aguinaldo Camargo[67] e Sebastião Rodrigues Alves[68], "o TEN significou um ato de protesto pela ausência do negro nos palcos brasileiros" (DOMINGUES, 2008, p. 69) e

[66] "Político, artista e escritor negro brasileiro" com grande participação política na luta antirracista (LOPES, 2004, p. 468).
[67] "Ator negro, participou da organização do Primeiro Congresso Afro-campineiro e foi o mais destacado ator do Teatro Experimental do Negro" (LOPES, 2004, p. 156).
[68] "Assistente social e ativista político, publicou o livro A economia do grupo afro-brasileiro" (LOPES, 2004, p. 54).

não somente, foi um movimento que revelava a identidade étnica do negro brasileiro por meio da valorização de sua ascendência africana.

Isto o diferenciou da FNB e das outras associações negras paulistas que, por força da conjuntura, tiveram na dinâmica de aceitação/rejeição da ascendência africana os suportes para a estruturação da imagem do novo negro brasileiro. Esta dinâmica esteve estabelecida no decorrer da atuação destas associações, quando promoveram concursos que exaltavam a beleza negra, investiram na constituição de um padrão de comportamento que tentava adequar o negro às normas de sociabilidade vigentes e ao mesmo tempo o colocava em confronto com os brancos, como podemos observar no artigo de Celina Veiga, no qual convoca as mulheres negras a se posicionarem na sociedade.

> *"A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo" (A VOZ DA RAÇA 1935 apud BRAGA, 2015, p. 114).*

Artigos como estes, podem ter estimulado a autoestima positiva da população em um momento histórico no qual o branqueamento era política de estado, onde "intelectuais, estadistas, políticos conclamavam a nação a mobilizar-se em prol do nobre objetivo de 'melhorar a raça, eliminando a 'mancha negra' da população com a maior rapidez, isto é, a maior dedicação cívica - possível" (NASCIMENTO, 2008, p. 111). Muitos dos artigos nos jornais discursavam sobre o valor da Mãe preta, símbolo da fraternidade, na qual estava representada "a presença histórica e contemporânea de uma raça negra produtiva, mas discriminada", que "enquanto representa a fraternidade entre o filho branco e o negro da ama de leite, também salienta as injustiças aos filhos que ela pariu" (ALBERTO, 2014, p. 384) glorificando a seu sofrimento e transformando o símbolo em denúncia da discriminação racial.

A gravura do Jornal *Clarim d'Alvorada* em homenagem à Mãe Preta reproduz a foto da ama de leite de D. Pedro II, acrescida da imagem de seu filho legítimo. Desta maneira, a comunidade negra, ao mesmo tempo, que propõe a fraternidade com os brancos, denuncia o seu alijamento na história do país e exige mesmo que discursivamente a sua reparação.



**Figura III.14: Homenagem à Mãe Preta; Jornal Clarim d' Alvorada, 28/09/1940, p.01**

Outro parâmetro que encontramos foi referente aos artigos encontrados nos jornais sobre a África, o empenho dos editores negros em trazer à comunidade o andamento da independência das colônias africanas e o avanço da luta antirracista nos Estados Unidos. Este fato demonstra o reconhecimento da ascendência africana, mesmo que imageticamente esta não pudesse ser contemplada em razão do racismo.

A proposta do Teatro Experimental do Negro (TEN) seria na "teoria e na prática a ligação entre atuação política com a afirmação e valorização da cultura brasileira de origem africana" (NASCIMENTO, 2008, p. 121), trazendo uma nova roupagem à luta negra e erguendo novos pilares na atuação. Como todas as outras entidades sociais do movimento negro, o TEM prezava pela educação como prioridade e instrumento de ascensão social e fundou também, em 1948, o seu jornal, *Quilombo*, responsável por transmitir os ideais da entidade para a comunidade negra.

Os concursos realizados pelo TEN tinham como objetivo:

> *"proporcionar às mulheres negras uma oportunidade de se projetarem socialmente, de se valorizarem através dessa demonstração pública, em grande estilo, dos seus predicados, de suas virtudes, da sua vivacidade mental, graça, elegância e, sobretudo, de sua integridade no que há de mais categorizado em matéria social" (QUILOMBO apud DOMINGUES, 2008, p. 74).*

Esse objetivo era um afrontamento aos concursos de misses em voga na época. Nestes concursos apenas candidatas brancas eram selecionadas, pois seriam as futuras candidatas ao concurso de Miss Universo, o que projetaria a imagem da raça brasileira no mundo. Para os intelectuais da época esta era a oportunidade de mostrar ao mundo e ao Brasil o que se esperava como imagem do povo brasileiro, da mulher brasileira. Assim, "o tipo escolhido não

deveria ser exatamente o tipo médio brasileiro, mas o tipo ideal: a beleza da mulher brasileira branca" (FLORES, 2007, p.29). Para Roquette-Pinto:

> *"Se fôssemos escolher o tipo mais frequente em uma determinação científica, seria melhor não comparecer ao concurso [...], onde existe a 'color line' e onde uma gota de sangue negro, que às vezes dá tão grandes atributos a alguns de nossos mais belos tipos, é desgraça definitiva" (ROQUETTE-PINTO apud FLORES, 2007, p.30).*

Segundo BRAGA (2015, p. 124), a empreitada pelo reconhecimento racial incomodava a classe dominante branca, "que desfilava seus padrões de brancura e se fazia cega aos bens culturais afro-brasileiros", pelo fato de confrontar a problemática racial, alertando aos negros envoltos pelo branqueamento e pela democracia racial "de uma forma identitária de afirmação racial, por meio da educação, da política e das artes cênicas", valorizando a cultura afro-brasileira principalmente em sua estética, representada por suas mulheres.

Desse modo, as mulheres negras que se viam repelidas dos concursos de misses e logo estavam invisibilizadas em critérios de beleza, tiveram na iniciativa do TEN, na capital da República, a possibilidade de visibilidade de seus atributos, suas qualidades enquanto belas. Visibilizaram-se também os artistas negros, por conta de suas peças teatrais e eventos sociais e ainda contribuiu para que a beleza negra pudesse ser observada, não somente como identidade coletiva negra representada pelo comportamento e polidez de suas candidatas, mas também pelas qualidades físicas características de suas mulheres:

> *"O TEN, com a promoção dos concursos de beleza, abriu uma via de valorização das mulheres negras calcadas em seu próprio padrão estético: uma resposta ao critério racista engendrado pelos concursos de beleza que apenas aceitavam inscrição de mulheres brancas. Era um modo de resgatar a autoestima dessas mulheres, massacradas por uma estética exclusivista e eurocêntrica de beleza" (BRAGA, 2015, p. 124).*

Os concursos realizados foram: a Rainha das Mulatas em 1947, o Glamour Negro Girl e o Boneca de Pixe em 1948. Os concursos recebiam denominações que traziam à tona adjetivos considerados pejorativos para a comunidade negra, o que, de acordo com BRAGA (2015, p. 126), era também um protesto discursivo sobre as denominações atribuídas às mulheres negras na tentativa de valorar esses adjetivos juntando a eles a afirmação racial de mulheres negras, belas e coroadas como rainhas.

Observamos nas imagens das vencedoras dos concursos: Rainha das Mulatas e do Glamour Negro Girl de 1948, a diferença no tratamento da imagem em comparação ao concurso Miss Progresso. Provavelmente esta diferença se deu pelo fato da proposta do Teatro Experimental do Negro ser de elevar a beleza das mulheres negras em todos os seus aspectos, inclusive o corporal, sem sexualizá-los, expondo-os como elemento importante da composição desta bela mulher brasileira considerada então rainha. Tem-se então uma modificação dos padrões de beleza negra dentro das décadas, onde a mulher com imagem apagada como sugeriu a Miss Progresso 1930, temos a coroação de rainhas em tronos reais,

esbanjando alegria e sorrisos, em um discurso imagético que transparece alegria e segurança na pertença à raça negra.



*Maria Aparecida Marques, logo após sua coroação como "Rainha das Mulatas" de 1947.*

**Eleição Da "Glamour Negro Girl De 1948"**

Lançamento Do Original Certame Pelo Teatro Experimental Do Negro — Dia 17 o 1.º Baile Da Boneca De Pixe

**Figura III.15: Maria Aparecida Marques- Rainha das Mulatas 1948; Revista Momento Feminino, n.24, 1948, p.05.**



**Maria Tereza,**

**-"Boneca de Pixe de 48"**

**Figura III.16: Maria Tereza- Boneca de Pixe, 1948; Revista Momento Feminino, n.41, 1948, p.07**

A luta antirracista por meio da constituição de um padrão de beleza que confrontasse o padrão vigente transformou a beleza negra feminina, em um processo de construção e reconstrução de identidades por meio da estética, "com base em escolhas e contatos dos negros com um padrão estético que já está dado no campo das relações de poder, ou seja, o branco" (GOMES, 2008, p. 270). Dessa maneira, a construção sócio-histórica da beleza negra se organizou de maneira a atender às necessidades sociais dos negros no início do século XX, enfrentando e ao mesmo tempo adequando suas características ao branqueamento, lidando de maneira conflitante com a 'boa aparência', tentando por meio de reconstruções e ressignificações o seu ideal estético em meio ao eurocêntrico. A partir das iniciativas do Teatro Experimental do Negro, o que se observa é exatamente o enfrentamento da brancura, através do reconhecimento étnico de suas características fenotípicas, alterando padrões, denunciando as mais diversas formas de discriminação racial e alijamento social no seio da democracia racial, trazendo à sociedade o que esta se negava a encarar que "no imaginário social, a mulher brasileira bela de corpo é aquela que apresenta o quadril e o bumbum avantajados e a cintura fina, algo típico das nossas raízes africanas" (GOMES, 2088, p. 293).

À vista disso, todas as formações discursivas que se impuseram sob o corpo de mulheres negras no decorrer da primeira metade do século XX imputaram a ele a beleza nacional, fazendo com que mulheres negras, mestiças, pardas, mulatas, estivessem representadas em cada jovem negra eleita rainha ou miss, transformando a dura realidade discriminatória em momentos de alegria e reconhecimento.

A afirmação da identidade racial de mulheres negras se dava então pela aceitação de suas características físicas em adequação ao que era veiculado pela publicidade e pela mídia como elementos constituintes da beleza em mulheres. Cremes, tratamento para cabelos crespos, maquiagens e o próprio bronzeamento podem ter sido utilizados por mulheres negras como meio de inserção de sua imagem aos certames que tratavam da beleza feminina. A beleza negra feminina, tanto como modelo de comportamento social como pela estética, se torna então um retrato do reconhecimento racial da população negra no período de 1930 a 1945.

## Considerações Finais

Percorrendo a primeira metade do século XX, tivemos um panorama de como a movimentação política e ideológica circulava pelos grupos sociais causando sucintas modificações na maneira como estes grupos se observavam. E neste momento surge a afirmação: "Nós *também* somos belas". Esta frase muito nos diz sobre a construção social do corpo e da beleza para as mulheres negras.

Com o seu corpo sendo um referencial a ser utilizado nas diferenciações entre o considerado normal e anormal, mulheres negras tiveram a construção discursiva sobre os seus corpos embasadas pelas teorias científicas que ofereciam uma interpretação negativa aos seus atributos. Portanto, na busca por uma beleza que as contemplassem, as associações negras investiram tanto nas modificações de comportamentos quanto na reafirmação da ancestralidade africana como estratégias de valorização e ressignificação das qualidades físicas e morais da mulher negra. E é neste intervalo que entendemos o sentido do "*também"*. Como não eram contempladas pelos modelos de beleza, hegemônicos, a comunidade negra reconstrói os discursos sobre a sua estética. Assim, o advérbio confirma a integração da estética de mulheres negras na categoria do belo.

Esta integração, de acordo com o que analisamos na pesquisa, se deu não com a aceitação passiva da dominação branca por meio do branqueamento e sim por meio do conflito, das disputas entre pontos de vistas na tentativa de moldar, no que Paulina Alberto (2014) coloca como termos da inclusão, o que seria viável e compatível para o bem viver da comunidade negra. As construções discursivas sobre os corpos de mulheres negras inicialmente para caracterizá-las como escravizadas, como mulatas erotizadas ou como negras domésticas trouxeram para a discussão sobre a corporeidade negra um enfoque voltado para a suas características físicas como emblemas étnicos, que acabaram por tornar a aceitação do branqueamento, sem qualquer resistência, inviável. Pois o simples fato de serem negras em uma sociedade que tenta embranquecer sua população expurgando a raça negra, já se torna um ato de resistência.

O que ocorreu com a população negra no constituir de sua corporeidade estética foi o que Nilma Lino Gomes (2008) ressaltou como uma adaptação das diferentes linguagens encontradas para a sobrevivência na diáspora, um envolvimento complexo entre os modelos brancos, os mestiços com as suas especificidades físicas e aqueles portadores dos caracteres negroides. Assim, a estética de mulheres negras foi construída a partir da dominação branca, mas não em conformidade com ela. As diferentes maneiras com as quais mulheres negras brasileiras podem fazer uso de seus cabelos e também de sua pele, por conta dos bronzeamentos, permite que a corporeidade destas mulheres seja desenhada, constituída ou

apenas expressada de maneira a refletir toda a gama de proposições interculturais existentes na sociedade brasileira.

É através do corpo de mulheres negras que visualizamos o enfrentamento aos estereótipos e aos meios opressores. Cada passo, cada dança, cada expressão realizada pelos corpos negros demonstram a sua luta contra os discursos que tentaram invisibilizar, calar e desqualificar sua valiosa ancestralidade. Quando o Teatro Experimental do Negro, o Corpo Cênico da Frente Negra, o Ballet Folclórico Mercedes Baptista, Companhia Negra de Revista, dentre outras companhias que trouxeram o negro no campo artístico, acabaram por demonstrar através da expressão corporal as relações entre a opressão e a ancestralidade africana. Assim, conduzindo a população negra a assistir que, mesmo com as adversidades, o corpo negro está inteiro, belo e expressivo, pode ter oferecido aos expectadores a possibilidade de representatividade da vitória histórica de um povo diaspórico.

Não se trata de uma essência afrodescendente e sim uma interlocução entre a resistência, que sim se torna natural quando ela faz parte da marca corporal que acompanha os negros, a pele negra, e a dominação branca com sua tentativa de embranquecimento. O movimento negro na década de 1930 quando direciona seus artigos à classe dos 'homens de cor', incentivando a instrução, a educação moral e a modificação de comportamentos, vê-se como uma estratégia de integração à sociedade e não uma aceitação da hegemonia, tanto que os jornais também criticam aqueles negros que, inebriados com a possibilidade ascensão, tentavam negar sua negritude, fosse por meio de condutas ou por aparência. Os jornais deixavam nítida a condição de "negros" para cada associado e que para tentar estar em sociedade, evitando situações constrangedoras, era necessário algumas adequações e não transformações.

No final dos anos 1940, com o Teatro Experimental do Negro, o que assistimos foi uma diferenciada forma de enfrentamento com o confronto imagético, gerando incômodo aos brancos, quando mulheres e jovens negros viram em sua reafirmação racial um mote para luta contra a invisibilidade. Em contextos diferentes, pois transitam entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro nas quais os contextos sociais se diferenciavam. De todo modo, demonstram o não assujeitamento da população negra ao branqueamento e aos discursos estereotipados.

Mesmo mantendo o enfoque em um período histórico específico tornou-se impossível descrever ou averiguar a construção social de uma beleza negra sem contextualizar o período escravista e foi exatamente em razão deste retorno que chegamos à conclusão de que, mesmo com todas as atitudes opressivas e coercitivas de encarceramento da população negra em um modelo branco eurocentrado, assim como o seu rechaçamento nos meios sociais, vislumbramos uma afirmação em sua corporeidade, nos afrontamentos por meio dos corpos de suas mulheres negras, trabalhando e muito nas ruas e em casas de 'patroas', deixando a moral considerada "normal", abalada.

Desde então, a estética de mulheres negras pode ter sido utilizada, por meio de sua inferiorização, como forma de manutenção do lugar imaculado das mulheres brancas. Consideramos esta afirmação um fator na constituição do autorreconhecimento da identidade racial para as mulheres, submetendo-as a renegociação de suas condutas e construção histórica para integração na sociedade brasileira.

Quando ascende a mulata brasileira, com toda a sua sensualidade, transformando-se em objeto de desejo do masculino branco, percebemos o quanto a corporeidade da mulher negra pode ter influenciado nas relações de construção dos modelos de beleza branca, visto que era necessária a valorização das mulheres brancas no contexto da construção da nação.

Desta forma, findamos com a compreensão de que as mulheres negras por sua corporeidade, entendida neste trabalho como sua presença no mundo, muito influenciaram nas construções discursivas dos modelos de beleza hegemônicos brancos, não como ponto negativo atribuído à anormalidade, mas na necessidade de contestação de suas competências físicas, morais e intelectuais que acabariam por atrapalhar o sedimentado patriarcado brasileiro. Sua beleza, a especificidade de seu corpo voluptuoso e ativo, a personalidade autônoma na relação com seu próprio corpo, seriam desde o princípio o ponto chave para o abalo das ditas "normalidades" eugênicas. A maneira com a qual, defronte as mutilações simbólicas sofridas, a corporeidade negra se constituiu pode ter formalizado um medo branco de uma onda negra, seguindo a compreensão do título de Célia M. de Azevedo (2008) composta pela afirmação racial, coragem e capacidade de adequação, na qual homens e mulheres negras poderiam recriar seus espaços de atuação e seus suportes simbólicos na tentativa de transformar a condição de Ser negro na condição de Ser negro brasileiro.

Que a continuidade deste estudo nos possibilite uma releitura das condutas da população negra como agentes sociais de sua integração na sociedade brasileira, onde a recriação de seus símbolos culturais, incluído a estética, esteja como ponto de partida de um protagonismo em busca da reparação de um tempo de opressão.

## Referências Bibliográficas


ALBERTO, Paulina L. "A Mãe Preta entre sentimento, ciência e mito: Intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980." In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org). *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.* São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.377-401.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* 3.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Célia M. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem.* 12. ed. HUCITEC, 2006. Disponível em: <http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf>. Acesso em: 08 jan.2015.

BARBOSA, Márcio (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos, entrevistas e textos.* São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARBOSA, Maria R.; MATOS, Paula M.; COSTA, Maria E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 2011, p. 24-34. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1>. Acesso em: 31 mar. 2014.

BENTO, Maria Aparecida. "Branqueamento e branquitude no Brasil". Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/programas/educacao/premio/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf> Acesso em: 12 out. 2015.

BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 15-32.

_____. *O que é Negritude*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. "Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault". *Physis: Revista de Saúde Coletiva.* V.12, n.02, jul-dez, 2002, p. 301-324. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v12n2/a07v12n2.pdf>. Acesso em: 31 out.2014.

BONFIM, Vania M. "A identidade contraditória da mulher negra brasileira: Bases históricas." In: NASCIMENTO, Elisa L.(Org). *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira 04), p.219 - 149.

BRAGA, Amanda. *História da beleza negra no Brasil: Discursos, corpos e práticas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

BUTLER, Kim D. "A nova negritude no Brasil - Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana." In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890 - 1980).* São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 137-156.

CAMARGO, Tarcísio A. A Revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação, UNISC/RS, 2010.

CARVALHO, Wesley R. "Saúde, ideologia e capitalismo: uma abordagem da reforma Pedro Ernesto, 1931-1936". *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010, p.01-09. Disponível em < http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276663911_ARQUIVO_saudeideologiacapitalismoanpuh.pdf> Acesso em: 31 ago.2015.

CASTELO BRANCO, Guilherme. "Racismo, individualismo, biopoder". *Revista de Filosofia Aurora*, v.21, n.28, jan-jun, 2009, p. 29-38. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/rf?dd1=3244&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 02 jul.2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.* 4 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.* 9ª reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Mariza. "A invenção da mulata." *Cadernos Pagu (6-7),* 1996, p. 35-50. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51069>. Acesso em: 31 ago. 2015.

COSTA, Joaze B. "Controle de vida, interseccionalidade e políticas de empoderamento: As organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil". *Revista Estudos Históricos (Raça e História)*. v.26, n. 52 (jul-dez 2013) - Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 1988, p. 471-489.

COSTA, Jurandir F. "Da cor ao corpo: a violência do racismo". In: SOUZA, Neusa S. *Tornar-se Negro ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social.* 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p.01-16.

DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência: Da "cor" à "boa aparência" no mundo do trabalho carioca (1930 - 1950).* Seropédica: Ed. Da UFRRJ, 2010.

DAMASCENO, Janaína. "O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote". *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder.* Florianópolis: UFSC, agosto, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf>. Acesso em: 06 jan.2015.

DAOLIO. Jocimar. *Da cultura do corpo*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. et al. "Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty". *Revista Pro-Posições*, v.23, n.03, set-dez, 2012. p. 179-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/11.pdf>. Acesso em: 09 fev.2014.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil - 1917-1945.* São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia.* Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DE MARCO, Ademir (Org.). *Educação Física: Cultura e Sociedade*. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DIWAN, Pietra S. "Do feio ao belo: Os caminhos da desumanização". *Projeto História. Revista do Programa de pós-graduados de História.* São Paulo, n.25. jul/dez, 2002. p. 291- 312. Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10574/7865>. Acesso em: 22 jul.2015.

_____. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.* São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. "Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil." *Cadernos Pagu,* n.28, jan-jul, 2007, 345-374. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100015&script=sci_arttext >. Acesso em: 14 ago 2015.

_____. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador, BA: UFBA, 2008.

FAÉ, Rogério. "A genealogia em Foucault". *Psicologia em Estudo*, v. 09, n. 03, set-dez, 2004, página?. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08>. Acesso em: 09 dez.2014.

FERREIRA, Ricardo F.; CARMARGO, Amilton C. "As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra." *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2011, 31 (2), p. 374-389. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932011000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 fev. 2014.

FILHO, Lino C. *Educação Física no Brasil: A história que não se conta.* 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

FIORIN, José L."A construção da identidade nacional brasileira". *Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso*, v.01, n.01, jan-jul, 2009. p. 115-126. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 03 out 2014.

FLORES, Maria B.R. "A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasílica". *Diálogos Latinoamericanos*, n.1, 2000. p.88-109. Disponível em: < http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200108>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. "Perfectíveis corpos - corpo e nação: Territorialidades imponderáveis." *Projeto História. Revista do Programa de pós-graduados de História.* São Paulo, n.25. jul/dez, 2002. p. 291- 312. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10593/7883>. Acesso em: 04 ago. 2014.

_____. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.* Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber.* Tradução de Luiz Felipe Baeta. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOELLNER, Silvana V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher da Revista Educação Physica.* Tese (doutoramento), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GOMES, Flávio. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma. L. "Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?" *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov, n.21, p.40-51; 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso em: 08 jan. 2014.

_____. *Sem perder a raiz: Cabelo e corpo como símbolos da identidade negra.* 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3 ed; São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Classes, raças e Democracia.* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUMBRECHT, Hans U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir.* Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2004, p.75-117.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais.* Org. Liv Sovik. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. "Raça, o significante flutuante." *Revista Z Cultural (PACC-UFRJ)*, Ano VIII, N.2, 2013a. Disponível em:<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 18 jul. 2014.

KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade (Eugenia e Medicina Social)*. 1 ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Co Editores, 1923. p.200-353.

_____. *Formulário da Belleza (Formulas escolhidas)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. p. 01-43.

KOIFMAN, Fábio. "Apontamentos sobre o pensamento eugênico no Brasil". In: MENDONÇA, Sônia R. *Estado e historiografia no Brasil.* Niterói: EDUFF, 2006, p. 297-309.

LE BRETON, David. *A Sociologia do corpo*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIMA, Magali A. *Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos.* Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

LIMA, Marisa M. "Do corpo sob o olhar de Bourdieu ao corpo contemporâneo". In: *Anais do VI Seminário Nacional Corpo e Cultura.* Goiás, 2013. p.01-17. Disponível em <http://congressos.cbce.org.br/index.php/4sncc/2013/paper/viewFile/5746/2971> Acesso em: 24 mar. 2014.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. "Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica." *Revista Katályses*, v. 10, Florianópolis, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext.>. Acesso em: 05 abr. 2014.

LOPES, Maria A. Beleza e ascensão social na Imprensa Negra Paulista (1920-1940). Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.* São Paulo: Selo Negro, 2004.

_____. *O negro no Rio de Janeiro e a sua tradição musical: partido alto, calango, chula e outras cantorias*. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

LUCENA, Francisco C.; LIMA, Jorge S. "Ser negro: um estudo sobre a identidade negra". *Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação*. v.1, n.2, p.33-51, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/saberes/article/view/583/532>. Acesso em: 24 nov. 2013.

MAIO, Marcos C. "Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX". In: MONTEIRO, S. e SANSONE, Livio (Orgs). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 15-44.

MANCILHA, Vírginia M.N. "Nas páginas da Revista Feminina: a imprensa como espaço de visibilidade e atuação feminina (1920-1930)". Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312371475_ARQUIVO_VirginiaMancilha-anpuh.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

MARCONI, Marina A., LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Ivanilde. G. *Estética Afirmativa: Corpo negro e Educação Física*. Salvador: EDUNEB, 2009.

MAUSS, Marcel. "As técnicas do corpo". In: _____. *Sociologia e Antropologia.* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naif Editora. 2005, p. 399-422. Disponível em: <http://editora.cosacnaify.com.br/Upload/Produto/1/0/7/1/4/sociologia%20e%20antropologia.pdf>. Acesso em:08 nov. 2014.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Wagner.W. Século XXI: *A era do corpo ativo.* Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

MOTT, Maria L. "Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945)". *Cadernos Pagu*. Vol 16, 2001, p. 199-234. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a10.pdf> Acesso em: 30 nov. 2013.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro.* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1995.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.* 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Editora Ática. 1988.

MURARI, Luciana. "Brasil, ficção geográfica": ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões"**.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p. 106-107.

NASCIMENTO, Elisa L. "O movimento social afro-brasileiro no século XX: Um esboço sucinto." In: _____. (Org). *Cultura em movimento: Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil.* São Paulo: Selo Negro, 2008, (Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira 02), p. 93-178.

NEIRA, Marcos G.; NUNES, Mário L.F. "Linguagem e cultura: subsídios para uma reflexão sobre a educação do corpo". *Revista de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Mídia - CALIGRAMA*. v.03, n.03, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/66201>. Acesso em: 06 jan. 2015.

NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres Negras: Protagonismo ignorado". In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. *Nova História das Mulheres no Brasil.* 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. p. 382-409.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional.* 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PACHECO, Ana J. "Educação Física Feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940". *Revista da Educação Física/UEM.* v.09, n.01, 1998. p. 45-52. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3827/2638>. Acesso em: 16 ago. 2015.

PAIM, Maria C; STREY, Marlene N. "Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história; e novas configurações de corpos na atualidade". *EF Deportes, Revista Digital* - Buenos Aires - Ano 10, n. 79, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpos.htm>. Acesso em: 23 fev. 2014.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PINTO, Ana F. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese (doutoramento). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP/SP, 2014. p. 221-304.

PINTO, Luiz A. C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança.* 2 ed. Rio de Janeira: Editora UFRJ, 1998.

PORTOCARRERO, Vera. "Foucault: A história dos saberes e das práticas". In: _____. *Filosofia, história e sociologia das ciências I*: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, p. 43-65. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rnn6q/pdf/portocarrero-9788575414095-04.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

POSSENTI, Sírio. "Análise do Discurso: Um caso de múltiplas rupturas." In: MUSSALIN, Fernanda, BENTES, Ana C. (Org.). *Introdução à Linguística: Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-392.

QUEIROZ, Renato S.(Org). *O corpo do brasileiro.* São Paulo: SENAC, 2000.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 578-606.

RODRIGUES, José C. *Tabu do Corpo.* 7 ed. rev. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

RODRIGUES, Sérgio M. "A relação entre o corpo e poder em Michel Foucault". *Psicologia em Revista,* v.09, n.13, jun, 2003. p. 109-124. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/168/181>. Acesso em: 09 fev. 2014.

SÁ-SILVA, Jackson R. et al. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas". *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,* ano I, n.01, jul, 2009. p. 01-15.

SALES, Jonas L. Corpo: "A tradição negra e a construção estético/artístico contemporâneo". In: *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.* Bahia, Ago, 2011, p. 01-12. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307114993_ARQUIVO_corpotradicaoecontemporaneidade.pdf> Acesso em: 02 ago. 2014.

SANTANA, Nara M. "Brasil na década de 30: Intelectuais, projeto nacional e a raça brasileira". *Revista da APBN*. v.6, n.14, jul-out, 2014. p. 91-109. Disponível em <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/492/334> Acesso em: 22 jul. 2015.

SANT'ANNA, Denise B (Org.). *Políticas do corpo*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTIN, Silvino. *Educação física: uma abordagem filosófica da corporeidade.* 2 ed.rev. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

SANTOS, Ricardo A. "Estado e eugenismo no Brasil". In: MENDONÇA, Sônia R. *Estado e historiografia no Brasil.* EDUFF, 2006, p. 311 - 321.

_____. Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937). Tese (doutoramento), Departamento de História, UFF, 2008.

_____. "Branqueamento do Brasil". *Revista História, Ciências e Saúde - Manguinhos*. v.15, n.01, jan-mar, 2008a. p.221-224. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100014>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SAYÃO, Deborah T. "Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu". *Revista Perspectiva*, v.21,n,01, jan-jun, 2003. p. 121-149. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>. Acesso em: 19 mar. 2014.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2007.

SCHNEIDER, Omar; NETO, Amarílio F. "Saúde e Escolarização: Representações, intelectuais, educação e educação física". In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. (Org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação física e esportes). p. 111-133.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930.* 10 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.* 1.ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, André l; GOELLNER, Silvana V. "Sedentárias e coquettes à margem: corpos e feminilidades desviantes na obra de Renato Kehl". *Revista Pensar a prática*, v. 01, n.03, set -dez, 2008. p.251-259. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/4865/4971>. Acesso em: 19 out. 2015.

SIQUEIRA, Magno B. *Samba e identidade nacional: das origens à Era Vargas*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)* São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

SOARES, Carmen L et al. *Metodologia do ensino de Educação Física.* São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Imagens da educação no corpo*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. (Org.). *Corpo e história.* 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 5 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOIHET, Rachel. "Mulheres pobres e violência no Brasil urbano." In: DEL PRIORE. Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. p. 362-400.

SOUZA, Henrique R. O BNDES e as políticas afirmativas: o vetor racial nas políticas públicas setorizadas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-raciais, CEFET/RJ, 2014.

SOUZA, Mariana M.; CARRIERI, Alexandre. "Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: Uma proposta teórico-metodológica". *Cadernos EBAPE.BR.* v.10, n.01, 2012. p. 40-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n1/05.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

SOUZA, Neusa S. *Tornar-se Negro ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social.* 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Patrício P. "Ensaiando a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade." *GEOGRAFARES,* nº 07, 2009, p.35-50. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/149/75>. Acesso em: 24 jun. 2014.

SPINK, Mary J. (Orgs.). *Práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. (publicação virtual). Disponível em < http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261> Acesso em: 07 jan. 2015.

SPINK, Mary J.; GIMENES, Maria. "Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde a doença." *Revista Saúde e Sociedade*, v. 03, n.02, 1994, p. 149-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v3n2/08.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

STEPAN, Nancy L. “Eugenia no Brasil, 1917-1940”. In: HOCHMAN, G. e ARMUS, D. (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2004. p. 331-391.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 07-72.

XAVIER, Giovana. "Leitoras: Gênero, raça, imagem e discurso em O Menelick (1915-1916)." *Revista Afro-Ásia*, n.46, 2012, p. 163-191. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/afro/n46/a05n46.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. "Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA". *Revista Estudos Históricos (Raça e História)*. v.26, n. 52, jul-dez, 2013, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 2013, p.429-450.

# Apêndice
## Lista de fontes e acervos consultados

**Periódicos:**

*Jornal A Chibata*
*Jornal A Voz da Raça*
*Jornal Clarim d'Alvorada*
*Jornal Getulino*
*Jornal O Patrocínio*
*Jornal Progresso*
*Jornal Quilombo*
*Jornal Tribuna Negra*
*Revista Educação Physica*
*Revista Feminina*
*Revista Momento Feminino*

**Acervos consultados:**

Acervo Digital IPEAFRO. Disponível em: <http://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/>
Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas>
Biblioteca Digital UNESP. Disponível em:< http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/36>
Biblioteca General Jair Jordão Ramos - Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx)
Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>